

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

“Desejáveis” e “indesejáveis”: diferencialidades e paradoxos no  
acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas

Iana dos Santos Vasconcelos

São Carlos  
Maio/ 2021

IANA DOS SANTOS VASCONCELOS

“Desejáveis” e “indesejáveis”: diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos como requisito para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Orientador: Igor José de Renó Machado

São Carlos

Maio/2021

Vasconcelos, Iana dos Santos

"Desejáveis" e "Indesejáveis": diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas / Iana dos Santos Vasconcelos -- 2021. 296f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Igor José de Renó Machado

Banca Examinadora: Angela Mercedes Facundo Navia, Guilherme Mansur Dias, João Carlos Jarochinski Silva, Svetlana Ruseishvili

Bibliografia

1. Governança migratória. 2. Migração venezuelana. 3. Humanitarismo. I. Vasconcelos, Iana dos Santos. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Iana dos Santos Vasconcelos, realizada em 05/05/2021.

**Comissão Julgadora:**

Prof. Dr. Igor José de Renó Machado (UFSCar)

Profa. Dra. Svetlana Ruseishvili (UFSCar)

Profa. Dra. Angela Facundo Navia (UFRN)

Prof. Dr. Guilherme Mansur Dias (Enap)

Prof. Dr. João Carlos Jarochinski Silva (UFRR)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

## AGRADECIMENTOS

Talvez o momento mais difícil, após a finalização desta etapa, foi escrever os agradecimentos, sem *olvidar* e cometer injustiças. Recordar de cada tijolinho que ajudou a construir esse manuscrito que, como um projeto ambicioso, parece não ter um fim. Contudo, mesmo com essa sensação estranha de um projeto inacabado, é necessário agradecer a cada um e a cada uma que segurou a minha mão nestes quase cinco anos de variações entre “dias de sol e dias de chuva”, como diria o colega Gilton Mendes.

Agradecer ao meu Deus homem e mulher, gente e bicho que se materializa na vitalidade e positividade que esse universo pode oferecer. Energia emanada que conspirou a favor de todos os encontros, reencontros e desencontros que o caminho trilhado neste doutorado pode oferecer.

Foi entre os debates acalorados sobre antropologia e compartilhando as curiosidades de descer para o “sul” em busca de aprender um novo fazer antropológico que eu conheci meu companheiro de amor e de vida, Sandro Almeida. Sem seu incentivo, compreensão, carinho, leituras atenciosas, sugestões, ombro e acalento nos momentos de crise e, posteriormente, o compartilhamento dos cuidados com a nossa Luna, este trabalho não teria sido possível.

À Luna que chegou de surpresa e transformou totalmente a minha vida e este projeto de pesquisa. A vida se tornou mais cheia de luzes, cores e amor. Junto com isso vieram também os desafios da maternidade e a conciliação com as demandas do mundo acadêmico. Entre ordenhas no meio do trabalho de campo, minhas ausências temporárias e a presença inusitada de Luna em eventos científicos, conseguimos juntas finalizar essa etapa.

À Arlete, minha querida mãe, que compreendeu a minha ausência prolongada e superou a saudade e angústia que a distância física entre nós produz. Sua história de vida e superação me inspiraram nesta caminhada. À Michele, por assumir os cuidados com a nossa mãe e entender que a liberação desse tempo representava a concretização de um sonho. Pela irmã, parceira e amiga!

À Efigênia (Noca), por colaborar na gestão da casa e dos cuidados com a nossa pequena Luna no momento em que me dividia entre a aprendizagem de mãe e antropóloga. Gratidão pela sensibilidade e sutileza nos momentos de tormentas.

À minha amiga e irmã de coração Mariana, que nunca deixou de acreditar em mim, mesmo quando o medo e a insegurança me invadiam, ela sacudia-me os ombros e me impelia: “acredite em você irmã”!

Às amigades e afetos duradouros construídos na pequena São Carlos, aqui reservo minha gratidão pelo apoio e companheirismo em e fora de São Paulo às amigas: Sofia, Tamires, Josi, Juliana, Sara, Alexandra, Bruna, Izadora, Alessandra, Leonardo e Pedro. Cada um em momentos distintos e com suas diferentes trajetórias.

Às amigas France Rodrigues, Ana Lúcia de Sousa e Márcia Oliveira que servem de inspiração para seguir fazendo pesquisa e refletindo sobre o mundo com base no extremo norte do Brasil. Como diria Márcia: “é preciso amazonizar-se”.

Aos amigos Francisco Brito e Fabíola Carvalho registro a minha gratidão pelo acolhimento em suas casas, com toda minha família, em momentos cruciais desta trajetória.

Ao querido e eterno orientador Parry Scott, que nunca teve dúvida que esse dia chegaria e que me incentivou a alçar voos mais altos para outras regiões do país, construindo novos saberes e novas conexões.

A todas as professoras e professores do PPGAS/UFSCar pelas ricas reflexões e as múltiplas demonstrações do fazer antropológico. Especialmente, ao meu orientador Igor Renó, por aceitar o meu convite naqueles meados de 2015, quando ainda era uma mera desconhecida com sotaque diferente que ainda amadurecia um objeto de estudo de um norte a se revelar. Obrigada, ainda, por demonstrar que é necessário finalizar e que a sensação de um projeto inacabado não é um privilégio apenas meu, mas de muitos/as pesquisadores/as mundo afora. O fim é o começo de uma nova etapa.

A todos os membros e coordenadores/a do Laboratório de Estudos Migratórios-LEM - UFSCar, do Grupo de Estudos Interdisciplinar Sobre Fronteiras da UFRR-GEIFRON e do Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia- GEMA/UFAM. Obrigada pelo espaço de interlocução e reflexão sobre os processos e estudos migratórios. Espaço de suma importância para o estranhamento do *olhar e* construção de novas perspectivas teóricas e analíticas.

À amiga e interlocutora Cristina Rivas pela parceria nas pesquisas de campos, por compartilhar experiências, pelas mediações de contatos com paisanos/as em Manaus e,

sobretudo, pelos diálogos travados sobre a interpretação da realidade do processo migratório venezuelano no Brasil.

A todos/as migrantes venezuelanos/as que compartilharam experiências, significados, agruras, conquistas, retrocessos, recomeços, sonhos, agências e resistências. Gratidão pela confiança, desprendimento de tempo e possibilidade de diálogo no percurso de incertezas e demandas imediatas.

A todas as instituições e pessoas da Sociedade Civil Organizada que compõem a rede de acolhimento de migrantes venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus pelo tempo despendido, escuta e partilha de experiências, frente a tantas demandas mais urgentes. Aqui, gostaria de registrar uma nota de pesar pelo falecimento da brava Irmã Telma Lage, Coordenadora do Centro de Migrações e Direitos Humanos da Diocese de Roraima, levada, dentre as mais de quinhentas mil vidas perdidas no Brasil pela covid-19, em 24 de junho de 2021, no intervalo entre a defesa e depósito final desta tese. Uma incansável defensora dos direitos e da vida de todos/as migrantes venezuelanos/as que bateram à sua porta. Estará sempre em nossas memórias e corações. Seu Senso de justiça e resistência se manterão vivos e continuarão servindo de inspiração!

Aos militares que aceitaram participar da pesquisa e contar suas trajetórias e percepções para além da farda e do discurso oficial. Aos agentes governamentais pelo espaço de observação e participação nas instâncias estatais, mesmo quando minha presença causava certo constrangimento.

Às/aos professoras/es Angela, Svetlana, Guilherme e João pela generosidade em aceitar o convite para compor a banca de avaliação e por todas as sugestões e críticas importantes para o aprofundamento da interpretação da realidade estudada.

Aos/às colegas de trabalho Tiza e Silvio pelo apoio emocional na reta final deste trabalho e pelo incentivo para continuar buscando um lugar ao sol.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo nº 2016/14055-0) pelo apoio financeiro, sem o qual não teria sido possível realizar esta pesquisa, num momento em que a ciência e a produção do conhecimento sofrem grandes golpes e retrocessos no país.

Dedico esta tese a todos os venezuelanos e venezuelanas com quem pude partilhar desafios e sonhos de um Brasil ainda a ser descoberto.  
*¡Echa pa'lante!*



## Resumo

Esta tese analisa múltiplas relações e instituições envolvidas nos processos de acolhimento a migrantes venezuelanos/as nas cidades de Boa Vista e Manaus, com base em pesquisa de campo intermitente de 2016 a 2020. O acolhimento é marcado por uma complexidade de perspectivas, interesses, disputas e jogos de poder. As medidas oscilam entre mecanismos repressores e as chamadas ações *humanitárias*, por vezes ocorrendo simultaneamente. Uma percebida *crise humanitária* mobiliza instituições não governamentais laicas e sobretudo religiosas, organizações internacionais e Forças Armadas brasileiras que se esforçam cotidianamente em tornar os/as venezuelanos/as *desejáveis* aos olhos da sociedade manauara e boa-vistense. As atividades dessas instituições dependem diretamente da condição de *vítimas* e *vulneráveis* dos/as venezuelanos/as, percebidos/as pelos locais como problema e tornados *indesejáveis*. Ser um/a migrante *desejável* ou *indesejável* não implica em uma posição fixa, mas corresponde a negociações que podem evidenciar *diferencialidades*. Tem destaque a agência do/a migrante em demonstrar-se *pendejo* (manso/bobo) ou *arrecho* (bravo/arredio). A hospitalidade brasileira aos/às venezuelanos/as revela paradoxos de um duplo comprometimento entre *acolher* e *manter ordem*. Conclui-se que o Brasil acompanha uma tendência na governança global *das vulnerabilidades*, sustentada em dois eixos: de um lado, uma ideologia transnacional do humanitarismo; de outro, preocupações com a pauta da segurança nacional e o alinhamento com uma crescente militarização das iniciativas de cooperação internacional.

**Palavras-chave:** Venezuelanos/as; Boa Vista; Manaus; Humanitarismo; Securitização

## Abstract

This thesis analyzes multiple relationships and institutions involved in the reception processes for Venezuelan migrants in the cities of Boa Vista and Manaus, based on intermittent field research from 2016 to 2020. Migrant reception is marked by a complexity of perspectives, interests, disputes and power games. The measures range between repressive mechanisms and so-called humanitarian actions, sometimes occurring simultaneously. A perceived humanitarian crisis mobilizes secular and mostly religious non-governmental institutions, international organizations and Brazilian Armed Forces that strive daily to make Venezuelans *desirable* to Manauara and Boa Vista public opinion. But these institutions activities depend directly on the Venezuelans' condition of victims and vulnerable, being perceived as a problem by the locals and becoming *undesirable*. Being a *desirable* or *undesirable* migrant does not imply a fixed position, but corresponds to negotiations that may show *differentialities*. The agency of the migrant stands out in showing itself to be *pendejo* (fool) or *arrecho* (angry). Brazilian hospitality to Venezuelans reveals the paradoxes of a double commitment between *welcoming* and *keeping order*. It is concluded that Brazil follows a trend in the global governance of vulnerabilities, sustained in two axes: on the one hand, a transnational ideology of humanitarianism; on the other, concerns about the national security agenda and the alignment with an increasing militarization of international cooperation initiatives.

**Keywords:** Venezuelans; Boa Vista; Manaus; Humanitarianism; Securitization

## Sumário

Lista de Siglas .....	12
Lista de Figuras .....	14
Introdução .....	15
Trajetória de vida e de pesquisa... ..	15
Construindo uma tese... ..	22
Capítulo 1- Aparando as arestas: percurso metodológico, categorias analíticas e construtos nativos .....	27
1.1 - Pessoa migrante, projeto migratório e agência .....	29
1.2 - Acolhida e hospitalidade.....	33
1.3 - Estado, nação, governo e políticas governamentais .....	39
1.3.1 Cooperação Internacional.....	43
1.4 - Indústria migratória e Sociedade Civil Organizada .....	50
1.5 - Humanitarismo e securitização .....	54
Capítulo 2 – A migração venezuelana.....	62
2.1 Venezuela: da abundância à escassez .....	64
2.2 Fugindo da dieta de Maduro.....	74
2.2.1 Un hilo de una madeja: descrição de uma experiência de deslocamento à Fronteira Brasil/ Venezuela.....	78
2.3 La línea: circulação transfronteiriça de pessoas e comida .....	84
2.4 La línea sob intervenção militar: Operação Acolhida, Ordenamento de Fronteira e Recepção aos/às venezuelanos/as .....	95
Capítulo 3 – Migração venezuelana para Boa Vista .....	114
3.1 A chegada Venezuelana a Boa Vista. ....	115
3.2 Refletindo sobre agência, mobilidade e comida.....	122
3.3 Políticas governamentais de acolhimento em Boa Vista .....	130
3.4 Gestão e organização militar dos abrigos em Boa Vista – RR.....	142
3.4.1 - Interiorização e a (des)integração de migrantes .....	156
3.5 Uma ação cívica humanitária? Empatia, estranhamento e tutela entre militares e migrantes .....	159
3.5.1 O olhar da sociedade civil ou a crítica de quem chegou primeiro .....	165
Capítulo 4 – Migração venezuelana em Manaus .....	169
4.1 A interiorização venezuelana para Manaus.....	171
4.1.1 - Sobrevivência e inserção laboral na metrópole amazônica.....	178
4.1.2 - Acolhimento manauara .....	182
4.2 Iniciativas governamentais de recepção aos/às venezuelanos/as em Manaus	186

4.2.1 - Primeiras respostas à emergência humanitária.....	189
4.2.2 - Adequação aos protocolos internacionais .....	193
4.2.3 Abrigos governamentais em Manaus .....	197
4.4 Operação Acolhida em Manaus: primeiro passo da interiorização .....	206
4.4.1 O reordenamento da rodoviária .....	210
4.5 A participação da sociedade civil organizada manauara .....	216
4.5.1 - Os/as venezuelanos/as também querem participar .....	222
Capítulo 5 – Las iglesias le dan continente al migrante: o papel das instituições e das pessoas religiosas .....	226
5.1 Religiosidade como meio de apoio e integração social: Expectativas e reciprocidades .....	228
5.2 Da caridade em nome de Deus à defesa dos direitos humanos: atuação das Igrejas e o engajamento cristão. ....	236
5.3 Sociedade Civil Organizada ou Sociedade Religiosa Organizada? .....	244
5.4 Frentes de atuação das instituições religiosas: entradas e entraves .....	248
5.5 Interiorização dos/as migrantes venezuelanos/as e a disputa do protagonismo entre instituições religiosas e governamentais .....	257
5.6 - Algumas considerações sobre os paradoxos do acolhimento .....	267
Considerações finais.....	270
Referências bibliográficas .....	276

## Lista de Siglas

ACNUR- Alto Comissariado para os Refugiados das Nações Unidas  
ADRA- Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais  
AVSI- Associação Voluntários para o Serviço Internacional  
ATM – Alojamento de Trânsito de Manaus  
BOPE/RR- Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar do Estado de Roraima-  
CNDH- Conselho Nacional dos Direitos Humanos  
CMDH- Centro de Migração e Direitos Humanos  
CANTV- Companhia Anónima Nacional Telefónos de Venezuela  
CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEPAL- Comissão Econômica para América Latina  
CPF- Cadastro de Pessoa Física  
CETPMR/AM- Comitê Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Atenção aos Refugiados e Migrantes no Amazonas  
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas  
DPF/PAC/RR - Delegacia de Polícia Federal em Pacaraima  
EB - Exército Brasileiro  
FA - Forças Armadas  
FAB – Força Aérea Brasileira  
FFHI- Federação Humanitária Internacional  
FIEAM- Federação das Indústrias do Estado do Amazonas  
FT Log Hum - Força Tarefa Logística Humanitária  
GEMA- Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia  
GIGM- Gabinete Integrado de Gestão Migratória  
LGBT+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros  
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IMDH- Instituto de Migrações e Direitos Humanos  
INE- Instituto Nacional de Estadística República Bolivariana da Venezuela  
MDS- Ministério do Desenvolvimento Social  
MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti  
MPF- Ministério Público Federal

MSJP- Ministério da Justiça e Segurança Pública  
NUMIG- Núcleo de Polícia e Imigração  
OA- Operação Acolhida  
OEA- Organização dos Estados Americanos  
OPEP-Organização dos Países Exportadores de Petróleo  
PE - Polícia do Exército  
PAEC- Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação  
PETRIG-Posto de Triagem  
3º PEF- Terceiro Pelotão Especial de Fronteira  
PIM- Polo Industrial de Manaus  
PIM2- Parceiro Implementador  
PIR- Posto de Identificação e Recepção  
PRA – Posto de Recebimento e Apoio  
R4V- Plataforma de Coordenação Regional Interagência  
SAI- Serviço de Acolhimento Institucional  
SEAS- Secretaria Estadual de Assistência Social  
SEJUSC - Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania  
SEMMASDH- Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos  
SEMASC- Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania –  
SCO- Sociedade Civil Organizada  
SINTRACOM-Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e do Mobiliário-  
SPM- Serviço Pastoral do Migrante  
SJMR- Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados  
UFAM- Universidade Federal do Amazonas  
UEA- Universidade do Estado do Amazonas  
UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância  
USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development)  
ZFM- Zona Franca de Manaus

## Lista de Figuras

Figuras 1 e 2 - Bandeira de Cor Azul da Operação Acolhida hasteada com as bandeiras do Brasil, Roraima e Boa Vista.....	60
Figuras 3 e 4- Bandeira de Cor Azul da Operação Acolhida hasteada com as bandeiras do Brasil, Amazonas e Manaus.....	61
Figuras 5 e 6 - Terminal rodoviário de Ciudad Bolívar e camionética .....	80
Figuras 7 e 8 - Frente da rodoviária de S. Elena e jovens <i>caraqueños</i> transportando comida .....	85
Figura 9 - Vista aérea da estrutura da Operação Acolhida em junho de 2018 .....	98
Figuras 10 e 11 - Rua que separa o PIR do PTRIG .....	102
Figuras 12 e 13 - Guarda-volumes e área kid's PTRIG- Pacaraima .....	102
Figuras 14 e 15 - Área de espera PTRIG Pacaraima.....	104
Figura 16 - áreas de convivência harmônica e moradia .....	112
Figura 17 - mapa fronteira Brasil/Venezuela.....	116
Figura 18 - Cartaz de divulgação do Movimento Fala Roraima.....	121
Figura 19 - Entusiasmo da professora venezuelana ao se deparar com as prateleiras cheias no hipermercado em Boa Vista, novembro de 2016 .....	124
Figura 20 e 21 – O abrigo Tancredo Neves durante o “choque de gestão” da Operação Acolhida.....	137
Figura 22 - Slide de uma apresentação militar, destaque para atos ilícitos cometidos por venezuelanos/as.....	138
Figuras 23 e 24 – Praça Simón Bolívar, em Boa Vista .....	140
Figura 25 e 26 - Ocupações de migrantes venezuelanos/as nas ruas e prédios comerciais de Boa Vista.....	142
Figura 27 – Abrigo Santa Tereza em Boa Vista .....	144
Figuras 28 e 29 – Abrigo Jardim Floresta em Boa Vista .....	145
Figuras 30 e 31 - Cozinhas comunitárias no Centro de Acolhimento e no Abrigo Pintolândia para indígenas.....	146
Figuras 32 e 33 - Frente e lateral do Abrigo Jardim Floresta em Boa Vista .....	146
Figura 34 – Cartaz no abrigo Latife Salomão, Boa Vista.....	149
Figura 35 - Cartaz de agradecimento, abrigo Jardim Floresta.....	164
Figura 36 e 37 – Abrigo Coroado (Manaus) após reforma.....	201
Figuras 38 e 39 – Moradias improvisadas em Manaus .....	203
Figuras 40 e 41 – Grupo de venezuelanos na rua em Manaus e Mapa indicando distância até o Abrigo .....	204
Figuras 42 e 43 – Batida policial no abrigo Coroado, operação ‘Extraneus’ .....	205
Figura 44, 45, 46 e 47 – Antes e Depois do reordenamento da rodoviária de Manaus pela Operação Acolhida.....	211
Figura 48 e 49 - Área interna da tenda overlay destinada aos núcleos familiares ao entardecer e início da noite.....	214
Figuras 50 e 51- Recolhimento de pertences e fila para entrega de barracas e colchonetes, antes das 6 horas. ....	215
Figura 52 e 53 – Fila e atendimento na Cáritas de Manaus.....	221
Figura 54 - Primeira reunião da Associação Venezuelana em Manaus .....	225
Figura 55 – Manifestação religiosa na moradia improvisada, Boa Vista.....	230
Figura 56 – Culto Adventista na área de pernoite da rodoviária, Manaus .....	233
Figura 57 e 58: Certificado de Batismo, Igreja Adventista do Sétimo Dia .....	234
Figuras 59 e 60 - Batismo da Igreja Adventista no refeitório da OA em Manaus, com distribuição do “certificado de fiel” e comida após o culto.....	241

## Introdução

### *Trajétória de vida e de pesquisa...*

A presença venezuelana em minha trajetória de vida não se limita à pesquisa acadêmica. Nasci em Roraima no ano de 1982, quando ainda era Território Federal. As lembranças de minha infância, especialmente entre meus seis e sete anos, são permeadas pela presença daquelas pessoas de fala enrolada, roupas de cores vibrantes e bem afortunadas. Nesse período minha mãe tinha um ateliê de costuras, o qual prestava serviços a algumas venezuelanas que traziam suas *telas* (tecidos) para serem transformadas em roupas. Lembro-me que o discurso em espanhol me confundia, mas minha mãe entre uma ou outra palavra espanhola intercalada com frases em português se comunicava minimamente.

As venezuelanas eram boas clientes. Quando apareciam, de tempos em tempos, demandavam muitos serviços. Chegavam cheias de dinheiro, falavam forte e nunca pediam desconto. Vinham em carros grandes, sempre muito maquiadas, perfumadas e exibindo jóias. Os/as venezuelanos/as transpareciam abundância. A imagem que os/as brasileiros/as tinham de seus/suas vizinhos/as era associada frequentemente à fartura e à figura do *bon vivant*. Segundo Moisés Naim (1985), a Venezuela vendia no exterior a imagem de um certa “ilusión de armonía”. Para esse autor a conjuntura dos preços do petróleo – principal produto de exportação da Venezuela – naquela época projetavam uma sensação de bonança, o que na verdade era apenas uma ilusão uma vez que não havia investimento em mecanismos sólidos de desenvolvimento econômico e social.

Nos períodos da “ilusión de armonía” (anos 1980s) e, posteriormente, também no auge dos governos Chavez (1999 a 2013), o Brasil foi destino para turismo e compras, além da circulação transfronteiriça que caracteriza a região. Pode-se dizer que a circulação transfronteiriça de brasileiros/as e venezuelanos/as extrapolava os domínios das cidades-gêmeas Pacaraima (BRA) e Santa Elena de Uairén (VEN), abrangendo também as capitais regionais Boa Vista (Roraima) e Ciudad Bolívar (estado Bolívar). Em períodos de paz, o trânsito costumeiro de pessoas se estende de Manaus (Amazonas) à Isla de Margarita (Nueva Esparta). Stela Calderón (55 anos), moradora de Santa Elena do Uairén, conta que na década de 1980 costumava viajar até Manaus para fazer compras com a sua família. Boa Vista era, para ela, ponto de passagem no



longo trajeto feito por estrada de terra e com travessia de balsa. A capital roraimense ainda não dispunha de centro comercial com grandes marcas e variedades de produtos que atraíssem os/as turistas que tinham como objetivo fazer compras. Os/as manauaras e os boa-vistenses, por sua vez, faziam da ilha de Margarita um habitual destino turístico por suas belas praias.

A imagem de abundância e prosperidade venezuelana passou a atrair muitos brasileiros/as em busca de trabalho e melhores condições de vida. Na década de 1990, com a proibição da atividade garimpeira no Brasil, muitos garimpeiros brasileiros que estavam em Roraima foram se aventurar nas selvas e serras venezuelanas em busca de ouro (RODRIGUES, 2006). O ciclo do ouro na Venezuela segue até os dias de hoje, visto que a pequena mineração é atividade econômica legal naquele país. Ainda em 2019, de acordo com Morelia Ramos (2019), as áreas de garimpos circunscritas ao município de Santa Elena do Uairén continuavam marcadas fortemente pela atuação de brasileiros e venezuelanos. A atividade garimpeira movimentava outras ilicitudes tais como contrabando de ouro e o descaminho de gasolina. O termo *garimpeiro*<sup>1</sup> se caracterizava no contexto fronteiriço enquanto uma categoria de enclausuramento<sup>2</sup> que distinguia migrantes brasileiros/as dos/as nacionais venezuelanos/as como pessoas de fora, fora da lei ou fora da moralidade.

Eu mesma já tive oportunidade de visitar garimpos e entrevistar brasileiros/as direta ou indiretamente envolvidos na atividade. Entre os anos de 2009 e 2011 participei da pesquisa Migração e Relações de Trabalho na Fronteira Pan-Amazônica, financiado pelo CPNQ e ligada ao Grupo de Pesquisa Interdisciplinar sobre Fronteiras – GEIFRON/UFRR. A pesquisa de campo foi conduzida no Estado Bolívar, em especial na cidade fronteiriça de Santa Elena do Uairén e nas localidades de garimpos conhecidas como Las Claritas e Km 88. Na ocasião, nos encontramos com muitos brasileiros vivendo em condições precárias de trabalho, presos a relações econômicas de aviamento e sujeitos a ameaças constantes das milícias que controlam as localidades (RODRIGUES, 2012).

---

<sup>1</sup> De acordo com Alejandro Mendible (1993, p.13), o termo “garimpeiro” foi incorporado ao vocabulário popular venezuelano e passou a ser associado às ações de brasileiros vistas como negativas na Venezuela, especialmente ligadas à violação da soberania nacional, à depredação ambiental, ao saque de riquezas nacionais e agressão às comunidades indígenas, a partir do movimento migratório de brasileiros no final da década de 1980 para a atividade de mineração no país.

<sup>2</sup> Enclausuramento é compreendido aqui como a separação de determinados grupos em guetos sociais e culturais (CASA-NOVA, 2005).

Antes disso, entre novembro de 2007 e outubro de 2008, eu já havia realizado pesquisa na região. O objetivo, então, era a análise das reconfigurações das identidades de gênero das trabalhadoras brasileiras, considerando o contato entre distintas culturas promovido pelo deslocamento para o trabalho entre as cidades fronteiriças. Trago daquela pesquisa a constatação de que a presença de brasileiros garimpeiros era tão marcante no sul da Venezuela que outros brasileiros passaram a ser estigmatizados como se garimpeiros fossem. No caso das mulheres, a associação era feita com a prostituição atrelada aos garimpos (VASCONCELOS, 2009).

A estabilização da economia brasileira nos anos 1990 e o crescimento dos anos 2000 propiciaram uma certa inversão nesse cenário <sup>3</sup>. De indesejáveis garimpeiros, os/as brasileiros/as passaram também a ser conhecidos/as como ávidos/as compradores/as nos mercados e lojas de Santa Elena de Uairén. Moradores de Manaus, Boa Vista e cidades interioranas viajavam mensalmente à cidade fronteiriça para aquisição de produtos alimentícios, higiene, limpeza e também produtos de luxo como perfumes, roupas e calçados de grifes internacionais. No início da década de 2010, a Venezuela começava a dar os primeiros sinais da crise que hoje assola o país e o enorme fluxo de compradores/as brasileiros/as resultava em desabastecimento dos supermercados de Santa Elena, causando indignação entre os/as habitantes locais. Com a crise econômica instalada seriamente a partir de 2013 e o desabastecimento constante, as caravanas de compras dos/as brasileiros/as cessaram.

As relações entre brasileiros/as e venezuelanos/as não podem, contudo, ser resumidas apenas aos aspectos econômicos. O contexto transfronteiriço pode ser caracterizado por seu intenso tráfego de coisas, pessoas e informações. Tão importante quanto o ouro garimpado e as mercadorias compradas, são as *relacionalidades* estabelecidas que mobilizam afetos de um lado e de outro das linhas aduaneiras. No período de agosto 2012 a janeiro de 2013, sob orientação do professor Parry Scott (UFPE), realizei a pesquisa que resultou na dissertação de mestrado “Articulações Familiares Transnacionais: estratégias de cuidado e manutenção familiar na fronteira Brasil/Venezuela”. A família articulada ao processo migratório e ao contexto fronteiriço descortinou uma diversidade de relações nas quais a transnacionalidade não

---

<sup>3</sup> A pesquisa realizada por Elvia Elena Marcano (1990) nos livros de migração da DIEX – División de Extranjería Venezolano, aponta que quase 70% dos estrangeiros que entravam oficialmente na década de 1990, na Fronteira Brasil/ Venezuela eram brasileiros (MARCANO, 1996, p.136).

estava associada apenas ao espaço de habitação em diferentes países pelos membros da família, mas às formas de vinculação de seus membros aos diferentes territórios nacionais mediadas por distintas lógicas simbólicas de pertencimento, tanto aos grupos familiares, quanto à nação.

Na perspectiva de dar continuidade ao estudo do parentesco em contexto migratório, no ano de 2016, já em parceria com o prof. Igor Renó Machado (UFSCar), propusemos um projeto de doutorado que tinha como objetivo a produção de conhecimento sobre o contexto familiar de migrantes venezuelanos/as e brasileiros/as na fronteira Brasil/Venezuela, considerando uma noção expandida de fronteira desde Santa Elena do Uairén até Boa Vista. Com base nesse cenário, analisaria as *diferencialidades* produzidas por esses migrantes em ambos os ambientes, levando em consideração as continuidades e transformações nas relações de parentesco em contexto de mobilidade.

No entanto, o resultado das visitas a famílias de brasileiros/as e venezuelanos/as residentes em Santa Elena de Uairén (VE) no mês de setembro de 2016 e o contato continuado com famílias venezuelanas em Boa Vista (BR) durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2016 e março, abril, maio, junho e julho de 2017 demonstraram que a origem dos/as venezuelanos/as que ingressavam no Brasil por via terrestre já não mais estava condicionada à existência prévia de uma relação de parentesco com brasileiros/as que migraram para a Venezuela em décadas passadas. A condição atual das migrações venezuelanas concomitantes à crise política e econômica no país ultrapassa as redes transfronteiriças preexistentes, envolvendo populações de praticamente todos os estados venezuelanos, do Caribe à Amazônia, da Guiana à Colômbia. Ou seja, os/as venezuelanos/as recém-chegados/as não tinham nenhuma conexão com as famílias transnacionais que eu havia estudado anteriormente.

Ao contrário, o contato com as famílias de venezuelanos/as e brasileiros/as na faixa de fronteira entre os dois países (incluindo Boa Vista) evidenciou temas que não estavam previstos no projeto de pesquisa proposto em 2016, tais como: I) a pendularidade; II) a participação de instituições religiosas no acolhimento aos/as migrantes; III) a religiosidade das pessoas em movimento; IV) as disputas institucionais pela classificação dessas pessoas; V) o reconhecimento ou não de uma humanidade comum com os/as brasileiros/as; VI) as variáveis de gênero e as condições de trabalho nas ruas; VII) as relações alimentares; e VIII) as experiências de reunificação familiar.

De acordo com Mariza Peirano (2014), uma característica central do trabalho etnográfico é “considerar a comunicação no contexto da situação”. Em outras palavras, é dizer que os rumos da pesquisa não estão inteiramente nas mãos do/a pesquisador/a de forma unilateral. O trabalho etnográfico é feito por meio de interação com pessoas e estas, por sua vez, interferem diretamente tanto nos caminhos a serem perseguidos como no produto final. O texto antropológico resultante dessa modalidade de pesquisa sustentada em bases dialógicas pode ser pensando, como sugere Roy Wagner (2010), como um processo de “invenção” na qual se retroalimentam duas (ou mais) percepções discrepantes sobre a realidade.

Houve um provocante deslocamento da centralidade das questões sobre família e parentesco para uma problematização dos paradoxos envolvendo as políticas de acolhimento aos/às imigrantes venezuelanos/as no Brasil, começando pela Amazônia setentrional. Os/as interlocutores/as ainda são os/as mesmos/as migrantes venezuelanos/as que saem por Santa Elena de Uairén, entram por Pacaraima e chegam a Boa Vista e Manaus. Contudo, a esses/as foram somados também aqueles/as brasileiros/as envolvidos/as nas diferentes modalidades de acolhimento (militar e civil, laico e religioso, institucional e espontâneo).

Já no projeto de pesquisa submetido em 2016 apareciam diferencialidades entre os/as próprios/as migrantes venezuelanos/as na qualidade de “documentados/as” ou “não documentados/as”. A estadia sem documentos no Brasil marcava uma vida de incertezas que, por sua vez, colocou em movimento primeiras iniciativas por parte de instituições religiosas e agentes públicos visando oferecer algum acolhimento àquelas pessoas. A discussão sobre a condição de migrantes “desejáveis” ou “indesejáveis” se impôs como objetivo principal da pesquisa à medida que se verificou o desdobramento de um importante embate entre duas perspectivas de política migratória: a securitização e o humanitarismo.

Sendo assim, o trabalho de campo foi, pouco a pouco, sendo direcionado à observação dessas iniciativas de acolhimento, num esforço de compreender a continuidade das políticas emergenciais implementadas não somente em Boa Vista - RR e Pacaraima - RR, mas também na cidade de Manaus - AM. Vale dizer que as diferenças entre “desejáveis” e “indesejáveis” já haviam despertado minha atenção nas primeiras impressões em campo. Desde o final de 2017, portanto, os paradoxos do acolhimento ganharam a centralidade nesta pesquisa.

A mudança de rumos obedece às transformações nas ênfases das preocupações daquelas pessoas juntos às quais a pesquisa vinha sendo realizada. Isso não quer dizer que os cuidados e a reunião familiar tenham perdido a importância para os/as venezuelanos/as. Mas que seria necessário reinserir a própria questão da colaboração familiar dentro de um contexto mais amplo das formas de acolhimento praticadas por entidades filantrópicas, organismos internacionais, serviços pastorais, forças armadas e também as famílias brasileiras. Deste modo, ganham destaque as preocupações com o estabelecimento de categorias sobre quem seriam esses/as venezuelanos/as, que qualidade jurídica lhes deveria ser atribuída e, conseqüentemente, qual o tratamento lhes deveria ser dispensado pelas instituições públicas e privadas. A investigação apresenta diferentes modalidades de acolhimento praticadas em Roraima e no Amazonas, com distintos propósitos e baseadas em perspectivas específicas sobre segurança nacional, de um lado, e direitos humanos, de outro.

Outra situação que estimulou esta mudança de rumos foi o nascimento de minha filha. A pesquisa nos locais de acolhimento institucionalizados tornou-se mais factível à medida que minha própria mobilidade ficou comprometida pelos cuidados com a bebê. Outro aspecto, não menos importante, é a variável “saúde”. Na condição de lactante, fui desencorajada pela médica pediatra a seguir acompanhando famílias venezuelanas em situação de rua e/ou moradias precárias. Uma vez atendidos/as pelas iniciativas de acolhimento institucional que envolvem ações sanitárias, alimentares e abrigo, os/as venezuelanos/as, crianças e adultos, gozam de melhores condições de saúde, oferecendo menores riscos de contaminações. Tal percepção da profissional de saúde que acompanhava minha bebê não faz outra coisa senão reforçar o argumento sobre a necessidade de compreender o tratamento diferenciado àqueles imigrantes “desejáveis” e “indesejáveis”.

Ao longo deste período, excetuando-se um prazo de licença maternidade entre março e junho de 2018, estive dedicada à pesquisa de campo nas cidades de Boa Vista e Manaus até dezembro de 2019. O deslocamento de migrantes venezuelanos/as, indígenas e não indígenas, para essas cidades instigou uma dupla oportunidade: ao mesmo tempo um exercício de observação da continuidade entre as formas de acolhimento nas duas localidades e uma tentativa de acompanhar o fluxo de venezuelanos/as em direção ao “interior” do Brasil.

Cabe esclarecer que o Amazonas entra no caminho dos/as venezuelanos/as, há mais de uma década, como destino espontâneo em virtude da percepção sobre melhores expectativas de trabalho e renda no polo industrial de Manaus. Como sugere a antropóloga Elaine Moreira (UnB), em comunicação pessoal, os venezuelanos protagonizaram uma “interiorização autônoma” que ganhou visibilidade no final de 2016. A política de “interiorização” coordenada pela Operação Acolhida em parceria com o ACNUR somente entra em prática no primeiro semestre de 2018.

As diferenças de tratamento oferecidas aos/às migrantes enquanto sujeitos “desejáveis” ou “indesejáveis” no local de destino já havia aparecido nos anos de 2016 e 2017 e passaram a chamar ainda mais atenção à medida que iniciativas governamentais e não governamentais, locais e internacionais, começaram a se consolidar no segundo semestre de 2017 e primeiro semestre de 2018. Nesse sentido, veremos como prefeituras e governos estaduais reagiram para adaptar diretrizes de assistência social aos/às imigrantes e como, a partir de 2018, as Forças Armadas foram envolvidas na gestão migratória em Roraima e Amazonas, por meio da chamada Operação Acolhida<sup>4</sup>, oscilando no eixo entre securitização e humanitarismo.

As cidades de Boa Vista e Manaus ganharam centralidade na pesquisa à medida em que se apresentavam como as principais alternativas de destino dos/as migrantes venezuelanos/as no Brasil por via terrestre. Duas características marcam essas cidades. De um lado, a proximidade com a fronteira e a perspectiva de transitoriedade alimentada pelo desejo de retorno à Venezuela. De outro, essas cidades eram concebidas, no projeto migratório, como pontos de passagem no caminho preferencialmente para outro país como Chile ou Argentina. Dadas as dificuldades financeiras e logísticas ao longo do percurso, tornaram-se o destino final de muitos indivíduos e famílias. Aquilo que seria temporário se impôs como permanente para milhares de venezuelanos e venezuelanas que, sem ter a quem recorrer, e alheios aos códigos de condutas morais, institucionais e jurídicas no Brasil tiveram suas vidas à mercê do que lhes foi oferecido.

---

<sup>4</sup> A Operação Acolhida, coordenada pela Força-Tarefa Logística Humanitária do Exército Brasileiro, é um desdobramento das ações do Comitê Federal de Assistência Emergencial aos migrantes venezuelanos, implantado em fevereiro de 2018. Envolve 16 órgãos federais e agências da ONU. Está sustentada em três pilares: ordenamento de fronteira (documentação, triagem sanitária e auxílio emergencial), abrigo (dormitório, alimentação e atenção à saúde) e interiorização (transferência para outras cidades). <https://www.gov.br/acolhida/historico/>

### *Construindo uma tese...*

A presente tese visa apresentar *um olhar* sobre esse novo de relações e instituições que constituem o acolhimento dos migrantes venezuelanos/as nas cidades de Boa Vista e Manaus. No intuito de analisar as múltiplas perspectivas e agências envolvidas no acolhimento de migrantes venezuelanos/as, acompanho as inspirações de Tim Ingold (2007), para quem as vidas individuais existem como linhas, que se cruzam e atam nós (relações) que se desfazem e refazem dentro de um emaranhando (meshwork) de relações. O que deve ser objeto da antropologia, nesse sentido, é o engajamento prático das pessoas entre si e com os diferentes materiais, instituições e metáforas que constituem a vida (INGOLD, 2007).

Em Boa Vista e Manaus tive oportunidade de conhecer venezuelanos/as de várias partes da Venezuela com diferentes trajetórias familiares e de vida. Escolho alguns agentes principais, por ter tido a oportunidade de acompanhar por mais tempo suas experiências de deslocamento e por também revelarem diferentes perfis deste processo migratório. Do lado brasileiro, trago o envolvimento de militares, gestores públicos, colaboradores/as de organizações religiosas e laicas, emaranhados nos novos do acolhimento. Meus interlocutores/as são como linhas que pretendo seguir, puxando os caminhos traçados, as relações entre elas e suas diferenças.

Acompanhar de maneira contínua as trajetórias dos meus e minhas interlocutoras também se demonstrou um desafio à medida que as dinâmicas da materialização da sobrevivência no contexto de dependência e incertezas transformavam-se rapidamente. Mudanças de endereços e números de telefones eram constantes, o que acarretava conseqüentemente a perda do contato. Em Manaus, dada as grandes proporções da cidade, isso foi ainda mais notório. Por meio de fragmentos de distintas trajetórias me esforcei para construir um enredo coerente para exemplificar as múltiplas facetas do acolhimento aos/as venezuelanos/as no norte do Brasil.

O acolhimento de migrantes venezuelanos/as em Manaus e Boa Vista é marcado por uma complexidade de agentes e campos de atuação que englobam diferentes perspectivas, interesses, disputas e jogos de poder. Neste sentido, optei em utilizar

nomes fictícios a fim de não comprometer meus e minhas interlocutores/as que depositaram em mim confiança e compromisso ético com os dados da pesquisa.

Os dados etnográficos resultam de pesquisas de campo intermitentes realizadas entre os anos de 2016 a 2019. Tratei de perseguir uma metodologia de observação participante na qual foram agregadas inúmeras frentes de participação e de observação: trabalho voluntário; grupos de trabalho e discussão; participação em eventos relacionados ao tema; leituras de documentos oficiais; conversas informais; e entrevistas semiestruturadas com migrantes e representantes de instituições que compõem as redes de acolhimento em ambas as cidades. O material da tese também apresenta categorias nativas recorrentes no contexto pesquisado e que foram relevantes para a compreensão do mesmo, bem como as categorias analíticas, provenientes de um levantamento teórico (PEIRANO, 1995).

A construção do texto não obedece um critério rígido de linearidade temporal, uma vez que dados de 2019 se entrelaçam com memórias de 2016 ou 2017 e acontecimentos de anos anteriores são resgatados para explicar situações observadas nos anos posteriores. A tese está organizada em temas que se entrecruzam tanto no espaço como no tempo: as percepções/construções conceituais que norteiam as ações de acolhimento; a “governança” do fenômeno migratório nas cidades; a agência do/a migrante; a frequência da religiosidade no pensamento e na ação “humanitária”.

No primeiro capítulo, trago à baila reflexões sobre categorias analíticas e construtos nativos que colaboraram na compreensão da realidade estudada. Com o auxílio destas ferramentas analíticas, foi possível identificar diferentes pontos de vista e múltiplos interesses, disputas e relações de poder. O acolhimento em Boa Vista e Manaus é impactado por distintas formas de intervenções que mobilizam princípios humanitários e reforçam mecanismos de controle. O manejo das categorias e as atitudes a elas associadas, são cruciais para compreender a invenção de uma alteridade “desejável” e/ou “indesejável”.

No segundo capítulo começo revisando a posição da Venezuela na geopolítica internacional e as mudanças políticas e econômicas ocorridas no país nas últimas décadas. Esse panorama contribui para o entendimento da emergência da dita “crise humanitária” que transborda as fronteiras nacionais. Em seguida, caracterizo o deslocamento venezuelano na fronteira Brasil/Venezuela. Para muitos/as



venezuelanos/as com os quais mantive e ainda mantenho contato, tratava-se de fugir da chamada *Dieta de Maduro*, uma anedota que expressa descontentamento com o regime político em vigor e culpabiliza o presidente da República pelo desabastecimento de gêneros alimentícios. A etnografia revela como a satisfação das necessidades nutricionais se impôs como *leitmotiv* para o trânsito na fronteira, bem como apresenta os desafios do trajeto e as transformações ocorridas neste espaço com a intensificação do tráfego humano e a inauguração de um aparato institucional e administrativo instalado pela Operação Acolhida. A perspectiva de “crise” serviu de justificativa para concretização de distintas ações humanitárias voltadas aos/às migrantes venezuelanos/as no Brasil e em outros países

No terceiro capítulo debato os paradoxos do acolhimento aos/às venezuelanos/as na cidade de Boa Vista. A significativa chegada de venezuelanos/as em Boa Vista provocou novos contornos nas antigas relações estabelecidas entre brasileiros/as e venezuelanos/as. A cidade foi afetada estruturalmente com a chegada dos milhares de venezuelanos/as que passaram a habitar ruas e praças. As primeiras iniciativas governamentais em Boa Vista foram fortemente caracterizadas por ações que dificultavam a entrada e permanência dos/as migrantes na cidade. Os “fugitivos” da *Dieta de Maduro* lançaram mão de distintas táticas e sujeitaram-se aos paradoxos da hostilidade e da hospitalidade para dissipar os entraves burocráticos e socioculturais encontrados no Brasil, com o objetivo da subsistência familiar. Posteriormente, delinco os posicionamentos de instituições governamentais e não governamentais sobre o tema. Pode-se afirmar que as primeiras ações de acolhimento foram oriundas das instituições não governamentais, especialmente, das vinculadas aos grupos religiosos. Por fim, aponto as mudanças ocorridas no acolhimento de migrantes venezuelanos/as por meio da gestão militarizada consolidada pela Operação Acolhida. A participação das Forças Armadas Brasileiras-FA legitimada pelos protocolos das agências internacionais produz ambiguidades entre políticas de cuidados, controle e repressão praticadas no acolhimento. A Operação Acolhida inaugura um novo nicho de atuação das FA brasileiras, reconhecido pelos militares como uma missão  *eminentemente humanitária*, dada a relação direta com as pessoas atendidas. Essa nova forma de atuação contribui tanto para a emergência de solidariedades individuais, quanto pode causar indiferença e desprezo.

No quarto capítulo, começo retratando a migração venezuelana para a cidade de Manaus. O deslocamento para a capital amazonense era nutrido pela esperança de maiores oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, tendo em vista a Zona Franca e a única possibilidade de interiorização no Brasil por via terrestre. Contudo, a realidade descortinada demonstrou o aprofundamento das condições precárias de subsistência dos/as migrantes venezuelanos/as. As vulnerabilidades apenas se deslocam no espaço. Diferentemente de Boa Vista, as grandes dimensões da cidade prorrogaram a invisibilidade dos/as/ migrantes, confundidas/os com outros segmentos de *vidas precárias* que já compunham o cenário urbano local. Em seguida, descrevo a atuação de instituições governamentais e não governamentais no acolhimento. Obstante a Boa Vista, as instituições governamentais em Manaus demonstraram maior engajamento no acolhimento dos/as migrantes, resultado de espaços de interlocução construídos pela atuação de organizações não governamentais para atender os fluxos migratórios anteriores (Peruanos, Colombianos, Haitianos). Por outro lado, a ausência de intervenção militar nas primeiras iniciativas de abrigo não impediu ações repressoras nestes espaços, recorrentemente reforçadas por agentes governamentais. Abordo, ainda, as ações da Operação Acolhida. No primeiro momento, no apoio logístico para o deslocamento dos/as migrantes de Boa Vista para Manaus. No segundo, com a expansão das iniciativas de higienização social de espaços públicos e enfraquecimento de espaços de interlocução com a Sociedade Civil Organizada-SCO. Na última seção, retomo o protagonismo da SCO nas iniciativas precursoras de acolhimento aos/às migrantes em Manaus. Os migrantes tentam se organizar enquanto sociedade civil e se ressentem de assumir uma posição periférica na proposição e planejamento de ações de recepção e acolhimento.

No quinto capítulo, examino o papel das instituições religiosas no acolhimento e integração dos/as migrantes venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus, auferindo em que medida o reconhecimento de uma irmandade cristã (e a possibilidade de conversão) dentro do discurso religioso eclipsa as diferenças de nacionalidade e cria a sensação de pertencimento a uma humanidade comum. Por conseguinte, aponto: (I) diferentes formas de protagonismo das *Igrejas* no acolhimento institucional e comunitário (II) as expectativas de reciprocidade; (III) o predomínio de instituições com vínculo religioso no contexto da Sociedade Civil Organizada atuante no acolhimento de migrantes venezuelanos/as, (IV) distintas frentes de atuação e interlocução da *Igreja*

*católica* e das *Igrejas cristãs não católicas*, (V) envolvimento das *Igrejas e igrejas* nas ações de “interiorização” com o envio/recepção de pessoas e famílias migrantes para/em outras localidades do país e (VI) atuação pública e interação das *Igreja católica* e das *cristãs não católicas* com agentes governamentais responsáveis pelo acolhimento de migrantes.

Por fim, faço um levantamento dos resultados da pesquisa bem como de algumas lacunas que podem ser preenchidas em trabalhos futuros. A tese revela como as ações de acolhimento oscilam entre os mecanismos repressores e as iniciativas de *compaixão* e solidariedade, de modo complementar e consubstancial. Um cenário que permite visualizar uma tendência presente nas práticas de governança das migrações e das vulnerabilidades globalmente: a ênfase em um discurso de cunho humanitário-assistencial e a adesão a formas militarizadas de gestão e controle dos movimentos migratórios.

Nesse quadro de incertezas, os/as migrantes se deslocam entre as condições de “desejáveis” e “indesejáveis”, fazendo-se de *pendejos/as* ou expressando um comportamento *arrecho*. *Hacer ella pendejo/a* ou *ponerse arrecho/a* podem ser traduzíveis em Português brasileiro, respectivamente, pelas ideias de “fazer-se de bobo” e “ficar bravo”<sup>5</sup>. Não implicam em uma condição fixa e tão pouco se restringem às atitudes de submissão ou insubordinação, mas indicam *agências* que podem desestabilizar ou mesmo reforçar situações de desigualdades, estigmas e discriminação. A ação do migrante tem o potencial de modificar qualitativamente a sua representação por parte da sociedade receptora. A tese, contudo, apresenta muito mais situações de venezuelanos em condições de “indesejáveis” buscando alcançar um devir “desejável”, seja por meio do trabalho, da filiação religiosa, da obediência às autoridades, ou mesmo pela via das relações com uma burocracia “emocional”. Tornar-se *desejável* e *indesejável*, neste contexto, implica o manejo rotineiro e instável de uma complexa malha de relações políticas, jogos de poder, religiosidades, diferenciações, disputas, negociações, códigos sociais, afetos, documentos, regulações e dinheiro.

---

<sup>5</sup> Os termos *pendejo* e *arrecho* podem apresentar distintas conotações nos diversos países de língua hispânica. Aqui são empregados por seu uso regional predominante em Caracas e arredores, bem como compartilhado por venezuelanos/as de diferentes partes do país.

## **Capítulo 1- Aparando as arestas: percurso metodológico, categorias analíticas e construtos nativos**

Antes de apontar a complexidade de relações sociais e instituições que conformam o acolhimento de migrantes venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus, acredito que seja necessário aparar algumas arestas no que diz respeito ao exercício analítico, operacionalização e compreensão dos conceitos que me auxiliaram na reflexão da realidade estudada.

Primeiramente, cabe esclarecer a opção pelas duas cidades e alguns critérios que norteiam o olhar para as realidades do acolhimento em Boa Vista e Manaus. Trata-se de limitar o escopo à descrição e análise das formas de acolhimento nas capitais dos estados de Roraima e do Amazonas, tendo em vista a maior tendência de permanência dos/as venezuelanos/as nessas localidades. Pacaraima, cidade fronteira com a Venezuela, aparece enquanto hall de entrada para os serviços de acolhida, mas retém poucos/as venezuelanos/as e aparecerá aqui como extensão das atividades coordenadas desde Boa Vista. A análise dos dados de Manaus e Boa Vista permite tecer uma comparação com base (i) nas variantes percepções que os/as venezuelanos/as têm sobre as cidades e (ii) no levantamento sobre as diferentes capacidades de respostas institucionais.

Segundo Pierre Bourdieu, a análise comparativa “reúne o que vulgarmente se separa e distingue o que vulgarmente se confunde” (BOURDIEU, apud WOORTMAN: 2005, p. 88). Atenta às sugestões de Ellen Woortman, considero aqui o exercício comparativo como um artifício de construção da pesquisa, no qual procuro definir a unidade de análise e o escopo dentro de uma linguagem abstrata comum. A comparação, seja ela explícita ou implícita, está no cerne da Antropologia. Categorias como “primitivos” e “civilizados”, por exemplo, obedecem a uma linguagem comparativa, assim como as “estruturas elementares” de Lévi-Strauss encontram na exaustão de exemplos comparados a sua justificação comum (WOORTMAN, 2005). O exercício comparativo, portanto, pode mesmo ser pensado como uma poderosa ferramenta de invenção da cultura e da própria Antropologia (WAGNER, 2010).

Meu problema, aqui, é menos ambicioso. O objetivo é conhecer as diferencialidades acionadas pelos/as migrantes e os paradoxos inerentes às formas de

acolhimento institucional nas duas cidades. O exercício comparativo implícito vem auxiliar na compreensão das continuidades e discrepâncias entre as respostas dos cidadãos locais, Sociedade Civil Organizada, governos municipais, estaduais e federal, bem como dos organismos internacionais e organizações não governamentais de atuação global.

As seções que seguem são um exercício reflexivo não somente de definição de categorias analíticas, mas também uma tentativa de demonstrar como a migração venezuelana pode estar vinculada a diferentes mecanismos de poder e produção de desigualdades que, embora resguardem suas especificidades, estão diretamente relacionadas a interesses capitalistas.

Na primeira seção realizo o esboço de uma antropologia da pessoa migrante, com base na articulação de três conceitos centrais: pessoa, projeto e agência. Os movimentos migratórios são protagonizados por pessoas/indivíduos que fazem planos, negociam possibilidades e criam alternativas frente a contextos de adversidade. O migrante varia, transforma, passa por inúmeras metamorfoses. Nota-se um esforço do indivíduo em diferenciar-se para conquistar o reconhecimento como “pessoa” na sociedade de acolhimento.

Na segunda seção abordo as múltiplas concepções de acolhida e hospitalidade, tanto do ponto de vista teórico-filosófico, quanto do ponto de vista de agentes de instituições governamentais e não governamentais que ofertam serviços e ações de acolhimento aos/às migrantes venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus. Veremos que o estatuto da acolhida e da hospitalidade é marcado por relações assimétricas. Acolhida cumpre um papel dicotômico: Ora, movida por *compaixão* e a identificação de uma *humanidade comum*, recebe e protege. Ora, movida pela diferenciação de status entre *quem dá e quem recebe*; entre *nós e outros*, controla e submete.

Na terceira seção reflito sobre os conceitos de Estado, Nação, Governo, políticas governamentais e cooperação internacional. As diferentes abordagens sobre esses conceitos permitiram identificar a complexidade de relações estabelecidas nas ações de acolhimento, ao mesmo tempo que me auxiliaram a perceber as concepções nativas. Estado, nação, governo, políticas governamentais, embora tenham sentidos que se diferenciam em determinados aspectos simbólicos, estão diretamente vinculados e justapostos. A cooperação internacional expande a atuação estatal para além das

fronteiras nacionais, produzindo um espectro de “governança global” sobre o processo migratório venezuelano que se fundamenta por uma diversidade de interesses e campos de disputas transnacionais.

Na quarta seção, com base na complexidade de relações e agentes que operacionalizam o acolhimento de migrantes venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus, debato os conceitos de “Indústria migratória” e “Sociedade Civil Organizada”. O primeiro me ajudou a refletir sobre as redes de relações e os agenciamentos envolvidos no financiamento e execução das ações de acolhimento. O segundo, por sua vez, está implicado em um campo de tensão existente entre as lógicas da ação governamental e não governamental, entre o público e o privado. Embora seja recorrentemente utilizada pelos/as “nativos/as” como termo de diferenciação em relação às instituições de governo *strictu sensu*, veremos que é uma categoria fluída que pode assumir distintos sentidos para mobilizar forças, disputas e *compaixão*.

Na última seção, reflito sobre o conceito de *ação humanitária* problematizando os paradoxos inerentes ao seu desenvolvimento. Iniciativas que visam amenizar vulnerabilidades e o sofrimento humano podem também se traduzir em mecanismos de controle e tutela. O/a migrante à porta pode ser considerado/a um/a igual na condição de ser humano e se converter, ao mesmo tempo, em perigo e incômodo ao descortinar uma realidade de pobreza e escassez. A discussão sobre humanitarismo conduz necessariamente a categorias como humanidade, humano, pessoa humana. O humano destino da ação humanitária é também uma pessoa que age sobre o mundo, não é apenas espectador ou paciente. Os dados desta pesquisa nos mostram como a precariedade venezuelana, provocadoramente exposta nas ruas de Boa Vista e Manaus, é mobilizada como justificativa para o avanço de políticas de securitização e higienização social, amparados legalmente em noções humanitárias.

### ***1.1 - Pessoa migrante, projeto migratório e agência***

Dada a diversidade de status jurídicos (residente temporário/a, solicitante de refúgio, refugiado/a, indocumentado/documentada, regular/irregular, residente permanente) que as/os venezuelanas/os podem assumir em relação à situação migratória, optei por referir-me apenas como “migrantes”. O termo migrante remete a uma ideia de pessoa em movimento que compreende a designação global que retrata a

realidade vivenciada pelos sujeitos que transitam entre geografias e culturas diferentes das suas origens. O termo migração contempla tanto o processo de emigração como de imigração. A centralidade que quero apreender nesta definição é a do trânsito permanente, no sentido de não fixidez em um espaço físico que pressupõe a saída de um ponto e a chegada a outro, a saída do país de origem e chegada a um país de acolhimento, mas principalmente ressaltar o permanente estado de trânsito e mobilidade que intensificam as trocas culturais (SAYAD, 1998; TRINDADE, 1995, p.33). Mesmo entre venezuelanos/as que estão há quase cinco anos em Boa Vista e Manaus, o Brasil não é amplamente mencionado como destino final. Muitos nutrem a esperança de retornar à Venezuela ou percorrerem outros destinos, como países da América Latina, Europa e Estados Unidos.

Eu abordo a construção dessa pessoa migrante, oscilante entre as condições de “desejável” e “indesejável”. Trata-se de um constante fazer-se desejável e indesejável que não pressupõe apenas classificação e identificação por outrem, mas também o agenciamento de quem é adjetivado/a que pode tanto apresentar-se numa condição de subserviência, quanto de resistência. A categoria analítica *pessoa* enfatiza as relações dialéticas entre indivíduo e sociedade, por meio da qual se pode articular partes e todo, identidades e diferencialidades. Márcio Goldman (1996, p.101-105) adverte, com base em uma revisão bibliográfica de folego sobre a noção de pessoa na antropologia, que é necessário seu alargamento “com a inclusão das múltiplas esferas relativas às práticas institucionais e individuais”. As noções de pessoas são inseparáveis das noções de sociedade, vinculação historicamente reforçada pela perspectiva ocidental. A pessoa está para a sociedade, assim como, a sociedade está para a pessoa. No caso das relações entre venezuelanos/as e brasileiro/as, chamam atenção os marcadores de diferenças acionados na construção de uma imagem “positiva” ou uma imagem “negativa” diante da sociedade receptora.

Ao reconstituir a ideia de *persona latina*, o antropólogo Marcel Mauss (2003b, p.385-389) discute uma série de exemplos que assinalam a construção da pessoa associada à justificação de direitos e determinação de privilégios acoplado ao corpo individual atributos morais e legais, como por exemplo, um nome. O nome, ao mesmo tempo, diferencia o indivíduo e o conecta a algum grupo. Aos despossuídos não lhes eram imputadas *persona* no direito. Os escravos, por exemplo, não possuíam *persona*, pois “não possuíam seus corpos, não tinham antepassados e nome”. Traçando um

paralelo com migrantes venezuelanos/as no norte do Brasil, arriscaria afirmar que experimentam um rebaixamento na sua condição de pessoa, sensação externalizada pela própria percepção de cidadão de segunda categoria. A exclusão e/ou a diminuição da pessoa, neste contexto, é marcada pelo não compartilhamento da nacionalidade, carência de bens próprios e sensação de perda de autonomia relativa sobre seus corpos em virtude do controle institucional.

Por outro lado, pessoa moral atribuída pela consciência de si, a categoria “pessoa” traz à tona a necessidade da autonomia, liberdade e responsabilidade sobre seus atos. Isso impele consciência na concepção jurídica do Direito. Para Marcel Mauss (2003b), o cristianismo seria o grande mentor da unidade implicada à noção de *pessoa humana* operada no mundo ocidental. A pessoa é atribuída ao vínculo divino com Cristo, a despeito de diferenças de nacionalidade, gênero, posses, entre outras. Esse ponto de vista serviu de fundamento para transição da “noção de *persona*, homem investido de um estado, à noção de homem simplesmente, de pessoa humana” (MAUSS, 2003b, p.392-393).

A adesão religiosa estabelece a identificação de uma humanidade comum entre brasileiros/as e venezuelanos/as. Alvos de diversas formas de xenofobia por parte da população local, os/as migrantes venezuelanos/as encontram nos ambientes *das Igrejas*<sup>6</sup>, espaços de convivência e têm a percepção de tratamento como iguais, *somos tomados en cuenta*, evidenciando a condição de pessoa. A unicidade que produz autopercepção de *pessoa* pela incorporação ao grupo cristão é atingida por meio do eclipsiamento daquilo que diferencia venezuelanos/as em relação aos/às brasileiros/as. Neste sentido, a noção de pessoa é tanto constituída pelo compósito de relações, quanto constitui a sociedade (STRATHEN, 2006, p. 42). Sociedade e individuo/pessoa não devem ser encarados como um par antagônico. A fabricação da pessoa é causa e efeito das relações, relações estas que podem ser transformadas e ressignificadas frequentemente. Migrantes venezuelanos/as se esforçam para serem percebidos pelos cidadãos e pelas instituições brasileiras como pessoas “desejáveis”, uma linha tênue em que qualquer comportamento arredo do/a migrante pode desencadear demonstrações de hostilidade contra as suas diferenças.

---

<sup>6</sup> O termo *igreja*, com i minúsculo, designa as comunidades de fiéis e o termo *Igreja*, com i maiúsculo, as instituições. Assunto aprofundado no capítulo V.



A *diferencialidade* apresenta a diversidade das experiências vividas em sincronia, como propulsoras da produção de regras e moralidades compartilhadas, constantemente subordinadas às transformações da vida social (migração) (MACHADO, 2014). São conjuntos de experiências que se tornam autorreferentes e revelam as distinções dentro dos próprios grupos migrantes em relação à construção da nacionalidade, problematizando a imagem reificada de migrantes venezuelanos/as por brasileiros/as em Boa Vista e Manaus.

Ao longo da tese emprego com frequência a expressão *projeto migratório*. Ma Mung (2009) chama atenção para a necessidade do romper com a análise das migrações pelo prisma dicotômico que opõe aspectos subjetivos a fatores macroestruturais. Para o estudioso, embora esses aspectos se auto influenciem, é a capacidade de agenciamento do/a migrante que determina a migração. Visto pelo prisma da autonomia, o projeto migratório é concebido como "uma construção intencional, uma projeção sobre o futuro, cujo conteúdo está em constante redefinição em função da história, dos percursos e das experiências migratórias" (MA MUNG, 2009, p. 33). Ou seja, embora seja inegável a influência dos fatores políticos e econômicos na migração venezuelana, não podem ser pensados como determinantes absolutos, pois em meio à conjuntura de crise os migrantes não ficam passivos, fazem escolhas e se colocam em movimento.

A ideia de projeto é adequada para pensar uma antropologia da pessoa migrante. O projeto se confunde com as expectativas pessoais. Contudo, ele se desenvolve dentro de um "campo de possibilidades" que condiciona uma sucessão de metamorfoses. Como disse Gilberto Velho (2013) "os projetos mudam e as pessoas mudam com os projetos". Ao percorrer caminhos cheios de instabilidades, os/as venezuelanos/as na Amazônia experimentam contínuas transformações pessoais. Religião, profissão, preferências alimentares, posições político-ideológicas, são algumas variáveis que não podem ser tomadas por algo fixo. A pessoa migrante é marcada pela alternância de status em sua vida. Como diria Abdelmalek Sayad (1998), uma condição de permanente transitoriedade em termos socioculturais, econômicos, jurídico-políticos.

As pessoas não estão passivas neste processo. A agência implica em intencionalidade que é mediada por parâmetros culturalmente construídos. Agentes sociais são compreendidos aqui como pessoas envolvidas em múltiplas relações sociais, as quais não podem agir fora e sem influência delas. Portanto, todos os indivíduos têm

agência, no entanto, “é impossível imaginar-se que o agente é livre ou que é um indivíduo que age sem restrições” (ORTNER, 2007 p.47). A agência deriva da capacidade de ação dos indivíduos dentro de um campo de forças sociais (ALMEIDA, 2018, p.6). O agente está continuamente vinculado às relações de solidariedade, mas também às desigualdades e relações de poder (ORTNER, 2007, p.47). Analisar agência de migrantes venezuelanos/as corresponde a uma busca por compreender os diferentes aspectos que condicionam os “jogos sérios” que mediam as formas de solidariedade (família, amigos, grupos religiosos, governos), mas que podem se conformar, ao mesmo tempo, em constrangimentos, desigualdades e relações assimétricas de poder (*idem*). O entendimento da decisão de migrar, como migrar, quem levar ou permanecer na Venezuela, requer o reconhecimento destes distintos agenciamentos.

A compreensão mais ampla do conceito de migração contempla diversas possibilidades de deslocamentos, mobilidades e imobilidades. Apesar do movimento ser uma característica milenar da humanidade, Bela Feldman-Bianco (2017, p.209) adverte que é fundamental a reflexão sobre processos históricos mundiais que indicam recorrências e descontinuidades. Partindo deste pressuposto, a autora aponta a emergência das migrações, remoções e confinamentos como parte integrante da formação do capital no século XV, associado diretamente à “racialização, colonialismo, à expansão do capitalismo e às decorrentes estruturas de dominação e desigualdades sociais (*idem*)”. Nesse sentido, a análise das migrações e deslocamentos contemporâneos não pode ser problematizada desassociada das formas de dominação, poder e da produção de desigualdades como fenômeno inerente às transformações do capitalismo global.

### ***1.2 - Acolhida e hospitalidade***

O termo acolhida/acolhimento é amplamente citado e abordado nas iniciativas de recepção de migrantes venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus, assumindo distintas conotações. Para Lima e Fernandes (2019, p. 34) no âmbito das ações do Projeto Acolher/UFRR, que tem como objetivo oferecer aulas de língua portuguesa para os/as venezuelanos/as em Roraima, “é um valor ético que envolve um conteúdo afetivo”. Ainda de acordo com os autores, entre organizações governamentais e não

governamentais de defesa dos direitos dos migrantes, o termo é sinônimo de proteção e garantias de direitos, inserção laboral e combate à xenofobia (ibidem, p.34).

Encontramos, no cristianismo, o significado mais antigo do termo acolher, ligado ao reconhecimento de uma humanidade comum. De acordo com Sidney Silva (2017, p. 41), o termo se desenvolve na tradição religiosa judaico-cristã em contraponto à ideia de estrangeiro. Na lógica cristã, se todos são filhos de um mesmo Deus, logo, ninguém deveria ser tratado como um estranho em qualquer lugar. Entidades católicas, no século XIX, foram pioneiras nos serviços de acolhimento aos imigrantes e esta tese dar testemunho que ainda hoje os grupos cristãos organizados são protagonistas nessa abertura para o outro.

Acolher é verbo transitivo. Realiza uma ação direcionada a outrem. Nas palavras da Ir. Marielle da Pastoral do Migrante de Boa Vista, acolhida é a primeira atenção à pessoa que chega. E esse outro é, geralmente, alguém de fora, que não pertence ao lugar, alguém cujos marcadores de diferença podem mesmo desestabilizar o mundo ideal da pessoa ou grupo que acolhe.

Em 2018, por ocasião de sua mensagem pelo dia mundial do migrante e do refugiado, o Papa Francisco orientou aos/às cristãos e cristãs católicos/as, fundamentado pelo evangelho, a se identificarem com os/as migrantes como oportunidade de encontrar ao próprio Jesus Cristo<sup>7</sup>. Para responder de forma concreta a este chamado, o pontífice propôs fazê-lo de forma comum por meio de quatro eixos norteadores: Acolher, Proteger, Promover e Integrar. Acolher significa, de acordo com uma ex-coordenadora da Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Manaus, oferecer a migrantes e refugiados/as possibilidades mais amplas de entrada segura e legal nos países de destino.

Deixando a religiosidade de lado, na segunda metade do século XVIII, o filósofo Immanuel Kant refletiu sobre a história europeia desde um ponto de vista cosmopolita. Tendo em vista a unidade da espécie humana, ele vislumbrava o surgimento de uma unidade política mundial, pacífica, baseada em interesses para além da *polis*, para além dos interesses localizados. O homem cosmopolita imaginado por Kant seria habitante do planeta Terra e, enquanto ser social, deveria fazer parte de uma confederação de

---

<sup>7</sup> Na ocasião o Papa cita esse trecho evangélico: “cada forasteiro que bate à nossa porta é ocasião de encontro com Jesus Cristo, que Se identifica com o forasteiro acolhido ou rejeitado de cada época” (cf. Mt 25, 35.43), como fundamento para mobilizar os cristãos à acolhida dos/as migrantes.

estados que abrigaria cidadãos mundiais, gozando de plenos direitos de ir e vir entre as diferentes partes do globo terrestre (KANT, 1784).

Desde o ponto de vista cristão e também do iluminismo, a proposta de uma sociedade pacífica passaria necessariamente pela abertura à presença do “outro” porque esse outro faz parte de uma unidade com o “ego”. Unidade com Deus, no caso cristão, ou Unidade como espécie biológica dotada de razão, no caso iluminista. Para ambos os casos, pode-se dizer que as concepções do que é “humano” e os limites de uma percepção de “humanidade” comum, seja ela divina ou laica, informam as possibilidades efetivas de acolhida e hospitalidade (SANTOS, 2017).

Um pouco mais recente é a tese de Emmanuel Lévinas que, impactado pelas atrocidades da II Guerra Mundial, abordou o tema da hospitalidade (incluindo a acolhida) como um dilema ético presente nas relações dos indivíduos humanos com o Outro e consigo mesmo. A ética da hospitalidade diz respeito ao encontro face a face com o Outro que, se não é o Mesmo, participa dialeticamente e se concilia com “ego” em um sistema de relações (MANZI, 2011, p. 1162).

As práticas de acolhimento nos levam à discussão mais ampla sobre hospitalidade. A ideia de um lugar, um grupo ou um indivíduo “hospitaleiro” nos remete ao compartilhamento do espaço e da comida, aos cuidados para com o/a hóspede e uma receptividade que permite o envolvimento amistoso do/a recém-chegado/a com o novo ambiente, geralmente temporário. Na tradição “ocidental”, a noção de hospitalidade está presente desde as épicas jornadas do personagem Ulisses como um sinal de “civilização e humanidade” (MONTANDON, 2011, p. 30).

Segundo Lévinas, a hospitalidade é caracterizada pela submissão ao Outro. O indivíduo hospitaleiro abre sua vida e se submete à presença desse Outro, o que modifica sua percepção de liberdade e a própria percepção que tem de si mesmo. A hospitalidade/acolhida seria, nesse sentido filosófico, um processo intersubjetivo pelo qual o indivíduo toma consciência de si no instante do reconhecimento do Outro; toma consciência de si no momento em que submete sua liberdade à coexistência do Outro (LÉVINAS, 1988). Não se trata de confundir o “outro” consigo, mas de uma abertura à relação com o diferente. O hóspede não é jamais um Mesmo, ele é um diferente com quem é possível estabelecer uma relação social.

Mas que qualidade de relação é essa? A antropologia contribui com este debate. A “acolhida” pode ser pensada como um dom ou dádiva, no sentido que Marcel Mauss atribuiu ao termo (MAUSS, 2003). A “acolhida”, como a “dádiva” maussiana implica uma espécie de livre obrigação ao hóspede em retribuir (PERROT, 2011). A hospitalidade pode ser pensada como um jogo de troca de cortesias no qual o hóspede, em agradecimento, deve demonstrar sua submissão e obediência às regras dos anfitriões. “A comunidade joga incessantemente com a presença e a distância, com uma presença como favor e uma distância como benevolência” (MONTANDON, 2011, p.32).

A boa acolhida, assim, cria vínculos entre as pessoas, mas ela guarda fundamentalmente a distância existente entre anfitrião e hóspede. A relação de hospitalidade, generaliza Marie-Claire Grassi (2011, p.44), “é o gesto de compensação, de equalização, de proteção, num mundo em que o estrangeiro originalmente não tem lugar”. Ainda segundo a autora, por ser um gesto compensatório, não existe hospitalidade sem uma desigualdade de *status* entre anfitrião e hóspede, entre o “de dentro” e o “de fora”, o que dá e o que recebe (e que pode ou não retribuir, mas que dificilmente conseguirá retribuir na mesma medida).

A acolhida, nesse sentido, cumpre um papel dicotômico: o de integrar o estrangeiro à comunidade e ao mesmo tempo manter alguma distância. Quanto de sua liberdade o anfitrião pretende oferecer ao hóspede? É uma pergunta importante. A integração do/a recém-chegado/a como parte de uma comunidade, seja no âmbito da casa, da vila ou da nação, é cercada de condicionantes e ritos (BINET-MONTANDON, 2011, p. 1173). O “estrangeiro”, para ser “desejável”, está sujeito a provas do tipo: apresentar disposição para trabalhar; ser obediente às regras; manter-se passivo diante dos insultos; demonstrar habilidades técnicas; realizar casamento com algum “nativo”; investir dinheiro; fazer filhos e educa-los conforme a lei local; demonstrar que domina os valores vigentes na sociedade anfitriã; entre outras tantas exigências possíveis e mesmo assim está sujeito a jamais ser reconhecido plenamente como alguém “de dentro” (SAYAD, 1998).

O antropólogo francês Didier Fassin (2014) chama atenção para o duplo comprometimento das políticas de acolhida aos migrantes. Por um lado, ele vê compaixão, por outro, ele vê repressão. A compaixão é acionada nos momentos de reconhecer alguns direitos tendo em vista a condição de vulnerabilidade. Por outro lado,

a repressão é acionada sempre que este ser vulnerável se demonstre autônomo e potencialmente insubmisso, “perigoso” aos olhos do *establishment* local. É como se os direitos humanos somente tivessem efetividade enquanto a pessoa está faminta ou doente. A partir do momento em que estiver forte e saudável, volta a ser alvo preferencial dos sistemas de controle e vigilância, com restrições de circulação e ação; e seu comportamento será julgado pelos olhares mais severos, sob pena de não aceitação.

No caso da migração venezuelana, veremos como diferentes posturas estão associadas a diferentes possibilidades de acolhimento. Ao estrangeiro, coloca-se uma condição de submissão às normas e costumes da sociedade hospedeira. Fazer-se “desejável” aos olhos da população local requer um certo comprometimento da autonomia individual e do orgulho próprio, sob o risco sempre iminente da transformação em “indesejável” por qualquer inadaptação ou resistência que ofereça. Trabalharei com as noções caraqueñas de *ponerse arrecho/a e hacer ella pendejo/a* que podem ser traduzidas sinteticamente numa analogia com as ideias de “índio bravo” e “índio manso” (FAUSTO e COSTA, 2013). Tal como o indígena diante das forças colonizadoras europeias, o venezuelano oscila entre fazer-se de manso/bobo (*hacer ella pendejo/a*) para tornar-se mais desejável ou comportar-se como bravo (*arrecho*), aumentando o risco de tornar-se indesejável aos olhos da população receptora.

Assim como na dimensão pessoal do fenômeno, os Estados também exercem a sua hospitalidade por meio do estabelecimento de uma distância fundamental entre anfitrião e hóspede. A diferenciação é realizada entre os nacionais e os estrangeiros. O Estado estabelece uma visão excludente do espaço público: certos indivíduos são de imediato classificados como “estrangeiros”, de fora, alienígenas, desprovidos dos direitos de que se beneficiam os membros da nação. O Estado moderno “ocidental” traz no bojo de sua própria constituição a lança da xenofobia, da aversão ao corpo estrangeiro. A hospitalidade continua existindo como gesto de compensação, mas ela é estrangida pelos interesses políticos e pode ser bastante restrita.

Sônia Hamid (2012) contribui com este debate. Em sua pesquisa sobre reassentamento de palestinos no Brasil, problematiza o procedimento de acolhida pelo governo brasileiro. De acordo com a autora, gestores/as públicos brasileiros confiavam que qualquer auxílio de recepção e integração conferida pelo Brasil aos/às refugiados/as seria melhor que a atual condição de vida em sua terra natal. Isso gerava uma

expectativa de que deveriam aceitar tudo que lhes fosse oferecido com “gratidão e resignação”. Como na dádiva maussiana, aquilo que é dado, deve ser recebido e retribuído. Ela chamou esta relação de “dádiva-refúgio”. Aqui lanço a ideia de uma dádiva-abrigo. Alguns agentes governamentais e grupos da sociedade civil consideram a oferta de teto e alimentação como presentes irrecusáveis, passando a julgar negativamente aqueles/as venezuelanos/as que rejeitam a transferência para abrigos institucionais ou que reclamam da qualidade da comida. Sob a ótica da obrigação, o/a migrante deveria receber a dádiva-abrigo e retribuir com gratidão e sujeição ao controle social.

No âmbito estatal, de acordo com Rose Duroux, cada país formula suas próprias regras de hospitalidade em função de sua capacidade e de sua disposição de integrar esse estrangeiro (DUROUX, 2011, p.1052). A Operação Acolhida estabelece regras para o acolhimento, ao mesmo tempo que demonstra certa restrição, tendo em vista que toda a estrutura criada para receber os/as venezuelanos/as possui caráter provisório e são ainda incipientes as iniciativas voltadas para a permanência dos indivíduos e famílias venezuelanas no Brasil.

Retomando a filosofia de Lévinas, se é no momento do encontro inicial com o Outro que o indivíduo toma consciência de si pela forma como encara e se submete a esse Outro, podemos dizer, tendo em vista a presença dos/as venezuelanos/as no Brasil, que o exercício da “acolhida” é também o momento em que um determinado cidadão (em sua vida privada ou a serviço do Estado) toma consciência de sua diferença de estatuto em relação ao estrangeiro e é também o momento em que toma consciência da própria “civilização e humanidade” (SANTOS, 2017).

Posso dizer que esse tema da “acolhida” também me afetava em campo, na medida em que me deparava, quase que diariamente, com o sofrimento escancarado à luz do sol. Como será visto nos próximos capítulos, centenas de venezuelanos/as adentram o território brasileiro todos os dias, descrevendo diferentes trajetórias para chegar às cidades e para sobreviver nelas. Durante as pesquisas de campo, entre 2016 e 2019, a cada nova aproximação em um abrigo ou nas ruas, me deparava com rostos desconhecidos, cada qual com sua tragédia, testando a minha própria “humanidade”.

Nas principais esquinas de Boa Vista e Manaus, as agruras dos venezuelanos/as não se deixavam ignorar. Ainda que sem muita voz nos processos de construção e

execução das políticas de acolhimento, a própria presença de mulheres com crianças pequenas e homens emagrecidos negociando sua sobrevivência nos sinais de trânsito provocava de maneira persistente a “civildade e humanidade” dos viventes e visitantes de Boa Vista e Manaus. Veremos, nos capítulos 2, 3 e 4, como as autoridades brasileiras (locais, estaduais e federais), reagiram à situação e como trabalharam para mitigar os impactos, oscilando entre duas concepções de recepção ao migrante: controlar e acolher.

Nas próximas seções veremos como o poder exercido sobre a mobilidade dos corpos venezuelanos no extremo norte do Brasil aponta para uma complexidade de inter-relações entre sujeitos e instituições. Estas relações eclipsam interesses individuais e coletivos, apontando paradoxos entre iniciativas de incentivo à circulação no interior do país, ao mesmo tempo em que definem onde, quem, quando e como é realizada essa circulação.

### ***1.3 - Estado, nação, governo e políticas governamentais***

Conceitos como Estado, Nação e Governo assumem diversas denotações no campo das Ciências Sociais, bem como, ao longo da pesquisa foram acionados de diferentes formas e em distintos contextos por meus/minhas interlocutores/as. Isso exige que sejam indicados quais aspectos teóricos me orientaram na compreensão dos conceitos e as maneiras como são acionados por minhas interlocutoras e meus interlocutores.

Durkheim (1993) atrela a concepção de Estado moderno a um empreendimento moral. Para esse autor, considerado um clássico, o Estado colabora na criação de representações sociais para a sociedade. O indivíduo é convocado a experimentar esta moralidade. Para Louis Dumont (1985), a revolução Francesa é um marco de surgimento do Estado moderno. A ideologia amparada na coletividade se sucumbe para uma ideologia individualista. “Da vontade individual de todos surge uma vontade geral, que é algo qualitativamente diferente da vontade de todos e possui propriedades extraordinárias” (idem, p.104). Como alerta Kelly C. da Silva (2012, p.421), por meio de uma síntese dos argumentos de Dumont, o incremento individualista está vinculado à: (I) emergência do mercado, (II) propriedade privada, (III) separação entre economia, política e religião e (IV) substituição da ideia de hierarquia pela ideia de subordinação.



Tais transformações amparadas nesta nova ideologia provocaram a desvalorização do instituto da honra como demarcador da ordem social para a valorização dos indivíduos com as coisas (DUMONT apud SILVA, 2012)

Já a nação com base em uma perspectiva moral é a comunidade composta por indivíduos elaborada com a finalidade de manter a unidade e autoridade dos Estados sobre os territórios (DURKHEIM, 1993). Para Norbert Elias (1993) a formação do Estado-nação é assinalada por um processo civilizatório, entendido por ele como disciplinamento e pacificação dos comportamentos individuais e institucionais. A concepção de civilização está associada a um arcabouço comportamental e de emoções públicas, a tipos ideais de decoro corporal externo, domesticados como tais por ação da sociedade (*idem*). Por sua vez o processo ideológico que sustenta a nação está ligado a princípios e símbolos de solidariedade que validam a perpetuação das autoridades estatais (HOBSBAWM,1990; SILVA, 2012). O território uno e indivisível em que o domínio sobre os cidadãos está associado à formulação de novas formas de lealdades cívicas como o patriotismo, base de todo nacionalismo. O patriotismo estabelece uma identificação emocional com a terra, lugar de nascimento. Esse sentimento de pertencimento a um lugar dado, a uma terra-pátria, pode ser mobilizado e explorado politicamente (HOBSBAWM,1990).

A socióloga Francilene Rodrigues (2014, p.233) chama atenção para “el heroísmo” invocado pela sociedade venezuelana e o “expansionismo” pela sociedade brasileira como exemplos. De acordo com a autora, estas “categorias de força” estão presentes atualmente nos discursos políticos venezuelanos e brasileiros. Incorporadas ao pensamento social desses países, são recorrentemente reelaboradas e acionadas por lideranças políticas e pela coletividade como projeto político e mecanismo de pertencimento. Não por acaso, quando questionados/as sobre as condições desfavoráveis no Brasil e a possibilidade de retorno ao país natal, é comum venezuelanos recorrerem à figura de Simón Bolívar. O mártir é acionado tanto para reafirmar um caráter de resistência às adversidades no Brasil, quanto para fundamentar o caráter revolucionário herdado pelo povo venezuelano que nutre a esperança da superação da crise e da transformação da atual conjuntura política e econômica do país e o possível retorno à sua *patria*.

Diante de tais perspectivas e considerando o uso feito por minhas interlocutoras e interlocutores, para quem Estado é associado às ações de governo, a instituição será

entendida aqui com base no pensamento de Kelly Silva (2012, p. 33) para quem, inspirada em Foucault (2008) e em oposição às concepções substantivistas, compreende o Estado “como um conjunto mais ou menos articulado de tecnologias administrativas para fins de governo”.

O governo, ainda compartilhando o pensamento de Silva (2012), é entendido como:

(...) uma forma particular de exercício de poder que tem como fim a gestão da diversidade constitutiva de formações sociais complexas como cidades, nações e impérios. O governo é assim considerado uma forma de poder de Estado, que tem como objeto primordial as populações. Ele objetiva a manutenção da segurança, entendida como uma certa ordem das coisas passível de previsão e controle, tendo em vista determinados fins. (FOUCAULT apud SILVA, 2012, p.33)

A gestão do fluxo migratório venezuelano nas capitais de Roraima e do Amazonas permite observar duas frentes de atuação, por um lado, ordenamento e regulamentação da presença desses indivíduos no país, e por outro, mitigação dos impactos sociais por meio de políticas “humanitárias”. Compartilhando o pensamento de Foucault (2008), tal gestão pode ser compreendida como “governamentalidade”, conceito definido como:

o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008, p.149).

A governamentalidade não se restringe aos aparatos governamentais, mas envolve também organismos internacionais, organizações não governamentais, sistemas informatizados e indivíduos voluntários. Essa gestão “não é exercida sobre o Estado, o território ou uma estrutura política, mas sim sobre as pessoas, os indivíduos, os homens e as coletividades” (FOUCAULT, 2008, p. 164). O controle da circulação das pessoas passa a ser elemento central de preocupação com a segurança e objeto de seus dispositivos (ibidem, p.85).

Encaro as respostas estatais brasileiras ao processo migratório venezuelano como tecnologias administrativas para fins de governo que têm como objetivo principal o disciplinamento das populações em mobilidade sob a égide da manutenção da segurança e da ordem, mas também da *ajuda humanitária*. O discurso de gestores/as governamentais, civis e militares, descortinam perspectivas que têm como foco

controle e a securitização, mas que são frequentemente concebidos na chancela do humanitarismo.

O uso de formas autoritárias de poder tende a ser eclipsado pela dita *ajuda humanitária*, por meio da oferta de abrigo, comida e deslocamento direcionado (interiorização). Aspecto bastante identificado na gestão dos abrigos em Boa Vista e nas ações voltadas aos indígenas warao em Manaus <sup>8</sup>. Em ambos os casos, existe um esforço de limitar a mobilidade urbana dessas pessoas e/ou torna-las invisíveis aos olhos dos nacionais. Embora as ações sejam alicerçadas em argumentos baseados em direitos humanos e convenções internacionais, os parâmetros de quem pode e não pode se deslocar são muitas vezes definidos pela relação estabelecida entre migrantes e gestores/as. O Estado, nessa perspectiva também é consolidado “pela relação entre pessoas concretas” (LEIRNER, 2012, p.38). A tentativa de controle dos seus corpos remete ao processo de “domesticação” por meio de um “domínio do político, não só porque remete a um mecanismo de internalização e processamento (transformar em doméstico), mas também como um domínio, no sentido que impõe uma condição e demarca uma situação” (*idem*, 2012, p.39).

As respostas estatais são denominadas aqui como “políticas governamentais”, compartilhando o pensamento de Lima e Castro (2015, p. 34-35) para quem as mesmas são compreendidas como planos, ações e tecnologias de governo que não têm sua elaboração e implementação restrita às esferas administrativas vinculadas ao Estado nacional. Os autores destacam o protagonismo de distintos mecanismos gestores que, embora não componham a esfera estatal, cumprem papéis de governo. Isto implica no reconhecimento da atuação de movimentos sociais, organizações não governamentais e organismos internacionais como participantes do quadro compósito que caracteriza as políticas governamentais direcionadas a migrantes venezuelanos/as nas cidades de Boa Vista e Manaus.

Ainda na esteira de Lima e Castro (2015, p.35), abro mão do termo “público” para qualificar ações governamentais por reconhecer que ele não é suficientemente adequado. Nem toda ação governamental é, necessariamente, voltada e acessível ao

---

<sup>8</sup> Tradicionalmente ocupantes do estuário do rio Orinoco, os Warao foram deslocados de seu território em décadas passadas pelos grandes projetos de desenvolvimento (hidrelétrica, mineração, portos). Inicialmente, chegaram a Caracas e à fronteira com a Colômbia (Castro, 2000, p. 79). Com a crise em Caracas e o aumento de restrições na fronteira com a Colômbia, o movimento se voltou para o Brasil.

“público” em geral, existem inúmeros particularismos. Aspecto frequentemente demonstrado no contexto das ações de acolhimento, que estabelecem prioridades e distinguem beneficiários/as.

Ao longo da trajetória de implementação de iniciativas de acolhimento aos migrantes venezuelanos/as foi possível perceber atuação de diferentes sujeitos na *identificação de problemas sociais*, na formulação de *planos de ação governamental*, descortinando múltiplos campos de disputas, em temporalidades e escalas espaciais distintas (LIMA e CASTRO, 2015). Os posicionamentos das diferentes esferas de governo (municipal, estadual e federal), revelam uma das faces desse cenário. Assim como o surgimento de organizações não governamentais especializadas em “emergências humanitárias” que chamam atenção para gestão de políticas governamentais para além dos estados nacionais, “as quais são geradas, financiadas e avaliadas fora das fronteiras estritas de seus territórios por feixes de agências e agentes, princípios e práticas que os trespassam” (*ibidem*, p.35).

### 1.3.1 *Cooperação Internacional*

O campo da cooperação Internacional merece especial atenção. Emergente do período pós-segunda guerra mundial, surge, de acordo com a literatura sobre o tema, com o objetivo de estabelecer a paz e manter a supremacia econômica de países hegemônicos e o controle de países periféricos por meio do fortalecimento de alianças políticas (ESCOBAR, 2005; SILVA, 2012; CARDOSO E COSTA, 2014). O Estados Unidos da América foram importantes artífices desse novo modelo de ação internacional por meio de sua política externa, no imediato pós-guerra. Tinham como foco a recuperação das economias europeias por meio da atuação de empresas norte-americanas no continente europeu, consequentemente, expansão e manutenção do seu modelo político-econômico em contraposição às iniciativas socialistas emergentes naquele período (MONTÚFAR, 2002; CARDOSO E COSTA 2014).

No primeiro momento, a Cooperação Internacional visava a reconstrução dos países abalados pela guerra e oferecer “*ajuda humanitária* aos países e populações que viviam em condições de extrema pobreza, particularmente as ex-colônias” (CARDOSO e COSTA, 2014, p. 123). Após a recuperação da economia europeia, novos atores se inseriram no campo da cooperação internacional, além de organismos multilaterais de

cooperação vinculados ao sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), ganharam visibilidade grupos ligados às instituições religiosas e filantrópicas, empresas privadas e contribuições individuais. Junto com a incorporação de novos atores também surgiram novas frentes de atuação e “cooperações humanitárias” como, por exemplo, assistência social a países atingidos por desastres naturais, mobilização em torno de causas ambientais, agendas feministas, entre outros (*idem*, p.123-124).

Essa tendência só foi acompanhada de forma mais significativa pelos países do chamado “Sul global” a partir do século XXI, de receptores passaram a ocupar a posição de doadores no cenário internacional (LIMA, 2017, p. 73). Os/as estudiosos/as do tema apontam perspectivas distintas sobre a forma de condução da cooperação internacional e humanitária entre esses países. Contudo, existe uma tendência compartilhada que indica a dedicação às suas respectivas regiões e, conseqüentemente, a ascensão e/ou o desejo de ocupar a posição de líder regional frente ao contexto político e econômico externo, influenciando na agenda internacional (ALDEN E SOKO, 2005; SARAIVA, 2007, MILANI, SUYAMA E LOPES, 2013, p. 33). Para White (2011), há um predomínio de financiamento destes países em ações de cooperação humanitária voltadas ao socorro de situações de desastres naturais em detrimento de situações ligadas a conflitos internos e temas políticos nacionais, demonstrando um certo ideal de “imparcialidade”.

O Brasil, neste contexto, não foge à regra. O engajamento na cooperação internacional e humanitária Sul-Sul é uma tentativa de demonstrar uma pretensa estabilidade econômica do país, proporcionando credibilidade e atração de investimentos internacionais, prestígio e influência no âmbito da política exterior (LIMA, 2005; BRACEY, 2011). Além de possibilitar a aproximação com grandes potências mundiais por meio da execução de ações coexistentes com as políticas e projetos realizados junto aos países do Norte Global (PECEQUILO, 2008). O Brasil segue a tendência de financiamento de ações humanitárias, especialmente para (I) países de língua portuguesa; (II) países da América Latina e Caribe; e (III) países onde o Brasil se faz presente mediante operações de manutenção da paz (LIMA, 2017; BRACEY, 2011).

O Brasil ganhou visibilidade no campo da cooperação internacional com a participação na Mission des Nations Unies pour la Stabilization en Haiti - MINUSTAH (HIRST, 2018; LIMA, 2017; BRACEY, 2011). Iniciada em 2004, diferentemente de

outras operações de manutenção de paz desenvolvidas pela ONU, a MINUSTAH não foi deflagrada sob a justificativa de violência excessiva induzida pela guerra no país, mas pela permanente instabilidade política em virtude de ações de grupos armados não estatais, crimes de droga e turbulência política implícita (MÜLLER e STEINKE, 2018, p. 229). O envolvimento do Brasil nesta missão foi movido por interesses políticos e militares. O General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, primeiro comandante brasileiro daquela missão, explica os componentes militares e políticos para participação do Brasil na MINUSTAH <sup>9</sup>. De acordo com ele, do ponto de vista militar, era uma oportunidade de colocar em prática treinamentos, mobilizar recursos, adquirir expertise em missões de paz, aperfeiçoamento logístico e em “termos doutrinários”. Do ponto de vista político, derivava da projeção política do Brasil no cenário internacional com a perspectiva de torna-se membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas- CSNU (PINHEIRO, 2015, p.99)

A experiência militar brasileira no Haiti foi vista como um momento de aprendizagem e aprimoramento de conhecimentos operacionais e logísticos pela instituição que passou a ser acionada em missões realizadas internamente no Brasil (MÜLLER e STEINKE, 2018). A experiência no Haiti serviu de inspiração para o combate a grupos armados em áreas urbanas brasileiras, especialmente as operações de “pacificação” realizadas nas favelas do Rio de Janeiro em 2015 (OLIVEIRA, 2009). A participação em um dos eventos ou em ambos eram recorrentemente manifestadas pelos militares pertencentes ao contingente da Operação Acolhida em Boa Vista e Manaus numa tentativa de demonstrar *expertise* em missões humanitárias. O principal adjetivo ressaltado era o forte perfil de negociação e mediação de conflitos do exército brasileiro em territórios de grande tensão social. Qual relação entre apaziguamento de conflitos/tensões e o acolhimento de migrantes venezuelanos/as? Qual a relação entre assistência/ação humanitária e pacificação? Quem deveria ser pacificado, os/as venezuelanos/as ou a população boa-vistense e manauara? Essas serão algumas questões que refletirei ao longo desta tese.

Tropas militares brasileiras foram enviadas ao Haiti em 2004 para manutenção da paz com funções ampliadas e sobrepostas em 2010 pelas demandas ocasionadas pelo

---

<sup>9</sup> Fragmento de entrevista retirados da tese “A atuação militar brasileira na MINUSTAH: estratégias de enfrentamento das gangues no Haiti” (PINHEIRO, 2015, p.99).

desastre natural e *crise humanitária*<sup>10</sup>, após o terremoto (HIRST, 2012, p. 23). O engajamento militar brasileiro foi visto pelos países parceiros da MINUSTAH com bons olhos, devido suas técnicas consideradas inovadoras e a rápida adaptação à realidade haitiana (HAMANN e TEXEIRA, 2017). O número significativo do contingente militar contribuiu para que o Brasil se tornasse liderança na missão e o primeiro país da América do Sul a liderar uma missão de manutenção de paz da ONU no hemisfério ocidental (*idem*).

A experiência na MINUSTAH de mais de uma década contribuiu para uma suposta especialização do exército brasileiro em missões ditas humanitárias (LIMA, 2017; HIRST, 2018; MÜLLER e STEINKE, 2018). Não por acaso, após o retorno do contingente brasileiro em 2017 do Haiti, no ano de 2018, a coordenação da Força Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum) – popularmente denominada Operação Acolhida – ficou a cargo das Forças Armadas Brasileiras (FA). Deflagrada pelo governo federal brasileiro com o objetivo de prestar assistência emergencial aos/às refugiados/as e migrantes venezuelanos/as que entram no Brasil pela fronteira com Roraima, é constantemente utilizada como bom exemplo de atuação do Brasil em causas humanitárias em reuniões e fóruns realizados pela ONU<sup>11</sup>. Aspecto que já vem gerando impacto em âmbito internacional, com a eleição, pela primeira vez, do Brasil, em outubro de 2020, pelo período de um ano, para exercer a Presidência do Conselho<sup>12</sup> ("Bureau") do ACNUR.

A MINUSTAH (2004-2017) e a Operação Acolhida (2018- em andamento), demonstram a continuidade da atuação militar como tecnologia administrativa de governo na prestação de *ajuda humanitária* (GIMÉNEZ PARDO, 2017, HIRST, 2018). A alocação de recursos destinados a esse tipo de ação, associado aos benefícios de renda adquirido com o envolvimento na missão, torna a participação ainda mais atrativa

---

<sup>10</sup> O conceito será aprofundado na próxima seção.

<sup>11</sup> No discurso proferido pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)s, ele ressalta o engajamento da Operação Acolhida com o envolvimento de 4 mil militares na recepção de quase 400 mil venezuelanos/as que chegam pela fronteira, disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-75a-assembleia-geral-da-organizacao-das-nacoes-unidas-onu>, acesso em: 10/10/2020.

<sup>12</sup> O Conselho é responsável por coordenar as discussões entre os Estados membros, determinar as ações prioritárias e aprovar o orçamento do ACNUR. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/21846-eleicao-do-brasil-para-a-presidencia-do-conselho-do-alto-comissariado-das-nacoes-unidas-para-os-refugiados>, acessado em 10/12/2020.

aos/as militares <sup>13</sup>. Cria-se, com isso, um novo nicho de atuação dentro das FA brasileiras, denominado por alguns autores como “forças militares pós-modernas”<sup>14</sup> (MOSCOS, *et.al*, 1999 apud HIRST, 2018) e ressaltado entre os militares da Operação Acolhida *como aperfeiçoamento do trabalho interagências na área de ajuda humanitária*. Em ambos os casos, a participação militar demonstra como ações humanitárias são definidas geralmente por decisões tomadas dentro de um grupo restrito, sem o diálogo com os/as interessados/as dos países afetados e, por vezes, sem transparência do uso dos recursos (GIMÉNEZ PARDO, 2017, p. 87).

Como observou Giménez Pardo (2017), a colaboração militar em ações humanitárias em diferentes contextos é objeto de tensão entre distintos agentes envolvidos no trabalho humanitário. No acolhimento dos/as migrantes venezuelanos/as não é diferente. Entre as organizações que compõem as redes de acolhimento em Boa Vista e Manaus, existem opiniões divergentes sobre a atuação militar. Representantes de instituições com alguma tradição no acolhimento de estrangeiros e povos indígenas tecem críticas contundentes ao avanço da militarização sobre esse campo de atuação (assunto aprofundado nos capítulos que seguem).

Embora a adesão militar seja voluntária para esse tipo de operação, de acordo com os militares entrevistados, grande parte desse contingente confirmou ter participado anteriormente da MINUSTAH ou de operações militares de pacificação nas favelas do Rio de Janeiro, como dito anteriormente. O “humanitarismo armado”<sup>15</sup> ou o

---

<sup>13</sup> De acordo com Lima (2017, p. 75), no período 2007-2014, 32% do orçamento da cooperação humanitária foi destinado às ações no Haiti, o equivalente a US\$ 125,7 milhões. Enquanto isso, US\$ 235,1 milhões foram destinados para ações humanitárias brasileiras em 103 países, correspondendo a 59% dos recursos. Em outras palavras, os dispêndios com o Haiti representaram mais do que a metade do que fora gasto com outros 103 países durante o mesmo período. No caso da gestão militar do acolhimento venezuelano na fronteira norte do Brasil, conforme Silveira (2019, p.128-129), embora não haja transparência no detalhamento de prestação de gastos específicos com a Operação Acolhida, foi possível mapear R\$ 523.309.007,45 (quinhentos e vinte e três milhões, trezentos e nove mil, e sete reais, com quarenta e cinco centavos) entre 2018 e julho de 2019, concedidos pelo governo federal ao Ministério da Defesa por meio de créditos extraordinários.

<sup>14</sup> O conceito de forças militares pós-modernas se aplica às forças armadas preparadas para enfrentarem ameaças não tradicionais representadas pelas agendas de segurança internacionais no pós-guerra fria. A categoria abrange diversos tipos de missões, tais como: desastre naturais, terrorismos, entre outros. Esse campo de atuação expandiu as ações cívicas militares que exigem maior interação dos militares com diversos atores sociais, desde a população afetada, organismos internacionais, instituições governamentais e não governamentais, entre outros (MOSCOS, *et.al*, 1999 apud HIRST, p.215).

<sup>15</sup> O conceito de humanitarismo armado se aplica às diversas ações de socorro realizadas pelos militares em contextos de crise humanitária. Enquanto a essência de uma força militar pós-moderna repousa na capacidade de cumprir deveres que envolvem lidar com a sociedade, o foco do humanitarismo armado é o próprio alívio e a contribuição da presença militar para assegurar sua eficácia. De uma perspectiva militar tradicional, a ideia de humanitarismo armado pode ser controversa, pois infere a presença militar



*nexus* humanitarismo/securitização revelam uma face contraditória da atuação da cooperação internacional humanitária (MÜLLER e STEINKE, 2018; HIRST, 2018). Ao mesmo tempo que visa proteção dos direitos humanos e fortalecimento de instituições democráticas, pode ser impositivo, autoritário e violar direitos sob o manto de uma *missão eminentemente humanitária*. O que causa ainda mais preocupação é a avaliação positiva da experiência militar vinculada a “processos de pacificação”, geralmente associados à contenção de criminalidades, como prerrogativa para *ajuda humanitária* e, no caso em questão, para o acolhimento de migrantes. Para Müller e Steinke (2018, p.229), a pacificação, no contexto das missões de manutenção da paz, representam “um conjunto de práticas, estratégias, normas e atores que se materializam na supressão de resistências”. No caso do acolhimento de migrantes venezuelanos/as, quais seriam as resistências e qual o benefício do uso de tais táticas?

Os “encontros de pacificação”, que no tocante à Operação Acolhida poderiam ser nomeados como “encontros de emergência humanitária” estimulam múltiplas relações em um espaço urbano que envolve disputa de poder entre atores estatais e não estatais. Assim, a “agência de cooperação internacional” concentra em seu bojo um conjunto de relações e instituições, definido por Cardoso e Costa (2014, p.122-123) como:

O termo agência da cooperação internacional compreende uma grande variedade de instituições que têm como característica principal a atuação em diversos países, prestando apoio financeiro e/ou técnico a grupos, instituições da sociedade civil ou governos. Grosso modo, pode-se classificá-las em três grandes grupos: a) organismos multilaterais de cooperação, vinculados ao sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), ou a blocos de países, como a União Europeia; b) agências nacionais de cooperação, vinculadas aos governos nacionais; c) organizações não governamentais internacionais.

Como mecanismos de intervenção social, a cooperação e assistência internacionais são forças articuladoras do sistema mundial moderno. A ajuda por meio de doações, empréstimos, aportes financeiro, recursos humanos e tecnológica exige um atrelamento dos países receptores aos centros hegemônicos de poder (SILVA, 2012, p.31). A “dádiva” recebida impõe “contradáviva” que pode estar associada à abertura de mercados, monopólios de recursos naturais (ESCOBAR, 2005), mas não se limita a isso (SILVA, 2008). Kelly Silva (2008, p. 142) chama atenção para a cooperação internacional enquanto *dádiva*, que não se restringe “a interesses comerciais ou de

---

como parte de um quadro humanitário maior. Colisões conceituais e práticas dificilmente são evitáveis, uma vez que este prisma afeta a autonomia militar (PION-BERLIN, 2016, p.120 apud HIRST 2018)

subjugação política que orientam a ação dos atores nesse campo, mas também as táticas relacionadas à construção de vínculos de identidade, aliança e honra entre eles”.

Isso auxilia a explicar a participação dos Estados Unidos no financiamento de várias frentes de ações e projetos relacionados ao acolhimento de migrantes venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus. No contexto em que este país impôs várias sanções econômicas à Venezuela e colaborou de forma significativa para o aprofundamento da crise econômica daquele país e, conseqüentemente, na acentuação do processo migratório (FERNÁNDEZ, 2019).

A recusa oficial da ajuda estadunidense pelo governo venezuelano<sup>16</sup> não foi empecilho suficiente para afastar as dádivas norte-americanas que se impuseram pelas brechas das *vulnerabilidades* dos/as migrantes venezuelanos/as por meio da *ajuda humanitária*. A cooperação norte-americana desloca drasticamente a posição dos EUA neste cenário, de suposto malfeitor passou a ser percebido por parte dos/as venezuelanos/as como aliado e benevolente. A *dádiva humanitária* obscureceu as sanções econômicas e as barreiras impostas pelo EUA à entrada de migrantes. Assim como na realidade timorense apontando por Silva (2008, p.145), dadas as diferenças de doações e contexto, cabe aos/às venezuelanos/as a obrigação de receber. A contradádiva não está vinculada ao retorno de recursos financeiros, mas a uma “dívida moral” que coloca parte da população venezuelana em condição de submissão.

A *ajuda humanitária* à população venezuelana em Boa Vista e Manaus é gerida por diferentes organizações governamentais e não governamentais. Cabe destaque, aqui, às agências que pertencem ao sistema ONU. Apesar do esforço em demonstrar imparcialidade e isenção em relação ao contexto político nacional e internacional, as agências da ONU<sup>17</sup>, especialmente ACNUR e OIM expressam por meio dos seus *protocolos* “sensibilidades morais e jurídicas construídas entre elites transnacionais em fóruns globais de interlocução e disputa política” (SILVA, 2012, p.31).

---

<sup>16</sup> A primeira carga de ajuda humanitária enviada pelos Estados Unidos para atenuar a crise vivida na Venezuela chegou no dia 07/02/2019, à cidade colombiana de Cúcuta, na fronteira entre os dois países. O carregamento de 50 toneladas, levado por caminhões, não cruzou a fronteira em razão da recusa do presidente Nicolás Maduro, que considerou o envio um pretexto para uma intervenção norte-americana no país. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/mundo/venezuela-recusa-comida-e-remedios-enviados-pelos-eua-1.2060562>, acesso em 08/02/2019.

<sup>17</sup> A resolução da ONU 46/182/1991 que versa sobre o fortalecimento da coordenação de assistência humanitária de emergência do sistema das Nações Unidas tem como um de seus princípios orientadores neutralidade e imparcialidade.

No decorrer desta tese surgirão alguns exemplos de ações dessas agências que assumem perspectivas colonialistas e verticalizadas. Antes da chegada do Sistema ONU em Roraima, por exemplo, as principais instituições à frente de ações de recepção e acolhimento às/aos migrantes venezuelanos/as eram entidades da sociedade civil organizada e pesquisadores/as vinculados a instituições locais. Pouco tempo depois da chegada da ONU, essas instituições foram perdendo autonomia em relação à gestão, operacionalização de iniciativas de acolhimento e acesso aos/às migrantes nos locais de abrigamento. Os/as assessores/as da ONU passaram a conduzir o modo de fazer acolhimento, delegando funções e determinando espaços de atuação. Aspecto também observado por antropólogos/as em outros contextos, como apontam Kelly Silva (2012) no Timor-Leste e Omar Thomaz (2010) no Haiti.

O conhecimento das “sensibilidades morais e jurídicas construídas entre elites transnacionais” e, de certa forma, a operacionalização destas, determina aos/às assessores/as da ONU certo poder. O empoderamento institucional é uma questão de posição, independe da experiência profissional. Grande parte desse contingente estava pela primeira vez tendo a oportunidade de atuação profissional, após estágios voluntários na instituição. Importante salientar que essa verticalização das relações entre *locais* e *agentes ONU* acontece de formas sutis. Nas relações cotidianas, existia um esforço permanente dos/as *agentes ONU* em forjar relações horizontais e democráticas. Contudo, ao fim e ao cabo prevalecia, na maioria das vezes, *encaminhamentos ONU* baseados em protocolos e convenções internacionais.

#### ***1.4 - Indústria migratória e Sociedade Civil Organizada***

Como foi esboçado anteriormente, existe uma gama de agentes e instituições que participam na “governança” das migrações internacionais sob diferentes rubricas: *ajuda humanitária*, *cooperação internacional*, para citar alguns exemplos. Nesta seção me deterei em refletir sobre o conceito de indústria migratória que abrange uma complexidade de arranjos institucionais que podem contribuir, tanto para controlar e restringir, quanto para facilitar e sustentar a mobilidade humana. No segundo momento, debatarei o conceito de Sociedade Civil Organizada- SCO, componente da indústria migratória constantemente mobilizada pelos/as interlocutores/as como categoria de

diferenciação em relação aos agentes governamentais, ao mesmo tempo que se conforma como parte integrante das ações oficiais.

O conceito de indústria migratória compõe um conjunto de agentes e organizações não governamentais que facilitam a migração internacional. De acordo com Nina SØRENSEN (2017, p.405), atualmente é “quase impossível falar de migração internacional sem falar de indústria migratória”. A indústria migratória não é um tema novo, vem sendo debatido em diferentes campos de estudos ao longo do século XX (LÉON, 2012, p.43). Sob distintas nomenclaturas, tais como, “comércio da migração, negócio mundial ou “comerciantes de migração” (SØRENSEN, 2017, p.405-406), vem ganhando novos contornos e interpretações.

No primeiro momento, a indústria das migrações era percebida principalmente pela prestação de serviços informais e ilegais (SØRENSEN, 2017; LÉON, 2012). Já no final da década de 1990, Robin Cohen (1997) denominou, pela primeira vez, o conceito da indústria migratória e incorporou à rede de facilitadores e intermediários do processo migratório aqueles prestadores de serviços legais como advogados particulares, agentes de viagem, recrutadores, entre outros (COHEN, 1997 apud SØRENSEN 2017, p.405).

Na tentativa de aprofundar o tema Rúben Hernández León (2012, p.41-46) chama atenção para conexões estabelecidas entre o país de origem e o país receptor e a mediação da indústria migratória com os demais agentes, denominados por ele como “atores chave” do processo migratório internacional, tais como governo, empregadores, migrantes e organizações de defesa dos migrantes. Para esse autor, existem duas tendências nesses estudos que dão (I) ênfase à atuação de coiotes e servem como justificativa para o enrijecimento do controle migratório pelos países receptores; (II) que dão centralidade ao envio de remessas, refletindo o interesse do país de origem em captar e utilizar os recursos. Ambas as perspectivas, alerta o estudioso, são incipientes para compreender a complexidade da indústria migratória, sua estrutura e sua participação nas diferentes etapas do processo social da migração internacional.

Refletindo sobre as limitações dessas abordagens em relação à complexidade de atores que compõem o conceito de indústria migratória, Rúben Hernández León (2012, p.41-45) propõe:

La industria de la migración es el conjunto de empresarios, negocios e infraestructuras que, motivados por la búsqueda de ganancias económicas, prestan servicios que facilitan y sostienen la migración internacional (...)incluyen las actividades legales, ilegales, formales e informales y la

interacción y articulación de la industria de la migración con los actores clave del proceso social de la migración internacional: gobiernos, empleadores, migrantes y sus redes y organizaciones defensoras de migrantes.

Embora León (2012) aponte para a necessidade de uma conceptualização mais ampla da indústria migratória considerando a sua conexão com mecanismos legais e ilegais; agentes estatais e não estatais; o autor assinala o lucro como principal elemento motivador da prestação de serviços que contribuem para as diferentes etapas do processo migratório e, conseqüentemente, exclui as organizações não governamentais sem fins lucrativos como parte integrante da indústria migratória.

Thomas Gammeltoft-Hansen e Ninna SØRENSEN (2013) avançam na conceptualização de indústria migratória ao incorporar como parte integrante, além dos prestadores de serviços citados por León (2012): (I) “os promotores do controle” (empresas particulares que executam serviços de controle migratório, detenção e retorno forçado sob a gestão e coordenação dos governos de cada país receptor); (II) os atores não governamentais que desenvolvem ações que contribuem para a migração internacional sem, necessariamente, visar o lucro e/ou acumulação de capital (ONG’s, movimentos sociais e religiosos) (SØRENSEN e GAMMELTOFT-HANSEN, 2012).

Com o objetivo de estabelecer uma definição de um conceito de indústria migratória que dê conta da complexidade de atores e das relações que compõem e atuam de forma direta e indireta no processo social da migração internacional, Nina SØRENSEN (2017, p.407) sugere a redefinição do conceito “como o conjunto de atores não estatais que fornecem serviços que facilitam, restringem ou prestam assistência na migração internacional”. A nova definição congregou instituições e agentes que colaboram em ações e controle migratório estatais (“Promotores do controle” - SØRENSEN, 2017, p.406); assistência social/defesa dos migrantes (“indústria de regaste” – AUGUSTIN, 2007) e os/as que executam ações ilegais, de abusos, extorsão, entre outros (“indústria criminosa”- MARTINEZ, 2012).

No caso específico desta tese, me ocuparei em refletir e problematizar a participação de atores envolvidos em atividades legais de prestação de serviços de apoio e assistência às/aos migrantes venezuelanas/os (ONG’s; Movimentos sociais, grupos religiosos e Agências internacionais). Divergindo um pouco da fundamentação de SØRENSEN (2017), não descarto totalmente a obtenção de lucro como aspecto propulsor da prestação de serviços. O lucro aqui não é entendido apenas pela aquisição

monetária, mas também pelo ganho de prestígio e visibilidade política que pode ser adquirido de forma indireta. Os benefícios vão desde a captação de recursos para execução de projetos/ações, manutenção de altos salários, ascensão na estrutura hierárquica interna das instituições, até a ampliação do escopo de atuação institucional.

A Sociedade Civil Organizada- SCO representa um segmento importante deste compósito de relações. Em se tratando do acolhimento de migrantes venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus, representa a maioria das entidades não estatais atuantes (conforme veremos no capítulo 5). O termo SCO é acionado de forma recorrente pelos agentes de acolhimento como par de oposição aos agentes/gestores governamentais. Veremos a seguir que essa diferenciação pode tanto representar uma contraposição de atuação, quanto complementariedade nas ações executadas.

A noção de sociedade civil, como pude perceber durante a pesquisa de campo e, como também assinala Melo (2014, p. 49) “apresenta-se como uma categoria explicativa da própria sociedade”. Ao mesmo tempo, a noção emerge no Brasil como projeto popular de ampliação da democracia com incidência política em espaços decisórios e de desenvolvimento social para populações vulneráveis onde não havia respostas estatais satisfatórias (LANDIM,1993; COHEN,2003; MOURA, SILVA,2008).

No campo das ciências sociais existe um amplo debate sobre o conceito. A SCO abrange complexos arranjos institucionais “designando desde empreendimentos cívicos, associações voluntárias e organizações sem fins lucrativos até redes mundiais, organizações não-governamentais, grupos de defesa dos direitos humanos e movimentos sociais transnacionais” (COHEN, 2003, p.419). Apesar de existir discordância entre estudiosos/as sobre os limites da autonomia e separação da SCO em relação ao Estado e ao mercado, existe um consenso entre grande parte dos/as autores/as que a SCO representa uma esfera diferente e às vezes oposta ao estado (LANDIM,1993; DAGNINO, 2002; LAVALLE, 1999). “Inclusive, quase sempre associações assistemáticas e formas de expressão pública independente<sup>18</sup>” (COHEN, ARATO, 1994, p.74)

Por outro lado, o desenvolvimento de ações em campos diferentes entre Estado/governo e a SCO, não necessariamente implica que estejam em lados opostos,

---

<sup>18</sup> Tradução própria.

mas possuindo vínculos e se influenciando mutuamente (MOURA, SILVA, 2008, p.46-47). À guisa desta questão, Marques (2004) chama atenção para necessidade de se compreender a *permeabilidade* inerente à sociedade civil e ao Estado, bem como os vínculos entre agentes da SCO e agentes das instituições político-administrativas. O que, nos termos de Léon (2012), pensando a indústria migratória, representaria a interação com “atores chave” do processo migratório internacional.

Partindo desse pressuposto, analisarei na próxima seção os dilemas inerentes a essas interações, implicados na execução da *ajuda humanitária*. A consolidação de um coletivo de agentes e instituições pode promover a garantia e a defesa dos direitos humanos dos/as migrantes, mas também, por vezes, pode ajudar a executar iniciativas de controle da mobilidade humana sob a égide da exclusão e contenção da diferença.

### **1.5 - Humanitarismo e securitização**

A promoção de ações ditas humanitárias tem vínculo estreito com a noção de “crise humanitária”. A “crise humanitária” é concebida como “qualquer situação na qual há ameaça generalizada à vida, à segurança física, à saúde ou à subsistência básica, que vai além da capacidade de respostas dos indivíduos e comunidade na qual residem” (MARTIN, 2014, *et.al*, apud RAMOS, 2017, *et.al*, p.32)

A intensificação do processo migratório venezuelano fruto da atual instabilidade política e econômica do país provocou uma série de iniciativas neste sentido. As ações humanitárias desenvolvidas em Boa Vista e Manaus são justificadas: (I) pela necessidade de amenizar e sanar as precariedades e vulnerabilidades de venezuelanos/as que fogem da crise instaurada no seu país de origem; (II) *proteger a sociedade roraimense e manauara do impacto negativo da chegada venezuelana com pessoas vagando nas ruas, pedindo e em condição subumana*<sup>19</sup>. Tais justificativas descortinam que as ações humanitárias direcionadas aos/às migrantes venezuelanos/as caminham lado a lado com as medidas de securitização e higienização social. O perigo apontado pelo militar não está associado apenas à criminalidade e à eminente violência que os/as recém-chegados/as possam vir a causar aos/às brasileiros/as, mas às suas condições precárias de vida (BUTLER, 2011). A “vida nua” descortinada pelas

---

<sup>19</sup> Trecho extraído da entrevista com o militar responsável pela gestão de um abrigo em Boa Vista.

condições de ruas e de pedintes, causa a “desumanização da pobreza” e os/as transformam em gente perigosa e *indesejável* (CORTINA, 2017; FELDMAN-BIANCO, 2017),

Essa posição dúbia da participação do Estado em ações humanitárias direcionadas à população migrante venezuelana, ora se apresentando como mecanismos de defesa dos direitos humanos, ora reforçando mecanismos de controle e restrição à mobilidade humana, foi observada em outras pesquisas sobre migração venezuelana em diferentes países, tais como Colômbia, Peru, Equador, Chile, Uruguai, México e Espanha (LOUIDOR, 2018; KOECHLIN, 2018; RAMIREZ, *et.al*, 2019; STEFONI e SILVA, 2018; SUÁREZ E TREJO, 2018; DEKOCKER, 2018). Isso não significa que esse modelo de *resposta humanitária* seja uma prerrogativa apenas dos/as migrantes venezuelanos/as, dada a motivação específica do seu deslocamento, mas, ao contrário, como observaremos, é uma prática recorrente em diferentes contextos mundiais (HIRST, 2017). O que as distingue são as justificativas e formas de intervenções.

O termo ação humanitária está presente em diferentes documentos oficiais no âmbito da cooperação internacional e, sobretudo, das agências da ONU. Entendida como:

Mobilização de esforços humanos e materiais que tem como objetivo principal prevenir e aliviar o sofrimento humano em situações de conflitos, guerras, perseguições outras formas de violência e abusos, desastres naturais ou provocados pela ação humana, emergências sanitárias, bem como graves rupturas de natureza políticas, econômicas e social, nas quais há o comprometimento significativo da vida e da segurança humana (RAMOS, *et.al*, 2017, p.31)

Ações tidas como humanitárias têm sido, nas últimas décadas, os elementos de justificativa para o avanço de políticas de securitização. Os trabalhos de Rúben Hernández León (2012), Feldman-Bianco (2015), Piscitelli e Lovenkron (2015), Dias (2014) e Hirst (2017) indicam como determinadas injunções humanitárias, como o caso do combate ao tráfico de pessoas por exemplo, são utilizadas para efetuar o controle do deslocamento de sujeitos *indesejáveis*, ao mesmo tempo em que se afirma um discurso moralizante anti-prostituição e humanitário. De uma tacada, evita-se a entrada de estrangeiros sob a égide moral do perigo da prostituição e também se retira do país estrangeiros ligados à prostituição, mesmo que voluntária, sob o título de “ações humanitárias”. São movimentos contemporâneos de higienização social, amparados legalmente em noções humanitárias.



A atuação das Forças Armadas em contexto de emergências vem se expandindo no âmbito da América Latina. Analisando esse cenário que apresenta diferentes lógicas e perspectivas sobre soberania e segurança nacional, Mônica Hirst (2017, p.174) questiona “se a militarização das ações humanitárias poderá implicar sua subordinação às lógicas da securitização?”. Acrescentaria ainda: quem define a emergência e quem determina o perigo e a ameaça na agenda global? De acordo com a autora, em termos “políticos e normativos”, a região apresenta duas perspectivas: (I) vinculada com preceitos intervencionistas; (II) direcionada à articulação da defesa da soberania com a solidariedade e a não indiferença. Essas diferentes visões apontam para paradoxos em relação à legitimidade da intervenção internacional, à medida que o entendimento do que é considerado crise humanitária resulta das percepções de um conjunto de atores governamentais, agências multilaterais e ONG’s. Esse coletivo, conforme a cientista política, pode intensificar condutas protecionistas que provocam tensões e impedem o atendimento aos setores sociais mais vulneráveis (*idem*).

As condições de vítima e/ou vitimizador/a, como alerta Ana Guglielmucci (2016), assumem uma estreita relação. De acordo com a antropóloga, as posições são ambíguas e podem ser trocadas. Por isso precisam ser compreendidas com base nas relações sociais em que são operacionalizadas. A experiência migrante venezuelana em Boa Vista e Manaus demonstra que a classificação de vítima e vitimizador é flexível e bastante variável. De pessoas vulneráveis que exigem cuidados, podem passar a ser percebidos/as como possíveis criminosos/as e infratores/as. Ser ou não ser *vítima* e *vitimizador/a*, exprime um apelo moral “vinculado ao processo histórico, social, cultural, político e econômico”. A vítima é objetivada por elementos que identifiquem e a reconheçam como tal. Esse processo de vitimização mobiliza diferentes agentes que estabelecem o uso e os critérios legais de quem pode ou não ser categorizado como vítima (GUGLIELMUCCI, 2017, p.87-89).

O apelo à condição de vítima é apropriado por diferentes grupos e serve para legitimar distintos interesses. Recuperando a análise de Samet, Guglielmucci chama atenção como essa categoria foi apropriada nas lógicas de discursos tanto por chavistas quanto por opositores (SAMET apud GUGLIELMUCCI, 2017, p.86). A vitimização atribui *passividade* à vítima que passa a necessitar de intervenção e reparação por parte do Estado e de outras instituições não governamentais (como descrito anteriormente). Essa associação ao processo coletivo obscurece a agência dos sujeitos. No entanto, ser

vítima exige para além de classificação atribuída externamente, a autopercepção e identificação dos sujeitos que se apropriam desta condição para modificar as causas e as consequências das violações enfrentadas (*idem*, p.89).

No pêndulo entre a classificação de vítimas e vitimizadores/as, as ações de acolhimento aos/às venezuelanos/as tendem a colocar em prática procedimentos que se legitimam pela apelação a uma razão humanitária (vítima) e de securitização (vitimizador) que transcende prerrogativas estatais e transnacionais. As *políticas do sofrimento* (FASSIN, 2014) se entrelaçam com as *políticas da hostilidade* (DOMENECH, 2020). A justificação de um trabalho de reparação parece caminhar lado a lado com um processo de *humanização do controle*.

Outro aspecto contemporâneo da ação humanitária como um mecanismo de higienização social pode ser observado nos campos de refugiados ao redor do mundo. Lugares de exceção variada, de isolamento e contenção de estrangeiros: lugares que tentam impedir o fluxo de pessoas, de formas diferenciadas. Assim como as políticas humanitárias que escondem intenções de securitização, os “campos de refugiados” são controlados a partir de discursos humanitários que servem, ao fim e ao cabo, como afirmam vários autores, para produzir exclusão e contenção da diferença. Fassin (2007), Agier (2006) e Agamben (2002;2004) são alguns dos autores que refletem sobre o lugar dos campos de refugiados, a partir de contextos diferentes. O campo de refugiados aparece tanto como lugar de exceção quanto como um lugar de diferenciação em relação ao seu entorno, seja espacial ou legalmente. Desde uma perspectiva que os despolitiza (AGAMBEN 2002;2004) até uma antropologia propriamente política dos refugiados (MALKKI, 1995), no que se refere ao próprio campo de refugiados, há uma concordância quanto ao seu caráter de separação do mundo “normal”. Lugar onde as regras são diferentes, onde as leis são diferentes.

Há uma constante despolitização dos/as migrantes (AGIER 2010), construída a partir das entidades de intervenção humanitária, mas há espaços para uma produção de resistência pelos sujeitos. Há, portanto, ambiguidades presentes nesses espaços, como destaca Rancière (2004): biopoder desumanizador versus a capacidade de resistência a essa desumanização. Mas há a tendência, nesses espaços, de que os direitos humanos passem a ser vistos como “direitos humanitários”, ou seja, o direito de ser administrado por uma política humanitária. Um direito de ser tutelado e ocasionalmente expulso ou permanentemente mantido nos espaços de exceção dos campos de refugiados.

No Brasil, tanto a nova lei de migrações<sup>20</sup>, oficialmente articulada sob a égide dos direitos humanos, como as políticas de regulação do refúgio, seguem cada vez mais a mesma lógica de securitização e higienização. Veremos aqui, com base no caso do gerenciamento dos refugiados/solicitantes de refúgio/migrantes venezuelanos/as, como as políticas brasileiras avançam ainda mais no sentido de constituição do conjunto de estrangeiros/as como sujeitos de desconfiança, de necessidade de controle de segurança, higienização e saúde. A securitização é entendida, compartilhando o pensamento de Hirst (2017, p.143-144), “como um processo de irradiação que extrapola o âmbito dos Estados, ativado pela identificação de ameaças que justificam políticas e práticas para conter e/ou prevenir as mesmas”.

O gerenciamento do refúgio no Brasil é, em geral, terceirizado para entidades não governamentais, com financiamentos do governo brasileiro ou de entidades internacionais como o ACNUR. Isso significou, aparentemente, uma recusa ao modelo do campo de refugiados, em troca de um gerenciamento terceirizado. Ainda que autores como Perin (2013) indiquem que a profusão de processos burocráticos a que estão sujeitos permita a ideia de um “campo de refugiados sem cerca”, dada a forma como a exigência de documentação acaba por limitar a mobilidade desses migrantes, temos um cenário onde formalmente a liberdade das pessoas não estaria delimitada (MOREIRA 2012).

Entretanto, a experiência da militarização do gerenciamento dos/as migrantes no norte do Brasil apresenta uma mudança na política migratória brasileira, apontando para uma aproximação ao modelo de campo de refugiados aplicado mundo afora. Embora não sejam campos de refugiados *stricto sensu*, há uma série de aproximações que podemos realizar com os exemplos narrados pelos autores acima, indicando a constituição de um modelo híbrido de campo de refugiados sob a figura dos abrigos administrados pelos militares em Roraima e no Amazonas. Isso tem implicações óbvias para um reforço na perspectiva de gerenciamento dos/as estrangeiros/as a partir de uma política de securitização, sob a égide do medo, da ameaça e da desconfiança (VASCONCELOS e MACHADO, 2018, p.4). A união entre militares e agências

---

<sup>20</sup> A Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017, disciplinou a migração no Brasil e estabeleceu princípios e diretrizes para as políticas públicas para o imigrante. Também a nova Lei de Migração substituiu a Lei n. 818/49 (regula a aquisição, a perda e a reaquisição da nacionalidade e a perda dos direitos políticos) e a Lei n. 8.615/80 (Estatuto do Estrangeiro), que tratava o não nacional como uma ameaça aos brasileiros e à imigração como uma questão de segurança nacional (MENDES E BRASIL, 2020).

internacionais na gestão dos abrigos (capítulos 3 e 4 desta tese) causa efeito aproximado à gestão de um campo de refugiados tradicional na França. Inclusive com a capacidade de dissolver as pessoas, tirá-las de vista, como se estivesse “escondendo” um problema ao reunir os “indesejáveis” nesses espaços de semiconfinamento.

No contexto de uma história da globalização, o período de pós-guerra fria inaugurou transformações na administração da violência com a descentralização desta, a reorganização das Nações Unidas, a institucionalização das operações de paz com o incremento de serviços militares voltados para atividades civis, humanitárias, policiamento e desenvolvimento. O militarismo foi “globalizado” enquanto prática cultural e ideologia que passa a permear diferentes domínios da vida social (GUSTERSON, BESTEMAN, 2019, p.3).

Nas palavras de Catherine Lutz (2002, p.723), uma das principais antropólogas estudiosa do militarismo, o processo de militarização “reformulou quase todos os elementos da vida social global. Isso envolve uma intensificação do trabalho e recursos alocados para fins militares, incluindo a formação de outras instituições em sincronia com objetivos militares”. A perspectiva da securitização da vida social vem se expandindo na faixa de fronteira Brasil-Venezuela. Corroborando com os argumentos de Lutz, já foram destinados centenas de milhões de reais nos últimos anos para as atividades da Operação Acolhida<sup>21</sup>. A execução das ações conta com a expertise de Organizações Internacionais de ação humanitária, ligadas ao sistema ONU, que reportam relações de hierarquia, controle e tutela nas políticas de acolhimento. Nas palavras do Major. S:

Nós tínhamos (FA brasileiras) uma pequena experiência de trabalhos interagências com operações contra ilícitos. Agora com o novo viés e entrada de novos atores que são as agências internacionais que são “experts” nessa área de ajuda humanitária em outras partes do mundo em outro contexto. Na maioria das vezes em contexto de beligerância, houve uma guerra estão lá para prestar ajuda. Assim, aqui é inovador até mesmo para essas agências porque o contexto não é de guerra, mas de ajuda humanitária em virtude de uma crise socioeconômica.

É possível notar que existe um esforço em evidenciar o caráter humanitário da missão. Do ponto de vista do militar, isso se aplicaria até mesmo no contexto da atuação

---

<sup>21</sup> O Governo Federal, por meio da Ação Orçamentária 219C, destinou ao Ministério da Defesa para a Operação Acolhida, nos exercícios dos anos 2018, 2019 e 2020, montantes respectivamente de aproximadamente de R\$ 265 milhões, R\$ 270 milhões e R\$ 303 milhões, valores que representam os orçamentos atualizados de recursos destinados ao acolhimento, interiorização e fortalecimento do controle de fronteiras (ALBUQUERQUE, OLIVEIRA, 2020, p.80).

das Organizações Internacionais. Contudo, como problematizado anteriormente, as agências internacionais reproduzem a perspectiva da securitização. A inserção das FA brasileiras na gestão das políticas de acolhimento primeiramente em Roraima e, posteriormente, em Manaus, é vista com bons olhos por essas instituições, pois mascaram os campos de tensões produzidos pelas críticas pautadas por instituições da Sociedade Civil Organizada- SCO que participam do processo de acolhida desde o início (muito antes da chegada do governo federal por meio das FA). Tal situação retira o contraditório, uma vez que as FA são imbuídas de uma estrutura hierárquica rígida que funciona completamente e não permite espaços flexíveis de interlocução.

As FA brasileiras tornaram-se as fiéis depositárias da gestão governamental da migração venezuelana em Boa Vista e Manaus. Durante a pesquisa de campo, na maioria das vezes que solicitava informações sobre a população migrante aos órgãos municipais e estaduais, era orientada a requerer dos/as militares vinculados à Operação Acolhida que tinham “maior controle e sistematização das informações”. A OA se constituiu como uma esfera administrativa relativamente autônoma, presente ou representada por signos próprios. Um exemplo é a bandeira da Operação, posicionada estrategicamente ao lado das bandeiras do Brasil, dos estados e dos municípios, indicando quem está no comando.

**Figuras 1 e 2 - Bandeira de Cor Azul da Operação Acolhida hasteada com as bandeiras do Brasil, Roraima e Boa Vista.**



Fonte: autoria da pesquisadora, Boa Vista, outubro 2018

**Figuras 3 e 4- Bandeira de Cor Azul da Operação Acolhida hasteada com as bandeiras do Brasil, Amazonas e Manaus.**



Fonte: autoria da pesquisadora, Manaus, dezembro 2019

Com base nas categorias apresentadas e refletidas aqui é possível entender que as *ações ditas humanitárias* são um campo de forças em disputa que se auto influenciam. Embora operem sob o prisma da imparcialidade e neutralidade e tenham como foco a égide da defesa dos direitos humanos, a sua manutenção e efetividade exige negociações, as quais são mediadas por diferentes agentes internos e externos. Os atores e mecanismos mobilizados pelos países em resposta às crises humanitárias são instrumentos reveladores de como essas *ações humanitárias* são encaradas.

No caso específico do acolhimento venezuelano no Brasil, a transferência das ações do ministério da justiça para o ministério da defesa por meio da gestão das Forças Armadas Brasileiras é igualmente reveladora. Ainda que sejam inegáveis as transformações positivas ocorridas com o aporte logístico implementado pelas FA no âmbito do abrigo, não se justifica o silenciamento das práticas de controle e tutela nas políticas de acolhimento. Os exemplos que seguirão ao longo desta tese me permitem sugerir que o Brasil, a partir da experiência do *acolhimento* de migrantes venezuelanos/as, vem acompanhando uma tendência internacional de recrudescimento de iniciativas de controle migratório sob o manto do humanitarismo e da solidariedade universal.

## Capítulo 2 – A migração venezuelana

*Não tenho mais família,  
Não tenho mais trabalho,  
Não tenho casa,  
Não tenho carro,  
Não tenho profissão,  
Eu só tenho fome!<sup>22</sup>*

País acostumado a receber imigrantes, desde a década de 1980 a Venezuela vem apresentando uma tendência de aumento das suas emigrações. Um processo que vem se acentuando a partir da década de 2000. Uma instabilidade política de longo prazo estimulou a saída de profissionais altamente qualificados/as, mesmo nos períodos de prosperidade garantidos pelos altos preços do petróleo (FREITEZ, 2011; VAZQUEZ, 2012).

A demógrafa Anitza Freitez, coordenadora do Instituto de Investigações Econômicas e Sociais da Universidade Católica Andres Bello na Venezuela, alertava para a tendência de crescimento da emigração Venezuelana, que já leva três décadas. Ela diz isso baseada em dados fornecidos por órgãos internacionais dos países acolhedores, uma vez que o governo venezuelano não realiza levantamentos estatísticos sobre o tema. De acordo com a estudiosa, num primeiro momento a informação não causava grandes repercussões nos países acolhedores, à medida que os migrantes não produziam demandas sociais nestes países. Mas, ao contrário, sua força de trabalho qualificada gerava transferência de riqueza (FREITEZ, 2011, p. 14). O que vem ocorrendo atualmente é justamente o oposto. As pessoas chegam ao Brasil, especificamente a Boa Vista e Manaus, carentes de saúde, alimentação e moradia, sendo geralmente encaradas pelas três esferas de governo como crise migratória e problema social<sup>23</sup>.

De acordo com o ACNUR (2020) mais de 5 milhões de pessoas estariam fora da Venezuela. A vasta maioria estaria na América Latina e Caribe. De acordo com a Plataforma de Coordenação Regional Interagência (R4V), até agosto de 2020, estimava-se que existiam mais de 1,722,919 imigrantes venezuelanos na Colômbia, mais de 1,043,460 no Peru e apenas cerca de 262,475 no Brasil. Ainda que em

---

<sup>22</sup> Súplica de um migrante, gravada na memória da Ir. Gema, colaboradora da Pastoral do Migrante em Manaus.

<sup>23</sup> Tratarei deste assunto no próximo capítulo.

comparação com dados de outros países como a Colômbia que já recebeu quase dois milhões de venezuelanos/as nos últimos anos, o impacto da presença venezuelana em Roraima e Amazonas não pode ser minimizado.

Antes de adentrar na realidade do acolhimento recebido no Brasil, é necessário apresentar, ainda que brevemente, o lugar da Venezuela na geopolítica internacional e as transformações políticas e econômicas ocorridas no país nas últimas décadas. Complexo contexto no qual se desencadeia uma chamada “crise humanitária”, como é percebida em âmbito internacional. A ideia de “crise” proporciona o combustível conceitual necessário para mobilizar um complexo de ações humanitárias direcionadas aos/às migrantes venezuelanos/as no Brasil e em outros países. É preciso, portanto, conhecermos o que se entende por esta “crise” venezuelana.

Na primeira seção deste capítulo apresento aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos que são apontados como propulsores da mobilidade venezuelana. Com base na bibliografia consultada, é possível constatar que a acentuação da migração venezuelana é resultado de múltiplos fatores decorrentes de um processo histórico que é conceituado geopoliticamente por meio de distintas perspectivas. As transformações políticas e econômicas apresentadas evidenciam distintas etapas do processo migratório venezuelano indicadas por estudiosos sobre o tema na Venezuela e na América Latina.

Na segunda seção apresento como, desde as primeiras aproximações etnográficas, as satisfações das necessidades nutricionais ocuparam um papel preponderante nos projetos migratórios de venezuelanos/as e suas famílias. A busca pela comida colocou os indivíduos em movimento, acionando e modificando distintas formas de agências. Veremos como migrantes venezuelanos/as percebem a chamada “Dieta de Maduro”, atribuindo contornos políticos aos infortúnios causados pela carência e ausência de alimento. A centralidade do nutrir enquanto mecanismo propulsor da mobilidade faz com que indivíduos obliterem diferenças sociais existentes no país de origem e circulem em diferentes posições nos atos de adquirir, enviar e comer juntos no Brasil. Por fim, descrevo o testemunho de uma experiência de deslocamento à fronteira Brasil/Venezuela. A trajetória revelará diferentes perspectivas sobre o projeto migratório e os desafios enfrentados por aqueles/as que se colocaram em movimento.

Na terceira seção, aponto para as transformações provocadas na fronteira Brasil/Venezuela com o incremento da mobilidade. A intensificação do deslocamento



venezuelano em busca da comida modificou as atividades produtivas locais e impactou nas relações comunitárias estabelecidas. As transformações não foram apenas no espaço, mas também nos processos sociais e culturais existentes na fronteira. As *diferencialidades* eclipsadas pela convivência cotidiana entre moradores/as brasileiros/as e venezuelanos/as na pequena Santa Elena tornaram-se mais evidentes com a chegada dos/as desconhecidos/as de outras partes do país. A consolidação de processos burocráticos e o controle estatal do deslocamento transfronteiriço fez com que os/as moradores/as brasileiros/as e venezuelanos/as se enxergassem enquanto migrantes em ambos os lados da fronteira, o que não ocorria anteriormente.

Na última seção, apresento a instalação da Operação Acolhida e todo aparato institucional e governamental envolvido no *ordenamento da fronteira* e na recepção dos/as venezuelanos/as em Pacaraima. As descrições são fruto de uma visita guiada por militares e da interlocução com migrantes que experimentaram os serviços ofertados na fronteira. A caracterização do espaço e o ponto de vista dos militares revelam um empenho em distinguir a Operação enquanto uma missão considerada *eminentemente humanitária*. Ao mesmo tempo que também demonstra a reprodução de práticas restritivas e de controle.

### **2.1 Venezuela: da abundância à escassez**

Como muitos de seus *paisanos/as*, Crisco (67 anos) também cultivava em sua memória o mito heroico e as correntes políticas que prometiam melhores condições de vida para Venezuela. Pertencente a uma família numerosa, adorava ouvir histórias contadas por seus avós na cozinha entre *arepas* quentes acompanhadas de café com leite. Filha da “democracia venezuelana”, como se intitula, cresceu em Los Jardines del Valle, bairro popular da cidade de Caracas, tinha cinco anos quando, em 23 de janeiro de 1958 foi deposto o último ditador da Venezuela, o militar Marcos Pérez Jiménez. Desde então somente conhecia ares de liberdade e os esforços para fazer da democracia o melhor estilo político da Venezuela, respeitando as diferentes correntes ideológicas presentes no país. Em meados dos anos de 1950 a Venezuela viveu um processo de democratização marcado por conflitos e forças políticas que foram basilares na consolidação da representatividade de diferentes correntes políticas e segmentos sociais nas esferas de poder estatal (MENDES, 2010; FERREIRA, 2006).

O petróleo é o elemento central na composição desse cenário. O “ouro negro” foi responsável por mudanças expressivas na economia e na política do país. A descoberta dos primeiros poços de petróleo, ainda na década de 1920, atraiu expressivo capital estrangeiro e consolidou um aparato estatal forte responsável pela distribuição da maior parcela de riqueza do país (FERNÁNDEZ, 2019). A vinculação entre capital e Estado mediada pela produção e renda petrolífera se manteve presente no processo de democratização do país. Apesar do envolvimento das camadas médias e populares nos rumos políticos com a organização de lutas de classe, não houve modificações nas formas de apropriação do regime capitalista (MENDES, 2010, p.33).

Durante o processo de democratização, o grupo político da ala socialista precisou realizar uma aliança com os militares dissidentes do governo central para ascender ao poder. Paradoxalmente, a aliança civil-militar foi responsável pelo fim da ditadura militar no país e a inauguração da democracia representativa com as primeiras eleições diretas. Isso, por sua vez, acarretou numa série de mudanças políticas, enfraquecendo o poder de oligarquias locais e fortalecendo o governo central, especialmente o exército. Entre as décadas de 1950 a 1970 a Venezuela foi referência de democracia na América Latina, com alternância de poder nos mandatos e a liberdade de atuação de entidades de classes, como sindicatos e associações (MENDES, 2010, p.7-8).

Por outro lado, a centralização da produção petrolífera como a principal atividade econômica do país proporcionou uma economia dependente que exportava produtos primários e dependia da importação de bens de consumo de grandes potências econômicas, especialmente dos Estados Unidos. A influência da atividade petrolífera perpassou os chãos das fábricas estrangeiras no país, marcada por distintas lógicas de consumo e de produção da sociedade venezuelana “pautada pelas relações com o Estado e a configuração de subjetividades que naturalizavam a dominação do modelo norte-americano” (FERNÁNDEZ, 2019, p.180).

Apesar de iniciativas governamentais que incentivassem a modificação do modelo de importação do país, como o fomento à reforma agrária e à diversificação da produção industrial, foram poucos os avanços. Os financiamentos dessas ações dependiam de recursos estatais e estrangeiros que eram impactados diretamente pelas variações de demandas e restrições de comercialização do petróleo em âmbito internacional. Em contrapartida, as demandas por programas sociais eram permanentes

e crescentes (MENDES, 2010, p.34-35). Em outras palavras, a manutenção do estado e da estrutura produtiva do país era diretamente dependente dos recursos gerados pela comercialização do petróleo. Os limites da comercialização do produto traduziam-se em limites da capitalização e manutenção de políticas governamentais do Estado Venezuelano. A vasta quantidade do petróleo no país, associada ao baixo custo de produção e alto preço para venda, em determinadas conjunturas, tornava mais lucrativo usar o capital gerado pelo petróleo na compra de produtos para o consumo em detrimento do fomento às indústrias nacionais (*idem*).

Do início da década de 1970 ao início da década de 1980, houve uma efervescência gerada pela alta do barril do petróleo que chegou ao seu auge no mercado internacional<sup>24</sup>. A injeção surpreendente de capital no país garantiu a estabilidade econômica e permitiu o fortalecimento de políticas de proteção social que não acarretariam o aumento de carga tributária. Isso agradou as camadas altas, médias e populares, à medida que não impactou em impostos aos ricos, aumentou o poder de consumo da classe média com a valorização da moeda em relação ao dólar e ampliou o acesso às políticas e programas sociais das classes populares (MENDES, 2010, USECHE e LINÁREZ, 2018).

Recordando sobre esse período, em uma de nossas inúmeras conversas sobre a nostálgica Venezuela que habitava a sua memória, Crisco contou-me sobre a *Tribu Tá Barato! Dame dos!* Com sorriso no rosto e, ao mesmo tempo, um ar de melancolia, relembrou da época da bonança em sua terra natal. De acordo com ela, Miami era o destino preferencial do roteiro turístico de compras da classe média venezuelana. Os traços idiossincráticos da cultura venezuelana os tornavam, aos seus olhos, uma tribo, fortemente identificada pelos/as vendedores/as locais. Sempre que perguntavam o preço de algum produto, os/as turistas venezuelanos/as, considerando barato em relação ao seu alto poder aquisitivo, admiravam-se com o valor e exclamavam: *Tá barato!, ¡dame dos!*”. A expressão tornou-se popular nos idos da década de 1970 até o início da década de 1980, período já apresentado anteriormente, que ficou conhecido como o tempo da “Venezuela saudita”<sup>25</sup>, no qual o país foi fortemente capitalizado com

---

<sup>24</sup> De acordo com Mendes (2010, p.35), o preço do barril do petróleo teve aumento de 300% em poucos meses.

<sup>25</sup> Expressão utilizada em analogia aos países saudistas exportadores de petróleo pertencentes à Organização de Países Exportadores de Petróleo- OPEP.

recursos estrangeiros em virtude do aumento do preço do petróleo no mercado internacional e da nacionalização da indústria petrolífera (RAMÍREZ, et.al, 2019).

Para Moisés Naim (1985), a Venezuela vendia no exterior a imagem de um certa “ilusión de armonía”. Para esse autor, a conjuntura dos preços do petróleo naquela época projetava uma sensação de bonança, o que na verdade era apenas ilusão, uma vez que não havia investimento em mecanismos sólidos de desenvolvimento econômico e social. A injeção de divisas produziu o crescimento do produto interno bruto do país com o aumento do padrão de consumo da população, crescimento de obras de infraestrutura e atração de migrantes de outras partes da América Latina, tais como, Colômbia, Peru, Argentina, Uruguai e Chile (USECHE e LINÁREZ, 2018).

Como toda ilusão, a realidade tende a se impor. A partir do início da década de 1980 esse modelo econômico começa a dar sinais dos seus limites. Fica cada vez mais difícil para o Estado venezuelano manter as políticas sociais e a estrutura burocrática marcada pela corrupção, mesmo com o petróleo em alta. No contexto internacional e, especialmente, América Latina, passava por um período de recessão econômica que impactou na comercialização do produto. Com o declínio do preço do petróleo, o governo venezuelano se viu obrigado a tomar uma série de medidas para contornar as debilidades econômicas instauradas no país, tais como: desvalorização da moeda nacional; aumento da gasolina dentro do país; redução da estrutura burocrática do estado e de investimentos sociais (MENDES, 2010, p. 39-40). Isso contribuiu para reduzir o padrão de consumo da classe alta e média e a limitação de políticas sociais direcionadas para as classes populares (LÓPEZ MAYA, 2006, p.23).

Nos anos seguintes, houve inúmeras tentativas para contornar a instabilidade econômica mediadas por inspirações liberais (reestruturação da política de controle de preços – reajustes e liberação; congelamento do salário de funcionários públicos; privatização de serviços essenciais) que, contraditoriamente, mantinham a forte intervenção do Estado (MENDES, 2010). Fadadas ao fracasso, na maioria das vezes, essas medidas promoviam pouca estabilidade econômica e a insatisfação das camadas sociais afetadas que se rebelavam contra o governo, por meio de manifestações e protestos, como o famoso Caracazo<sup>26</sup>. Importante ressaltar que, em diferentes

---

<sup>26</sup> Ocorrido em 27 de janeiro de 1989, o Caracazo foi uma das manifestações mais emblemáticas contra as medidas tomadas pelo então governo. O protesto resultou em quase 300 mortos e milhares de pessoas feridas. Para aprofundar o tema ver Coronil, (1997) e Lopez Maya (2006).

momentos, o governo norte-americano apoiou ações de grupos políticos venezuelanos vinculados às correntes neoliberais cujas proposições não afetavam os interesses econômicos dos Estados Unidos em relação ao petróleo (FERNÁNDEZ, 2019).

Marcada por instabilidades políticas e econômicas em virtude da dependência em relação à produção petrolífera, a Venezuela, em distintas gestões, oscilou entre momentos de abundância e escassez. A persistente inconstância da economia política venezuelana fez com que, a partir da década de 1980, deixasse de ser um país receptor de imigrantes, passando a ser um país propagador de emigrantes. Processo acentuado nas primeiras décadas do século XXI, mesmo atravessando alguns períodos de bonança garantidos pelos altos preços do petróleo (FREITEZ, 2011; VAZQUEZ, 2012).

De acordo com Guardia (2008, p. 188), a primeira eleição do presidente Hugo Chávez em 1999 e suas promessas de campanhas eleitorais de cunho socialista incentivaram a migração de parcela da população de classe média e profissionais qualificados para os Estados Unidos e países da Europa. Tal fato se explica pelo receio de iniciativas governamentais que limitassem direitos de propriedade e afetassem interesses econômicos<sup>27</sup>, tais como o aumento de impostos, desapropriações de propriedades privadas e demissões em massa de profissionais da indústria petroleira que eram contra o regime<sup>28</sup>.

As ações do governo chavista alicerçadas em forte intervenção estatal acentuaram a separação entre apoiadores (chavistas) e não apoiadores (antichavistas). De um lado, a maioria de pobres, parte dos setores médios e setores empresariais emergentes. De outro, a população mais rica e grande parte da classe média apoiada por uma pequena parcela de trabalhadores descontentes. Como mecanismo amortizador de tensões sociais, Hugo Chávez ampliou programas sociais direcionados às classes populares (supermercados com produtos subsidiados voltados à população de baixa renda; incentivos às cooperativas e pequenas empresas; plano de alfabetização; criação

---

<sup>27</sup> Em novembro de 2001, Hugo Chávez anunciou um pacote legislativo que ficou conhecido como “Segunda Lei Habilitante”, composto por 49 leis nas áreas econômica e social dentre elas destacam-se as Lei de Terras, a Lei de Hidrocarburos e a Lei de Pesca que aumentavam mecanismos de intervenção e expropriação de recursos pelo Estado. Para aprofundar o tema ver Mendes (2010, p.136-138), Padilla Fernandez,(2019).

<sup>28</sup> Em fevereiro 2002, Chávez afastou a direção da PDVSA e nomeou uma nova, composta por nomes de sua confiança. A iniciativa resultou em enorme insatisfação entre os altos gerentes da empresa e parte dos trabalhadores, que logo iniciaram uma greve com o apoio de empresários e da CTV. A paralisação foi encerrada sem qualquer convocatória oficial, e cerca de 18000 de aproximadamente 40000 funcionários da PDVSA foram despedidos por abandono de emprego, o que abriu caminho para que o governo aprofundasse a reforma petroleira e o controle sobre a empresa (MENDES, 2010, p.140-143)

de “escolas bolivarianas” e da Universidade Bolivariana, entre outros). A população mais pobre foi o segmento social basilar para manutenção do poder após tentativa de golpe em 2001 e ratificação do seu mandato presidencial por meio da adesão de mais da metade da população durante o referendo revogatório do mandato em 2004 (MENDES, 2010,p.144-146; FERNÁNDEZ, 2019).

No âmbito internacional Chávez criou alianças com China e Rússia na perspectiva de reativar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo-OPEP. Isso revigorou o mercado de petróleo e ocasionou a alta dos preços do produto. A maior capitalização de recursos permitiu novamente o fortalecimento de políticas sociais em âmbito nacional e consolidação de processos de integração regional com a América Latina e Caribe. Por outro lado, o posicionamento político que manifestadamente questionava a hegemonia e o imperialismo dos Estados Unidos e aliados europeus tornou a Venezuela uma ameaça na agenda global. Isto acarretou uma série de reações de enfrentamento ao projeto de revolução bolivariana com sanções econômicas e financeiras (FERNÁNDEZ, 2019).

Mesmo com a elevação do preço do barril do petróleo no mercado internacional, entre os anos de 2003 e 2008, proporcionando um novo período de expansão econômica no país, isso não foi suficiente para incentivar o retorno da classe média e alta, integrantes das correntes migratórias predecessoras e, tampouco, estabilizar aquelas que surgiram (FREITEZ, 2011, p. 13). De acordo com Vazquez (2012), os/as venezuelanos/as altamente qualificados/as da indústria petroléira que residiam em países europeus e nos Estados Unidos afirmavam não manifestar interesse de retorno ao país mesmo tendo a possibilidade de obterem salários equivalentes. A justificativa para manter-se em terras estrangeiras girava em torno do sucateamento da indústria petroléira e divergências político-ideológicas com o governo venezuelano.

A morte de Chávez e ascensão de Nicolás Maduro, em 2013, associado a uma queda significativa do preço do petróleo no mercado internacional em 2014, mais uma vez revelou as limitações de uma economia dependente. A partir de então, embargos econômicos foram reforçados e conflitos políticos que questionavam a legitimidade do pleito que elegeu Maduro emergiram, inclusive com o apoio e chancela do governo norte-americano e seus aliados (FERNÁNDEZ, 2019). Do ponto de vista econômico, os impactos da hiperinflação e do desabastecimento de bens e produtos de primeira necessidade representaram a face mais cruel da instabilidade econômica e política do

país. Associado a isso, o contexto recorrente de tensão política causou insegurança e restrição da mobilidade urbana nas cidades venezuelanas. O cotidiano na república bolivariana passou a ser marcado por tensões e desafios para materialização da existência. Embora neste contexto também tenham surgido iniciativas de gestão de desenvolvimento comunitário (*idem*).

O sociólogo venezuelano Iván de la Vega (2016) argumenta que a partir de 2016 o padrão migratório venezuelano vem se modificando. Anteriormente, havia um deslocamento de empresários e profissionais altamente qualificados para Europa, América do Norte e países latino-americanos como Chile e Argentina. Com a instabilidade política unida à crise econômica, somam-se a estes as classes populares e povos indígenas que se deslocam por meio terrestre para as regiões de fronteira.

Entre os que se deslocavam na fronteira tive oportunidade de conhecer *chavistas* e *antichavistas*. Perdi as contas das inúmeras vezes que o tema político foi à baila entre meus e minhas interlocutores/as fomentando discussões calorosas. Por um lado, com argumentos totalmente antichavistas associando a crise às tentativas da implementação de regime socialista pelo ex-presidente, por outro lado, em sua defesa, desvinculando Chávez do governo de Maduro. O ponto em comum entre os/as migrantes era a total desaprovação ao atual governo de Nicolás Maduro. As divergências políticas também foram observadas por Ramírez (2019) entre migrantes venezuelanos/as no Equador. No contexto estudado pelo antropólogo equatoriano havia um silenciamento da pauta política venezuelana, a fim de se evitar conflitos internamente entre os/as migrantes.

No cenário internacional, o processo migratório venezuelano tem sido encarado por distintas perspectivas. De acordo com Ramírez et al. (2019, p.7-8), divide-se em três pontos de vista. No primeiro encontram-se os países e instituições que se posicionam a favor de intervenções políticas na Venezuela e não reconhecem a legitimidade do governo de Nicolás Maduro. Esse grupo é composto por países como os Estados Unidos, Colômbia e organizações internacionais como a União Europeia e a Organização dos Estados Americanos- OEA que têm se manifestado por meio de embargos econômicos.

O segundo considera que a migração venezuelana representa uma “crise humanitária” de emergência regional. Por isso, os migrantes necessitam receber assistência humanitária por meio de cooperação técnica e financeira internacional que deve atuar junto aos países afetados por este deslocamento. Estão incluídos nesse grupo

Brasil, Argentina, Canadá, Chile, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Perú, além de organismos internacionais como Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e Organização Internacional para as Migrações (OIM). Este grupo atua de forma mais moderada do ponto de vista de intervenções políticas comparado ao anterior, embora entre os países que o compõem, apenas o México reconheça o governo de Nicolás Maduro. Outro aspecto comum entre esses países é o não cumprimento de tratados internacionais ratificados que visavam facilitar a migração entre países da América Latina. O que se vê atualmente é um recrudescimento de políticas de controle migratório alicerçadas em mecanismos de securitização (RAMÍREZ *et al.*, 2019, p.7-8).

O último posicionamento político é a negação da migração e o não reconhecimento da crise migratória pelo Estado Venezuelano que omite os dados oficiais sobre o fluxo migratório (*idem*). Rejeitando o rótulo de país em crise política-econômica-social, o governo venezuelano vem realizando inúmeras tentativas para burlar essa imagem em âmbito internacional. O controle cambial e as viagens ao exterior eram um exemplo.

Ivón Meza, em comunicação pessoal, relatou-me que entre os anos 2013 e 2015 muitos/as venezuelanos/as costumavam viajar para outros países como tática para terem acesso a dólares, uma vez que a taxa cambial somente era aprovada pelo governo mediante justificativa da viagem. Na prática, de acordo com ela, convertendo para Reais, *era como se nesse período o governo vendesse um dólar por 50 centavos*. De posse dos dólares subsidiados, venezuelanos/as viajavam para outros países para realizar uma transação que ficou conhecida popularmente como *raspar tarjeta*, expressão utilizada em analogia ao uso do cartão de crédito. Consistia em realizar pagamentos fictícios em estabelecimento comerciais estrangeiros, inseridos no esquema prévio, no qual o comerciante devolvia parte do dinheiro para o/a “turista venezuelano/a” e ficava com uma porcentagem. Voltando para Venezuela, os dólares eram revendidos no mercado paralelo com valores acima do câmbio oficial ou em alguns casos, servia para financiar os primeiros meses no país de destino, quando os/as migrantes não retornavam. Ivón confessou-me que ela própria lançou mão de *raspar tarjeta* na Itália com o objetivo de utilizar o recurso para migrar ao Brasil. Por outro lado, Ivón ressaltou que o governo venezuelano justificava a ausência de crise no país descrevendo o crescimento das viagens de turismo pela população venezuelana:



*Naquela época o governo podia fazer e fazia com frequência comentários do tipo: que as pessoas viajavam por prazer, que aquilo era sinal de que a Venezuela era um país rico, que eram emigrantes filhinhos de papai e mamãe.*

Incentivo de retorno ao país é uma outra forma que o governo venezuelano tenta demonstrar estabilidade política e econômica em contraponto a uma situação de deterioração. O “*Plan Vuelta a la Patria*”<sup>29</sup> é um exemplo. Elaborado na gestão do presidente Nicolás Maduro em agosto de 2018, estabelece uma ponte aérea e terrestre para o retorno voluntário de todos os/as migrantes e suas famílias que carecem de meios próprios para retornar à Venezuela. O Brasil, em 2020, liderava o ranking dos países de procedência dos/as migrantes venezuelanos/as retornados/as. A principal alegação de retorno pelos/as venezuelanos/as, conforme os dados oficiais divulgados, foram problemas econômicos, falta de oportunidade de emprego digno e exposição a ataques xenofóbicos e estigmas sociais (MPPRE, 2020).

Não surpreende que o Brasil ocupe a liderança dos países de onde os/as venezuelanos/as retornam, uma vez que se utilizam dos benefícios deste programa para visitar esporadicamente a família e enviar remessas. Isso não significa necessariamente a permanência na Venezuela, pois, de acordo com alguns relatos, essas mesmas pessoas regressam ao Brasil por conta própria. Até dezembro 2019, uma vez por semana saía um ônibus da prefeitura de Santa Elena do Uairén com destino à rodoviária de Puerto Ordaz, onde existem rotas de ônibus para diferentes cidades venezuelanas.

No ano de 2019, venezuelanos/as que tiveram a oportunidade de voltar à Venezuela relatavam as dificuldades enfrentadas nas cidades pelo país. As transações comerciais eram realizadas em dólares. De acordo com eles e elas isso ocorria desde uma compra em uma modesta barraca no mercado popular aos restaurantes mais luxuosos, sem quaisquer restrições. Os bolívares em dinheiro eram quase inexistentes. A maioria dos pagamentos eram feitos por meio de aplicativos de banco. O desabastecimento não era mais um problema, havia muita mercadoria nos supermercados, mas pouca procura devido ao alto custo. Os medicamentos especializados eram quase inexistentes e os disponíveis eram comprados ao preço do dólar paralelo pela internet. Era comum encontrar vendedores ambulantes ou quitandas

---

<sup>29</sup> Conforme as estatísticas divulgadas pelo Ministério do Poder Popular de Relaciones Exteriores (MPPRE, 2020), o plano possibilitou até fevereiro de 2020 o retorno de 17.522 venezuelanos, deste total, a maioria, no Brasil (7.285), seguidos do Perú (4.259), Equador (3.242) e Colômbia (764).

populares vendendo mercadorias provenientes da Colômbia e do Brasil, como farinha de trigo, detergentes, produtos de limpeza pessoal, cereais, arroz, macarrão ou açúcar a um preço um pouco mais acessível do que nos supermercados. Proteínas tornaram-se produtos alimentícios inacessíveis, uma vez que seus custos eram elevados em relação ao salário mínimo.

As políticas sociais provenientes do governo de Chaves continuam em curso na Venezuela de Maduro, o problema é a adaptação ao contexto de embargos econômicos. Um exemplo é o popular Caja *Clap*<sup>30</sup>, programa vinculado ao Ministério do Poder Popular para a Alimentação que consiste na distribuição de cestas básicas vendidas a preços subsidiados às famílias de baixa renda, previamente cadastradas. As caixas de alimentos continuam a chegar às casas, mas com menos produtos. O alimento que mais repetiam mês a mês, em 2019, eram as lentilhas. Um grão que já satura a dieta diária, afirmam os/as migrantes venezuelanos/as.

Diante desse contexto de poucas alternativas de acesso a produtos essenciais, grande parte das famílias venezuelanas tem a materialização da sua sobrevivência ancorada na mobilidade. Sejam os/as que ficaram na Venezuela, sejam os que se colocaram em movimento. As remessas constituem o melhor exemplo de vínculos entre quem migrou e quem ficou no país de origem. Assume papel fundamental, compreendida como o fluxo de bens materiais, simbólicos e informações, acionados por diferentes arranjos familiares transnacionais, cuja centralidade não reside na participação ativa de todos os membros da família no processo migratório, mas na sua integração em rede sociais e familiares transnacionais. Assim, dependendo do padrão e do arranjo familiar, as remessas podem assumir distintas configurações (SERRANO, 2002; CANALES, 2004;).

Crisco, ao visitar amigas de classe média em Caracas, em novembro de 2019, ficou impressionada como a circulação de alimentos e dinheiro de parentes e amigos/as de outras partes do mundo representava um importante amortizador da escassez. Numerosos grupos familiares recebiam, na ocasião, alimentos por meio de remessas especiais de correspondentes privados dos Estados Unidos, Espanha, México, Colômbia e Brasil. Com a forte dolarização dos produtos no país, costumava ser mais rentável enviar alimentos que dinheiro. Aspecto compartilhado por inúmeros migrantes

---

<sup>30</sup> Para maiores informações consultar: <https://transparencia.org.ve/project/los-clap-la-dominacion-se-entrega-puerta-puerta/>

venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus. As remessas não são concebidas somente como um complemento à renda familiar, mas como uma “renda ordinária” que se soma a outras fontes de renda da família (CANALES,2004; 2008).

A circulação de alimentos modificou sociabilidades e práticas de cortesia. Antes presentear alguém com produto essencial era algo impensável e considerado de mau gosto pela classe média venezuelana. Atualmente, confessam, virou um sinônimo de gentileza. Quando visitam alguém, é de bom tom compartilhar artigos como sabão, creme dental, pacotes de arroz, açúcar e café. O alimento/comida ganhou centralidade na circulação das dádivas venezuelanas, se *han convertido en verdaderas joyas*. Diferentes tipos de agenciamentos e estratégias são utilizados para contornar o desabastecimento de produtos essenciais e de gêneros alimentícios no país provocado pela crise política e econômica. Com base nas questões ora apresentadas, descrevo na próxima seção como a mobilidade venezuelana transformou a realidade fronteiriça e os distintos agenciamentos desse movimento.

## ***2.2 Fugindo da dieta de Maduro***

O percurso terrestre por meio da fronteira Brasil/Venezuela, delimitada entre os municípios de Santa Elena de Uairén (VE) e Pacaraima (BR), tornou-se o mais viável na etapa atual do deslocamento venezuelano, intitulado por Paez e Vivas (2017) como a “migração do desespero”, iniciada na primeira metade de 2015. De acordo com esses autores, a fuga da Venezuela é uma alternativa de contornar as mazelas causadas pela acentuação da “crise humanitária” marcada, como dito anteriormente, pela falta de comida e medicamentos, altos índices de inflação, militarização e corrupção das instituições públicas, violência e repressão política.

Esses migrantes, segundo Paez e Vivas (2017) e Subero (2017), compõem a parcela mais pobre e com menores índices de educação, em relação a outras camadas da sociedade venezuelana que migraram anteriormente<sup>31</sup>. Com poucos recursos, viajam sem qualquer garantia de segurança pessoal, estabilidade financeira ou recepção nos países de destino. Diferente do que apontam estes autores, tive oportunidade de

---

<sup>31</sup> De acordo com levantamento demográfico realizado pela Cáritas, a grande maioria dos migrantes venezuelanos residentes em Boa Vista exercem funções de menor especialização, tais como: vendedor, cozinheiro, trabalhador da construção civil, segurança, faxineira, pintor, entre outros (FERREIRA, 2018, p. 15).

conhecer durante a pesquisa de campo um grupo bastante heterogêneo de venezuelanos/as que entraram no Brasil pela fronteira. Embora majoritariamente sejam pessoas de camadas populares, também tive contato com pessoas com alto grau de escolarização, ex-funcionários públicos de alto escalão, ex- militares e oriundos/as da classe média urbana que passaram a compor a camada de “despossuídos/as”.

O ponto comum entre essas pessoas era a busca pela comida. Mesmo quando o tema não aparecia explícito nas narrativas, era demonstrado por preocupações com temas correlatos, como por exemplo, o envio de remessas. O binômio fome/alimentação foi um eixo condutor compartilhado por meus e minhas interlocutores/as. A principal preocupação era comer e alimentar a quem mantinha afeto. A alimentação é abordada nesta tese enquanto linguagem para tratar de relações sociais (dar e receber), mas também aparece a fome enquanto um imperativo biológico de sobrevivência que impeliu essas pessoas ao movimento. “A questão aqui não é de modo algum se o fim é racional e bom, mas apenas o que se tem de fazer para atingi-lo” (KANT, 2009, p. 193). Sidney Mintz (2001, p. 31) argumenta que “a prosperidade nos leva a esquecer o quanto a fome pode ser impositiva, mas mesmo nesses períodos os hábitos alimentares continuam sendo veículos de profunda emoção”.

Como fome, afeto e nutrição podem se revelar mecanismos impulsionadores da mobilidade venezuelana? Uma motivação comumente apontada pelos/as venezuelanos/as para justificar seu deslocamento internacional é a fuga da chamada *Dieta de Maduro*. A expressão é utilizada por venezuelanos/as como analogia ao desabastecimento de gêneros alimentícios, percebido mais acentuadamente a partir da ascensão de Nicolás Maduro à presidência da república.

Num primeiro esforço analítico, denominei esse processo como “migração da fome”, porém em diálogo com pares fui advertida sobre o risco de reforçar estigmas e preconceitos. Ainda que a ausência de alimentação seja assunto recorrente na narrativa de venezuelanos/as, é desnecessário associar a figura do migrante aos atributos sociais depreciativos relativos à fome. Posteriormente em diálogo com minhas “nativas e nativos”, pude verificar que já possuíam um conceito para explicar seus infortúnios: *la Dieta de Maduro*.

O conceito de “dieta” remete a procedimentos terapêuticos prescritivos e restritivos relacionados aos hábitos alimentares. Na teoria dos humores, de Hipócrates (atribuído “pai” da Medicina), dieta era um regime de vida. Um conjunto de atitudes controladas tendo como fim o bem estar corporal. A “dieta” hipocrática seria uma

ancestral das prescrições médicas “modernas”. Recomenda-se o consumo diário de nutrientes, indicando tipos e quantidades de alimentos, bem como horários em que devem ser consumidos, além de estabelecer interdições (CARVALHO et al., 2011).

Numa sociedade em que a ordem alimentar segue a disseminação do biopoder, "fazer dieta" carrega consigo o sentido de restrição de um regime de vida, primando por práticas voltadas para o controle e a segurança, como modo ou tentativa de evitar a doença, de afastar os riscos à saúde. (CARVALHO, LUZ e PRADO, 2011, p. 161)

No caso dos/as venezuelanos/as, a noção de “dieta” é acionada de maneira irônica, um jogo de palavras com a finalidade de criticar não somente o desabastecimento de comida, mas o próprio regime político em vigor no seu país. É como se o Estado estivesse para o cidadão, assim como um especialista (médico, curandeiro, pajé, etc.) em relação ao paciente enfermo. Ao buscar a vida em outros territórios, os/as migrantes estão sinalizando que a dieta ou o regime de vida pactuado com o governante já não atende mais as suas necessidades.

No bojo de um complexo de reivindicações ouvidas ao longo da pesquisa de campo, um aspecto mencionado recorrentemente como mecanismo propulsor da mobilidade era a necessidade de nutrir a si e ao seu grupo afetivo, categoria ampla que abarca uma complexa rede de relações (vizinhos/as, amigos/as, parentes consanguíneos ou não, alianças de diversas ordens, entre outros). Saciar a fome imediata é diferente de nutrir. Como foi apontado anteriormente, é possível se fartar diariamente na Venezuela, por exemplo, comendo lentilhas ofertadas pelo governo. Todavia, uma dieta nutritiva balanceada exige recursos e acesso a alimentos variados, inacessíveis para grande maioria da população venezuelana.

A satisfação das necessidades nutricionais ocupa um papel preponderante nos projetos migratórios desses indivíduos e famílias. Mas elas não podem ser pensadas de maneira isolada, pois se encontram emaranhadas com questões políticas (uma crise de abastecimento no país de origem), socioeconômicas (diferenças de classes e acesso a recursos) e culturais (o que comer, como comer, com quem comer).

Para alguns e algumas migrantes venezuelanos/as a fome é utilizada como alegoria para descrever outras necessidades que perpassam o ato de nutrir o corpo. Para Ramón Herrera, jovem psicólogo venezuelano natural de Valencia, *veio para o Brasil*

*com fome de superação e liberdade*<sup>32</sup>. Trançando uma analogia sobre as condições dos migrantes venezuelanos/as com o livro "Os Miseráveis"<sup>33</sup>. Ele cita a frase: "Não é você, nem eles, é pela República", em alusão ao projeto republicano venezuelano que, na sua perspectiva, fracassou e impulsionou as pessoas se colocarem em movimento em busca de suprir carências. Nesses termos, a *Dieta de Maduro* recebe uma conotação explicitamente política ao questionar todo um regime de vida mediado não por recomendações médicas, mas por constrangimentos de ordem geopolítica.

A busca pela comida coloca o indivíduo em movimento, expondo vulnerabilidades e/ou gerando relações de dependência com os/as brasileiros/as e instituições. Venezuelanos e venezuelanas vivenciam três momentos no Brasil: receber comida, enviar comida ao grupo afetivo na Venezuela e a possibilidade de comer como iguais (com outros/as venezuelanos/as).

O primeiro é marcado pela relação de trabalho assimétrica com os/as brasileiros/as e ações de cunho proselitista, filantrópicos/humanitários, cuja centralidade está em alguma forma de submissão. A sujeição pode estar condicionada à exploração de sua mão de obra, a adesão a uma crença, a obediência às normas religiosas e institucionais, mediadas pela necessidade vital de comer e enviar comida. A noção de passividade aqui empregada não elimina a agência do sujeito, mas é a própria ação. A condição relacional de passividade representa uma manobra, sua agência para conseguir comida.

Já o segundo consiste na transição entre a condição de sujeito passivo (quem recebe comida) para ativo (quem dá comida), concretizada pelo envio de remessas aos grupos afetivos na Venezuela e o status de provedor. O terceiro é assinalado pela comensalidade estabelecida entre pessoas venezuelanas que motivadas pelo contexto de deslocamento passam a compartilhar um mesmo ponto de vista e a se perceber como semelhantes (a despeito das diferenças de classe no país de origem), tendo como principal ponto comum a condição de fugitivo da *Dieta de Maduro*.

---

<sup>32</sup> Entrevista concedida ao programa café com té, apresentado por Cristina Rivas e Jennifer Antequera. Programa idealizado e executado por migrantes venezuelanas em Manaus, disponível em: [www.estacionmix.com](http://www.estacionmix.com), em: 28/10/2020.

<sup>33</sup> Referência a *Les Misérables* (Os miseráveis), obra do autor francês Victor Hugo, considerado um dos principais romances do século XIX. O livro descreve, por meio da história do personagem Jean Valjean, o contexto político e social francês no período da chamada Insurreição Democrática.

### *2.2.1 Un hilo de una madeja: descrição de uma experiência de deslocamento à Fronteira Brasil/ Venezuela*

A viagem que tinha como destino final Manaus começou no dia 12 de novembro de 2018. Acompanhada por um primo e uma prima que tinham como objetivo pernoitar apenas um dia na capital amazonense e dar prosseguimento à viagem de avião até Buenos Aires, Crisco partiu às 8h:30min em um ônibus executivo que saía de uma estação de metrô em Caracas. A viagem prometia um longo trajeto, 1.380 quilômetros, até a fronteira com o Brasil.

O primeiro destino seria a cidade de Puerto Ordaz. Importante salientar que existem pacotes oferecidos por empresas de ônibus brasileiras que fazem o trajeto Caracas/Puerto La Cruz/ Puerto Ordaz/ Boa Vista/ Manaus. Contudo, o custo da passagem torna-se caro devido à valorização do real em relação ao bolívar. Por isso, muitos/as migrantes optam em realizar a viagem até a fronteira em ônibus de empresas venezuelanas, a fim de minimizar gastos com a viagem.

A despeito de outras experiências que descrevem furtos nos ônibus e outras formas de violência, Crisco considerou o percurso Caracas-Ciudad Bolívar muito tranquilo, com uma parada para almoço em Puerto Pirítu<sup>34</sup> que permitiu conversar com outros/as passageiros/as que compartilhavam comida, bebida, motivações da viagem, ilusões e esperanças. O grupo era bastante heterogêneo. Por um lado, havia moradores/as de El Tigre, Ciudad Bolívar, Puerto Ordaz e Upata, cidades localizadas na região sul da Venezuela, que retornavam de Caracas após resolver burocracias pessoais ou questões de saúde. Por outro, estavam as pessoas como ela e os primos, que tinham como objetivo atravessar a fronteira Brasil/Venezuela com destino a outros estados brasileiros ou outros países.

Crisco relatou que chamava a sua atenção a presença de grupos familiares. Entre uma e outra conversa, conheceu Dolores, matriarca de uma família composta pela filha, genro e quatro netos. Na ocasião, a senhora estava elegantemente vestida, usava inclusive um chapéu que compunha o figurino. Em sua cadeira de rodas, exibia um sorriso largo durante a viagem, demonstrando bastante simpatia. O destino de Dolores e sua família era Minas Gerais. O genro Luiz viajou três meses antes para o Brasil,

---

<sup>34</sup> Puerto Pirítu fica aproximadamente a 267 KM de Caracas. Cidade localizada na costa litorânea, conhecida por suas belezas naturais e intenso turismo.

trabalhou alguns dias em Manaus e seguiu para Minas Gerais onde, de acordo com ele, encontrou um bom trabalho na área de mineração e metalurgia. Durante esse período trabalhou exaustivamente e com as economias que conseguiu acumular voltou a Caracas para buscar a família. Porém, a realidade da maioria das famílias era diferente da de Dolores. Muitos viajavam sem garantia de um local para ficar e tão pouco tinham emprego definido. Os recursos eram poucos e ambições de destinos finais eram distantes. Contexto social também apontado por Paez e Vivas (2017) e Subero (2017). Alguns planejavam ir para a Argentina, Uruguai, Chile e cidades do sul e sudeste do Brasil.

As escolhas por estes destinos revelam duas características deste deslocamento. O primeiro é a preferência por países de língua espanhola, devido às dificuldades de comunicação, fato revelado com as projeções estatísticas sobre a presença significativa de venezuelanos/as nos países da América Latina (R4V, 2020). Outro aspecto é a concepção que têm sobre o Brasil. Assim como Crisco, também presenciei em campo que, embora geograficamente o norte do Brasil seja mais próximo da Venezuela, o que permeia o imaginário coletivo dos/as venezuelanos/as são referências das regiões sul e sudeste.

As telenovelas brasileiras exibidas fora do país apresentam fragmentos do cotidiano de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, ajudando a construir um imaginário de que o Brasil é um país predominantemente urbanizado e rico. Os/as estrangeiros/as que entram pela fronteira Norte do país experimentam uma infraestrutura urbana pouco desenvolvida e convivem com pessoas que levam vidas muito diferentes daquelas retratadas pela televisão (garimpeiros, indígenas, ribeirinhos, etc.). É como se esses imigrantes chegassem, desinformados/as, em um “Brasil que não está nas novelas”, como observa Sandro Santos (2020) entre médicas cubanas que atuaram na Amazônia.

Às dezoito horas daquele dia, depois de aproximadamente dez horas de viagem, quase a metade dos/as passageiros/as do ônibus que tinha como destino final Santa Elena de Uairén desembarcaram na estação de Ciudad Bolívar. Local onde são realizadas apenas transações em dinheiro e grama de ouro, não existe a modalidade de débito ou cartão de crédito. O movimento de passageiros/as é dinâmico tanto durante o dia quanto à noite. Há um movimento frenético de pessoas que percorrem todas as rotas



do estado de Bolívar, incluindo o município de Gran Sabana, e sua sede Santa Elena de Uairén.

No terminal de Ciudad Bolívar, Crisco se despediu das pessoas que havia conhecido durante aquele trajeto, desejando boa sorte em seus novos caminhos e prometendo encontrá-las novamente em Pacaraima, fato que não ocorreu. Na rodoviária de Ciudad Bolívar existem várias possibilidades de transporte alternativos para Santa Elena de Uairén. Às vinte horas, Crisco e seus primos seguiram viagem, dessa vez foram em uma espécie de micro-ônibus, conhecido popularmente como *camionetica* com capacidade para vinte pessoas. Há alguns anos, eu mesma tive oportunidade de viajar nas *camioneticas*. São geralmente veículos que chamam atenção pelas suas cores vibrantes e alto volume do som interno. Na ocasião de sua viagem, Crisco contou-me que tocavam músicas colombianas. Os motoristas argumentavam que a música alta os impedia de dormir na estrada.

Parte das pessoas com quem Crisco compartilhou o novo trajeto na *camionetica* eram pequenos/as comerciantes que frequentemente iam a Pacaraima para comprar mercadorias brasileiras e retornavam à Venezuela, aspecto observado durante a pesquisa de campo desde 2016 (assunto aprofundado na próxima seção). Outros/as passageiros/as iam comprar produtos para uso pessoal e para a família em Boa Vista que não estavam disponíveis na Venezuela e não eram ofertados em Pacaraima a preços mais acessíveis, tais como gêneros alimentícios, pneus, peças de automóveis, entre outros.

### **Figuras 5 e 6 - Terminal rodoviário de Ciudad Bolívar e camionetica**



Autoria: Alexander Arraiz

Richard, um jovem comerciante venezuelano, residente em *Las Claritas*<sup>35</sup>, que sentou próximo a Crisco, comentou que a viagem até Boa Vista era muito mais produtiva que ir à cidade Guayana. Como as mercadorias vendidas em seu comércio eram pagas com gramas de ouro, o acumulado na venda era mais valorizado na conversão pelo real entre os cambistas em Santa Elena de Uairén. Isso aumentava o seu capital e favorecia aquisição de novos produtos para comercializar.

Além de comerciantes, também viajavam no ônibus pessoas que buscavam trabalho e outras formas de manutenção familiar. Carolina era uma dessas pessoas. Jovem colombiana de dezenove anos, mãe de uma criança de um ano de idade, que deixou aos cuidados da tia em Ciudad Bolívar, estava indo para Pacaraima trabalhar em uma loja de propriedade de um árabe a convite da irmã que já trabalhava no estabelecimento. Com a proximidade do natal sugeriram vagas.

Interessante observar como existe a manutenção do que é considerado emprego de migrante, como adverte Sayad (1998). Em anos anteriores, até aproximadamente início de 2015, as vagas de vendedoras em estabelecimentos comerciais em Santa Elena eram predominantemente de brasileiras, tendo em vista a alta demanda de clientes brasileiros e a possibilidade de alternativa de trabalho na fronteira (VASCONCELOS, 2009; RODRIGUES e VASCONCELOS, 2008). Atualmente, o testemunho de Carolina demonstra que houve uma inversão. São as venezuelanas e estrangeiras residentes na Venezuela que se tornam presas das ocupações precárias de trabalho com jornada excessiva. O comércio em Santa Elena do Uairén funciona até aos domingos, o que acaba impedindo essas mulheres de conviverem com suas famílias, especialmente os filhos, e terem momentos de lazer.

Carolina, na ocasião, não tinha identidade venezuelana e a colombiana estava vencida. Viajar indocumentada neste trajeto causa certa tensão, uma vez que existem vários postos militares, denominados de *alcabalas*, onde são feitas as inspeções de documentação. Importante esclarecer que esse procedimento não foi inaugurado com a acentuação do deslocamento pela região. Em anos anteriores, as *alcabalas* já eram objeto de reclamação de turistas brasileiros/as que precisavam apresentar a documentação (e estar preparado para pagar alguma propina) em vários momentos da

---

<sup>35</sup> Região de garimpo conhecida popularmente como km 88 por estar localizada a 88 km da cidade de Santa Elena do Uairén.

viagem. Esses postos de fiscalização são geralmente sinalizados com cones e soldados fortemente armados.

No caso de Carolina, não era uma iniciante no deslocamento até a fronteira. Diferente de Crisco e de outros/as paisanos/as que não tinham familiaridade com a região, ela manuseava os códigos de conduta. Na última busca realizada pelos guardas nacionais aos/às passageiros/as, um dos guardas, gentilmente, que aparentava conhecê-la, disse à jovem para tentar atualizar seus papéis, pois ela poderia ter problemas devido a ocorrências policiais na área de Tumeremo.

O percurso Ciudad Bolívar-Santa Elena do Uairén tinha um clima mais tenso. Seja pelas constantes paradas e fiscalização militar, seja pelo receio de ataques de milícias no trecho onde estavam localizados os garimpos. De acordo com Crisco, as paradas para fiscalizar bagagem foram exaustivas, durante o percurso foram solicitadas quatro vezes pela Guarda Nacional. A última parada foi ainda mais cansativa, pois os guardas revistaram minuciosamente a bagagem de todos. Aqueles e aquelas que inspiravam suspeição eram encaminhados/as para uma tenda de lona verde onde foram feitas sessões de perguntas e revista física completa.

Ao longo da *carretara internacional Venezuela-Brasil* (ou *Troncal 10*) estão situados diversos garimpos. As localidades mais conhecidas, como Las Claritas/Km 88, ficam próximas à estrada. No período da viagem, havia ocorrido, recentemente, um acerto de contas entre garimpeiros e o *sindicato* (milícia), o qual havia resultado em alguns feridos e na morte de uma mulher. Richard, morador local, em sussurros favorecido pela viagem noturna, contou a Crisco que ambos os grupos estavam fortemente armados. Na região estão situadas diversas *minas*. A economia das pequenas localidades gira em torno da comercialização e extração do ouro proveniente, majoritariamente, de atividades irregulares. Embora a guarda nacional venezuelana marque presença no local, o domínio político e parte da segurança é coordenada por milícias que cobram suborno em troca de proteção e autorização para o desenvolvimento de atividades na região (RODRIGUES et.al, 2011). Isso contribui para que a localidade seja constante alvo de conflito e inspire insegurança de quem passa pelo local.

Aproximadamente uma hora depois das regiões de garimpo, é possível transitar entre belezas naturais indescritíveis. Campos verdejantes sobrepõem vários tons com montanhas, savana e os tepuys (formações rochosas tipo mesa, sendo a mais famosa o monte Roraima) que complementam a paisagem exuberante. Para Crisco, os obstáculos

da viagem fizeram-se menores quando *la camionetica* chegou à região da Reserva Nacional de Canaima, situado no município de *Gran Sabana*, roteiro turístico mundialmente conhecido. Exclamou Crisco: “Foi uma delícia sentir os primeiros raios de sol quente que se filtram pela janela, banhando todos os passageiros de luz cristalina. A emoção que é gerada ao sentir a savana fresca, verde e luminosa diante de nossos olhos foi indescritível. No horizonte vasto, iam-se *morichales* e *tepuys*, testemunhas silenciosas de nossas terras do Sul que nos dão serenidade”, permaneceu por um momento em silêncio.

Faltando poucos quilômetros para chegar a Santa Élena de Uairén, *la camionetica* parou em uma vila de indígenas Pemón<sup>36</sup>, chamada San Francisco de Yuruaní, a pedido dos/as passageiros/as. O local tem lojas de artesanatos, banheiros, restaurantes e posto de fiscalização gerido pelos indígenas. A estruturação do local é resultado das mudanças constitucionais da Venezuela a partir de 1999, que alicerçadas em princípios multiculturais, passaram a reconhecer direitos diferenciados à população indígena no país (ANGOSTO FERRÁNDEZ, 2013, p.12). Em anos posteriores, no governo de Hugo Chávez, uma série de iniciativas para garantir os direitos constitucionais foram colocadas em prática, dentre elas, a gestão do turismo na Gran Sabana pelos Pemón, considerados moradores ancestrais da região.

Anteriormente à acentuação do deslocamento desencadeado pela “crise”, o local servia de base para turistas que iam desfrutar das belezas naturais. A cidade fronteiriça de Santa Elena de Uairén, capital do município de Gran Sabana (Venezuela), até 2013 representava cidade-base para turistas estrangeiros/as e venezuelanos/as aventureiros/as que percorriam a Reserva Nacional de Canaima<sup>37</sup>, um grande atrativo turístico no país, considerado patrimônio natural da humanidade pela Unesco, o que corroborava para que a cidade recebesse um significativo número de visitantes, não apenas da Venezuela, mas de todas as partes do mundo.

Depois de mais de vinte e quatro horas de viagem, com algumas paradas realizadas nas *alcabalas*, chegaram às nove horas do dia 13 de novembro de 2018 no terminal rodoviário de Santa Élena do Uairén com sua esplanada de terra ocre. Os

---

<sup>36</sup> Pemón é um termo de autodenominação com o qual se identificam os povos indígenas do tronco linguístico Caribe. Na Venezuela se incluem nesse grupo as etnias: Arekuna, Kamarakoto e Taurepang. Para aprofundar o assunto, consultar: (ANGOSTO FERRÁNDEZ, 2013).

<sup>37</sup> Parque Nacional Canaima foi criado em 1962 com cerca de três milhões de hectares, considerado o parque como uma das maiores extensões do mundo. Em 1994 foi declarado Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO (ANGOSTO FERRÁNDEZ, 2013).

taxistas presentes ofereciam corridas para os/as recém-chegados/as a Santa Elena e Pacaraima. A rodoviária do município fica afastada em relação ao centro da cidade. No período que estive no local, não presenciei a circulação de ônibus municipais, as pessoas majoritariamente circulavam por meio de táxis em regime de lotação, transporte próprio ou caminhando.

O principal serviço de transporte oferecido para o deslocamento até Pacaraima são os chamados táxi-lotação. Esse tipo de táxi se distingue do convencional, pois permite que algumas pessoas compartilhem o mesmo automóvel quando têm um destino comum. Isso torna a corrida de táxi mais barata, tendo em vista que pode ser rateada entre todos e cobrada individualmente. Os taxistas das lotações não restringem seu serviço apenas ao transporte dessas pessoas. Por ser comumente um trabalho oferecido por moradores/as locais, também prestam informações sobre locais de compra, emissão de documentação e servem de mediadores/as para o comércio em Pacaraima. De modo geral, até 2017 a maior parte dos/as venezuelanos/as pegava o táxi, atravessava a fronteira, fazia as compras e retornava à rodoviária para tomar o primeiro ônibus de retorno à sua cidade.

Em setembro 2016, quando visitei durante alguns dias a rodoviária de Santa Elena, o movimento era constante. Embora os ônibus de rotas interestaduais costumassem chegar em horários fixos, geralmente pela manhã ou à noite, a rodoviária permanecia cheia nos demais horários. Eram pessoas que aguardavam a liberação de vagas nos próximos ônibus que geralmente lotavam rapidamente. Era necessário madrugar para conseguir passagem. Além dos ônibus credenciados, era possível encontrar outras ofertas de transporte em automóveis particulares. Os obstáculos eram os altos valores cobrados em relação às linhas regulares, a insegurança de terem mercadorias roubadas pelos motoristas desconhecidos e o tamanho do porta-malas de carros de passeio. A limitação na quantidade de bagagem tornava inviável para quem transportava muitos fardos de alimentos.

### ***2.3 La línea: circulação transfronteiriça de pessoas e comida***

A partir de 2016, no contexto da apresentada “crise”, cidadãos venezuelanos passaram a buscar a fronteira sul de seu país para comprar alimentos e trabalhar nas cidades brasileiras. A presença dessa nova leva de viajantes (não turistas) modificou

não somente a paisagem, mas impactou diretamente nas atividades econômicas dos moradores do lugar.

Quando comprei meu carro tinha o sonho de trabalhar com turismo. Levar as pessoas para mirarem os rios, montanhas e cachoeiras. Porém agora somente transporto pessoas para comprar comida. (Margarita Patricia, moradora há 30 anos em Santa Elena, trocou a profissão de guia turístico pela de taxista, 15/09/2016).

Os/as turistas venezuelanos/as e estrangeiros/as desapareceram e a rodoviária de S. Elena, antes pouco movimentada, passou a despachar centenas de pessoas diariamente junto com toneladas de mercadorias destinadas a atravessar toda a Venezuela.

**Figuras 7 e 8 - Frente da rodoviária de S. Elena e jovens *caraqueños* transportando comida**



Fonte: Autoria da pesquisadora, em outubro de 2016.

Conversando com jovens *caraqueños* na rodoviária de S. Elena, em meados de 2016, percebia-se uma disposição empreendedora motivada pela falta de acesso a produtos alimentícios na capital do país. Muitos viajavam à fronteira para abastecer a própria família; outros compravam comida para revender aos parentes e amigos mais próximos; e havia aqueles que viajavam para comparar os preços em Pacaraima, Boa Vista e Manaus, visando negócios maiores. Todos/as queriam importar comida a preços mais acessíveis. Não era comum a manifestação de querer se mudar para o Brasil naquele momento. Até mesmo os filhos de brasileiros/as nascidos/as na fronteira demonstravam pouca euforia pela opção de viver no Brasil. Estavam apegados/as às instituições, costumes e modos de ser venezuelanos. Sobretudo, resistia a confiança numa rápida (talvez mágica) recuperação econômica do país: “*Eso no va a durar tanto tiempo*”.

Santa Elena é considerada cidade-gêmea com a brasileira Pacaraima, estado de Roraima. A expectativa de um possível agravamento das condições de vida, contudo, motivou cidadãos fronteiriços a buscar mecanismos que garantissem sua permanência regular no lado brasileiro de *la línea*, como se referem os venezuelanos à aduana. De acordo com Claudio Bezerra da Silva<sup>38</sup>, vice-cônsul do Brasil na época, em 2015 foram registrados 113 casamentos entre brasileiros/as e venezuelanos/as em comparação a 13 registros no ano anterior. Isso evidencia um elemento novo, comparado às pesquisas anteriores na região, nas quais a oficialização do casamento transnacional não representava uma estratégia de regularização da permanência em ambos os países (VASCONCELOS, 2013). Esse fato também foi bastante apontado por moradores/as de S. Elena. Para os filhos desses casais binacionais, cidadãos de dupla nacionalidade, a oficialização de documentação brasileira passou a representar uma alternativa de retorno ao Brasil caso o desabastecimento de comida viesse a afetar diretamente a cidade.

O desabastecimento de gêneros alimentícios e medicamentos é o efeito mais nítido da contraditória situação venezuelana. Pequenos empresários venezuelanos (trabalhadores informais em Roraima em 2016) reclamavam que o controle de preços imposto pelo governo a partir de 2009 teria prejudicado toda a cadeia de produção e de distribuição nacional, argumento também defendido por economistas (SANTELIZ GRANADILLO, 2008). Por outro lado, como discutido anteriormente, “oficialistas” (como dizem na Venezuela) argumentam haver um boicote dos grandes capitalistas contra a presidência da república (CURCIO, 2016). Há, ainda, aqueles que acusam a desvalorização dos preços do petróleo e a conseqüente redução do volume de dólares circulando no país que desestabilizaram uma economia muito dependente das importações (CEPAL, 2012).

Os analistas econômicos e os empresários podem discordar entre as diferentes explicações externas e internas para a crise, mas não há como omitir a existência da mesma. Por outro lado, altos funcionários do governo seguem negando a existência de uma crise (RAMÍREZ, 2019), o que repercute em inação no sentido de promover políticas públicas capazes de mitigar os efeitos do desabastecimento. Aos olhos das

---

<sup>38</sup> De acordo com Cláudio Bezerra da Silva, vice-cônsul do Brasil em Santa Elena do Uairén, em entrevista concedida em 05 de outubro de 2016, com base nos dados apresentados à Divisão de Assistência Consular – DAC.

autoridades venezuelanas, até mesmo as promessas internacionais de ajuda humanitária não passariam de pretextos para intervenções estrangeiras e consequente derrubada do presidente Maduro (BRONER, 2018, 27-28).

Santa Elena, contudo, não parecia se encaixar neste cenário de grave desabastecimento. A proximidade com o Brasil facilitava a entrega de mercadorias brasileiras. Dizem que não há crise em S. Elena. E parecia não haver mesmo percepção de crise, uma vez que o comércio com o Brasil e a circulação dos *bachaqueros* contribuíam com a economia local e o abastecimento da cidade. A expressão *bachaqueros* tem origem na palavra *bachaco*, uma espécie de formiga, em alusão ao deslocamento das formigas para conseguir alimentos. Uma modalidade de *bachaquero*, ou comércio-formiga (como são conhecidos do lado brasileiro), são as pessoas que compram gêneros alimentícios e itens de primeira necessidade nos supermercados e distribuidoras de Pacaraima e Boa Vista e revendem em domicílios e no comércio informal de rua na Venezuela a preços mais altos que os regulados pelo governo Bolivariano. A bem da verdade, não havia em 2016 e não há em 2019 muitos produtos disponíveis para aquisição aos preços controlados. “*Hay, pero no hay*” – respondiam os venezuelanos. Existe o anúncio da mercadoria, mas não há o que comprar <sup>39</sup>.

A chegada dos/as *bachaqueros/as* manteve aquecido o comércio local em S. Elena do Uairén. Embora as transações comerciais da compra de produtos fossem realizadas do outro lado da fronteira, era necessário o acionamento de uma rede de serviços na cidade, tais como transporte, hospedagem, câmbio, informação, entre outros, que dão suporte a essa atividade.

Contudo, outros problemas não deixam de abalar os habitantes da pequena cidade. Podemos destacar a escalada de violência ligada ao crescimento abrupto do fluxo de pessoas, repressão estatal às manifestações contrárias ao governo e as constantes interrupções dos meios de comunicação alternativos como os cortes do fornecimento de internet pela CANTV (Compañía Anónima Nacional Teléfonos de

---

<sup>39</sup> Para maiores detalhes sobre a política de controle de preços estabelecida pelo governo venezuelano consultar Santeliz Granadillo (2008). O autor chama atenção para os resultados dessa política que ao mesmo tempo em que ampliou o acesso a bens e serviços para população de baixa renda na Venezuela também ocultou a insuficiência da produção. O preço baixo não garante a oferta. “*Hay, pero no hay*”.



Venezuela)<sup>40</sup>, única prestadora deste serviço no país. Isso não apenas dificultava o acesso às informações e a mobilização social, como também prejudicava a comunicação com familiares e amigos/as que se encontram em outras partes do mundo.

O trânsito intenso modificou a paisagem urbana de S. Elena de Uairén e do município de Gran Sabana, com 28.450 habitantes<sup>41</sup>, distante mais de mil quilômetros de Caracas, produzindo controvérsias. A população local alegava que a chegada de venezuelanos/as de várias partes do país ocasionou o aumento da violência na pacata cidade e inflacionou o mercado imobiliário, dada a alta demanda por imóveis. Os “*de fuera*” provocam insegurança, medo e violência. Os forasteiros estão fora do controle social local pelos “*de acá*” por não possuírem nenhum laço de afinidade e vizinhança. Vinculam-se, especialmente, conforme moradores antigos, às atividades ilegais. Apesar de S. Elena não ter um controle estatístico dos delitos, passou a ser comum o relato de casos de homicídios e assaltos na pequena cidade (RAMOS, 2019).

A diferenciação entre antigos moradores (venezuelanos e brasileiros) – “*los de acá*” – e os recém-chegados – “*los de fuera*” – assemelha-se à clássica descrição de Norbert Elias e John Scotson, (2000) sobre os *estabelecidos* e os *outsiders* na comunidade de Winston Parva. A distinção entre os grupos estudados por Elias e Scotson (2000) e os grupos observados por mim em S. Elena é que o fator distintivo dos últimos não tem relação unicamente com o tempo de residência na localidade. Entre *los de fuera* e *los de acá*, na cidade fronteiriça, aspectos como a ocupação também ganham relevância no controle social realizado pelas “fococas amistosas e depreciativas”. Por outro lado, assim como em Winston Parva, a antiguidade no lugar representa um forte mecanismo de coesão social, constituído por laços de afinidades, caracterizados por relações de parentesco, vizinhança e amizade. Em outras palavras, as pessoas associadas ao comércio-formiga, como os *bachaqueros*, contrabandistas de gasolina (conhecidos popularmente na Venezuela como talibãs), garimpeiros e profissionais do sexo também colaboram para a construção e fortalecimento de

---

<sup>40</sup> A Cantv é uma empresa estatal vinculada ao Ministério do Poder Popular para Ciência e Inovação da Venezuela, tem como objetivo fundamental fomentar a inclusão social, as tecnologias digitais e telecomunicação. Fonte: <http://www.cantv.com.ve>, acesso: 15/05/2017.

<sup>41</sup> Dados populacionais, conforme relatório censitário (2011) do Instituto de Nacional de Estadística – República Bolivariana de Venezuela – INE. Importante ressaltar que desde de 2011 não houve outro Censo no país.

estereótipos, considerados *outsiders*, ou seja, como parte do grupo dos que estão fora: fora da lei, fora da moralidade ou fora das famílias locais.

As famílias brasileiras já consideradas “venecas” por viverem a pelo menos duas gerações em S. Elena (*los de acá*) passaram a serem vistas pelos novos/as moradores/as (*los de fuera*) como estrangeiros/as, provocando uma série de conflitos antes inexistentes. Ser apontado/a como estrangeiro/a para esses brasileiros/as que vivem há mais de 30 anos em Santa Elena de Uairén soa como uma ofensa. O ser estrangeiro/a não significa para os/as “venecas” apenas não ser venezuelano/a, mas ser um *de fuera*. O ser *de acá* demonstra uma relação de proximidade que caracteriza maior confiança e certa cumplicidade com a inclusão no grupo social local. A família representa um importante mecanismo de pertencimento. Implica também a aquisição de determinados privilégios, muitas vezes não concedidos a outros/as venezuelanos/as recém-chegados/as como, por exemplo, a não exigência de determinados documentos comprobatórios para transações comerciais.

As lógicas de convivência indicam quem é *de acá* e quem é *de fuera*, a nacionalidade neste contexto não exprime qualquer diferença. Obstante a isso, o que ganha centralidade são agenciamentos praticados dentro ou fora do código de convivência estabelecido. Neste caso, o conceito de imigrante exprime pouco significado e também não era nomeado. Admite-se, deste modo, perceber os/as migrantes não apenas “como comunidades étnicas ou transnacionais discretas, mas como protagonistas ativos cujas trajetórias de vida e *diferencialidades* são moldadas e modelam localidades específicas no contexto de mudanças que ocorrem através do tempo” (FELDMAN-BIANCO, 2012, p. 81; MACHADO, 2013).

Morelia Ramos, jornalista e pesquisadora, me disse que nesses tempos recentes (a partir de 2016/2017) ficou difícil se encontrar com os/as moradores/as antigos/as de S. Elena e, quando isso ocorre, pessoas que antes não trocavam afagos ou demonstravam qualquer intimidade, agora se abraçam e se beijam. Esse ato sugere a afirmação de pertencimento ao grupo *de acá* que atualmente se sente invadido com a chegada de *los de fuera*, os quais, sem vínculo familiar com a cidade, não despertam confiança, tampouco afeto.

Isso reforça o que observei em pesquisas anteriores na região, que a relação de vizinhança típica do contexto fronteiriço faz com que as dinâmicas das relações se

sobreponham às diferenças nacionais e regras oficiais. O pertencimento local na condição de morador ou de matrimônio com o nacional, imbui confiança e prestígio. A cidadania passa a ser concebida no espaço fronteiriço muito mais por lógicas regidas pelas interações sociais cotidianas do que por instrumentos oficiais regulatórios estabelecidos entre os dois países (VASCONCELOS, 2013). Contudo, veremos que, com o reforço do aparato estatal e burocrático brasileiro na fronteira, marcado pela chegada de novos agentes governamentais, infraestrutura e controle migratório, essa relação vem se modificando. Tanto os *de acá*, quanto *los de fuera* passaram a enfrentar o crivo estatal.

Do centro da cidade fronteiriça de Santa Elena do Uairén até Pacaraima, Brasil, são cerca de 15 km. No percurso entre as cidades, a exuberante paisagem da savana divide espaço com o quartel da Guarda Nacional venezuelana, local onde também são mantidos estrangeiros que praticam atividades ilegais no país. Existe uma *alcabala* – onde militares fiscalizam os automóveis de quem se desloca até a fronteira, em especial estrangeiros/as. Há também os órgãos governamentais de controle e de segurança, como a Dirección Nacional de Identificación y Extranjería, que tem função equivalente à da Polícia Federal brasileira.

Do lado brasileiro, a cidade fronteiriça de Pacaraima se encontra sobre o marco fronteiriço conhecido como BV8 (Brasil-Venezuela 8) e tem como cartão postal os bustos dos heróis nacionais Simón Bolívar e Dom Pedro I, na estrada que une os dois países. O cenário em 2016 e 2017 era marcado pelo fluxo intenso de pessoas, veículos, filas quilométricas de carros no posto de gasolina autorizado para abastecimento da população brasileira, cambistas venezuelanos, táxis, vendedores/as ambulantes. O calor intenso da região convivia com o exalante cheiro de gasolina, seja pelos vazamentos dos carros com tanques adulterados, seja pelo exagero dos motoristas brasileiros/as que enchem o tanque de tal forma que chegava a derramar<sup>42</sup>. Pacaraima também possui órgãos de controle migratório e segurança. Até março de 2018, antes da instalação da Operação Acolhida (tópico da seção 2.4), na entrada da cidade os/as visitantes eram recepcionados/as pelos postos da Polícia Federal e Receita Federal. Bem no centro da cidade, em frente à principal rua comercial, está situado o Pelotão Especial de Fronteiras do Exército Brasileiro.

---

<sup>42</sup> Cena bastante comum ver motoristas balançando automóveis nesse posto de gasolina na tentativa de encher o tanque além do limite de armazenamento.

A rua comercial tem 650 metros de extensão, até recentemente tinha como principal ramo a venda de produtos considerados especiarias brasileiras pelos turistas venezuelanos/as tais como sandálias havaianas, chocolates, linguiça calabresa, entre outros. Entre 2005 e 2015, com a contínua valorização do Real frente ao Bolívar, o comércio local sentiu-se bastante prejudicado em relação à cidade-gêmea; habitantes de Pacaraima e de Boa Vista viajavam regularmente a Santa Elena para realizar compras de mês.

A partir de meados de 2016, houve mudança nas prateleiras de lojas de roupas, peças automotivas e materiais de construção (dos dois lados da fronteira). Muitos passaram a vender fardos de arroz, açúcar, feijão, macarrão e óleo. Os possíveis empregos em Pacaraima – e também em S. Elena – passaram a girar em torno desse comércio de alimentos. Venezuelanos/as de Caracas e outras cidades grandes afirmavam ser vantajoso investir nas longas viagens porque conseguiam comer e comprar produtos alimentícios mais baratos do que na Venezuela (como demonstrado anteriormente nas motivações de se deslocar até a fronteira), mesmo com a diferença cambial, e alegavam que a alta inflação do país tornava o preço dos alimentos no Brasil mais acessível.

O objetivo comum de comer e comprar comida não significa que todos/as venezuelanos/as que chegavam e ainda chegam a Pacaraima tenham condições financeiras para isso. Muitos, especialmente o povo indígena warao, e os *criollos*<sup>43</sup>, até o início de 2018 acabavam ficando algum tempo na cidade em acampamentos improvisados. Era comum a cena cotidiana de famílias inteiras morando em condições precárias, nas calçadas, em redes armadas em canteiros, colchões no chão e fogareiros improvisados ao ar livre. Como a oferta de trabalho em Pacaraima era muito pequena, essas pessoas sobreviviam de pequenos bicos como carregadores de mercadoria e da doação incerta de moradores e/ou transeuntes. Sem um local para realizarem as necessidades fisiológicas e de higiene pessoal, antes da instalação de abrigos e outras estruturas de acolhimento, os/as migrantes utilizavam os banheiros da rodoviária, terrenos baldios e pequenos igarapés que cortam bairros da cidade. Essa situação causou constrangimento e incômodo aos/às moradores/as locais que se sentiam invadidos/as e inseguros/as com a presença dos/as estrangeiros/as.

---

<sup>43</sup> Termo associado às populações de origem pobre, não considerados indígenas, nem brancos.

No entanto, também era percebida pelos/as migrantes certa hospitalidade pelos/as brasileiros/as ligados às igrejas locais que ofereciam café da manhã para os/as desabrigados/as. Simón, durante entrevista em setembro de 2016<sup>44</sup>, comentou: *“A 50 metros, está además el templo de la Asamblea de Dios. Al menos en este extremo, los brasileiros son profundamente religiosos. Aquí todos creen en Dios, será por eso que son tan bendecidos”*.

Com base em denúncias e no acionamento de órgão de controle migratório, houve, num primeiro momento, em dezembro de 2015 a deportação de parte do grupo de indígenas para a Venezuela <sup>45</sup>. Com a mediação do debate sobre o contexto migratório em Roraima por organismos internacionais, como o ACNUR, não houve mais deportações. O que passou a ser ventilado enquanto política governamental, a partir de meados 2017, por meio da interlocução com as três esferas de governo, seria a criação de um “campo de refugiados” na cidade de Pacaraima que seria coordenado pelo exército brasileiro. Atualmente, enquanto escrevo esta tese, não consta a criação de nenhum “campo de refugiados” *strictu sensu*, mas, como veremos nos próximos capítulos, as práticas de acolhimento aplicadas a partir de 2018 nos remetem a uma necessária discussão sobre o conceito.

No período de 2016-2017 as pessoas já não se limitavam à linha fronteira e tão pouco retornavam brevemente, interiorizando o deslocamento até Boa Vista e Manaus. Desde a madrugada era possível observar longas filas de venezuelanos/as agilizando trâmites de entrada e saída do Brasil no posto da Polícia Federal (PF) em Pacaraima. Devido à crescente procura, a PF instituiu ainda em agosto de 2016 a redução do visto de turista de até 90 dias para cinco dias e um sistema de senhas que limitava o atendimento a quatrocentas pessoas diárias, para ambos os procedimentos. De acordo com Morelia, moradora de S. Elena, era necessário madrugar para conseguir uma senha, pois começavam a ser distribuídas às 7 horas da manhã e terminavam rapidamente. Os procedimentos burocráticos do lado brasileiro, antes facilmente agilizáveis e pouco necessários, tornaram-se lentos e burocráticos para os/as venezuelanos/as que viviam na fronteira. Quando migrantes venezuelanos/as de lugares

---

<sup>44</sup> Entrevista publicada no blog <http://lascronicasdelafrontera.blogspot.com.br> da jornalista Morelia Morillo em outubro de 2016.

<sup>45</sup> <https://folhabv.com.br/noticia/Indigenas-venezuelanos-sao-deportados/12463>

distantes não conseguiam as senhas para atendimento no mesmo dia, era comum retornarem a S. Elena e dormirem dentro dos carros ou nas praças da cidade.

A PF também começou a exigir uma comprovação financeira de quinhentos reais por pessoa para entrar no país<sup>46</sup>. Sobre isso Rodolfo, 28 anos, natural de San Félix, me relatou que em abril de 2017 precisou percorrer o *camino verde*, expressão utilizada pelos venezuelanos/as para se referir à rota que desvia da fiscalização de postos da polícia federal em Pacaraima. Ele afirmou que se aventurou por esse caminho porque não conseguiu o visto de turista. Na hora em que a agente de polícia solicitou o dinheiro, ele tinha um pouco mais de R\$ 300. Voltou rapidamente para o lado de fora e pediu o resto do dinheiro emprestado a uma amiga que também se encontrava no local. No entanto, a segunda tentativa foi frustrada, pois a agente da polícia o reconheceu e novamente teve a solicitação negada. Saindo desesperado do posto da polícia, acompanhado da esposa e uma cunhada, se deparou com um homem que prontamente ofereceu o serviço de condução pelo *camino verde*. Sem terem muita opção, aceitaram a proposta imediatamente. Por não conhecerem a região, eles apenas descreviam como uma estrada estreita, não asfaltada, cheia de subidas e descidas, com uma ponte em estado precário bastante perigosa. Pelo *camino verde* era possível apenas se deparar com o antigo posto de fiscalização já desativado.

Venezuelanos/as utilizavam a rota alternativa do *camino verde* por diversos motivos, tendo em comum uma relação direta com o não atendimento de regras impostas pelo Brasil. Exemplo: ser menor de idade desacompanhado/a; ser solicitante de refúgio e regressar ao país; não apresentar os R\$500 para entrar como turista, entre outros. Com o recrudescimento do controle migratório, constituiu-se uma rede de agentes facilitadores na travessia da fronteira — aspecto também observado por Silva (2017, p.100) com a intensificação da chegada de haitianos na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru no início de 2010. Os prestadores desse serviço de transporte tinham todas as informações sobre as horas de fiscalização e o momento em que era possível passar tranquilamente.

A experiência de Rodolfo demonstra como o projeto migratório pode ser permeado por constrangimentos e oportunidades (ALMEIDA, 2018). Do controle estatal

---

<sup>46</sup> De acordo com decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, regulamenta a lei de nº 13.445, de 24 de maio de 2017 que institui a Lei de Migração em seu artigo 10, inciso V, parágrafo § 1º a autoridade consular poderá, a seu critério, solicitar exigências para concessão de visto de entrada no país.

derivou um impedimento ao deslocamento, pelo não cumprimento de exigências burocráticas e administrativas. Contudo, a capacidade de ação de Rodolfo permitiu que o projeto migratório seguisse adiante (MA MUNG, 2009). A manobra do controle do Estado foi possibilitada pelo acionamento de uma rede de serviços e apoio no trajeto ofertados por parte da indústria migratória (SØRENSEN, 2017). O fragmento da trajetória de Rodolfo permite não apenas levar em conta todas as dimensões do fenômeno, mas também a articulação das diferentes escalas nas quais essas dimensões interagem.

No primeiro momento, as respostas estatais brasileiras em Roraima giraram em torno do controle e restrição de permanência dos/as venezuelanos/as no país. Paralelo a isso, ocorriam mobilizações da Sociedade Civil Organizada para execução do acolhimento e defesa dos direitos humanos deste contingente. Os governos municipais e estadual se apresentavam pouco abertos ao diálogo e à efetivação de ações que colaborassem com a acomodação e integração dos/as recém-chegados/as. Por outro lado, era crescente a aglomeração de venezuelanos/as em espaços públicos e sua presença cada vez mais numerosa em Pacaraima e, posteriormente em Boa Vista e também Manaus, acionando diferentes respostas da população local. As reações variavam, numa escala de cinzas, entre os extremos da solidariedade, de um lado, e a hostilidade, de outro. Havia quem oferecia alimentos e roupas, mas havia também aqueles que insultavam e agrediam fisicamente.

Como resposta a uma suposta "crise humanitária" desencadeada no estado de Roraima, justificada como decorrência da crescente chegada de migrantes venezuelanos/as, o governo federal acionou as Forças Armadas para coordenar o acolhimento emergencial desses migrantes<sup>47</sup>. Mesmo sob a súplica do Conselho Nacional de Direitos Humanos-CNDH que viu com preocupação "a militarização da resposta ao fluxo migratório venezuelano", uma vez que vai no caminho contrário à Nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/17) que prescreve "a substituição do paradigma da segurança nacional pelo prisma dos direitos humanos" (CNDH, 2018, p.36).

Batizada de "Operação Acolhida", o conjunto de ações lançadas no primeiro semestre de 2018 tinha o objetivo de promover: o ordenamento da fronteira,

---

<sup>47</sup> O Decreto nº 9.286/2018 define o Ministério da Defesa como Secretaria Executiva do "Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária" (criado pela Medida Provisória nº 820/2018).

abrigo e a interiorização dos/as migrantes. Deriva daí um duplo comprometimento dos militares: por um lado, acolher e proteger a população migrante; e, por outro, realizar uma espécie de higienização social, retirando venezuelanos/as das ruas e garantindo a ordem em prol dos moradores/as brasileiros/as. A “manutenção da ordem” implica no encargo de criar condições para evitar conflitos. Nesse sentido, as forças armadas vêm se empenhando na tarefa de dissipar venezuelanos/as dos olhares da população local, seja na frente dos abrigos, seja em locais de grande circulação como a rodoviária e praças. A intenção declarada é a prevenção de choques violentos entre cidadãos nacionais e os/as migrantes.

#### ***2.4 La línea sob intervención militar: Operação Acolhida, Ordenamento de Fronteira e Recepção aos/as venezuelanos/as***

A chamada “Operação Acolhida” que envolve o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, está norteada, como mencionado anteriormente, em três frentes de atuação: Ordenamento de fronteira, abrigo e a interiorização. As descrições apresentadas sobre a Operação Acolhida em Pacaraima são resultado de pesquisa de campo realizada no local no final de setembro de 2018 e dos relatos apresentados por Crisco e outros/as interlocutores/as durante suas passagens pela fronteira no período de setembro de 2018 a dezembro de 2019. Apesar do acesso a todas as instalações da Operação Acolhida, quando estive na fronteira, fui acompanhada por um oficial designado em me apresentar o espaço e por um suboficial que esteve comigo durante toda viagem e enquanto estive no local. O controle dos meus passos impossibilitou que conversasse com as pessoas atendidas e a presença dos militares afastou, de certa forma, aproximação dos/as venezuelanos/as. A conexão entre a observação e os testemunhos dos/as migrantes foi fundamental para entender determinadas lógicas que estruturam a militarização da *ajuda humanitária*.

Existia um esforço do oficial em demonstrar os resultados positivos da atuação militar e o sucesso da *ação cívico-militar* em parceria com agências internacionais e órgãos governamentais. Reforçando o que vem sendo apontado em outras pesquisas sobre o interesse das FA em criar um novo nicho de atuação e se especializar em missões ditas humanitárias (LIMA, 2017; HIRST, 2018; MÜLLER e STEINKE, 2018). Outro aspecto corrente nessa gestão é o apelo à linguagem humanitária, com a



valorização do “sofrimento social” e a conseqüente criação de “vítimas” (DIAS e VIEIRA,2019; DIAS, 2014; FASSIN, 2001, 2006).

Diferentemente da abertura que tive ao visitar os abrigos em Boa Vista (que serão discutidos posteriormente) minha presença foi extremamente controlada no único abrigo criado em Pacaraima destinado aos indígenas Warao. Logo que entrei nas instalações, a coordenadora da Secretaria Estadual do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES), pontuou uma série de restrições e impedimentos, tais como realizar fotos, gravar entrevistas, entre outros. A mim foi apenas concedido observar e conversar sobre transações comerciais com as indígenas que vendiam artesanato no local. Atribuo isso à grande rotatividade de pesquisadores/as que tinham interesse sobre a temática Warao naquele período, ao maior controle no espaço fronteiro e aos holofotes que a presença Warao promovia nas propagandas das agências internacionais. O uso da imagem das vulnerabilidades associadas às soluções oferecidas pelas organizações internacionais são constantemente utilizadas para sensibilizar agências financiadoras e doadores/as individuais. A boa imagem das ações humanitárias exige um rígido controle de informações e de interlocução com os/as beneficiados/as. Diante dos desafios postos em campo, delimitarei minha atenção, nesta seção, ao ordenamento de fronteira e à recepção dos/as migrantes venezuelanos/as nos primeiros momentos que adentram o território brasileiro.

O ordenamento de fronteira caracteriza-se pela primeira recepção dos/as migrantes, ainda à beira da estrada, antes mesmo de sua entrada na zona urbana de Pacaraima. O exército brasileiro e as demais forças em parceria com órgãos federais e agências internacionais identificam e controlam o fluxo migratório. Nas palavras do Major S.:

Aqui em Pacaraima nós trabalhamos com a parte ordenamento da fronteira. O que vem a ser esse ordenamento da fronteira? As pessoas vinham, mas não encontravam uma infraestrutura que pudesse esclarecer e orientar. Porque, às vezes, as pessoas estão fugindo de situações hostis à realidade delas, sociais ou econômicas. Dependendo, largou tudo e não sabe o que vai encontrar. Esse ordenamento de fronteira é justamente para dar esse embasamento básico para pessoa: O que é o Brasil? O que você vai encontrar no Brasil? Quais as formas de se integrar a sociedade brasileira? Quais as regras culturais no Brasil? Quais os documentos que você não tem? Em paralelo, nós enquanto órgão federal, governo, temos exata noção de quem está vindo e quais as intenções.

Major S. era uma espécie de coordenador das ações de ordenamento na fronteira executadas pelo Exército Brasileiro (EB) desde junho de 2018 quando o posto ampliado começou a funcionar. Com base no depoimento de S., é possível identificar uma dupla preocupação em acolher, mas também em manter a ordem, resguardando a fronteira, identificando e mapeando as intenções de quem a ultrapassa. Paralelo à Operação Acolhida, o EB executa na fronteira a “Operação Controle”<sup>48</sup> voltada ao combate de crimes e ilícitos transfronteiriços. Esta é uma operação de caráter contínuo que revela a preeminência da preocupação com a segurança na fronteira.

A Operação Acolhida, oficialmente de caráter temporário, é coordenada pela Casa Civil e a Operação Controle pelo EB, particularmente pelo Comando Militar da Amazônia (CMA), que opera em toda área da chamada Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima). A atuação consubstancial do Exército na acolhida e no controle dos/das migrantes revela, ao mesmo tempo, a percepção sobre o/a estrangeiro/a enquanto um/a inimigo/a potencial, bem como uma tentativa de domesticação dos/as recém chegados, pela imposição de normas e condutas que devem ser cumpridas no país. “O nacional é doméstico, estado é processo de domesticação” (LEIRNER, 2012, p. 57).

Mesmo considerando o caráter temporário da Operação Acolhida, em comparação com a Operação Controle, o Major S., em setembro de 2018, já chamava atenção para a falta de previsibilidade quanto ao término da Operação Acolhida: “*A guerra é mais palpável e a fome, como a gente faz? Não tem previsão!*”. A reflexão do Major no primeiro ano da Operação já sinalizava para as futuras reedições dos decretos, resoluções e projetos de leis que prorrogaram as ações, liberavam recursos e estendiam funções das FA<sup>49</sup>. Algo semelhante com o que ocorreu com a participação do EB na MINUSTAH (HIRST, 2012).

Desde março de 2018, com o início da Operação Acolhida, foi implementada ampla infraestrutura para recepção e identificação dos/as venezuelanos/as recém-

---

<sup>48</sup> A 1ª Brigada de Infantaria de Selva desencadeou a Operação Controle em Roraima, cujos objetivos são combater crimes transfronteiriços e secundariamente apoiar o controle migratório. Para isso, tem estabelecido postos de bloqueio e controle de estradas (PBCE) nas duas Rodovias que dão acesso ao país, a BR - 174, que vem da cidade de Pacaraima e a BR - 401, que vem da cidade de Bonfim e fazem fronteira com a Venezuela e Guiana, respectivamente, bem como na rodovia RR - 319, no interior do estado, disponível em: <http://www.cma.eb.mil.br/mais-noticias/1-brigada-de-infantaria-de-selva-atua-na-operacao-controle.html>, acesso:15/10/2018.

<sup>49</sup> Para maiores informações consultar: <https://www.gov.br/acolhida/base-legal/>

chegados/as, sobretudo, em Pacaraima. Ao chegar na fronteira, é possível identificar enormes tendas brancas e algumas dezenas de contêineres climatizados situados ao lado do quartel do 3º Pelotão Especial de Fronteira (3º PEF).

**Figura 9 - Vista aérea da estrutura da Operação Acolhida em junho de 2018**



Fonte: Divulgação/FT log hum em 18/06/2018

Essa estrutura comporta um Posto de Identificação e Recepção-PIR, um Posto de Triagem-PTRIG, um módulo de hospital de campanha; um alojamento de passagem com capacidade para quinhentas pessoas, além de um grande espaço disponível onde se concentram escritórios de órgãos federais, forças armadas e agências internacionais que também prestam algum tipo de atendimento aos/às migrantes venezuelanos/as. Importante esclarecer que, quando estive lá, existia uma ampla estrutura em fase de instalação, indicando uma tendência de crescimento da Operação.

Antes de entrar no PTRIG, o/a migrante passa pelo Posto de Identificação e Recepção-PIR. Na entrada da tenda havia um espaço para armazenamento de bagagem, onde um soldado solicitava documento de identificação ao migrante para originar uma ficha manual de controle de bagagem que ficaria retida enquanto fosse realizado o atendimento. Lá eram ofertados dois serviços indicados por cartazes. O primeiro banner trazia escrito "Refúgio e Residência temporária" com os logotipos do ACNUR e OIM. O atendimento visava esclarecer as possibilidades de regularização migratória no Brasil, seja como refugiado ou residente, também denominada de pré-registro pelo ACNUR. Dependendo da solicitação, era entregue um comprovante que deveria ser apresentado aos funcionários da OIM ou ACNUR no PTRIG. O outro cartaz informava as vacinas estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde brasileiro- SUS. Os funcionários se esforçam em orientar os/as migrantes que as aplicações das vacinas eram critério indispensável para quem desejasse a interiorização no Brasil. Ao término da aplicação das vacinas, era oferecido água pelos militares.

Os procedimentos no PIR eram, basicamente: identificar, registrar, imunizar e orientar os/as migrantes sobre os serviços e procedimentos no PTRIG. Enquanto aguardavam atendimento sentados em bancos de madeira, eram frequentemente abordados por voluntários/as vinculados/as a organismos internacionais, especialmente do ACNUR. Os/as venezuelanos/as assinalavam diferenças entre as formas de “acolhimento” dos/as funcionários/as e voluntários/as vinculados/as às agências internacionais de ajuda humanitária. Os/as voluntários/as, nas suas percepções, demonstravam mais empatia e dedicam mais tempo a ouvir e orientar os/as migrantes. Geralmente, eram pessoas que dominavam o espanhol, predominantemente venezuelanos/as que, por meio de discurso afetuoso, falavam a seus *paisanos*: “*Sejam gratos aos militares! Portem-se bem! Cumpram as normas*”! Essa persuasão, como um alerta, revela que a hospitalidade oferecida demandava, em contrapartida, obediência ao código de conduta imposto por quem hospeda. Por outro lado, os/as funcionários/as se restringiam a realizar os procedimentos burocráticos impostos pelos protocolos internacionais, sem demonstrar afetividade ou envolvimento pessoal. Distanciamento social apontado em outras etnografias que tratam da atuação de funcionários/as do sistema ONU (THOMAZ, 2010; SILVA, 2012);

Em uma de suas idas e vindas do Brasil à Venezuela, Crisco me relatou que enquanto esperava no local, um voluntário do ACNUR presente informou os diferentes serviços oferecidos e as alternativas que o Fundo de População da ONU oferecia aos/às venezuelanos/as em relação à saúde reprodutiva. Na ocasião foram apontadas diferentes possibilidades de contracepção para evitar gravidez indesejada, tais como pílulas anticoncepcionais, D.I.U. de cobre, laqueadura tubária, vasectomia, entre outros. De acordo com Crisco, a forma de abordagem parecia associar a gravidez indesejada ao processo migratório. Não se pode descartar uma possível preocupação do estado brasileiro com controle de natalidade da população venezuelana, mas não disponho de dados para aprofundar esse assunto.

Os migrantes entravam nesses ambientes de maneira sequencial, dirigida pelos soldados que estavam no local. As divisões espaciais eram marcadas por cordas instaladas como se fossem corrimãos indicando para onde atravessar ou ir. Todos os passos eram dirigidos e controlados. Não era permitida a permanência no local se não estivesse esperando algum atendimento. Quando eu estive no local, e de acordo com os relatos de meus/minhas interlocutores/as, não haviam pessoas perambulando pelas

tendas. Eu mesma fui chamada à atenção em uma área considerada restrita por soldados que não sabiam que eu estava acompanhada de um “superior”. O/A migrante vagueando era convidado/a a se retirar prontamente pelos militares. Nessa etapa era possível cumprir todos os passos em uma manhã.

Apenas alguns metros separam o PIR do PTRIG, o segundo é muito mais amplo e possui várias estações de serviços institucionais que devem ser realizados sequencialmente, um após o outro. De acordo com o Major S., após a passagem pelo PIR, os/as migrantes *são orientados/las e não obrigados* a se encaminhar para o PTRIG, uma vez que poderiam recorrer a estrutura semelhante em Boa Vista (posteriormente instalada também em Manaus). Contudo, pelo grande número de pessoas que esperavam atendimento, percebi que havia uma tendência de regularização dos documentos na fronteira. Isto era atribuído pelos/a migrantes ao temor de sofrerem algum infortúnio no Brasil em virtude da falta de documentos e à ampliação das possibilidades de trânsito internacional, como observou Denise Jardim (2009;2016) entre os/as migrantes palestinos/as no Brasil. Decisão reforçada por suas experiências de constante fiscalização de documentos por militares venezuelanos ao longo das estradas durante o percurso até o Brasil (aspecto descrito na seção anterior). Parte desse contingente planejava apenas passar por Boa Vista, com destino a outros estados brasileiros e até mesmo outros países do cone sul.

Em muitos casos esse projeto de interiorização espontânea ou passagem para outro país foi interrompido quando o recurso estimado para financiar a viagem acabou na fronteira. Alguns e algumas migrantes tomaram a atitude radical de seguir caminhando até Boa Vista (aprox. 300km) e Manaus (aprox. 1000km). Os militares creditavam esse fato à falta de conhecimento sobre as distâncias geográficas do Brasil em comparação com as da Venezuela onde as extensões territoriais são menores. Somente quando se deparam com as peculiaridades locais, como o forte calor e as longas distâncias, de acordo com representantes das FA, que os/as migrantes percebem as dificuldades da empreitada.

O conhecimento prévio do EB sobre “Amazônia” era elemento constantemente acionado pelos militares para justificar a participação na Operação Acolhida. A imagem da Amazônia enquanto berço da biodiversidade e sua ampla extensão territorial justificam por décadas a presença militar na região. As riquezas naturais são vistas como patrimônio nacional a serem exploradas pelo Brasil e necessitam de defesa contra

a cobiça estrangeira. Vista como *vazio demográfico*, a região atrai há décadas investimentos governamentais para garantir a presença militar e promover a soberania nacional. O *vazio* é atribuído não ao quantitativo populacional, porém, na perspectiva militar, à falta de comprometimento dos habitantes da região com a soberania brasileira, imaginário atribuído especialmente aos povos indígenas. Isso fez com que a força terrestre se tornasse a principal forma de ocupar e atuar neste espaço (MARQUES, 2007, p. 46-51). No caso da Operação Acolhida, a justificativa com a defesa nacional abre espaço para o reconhecimento sobre o histórico de experiência logística na região. O Exército, por ser a força que predominantemente ocupa as fronteiras, também domina a Operação.

A instalação de uma estrutura do PTRIG semelhante em Boa Vista e Manaus admite certa debilidade do controle da entrada venezuelana no *Ordenamento de Fronteira* pelos militares. O suboficial X. admite: “*Existe também os casos daqueles que entram pelas bordas (trilhas) da fronteira de forma irregular que acabam desconhecendo essa estrutura*”. Major S. interrompe o suboficial no gesto de desaprovação e explica: “*nós não temos controle das causas, mas tentamos minimizar as consequências. Quais os impactos para o Brasil? Impactos na Saúde, segurança pública e prestação de serviços em geral*”. A opção pelos caminhos não oficiais pelos/as venezuelanos/as é justificada pelos militares por dificuldades impostas pelo governo venezuelano como, por exemplo, o controle e manipulação estatal da comunicação/informação e o não fornecimento de documentos oficiais.

Se o governo hoje tem uma política de repatriação (faz uma alusão ao Plano Vuelta a la Patria) por que ele vai repassar informações que favorecem à chegada das pessoas em outro país? Não vai repassar. É contra o objetivo, no caso o de lá. Detalhe, a senhora não vai ver ninguém em situação extremamente deplorável. Isso era uma percepção equivocada que só vinham para cá pé rapados. Na verdade, hoje estamos observando mais pessoas de classe média e mão de obra qualificada. Por isso, suponho eu, que não tenho elementos para justificar, apenas os números quando a gente faz o levantamento da força de trabalho e mão de obra. Então é contraproducente para o governo perder essa mão de obra qualificada, por isso ele começa a trabalhar com programas de repatriamento. (Major S., PTRIG, Pacaraima, 28/09/2018).

Ao criticar os métodos de controle do governo venezuelano, o militar brasileiro está reforçando um imaginário de que as coisas no Brasil sejam mais organizadas e

acolhedoras. Paralelamente, a Operação Acolhida investe em propaganda<sup>50</sup> para convencer os/as migrantes de que migrar pela fronteira Brasil/ Venezuela é uma escolha acertada. O contraponto com a situação venezuelana e a demonstração de benefícios de vir para o Brasil retroalimentam a missão. A Operação tende a continuar enquanto for crescente o número de deslocados/as venezuelanos/as para o Brasil.

Ao chegar no PTRIG, o/a migrante deve apresentar um comprovante com a numeração indicativa de que já cumpriu as etapas obrigatórias no PIR. Em seguida, obrigatoriamente precisa deixar sua bagagem novamente no guarda-volumes.

### **Figuras 10 e 11 - Rua que separa o PIR do PTRIG**



Fonte: autoria da pesquisadora, em outubro de 2018

### **Figuras 12 e 13 - Guarda-volumes e área kid's PTRIG- Pacaraima**



Fonte: autoria da pesquisadora, em outubro de 2018.

<sup>50</sup> Durante a pesquisa de campo e enquanto escrevia recebi alguns vídeos que divulgavam ações da Operação Acolhida. A propaganda era divulgada em língua espanhola demonstrando a intencionalidade de comunicar com a comunidade venezuelana.

No âmbito daquilo que os militares denominam de “desestressores sociais”, havia uma “área Kid’s”, espaço infantil coordenado pela UNICEF que atendia crianças de poucos meses até dez anos de idade. Nesse espaço, as crianças recebiam refeições e participavam de atividades recreativas coordenadas por instrutoras venezuelanas, enquanto os pais aguardavam atendimento. Importante chamar atenção que o processo de contratação de venezuelanos/as pelas agências internacionais somente foi evidenciado apenas a partir de 2018. Nos anos anteriores parte dos/as funcionários/as dessas agências alegavam que os protocolos internacionais não permitiam a contratação do público alvo atendido. Porém, devido às dificuldades de encontrarem pessoas que dominassem a língua espanhola em Roraima, foram abertas exceções.

Declarando um esforço de maior acolhimento aos/às recém-chegados/as, o Major S. me apresentou a área PET, local que seria destinado aos animais de estimação. O espaço não estava estruturado e nem em uso, pois conforme o oficial, as instituições governamentais *parceiras* responsáveis pela prestação de serviço ainda não tinham *manifestado a intenção de operacionalizar o espaço*. Quando indaguei se a concepção do espaço tinha partido de uma demanda dos/as venezuelanos/as, o major respondeu que tinha surgido da sensibilidade dos próprios militares que se imaginaram na condição de migrante: *“Nós imaginamos, se eu fosse embora definitivo do Brasil, o que eu gostaria de levar? Se eu tivesse um cachorro, com certeza levaria. Assim a gente acolhe melhor e dá sentido novo para pessoa que está chegando no local que ela não conhece”*. A justificativa da concepção da área PET expõem afirmações interessantes do ponto de vista das perspectivas militares em relação à migração venezuelana. Primeiro lugar, parece existir um empenho em adquirir a simpatia e confiança dos/as recém-chegados/as. Segundo, percebem o deslocamento como algo definitivo, sugere-se que as pessoas que buscam regularização migratória vão fixar residência no Brasil.

Na área de espera, até o final de setembro de 2018, não havia nenhuma forma de climatização (ventiladores ou aparelhos de ar-condicionado), o que tornava a sensação térmica ainda mais elevada. Os/as migrantes aguardavam em algumas dezenas de bancos de madeiras sem encosto, dispostos em fileiras. Funcionários/as do ACNUR e OIM checavam documentos e esclareciam procedimentos sobre os pedidos de refúgio e residência temporária.



## Figuras 14 e 15 - Área de espera PTRIG Pacaraima



Fonte: autoria da pesquisadora, em outubro 2018.

A espera neste espaço costumava ser longa, pois muitos/as migrantes não portavam os documentos necessários para a realização dos trâmites. A grande maioria necessitava de auxílio dos/as funcionários das agências internacionais para elaboração de autodeclarações e preenchimento dos formulários. Depois desses procedimentos, os migrantes eram conduzidos/as à sala da Polícia Federal. Existia um setor para refugiados e outro para residentes. Mulheres grávidas e com crianças pequenas e idosos tinham prioridade. Uma força tarefa composta por mais de dez funcionários/as agilizava os trâmites burocráticos junto aos/às migrantes em cada sala. Contudo, além dos aspectos burocráticos, existiam problemas de ordem estrutural como, por exemplo, o acesso ao sistema. Quando parava de funcionar, era necessário uma longa espera até o retorno das atividades. Ao meio dia eram visíveis os sinais de cansaço e esgotamento físico das pessoas que esperavam. Alguns vencidos/as pelo cansaço dormiam sentados/as com a cabeça entrepostas entre os joelhos, crianças de colo choravam com sede e fome.

Ao meio dia era servido um copo de sopa para quem aguardava o atendimento. A fim de dissipar o clima de tensão e o desgaste provocado pelo calor, fome e cansaço, os militares mais uma vez lançavam mão de mecanismos para eliminar os “estressores sociais”. O termo era vinculado a qualquer situação que causasse algum tipo de tensão, conflito e preocupação entre e pelos/as migrantes e/ou com agentes responsáveis pelas ações de acolhimento. Ao me apresentar o sistema de som do PTRIG que ajudava na comunicação coletiva com os/as migrantes, o Major S. destacou:

Dentro da ideia de eliminar os estressores sociais, se as pessoas estão muito confusas ou preocupadas a gente utiliza o sistema de som para esclarecer esse público alvo. Ao longo do dia quando observamos que o ambiente está mais tenso procuramos colocar músicas mais próximas da cultura venezuelana, aí o camarada se sente mais próximo da casa e relaxa.

Nesse espaço também eram feitos esclarecimentos sobre exploração e assédio sexual. Quando identificados, os casos eram direcionados para um espaço de escuta individualizado. Se o agressor estiver no local, o atendimento é interrompido, temporariamente, para uma acareação com a vítima. De acordo com o Major, a vítima era colocada cara a cara com o abusador para confirmar autoria, em seguida os militares faziam uma série de advertências ao acusado, caso tivesse uma nova ocorrência, receberia as devidas punições. A prática da acareação não me parece adequada a esse tipo de violência, pois a presença do agressor pode constranger a vítima. Esse tipo de procedimento demonstra que as forças armadas ainda carecem de *expertise* no tocante à violência de gênero.

Um outro espaço disponibilizado é chamado de *área de reestabelecimento de laços familiares*. No local ficavam funcionários/as da Cruz Vermelha que ofereciam ligações gratuitas de três minutos, internet sem fio e tomadas para carregar baterias de celular. Ficava situado numa espécie de hall de acesso às outras salas de atendimento. O espaço era bastante disputado, mas não garantia privacidade nos telefonemas, pois os aparelhos ficavam dispostos em cima de uma mesa e o espaço entre as pessoas era limitado.

De acordo com o oficial, o serviço de comunicação ofertado era fundamental para desmistificar as informações inverídicas e distorcidas disseminadas pelo governo venezuelano. Esse serviço, afirmava o Major S., "*oferece a oportunidade de as pessoas contarem na Venezuela como são recebidas e atendidas de forma respeitosa no Brasil*". Com uma postura orgulhosa, mencionou-me que era muito comum, ao final dos atendimentos, os/as migrantes se direcionarem aos/às militares para agradecer à atenção desprendida, diferentemente dos maus tratados recebido do outro lado da fronteira.

Aqui não é muito difícil e não raro, após o atendimento, as pessoas virem nos agradecer. Muito obrigada! Porque isso a gente não vê do outro lado. Lá a gente vê as pessoas maltratando a gente. Mas isso é uma característica nossa, do militar brasileiro. O Povo brasileiro! A gente até pode citar as missões de paz. Por que as missões de paz quando são encabeçadas pelo Brasil, são vistas de forma diferente pela ONU? Por que agora queremos colocar a gente lá na África, junto ao Congo, república centro africana, onde o bicho está pegando? Porque o brasileiro tem essa capacidade mais rara de

tentar interagir, buscar entender o outro, devido à nossa mistura e à nossa origem miscigenada. Isso é um fator diferencial! Da mesma forma é a forma como acolhemos os outros. É a nossa natureza! Já falava o Sérgio Buarque “O homem cordial”. É da nossa essência! Por que fugiríamos disso aí? Independente de sermos homens de fardas, com direito cívico ao uso da violência, ou de ser profissionais liberais, pouco importa! A nossa essência é brasileira, essa tem que ser mantida (Major S., PTRIG, Pacaraima, 28/09/2018).

É interessante notar que o Major atribui aos “brasileiros” uma *capacidade rara* de interagir com as populações atendidas. Ele aciona, para qualificar seu discurso, cânones do pensamento social brasileiro como o mito da “democracia racial” popularizado pelo antropólogo Gilberto Freyre (2006) e a controversa ideia de “homem cordial” do sociólogo Sérgio Buarque de Holanda (1996). Esse imaginário de um povo receptivo, erigido do encontro supostamente pacífico entre povos diferentes e inexoravelmente propenso a evitar o conflito, funciona como holofote que lança luzes para um palco improvisado e ofusca a visão dos bastidores. Trata-se de um jogo de imagem e fundo, como sugere Wagner (2010). As boas relações pessoais entre brasileiros e haitianos ou entre brasileiros e venezuelanos, ofusca o aparato institucional militarizado e a política de securitização em andamento.

As características ressaltadas por Major S. alinham-se com os discursos militares oficiais anteriores que ressaltavam o protagonismo do Exército Brasileiro na liderança da MINUSTAH no Haiti (HAMANN e TEIXEIRA, 2017). Os militares brasileiros tinham a imagem de “melhores pacificadores” devido à capacidade de diminuir tensões e conflitos conferidos pela aproximação cultural com os haitianos. No entanto, essa imagem cordial atribuída a uma maior interação com os locais encobriu diversos mecanismos de violência que assinalaram os treze anos de participação na MINUSTAH (MÜLLER e STEINKE, 2018, p.230; PAULA, 2020)<sup>51</sup>.

O uso da força ou, como mencionado pelo oficial brasileiro, o direito cívico ao uso da violência, era pouco descrito e enfatizado. Existia um esforço em desassociar a imagem da Operação Acolhida em relação às atribuições de segurança e manutenção da ordem. O ineditismo da operação deveria ser revelado pela atuação das FA exclusivamente na *ajuda humanitária*, obstante a outras experiências em missões da ONU, nas quais o EB teve sua atuação atrelada à imposição da paz. A negação do uso

---

<sup>51</sup> Leonardo Dias de Paula (PAULA, 2020, p. 127) aponta, com base em documentos oficiais, que o uso da violência foi recorrentemente utilizado como mecanismo de “estabilização da segurança” no Haiti, tais como operações de cerco e vasculhamento; busca e apreensão; estabelecimentos de pontos de bloqueios para o controle de vias urbanas, seleção de pontos de observação e de tiro, entre outros.

da força e/ou seu acionamento periférico era recurso retórico utilizado pelos militares para legitimar o caráter *eminente humanitário* da missão.

A ideia de uma missão exclusivamente humanitária pelos militares tenta afastar o envolvimento direto das FA com ações de defesa e segurança nacional no âmbito da Operação Acolhida. Ocorre o mascaramento de princípios constituintes da própria institucionalidade militar, tais como a legitimidade do uso da violência e a hierarquia. A atuação *eminente humanitária* se distingue, do ponto de vista dos militares, pela participação direta na gestão e no suporte logístico do acolhimento em detrimento do uso da força e de mecanismos de repressão.

O trabalho interagência é citado como exemplo de não hierarquização. No PTRIG de Pacaraima, de acordo com o Major S. "*são realizadas reuniões interagências semanalmente, não tem uma hierarquização, cada um respeita o seu papel, mas trabalhando de forma conjunta*". Contudo, veremos nos próximos capítulos, por meio do diálogo com representantes da Sociedade Civil Organizada-SCO, que a pretendida interlocução promovida pela Operação Acolhida reservava pouco espaço para o diálogo. A hierarquia, nesse caso, não era definida apenas pelas credenciais das patentes, mas pelo acesso aos recursos para a execução do acolhimento. O diálogo era mediado pelo estabelecimento de relações pessoais travadas nos bastidores.

A negação do uso da força e de mecanismos repressores foi demonstrada pela postura militar diante do episódio de tentativa de lixamento de migrantes venezuelanos/as pela população brasileira em Pacaraima em agosto de 2018. De acordo com o Major S. essa conduta militar se diferencia da atuação em contextos de Missões de Paz. Quando perguntei ao Major por que os militares não coibiram de forma mais enérgica a tentativa de expulsão dos/as venezuelanos/as na fronteira, ele respondeu:

Por uma questão de atribuição de jurisdição. Como te falei, o exército na operação acolhida tem como função de dar suporte logístico, por isso não temos respaldo para atuação da Lei e da Ordem que seria uma outra vertente das Forças Armadas. Em todas as instalações da Operação Acolhida, não podemos ficar armados. O máximo que podemos fazer na ocasião foi acalmar os ânimos dos nossos compatriotas que também tinham reivindicações justas. Foi uma manifestação lícita que as pessoas vieram cantando o hino nacional. Nós somos uma instituição conforme o general Vilas Boas que promove no âmbito do Brasil, a estabilidade, legalidade e atua sob a legitimidade. Naquele momento não tínhamos respaldo legal para garantia da lei e da ordem, infelizmente ficamos de mãos e pés atados. Acolhemos aqueles que estavam nas nossas instalações e fizemos um cordão de isolamento humano para impedir e tentamos negociar. Depois dos incidentes, tivemos o decreto presidencial da Lei e da Ordem para evitar uma escalada da crise. Como representantes do estado brasileiro com a

atribuições de defesa e segurança, para que pudéssemos fazer o mínimo de contenções.

Inicialmente, o EB não tinha legitimidade para o emprego da força, autorizada apenas após a ocorrência de atentados contra migrantes venezuelanos/as na cidade de Pacaraima no mês de agosto de 2018. O emprego da força foi legitimado pelo decreto presidencial nº 9.483 de “Garantia da Lei e da Ordem” (GLO) que conferiu poderes de polícia às forças armadas. Publicado inicialmente em 29 de agosto de 2018, estava limitado à cidade fronteiriça de Pacaraima e fora motivado pela investida violenta de brasileiros contra um acampamento improvisado de venezuelanos/as à beira da estrada, queimando barracas, destruindo pertences dos/as migrantes e forçando a travessia de retorno ao país de origem. O caso foi fartamente noticiado pela imprensa nacional e internacional como sendo a resposta da população local a um crime supostamente cometido por venezuelanos (até o momento, sem comprovação)<sup>52</sup>.

A GLO surge como mecanismo de combate a ataques xenofóbicos de brasileiros/as contra venezuelanos/as, mas transformou-se em instrumento de repressão contra próprios/as venezuelanos/as. A partir da efetivação desta GLO, de sua reedição e extensão para Boa Vista, após outros ataques violentos de brasileiros/as contra venezuelanos/as, a Polícia do Exército- PE passou a realizar rondas que dispersavam venezuelanos/as nas ruas da cidade. O “mínimo de contenção” nas palavras do Major S. demonstra um empenho em reduzir a capacidade repressora da FA em favor da ênfase na ajuda humanitária. A repressão seria acionada apenas em casos extremos que exigissem a manutenção da *estabilidade e legalidade*. O difícil aqui era mensurar o que os militares entendiam por “mínimo” e quem e o que seria reprimido de fato. O que a realidade descortinava era o robustecimento de mecanismos restritivos e de repressão aos/às venezuelanos/as. Perspectiva que vem acompanhando a governança migratória em outras partes do mundo, cujo foco na vitimização corresponde ao aprofundamento de uma “agenda punitiva” (DIAS e VIEIRA, 2019; GARLAND, 2001; SIMON, 2007)

Após a realização dos trâmites burocráticos formais, existia uma terceira etapa que se vinculava ao abrigamento temporário, coordenada pelo ACNUR, considerado pelos militares, o *grande parceiro* na cogestão dos abrigos devido à sua reconhecida

---

<sup>52</sup> Matérias e vídeos disponíveis em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/18/venezuelanos-atravessam-a-fronteira-apos-ataques-em-rr-veja-video.ghtml>, acesso: 25/08/2018 ; <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-45338769>, acesso: 30/08/2018

*expertise* sobre o tema. O reconhecimento da *expertise* de agências como ACNUR e OIM, pelos militares, revela como a cooperação internacional pode consolidar e sustentar uma “etiqueta humanitária”. Essas regras orientam e propagam "modos de fazer", balizados por princípios e práticas dessas organizações internacionais (SILVA, 2008; LIMA, 2005). O conhecimento notório sobre o tema atribui maior influência e poder de decisão na cogestão do acolhimento.

Às quatro da tarde, inicia-se o levantamento do perfil do/a migrante. Denominada “registro”, nesta fase era feito inicialmente estimativa dos/as migrantes que necessitariam de pernoite no alojamento BV8. No segundo momento era realizada a avaliação do grau de suas *vulnerabilidades* pelos agentes do ACNUR, dependendo da situação, buscavam vagas nos abrigos em Boa Vista. No mesmo espaço também era realizado um registro biométrico das digitais e íris. Quando o/a migrante era encaminhado para um abrigo em Boa Vista, já saía com um documento de identificação com foto e indicação de onde seria abrigado/a. Essa fase evidencia um forte controle e monitoramento das pessoas. Não havia, na comunicação oficial, qualquer indicativo a respeito dos propósitos dessa coleta de dados pessoais. Em que medida a posse de informações biométricas ajudaria no aperfeiçoamento das ações de acolhimento? Não ficam explícitos os objetivos de “segurança nacional” e controle sobre os corpos, mascarados sob o véu do acolhimento.

Quando termina todo processo no *ordenamento de fronteira*, de acordo com o Major S., existem duas possibilidades para o/a migrante. Primeiro, seguir ao destino desejado, se tiver condições e meios. Segundo, caso apresentasse alguma vulnerabilidade ou necessidade, seria ofertado transporte até Boa Vista por meio de ônibus que realizava o percurso três vezes por semana. Usavam esse transporte aqueles/as migrantes que aguardavam, no alojamento BV8, por vagas em abrigos de Boa Vista. Também havia aqueles que já tinham passagens de ônibus ou aéreas para outros estados brasileiros e países, mas não tinham recursos para se locomover até Boa Vista. Nos termos dos militares, muitos/as venezuelanos/as usavam a fronteira Brasil/Venezuela como uma *rota de fuga* para chegar a outros lugares. Argumento que sustenta a necessidade de continuidade das ações de *interiorização*.

No alojamento BV8, o tempo máximo de permanência era de cinco dias. O termo pernoite foi incorporado porque, de acordo com o oficial, era o maior uso. Muitos/as migrantes finalizavam o atendimento após a saída do último ônibus de

Pacaraima para Boa Vista e necessitavam de alojamento tendo em vista os altos preços de transportes alternativos e de hospedagem em hotéis ou pousadas em Pacaraima, dada elevada demanda <sup>53</sup>. Quando visitei a estrutura, havia poucos dormitórios ocupados, o que parecia desproporcional em relação ao número de pessoas que aguardavam atendimento.

O alojamento BV8 é dividido por segmento: família, homens e mulheres. No caso do alojamento de família, o padrão considerado é o da família nuclear heteronormativa composta por pai, mãe e filhos. Se for um casal sem filhos, por exemplo, ficavam separados. Mulher fica no alojamento feminino e o homem no masculino. Na área dos banheiros, além da separação clássica de banheiros femininos e masculinos, existia uma área afastada destinada ao público LGBT. Conforme o Major S., essa área foi construída para evitar conflitos e discriminações com base nas orientações dos/as agentes do Fundo de População das Nações Unidas<sup>54</sup> (UNFPA) que atuavam em Pacaraima. Protocolos sensíveis às questões de gênero que contraditoriamente não são demonstrados na identificação de situações de exploração e abuso sexual apresentada anteriormente.

Francisco, engenheiro eletricista caraqueño que dormiu uma noite no alojamento BV8, expressou-me a dupla tensão que a área de pernoite inspira. Por um lado, as pessoas temem umas às outras. A maioria dorme com seus pertences ao lado, embora haja um lugar reservado para armazenar bagagem. A estrutura não comporta a demanda. Os chuveiros não têm água em abundância e os banheiros rapidamente ficam saturados de usuários/as. Por outro, uma vez no espaço temem sair com receio de advertências dos militares e da população local brasileira. *"Es una experiencia para no repetir más. Una sola vez basta"*.

Por outro lado, a população desabrigada no município continua crescendo (OIM, 2020)<sup>55</sup>. Isso indica que a estrutura é insuficiente para atender aqueles/as que

---

<sup>53</sup> De junho 2018 a outubro de 2018 houve um aumento de mais 200% no valor da passagem cobrada pelo táxi lotação no trajeto Pacaraima- Boa Vista. O valor cobrado passou de R\$30,00 para R\$ 100,00.

<sup>54</sup> Agência de desenvolvimento internacional da ONU que trata de questões populacionais. Desde sua criação, em 1969, tem sido um ator chave nos programas de desenvolvimento populacional relacionados com os temas de saúde sexual, reprodutiva e igualdade de gênero. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/missao-e-objetivos>, acesso em: 11/11/2020.

<sup>55</sup> De acordo com o informe da OIM sobre população venezuelana refugiada e migrante desabrigada em Pacaraima, em outubro de 2020 havia um total de 1360 pessoas, as quais 1232 estavam em assentamentos espontâneos, 71 em espaços cedidos e 57 na rua, disponível em, <https://brazil.oim.int/>, acesso em: 17/11/2020.

permanecem no município ou que existe uma recusa em ficar no espaço por parte dos/as migrantes. As regras de permanência no alojamento BV8 são elucidativas neste sentido. De acordo com o Major S., uma vez dentro do alojamento a saída do/a migrante somente era autorizada no dia seguinte para dar prosseguimento ao atendimento no PTRIG, transferência para abrigos ou deslocamento para Boa Vista no ônibus ofertado pela Operação. O Major justificou as restrições devido à proximidade da área de pernoite com o terreno onde ficam os carros apreendidos pela receita federal. A circulação de venezuelanos/as, em suas palavras, *poderia gerar risco ao patrimônio apreendido*. Neste caso, me pergunto: não seria mais estratégico vigiar o patrimônio apreendido que impedir a mobilidade do/a migrante no município de Pacaraima? Aquele/a que resolve sair do alojamento, não é impedido/a, mas também não pode permanecer nas ruas da cidade. Depois das sete horas da noite em Pacaraima, quando o comércio local encerrava as atividades, viaturas da PE passavam a percorrer as ruas para verificar se nenhum migrante dormia nas ruas. Migrantes que por algum imprevisto permaneceram após esse horário nas ruas da cidade relatam que receberam abordagens intimidadoras.

O oficial admitiu que as condições de abrigamento não são favoráveis, uma vez que a chegada de pessoas é contínua e o processo de interiorização não respondia na mesma proporção. Isso fez com que os abrigos chegassem ao limite de ocupação. As pessoas que não conseguiam vagas, acabavam somando-se à população de rua. O alojamento BV8 era visto como uma estrutura que visava minimizar o impacto social dos/as migrantes nas ruas dos municípios de Pacaraima. Para os militares, de forma geral, nesse período, o processo de *interiorização* era o grande gargalo da Operação Acolhida. Existia um claro posicionamento de evitar a criação de novos abrigos.

No sentido oposto ao alojamento BV8, entrando mais em direção à sede do quartel, ficavam as denominadas *áreas de convivência harmônica e moradia*. Nesse espaço era permitido apenas o acesso de pessoas autorizadas e colaboradores/as da Operação Acolhida, grupo composto por funcionários/as públicos/as, agências internacionais e militares. O espaço continha, aproximadamente, sessenta contêineres climatizados e grandes barracas tipo *overlay*. O complexo era caracterizado por áreas de hospedagens, entretenimento, reuniões e atendimento à imprensa. Assim como o abrigo BV8, durante toda a noite havia guardas de plantão responsáveis pela segurança, mas ao contrário dos/as venezuelanos/as, os/as colaboradores/as devidamente



identificados/as podiam circular livremente com entrada e saída a qualquer horário do dia.

**Figura 16 - áreas de convivência harmônica e moradia**



Fonte: autoria da pesquisadora, novembro de 2018

Na área de entretenimento havia uma tenda cinema/anfiteatro que exibia sessões de cinema às quartas-feiras e finais de semana. Durante essas sessões eram ofertados pipocas e refrigerantes. Outras tendas eram reservadas para jogos de videogame e de mesa (totó, tênis de mesa e sinuca, por exemplo), além de um espaço para assistir televisão. Por fim, havia uma barraca que funcionava como pequeno bar onde eram vendidos petiscos e bebidas alcoólicas a baixo custo no fim do expediente.

Na área de hospedagem ficavam dispostos contêineres com capacidade para quatro pessoas, abrigando dois beliches cada um. De acordo com Major S, militares e civis dividiam o espaço. A separação era demarcada apenas pelo gênero masculino e feminino. A possibilidade de compartilhar o mesmo dormitório, aos olhos do oficial, exprimia igualdade de tratamento entre militares e civis. As tendas maiores eram destinadas para reuniões internas de trabalho de cada instituição e confraternizações, com o destaque para sala destinada às FA, onde estava descrito “Estado Maior”. Encerrando esta estrutura encontravam-se três tendas: uma que servia de gabinete para o coordenador geral da Operação Acolhida, quando realizava visitas ao local; uma para coletivas de imprensa; e outra que dispunha de suporte tecnológico para realização de videoconferências. Conforme Major S., toda a estrutura foi implementada em um mês e meio. Esclareceu, ainda, que o processo de instalação não foi ainda mais ágil devido a problemas no solo do município. A descrição da megaestrutura temporária comprovava a habilidade logística das FA. Por outro lado, uma tenda *overlay* específica

para o coordenador geral da FT Log Hum, posição ocupada por um General do EB, revela a centralidade desta instituição dentro da Operação.

A governança migratória que vem sendo implementada no Brasil por meio da fronteira Brasil- Venezuela e se estendendo para Boa Vista e Manaus parece obedecer a um certo ranking de *expertises*. Por um lado, a expertise da fronteira e do conhecimento sobre Amazônia por parte dos militares que se centra no controle das populações e na segurança. De outro, a *expertise* das agências do sistema ONU com seus papéis e burocracias internacionais que, muitas vezes, tendem a ratificar e positivar práticas restritivas. Neste cenário, conceitos de migração/refúgio, segurança/controle, relações pessoais/ajuda, política governamental/filantropia se embaralham. A fronteira que os separa e intersecciona é tão porosa quanto *la línea*. A gestão do acolhimento de migrantes venezuelanos/as funciona em múltiplos níveis de interação e se concretiza por meio de distintas táticas, manobras e relações de poder.

No próximo capítulo descreverei o deslocamento venezuelano para a cidade de Boa Vista e as transformações produzidas por essa mobilidade. As estratégias e táticas acionadas por venezuelanos/as na autogestão de suas vidas e interação/integração com brasileiros/as e as instituições. As diversas lógicas do acolhimento na capital roraimense e diferentes posicionamentos de organizações internacionais e instituições não governamentais. O impacto e as mudanças produzidas pela burocracia internacional e a gestão militarizada. Os paradoxos emergentes de um humanitarismo praticado sob a égide da segurança e do controle.

### Capítulo 3 – Migração venezuelana para Boa Vista

Na realidade da fronteira Brasil-Venezuela, Boa Vista, enquanto capital do estado de Roraima, é o centro de convergência dos aparatos estatais e institucionais, políticos e econômicos da região. Boa Vista está 750 km distante de Manaus e 230 km da cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén (distante 700 km de sua capital, Ciudad Bolívar). A proximidade das cidades de Boa Vista e Santa Elena de Uairén e, ao mesmo tempo, o distanciamento face aos grandes centros urbanos dos dois países possibilita o estabelecimento de relações mais diretas e dinâmicas entre si, favorecendo certa integração entre esses centros urbanos relativamente “isolados”.

O propósito do presente capítulo é discutir os paradoxos do acolhimento aos/as venezuelanos em um contexto que extrapola as relações transfronteiriças que caracterizavam a região até 2015. Descrevo, no primeiro momento, algumas transformações decorrentes do crescimento no deslocamento venezuelano para a capital de Roraima e da tendência de permanência destes/as estrangeiros na cidade, algo que não acontecia anteriormente. Os/as moradores/as da faixa de fronteira jamais se pensaram enquanto migrantes, mas a partir de então passaram a ser tratados como seus compatriotas oriundos de regiões distantes. Refletirei como interações sociais e estigmas constituídos inicialmente na circulação transfronteiriça se refletem em novas lógicas de sociabilidade entre brasileiros/as e venezuelanos/as em Boa Vista.

Na segunda seção apresento os diferentes agenciamentos operacionalizados por venezuelanos/as como táticas de superação de obstáculos de interação social com brasileiros/as, visando a materialização da sobrevivência e *fuga da Dieta de Maduro*. A *agência* eclipsada por uma relativa passividade emergente da aceitação de formas precárias de trabalho produzia certa instabilidade na capacidade de receber e dar comida. Por outro lado, essa mesma circunstância abjeta possibilitou que assumissem posições de *agentes*, uma vez que os/as capacitou enquanto doadores/as provedores/as de comida aos seus familiares que ficaram na Venezuela.

Na terceira seção retrato as posturas governamentais e não governamentais diante da migração venezuelana. Por um lado, observam-se iniciativas municipais, estaduais e federais marcadas por tentativas de recrudescimento de entrada na cidade e de expulsão dos/as migrantes. Face a esse contexto, veremos como as primeiras

iniciativas de acolhimento propriamente ditas foram realizadas primordialmente por instituições não governamentais, com destaque para os grupos religiosos.

Na quarta seção, apresento as transformações advindas da gestão militarizada e cumprimento de protocolos internacionais no acolhimento de migrantes venezuelanos/as em Boa Vista. A participação da FA alavancou mecanismos de controle da mobilidade urbana venezuelana e um processo de higienização social dos/as migrantes nos espaços públicos da cidade. Os abrigos destinados aos/às migrantes tornaram-se espaços de ambiguidades entre políticas de cuidados, controle e repressão praticadas no acolhimento.

Na última seção retomo a ênfase dada à Operação Acolhida como uma missão eminentemente humanitária pelos militares. A relação mais direta com o público atendido e a constituição de vínculos de amizade eram evidenciados como diferencial pelos militares em relação a outras missões. A exposição cotidiana às vulnerabilidades dos/as venezuelanos/as deu vazão, inicialmente, à solidariedade pessoal, mas produz, ao longo do tempo, indiferença e desprezo. Por fim, levanto algumas críticas apontadas por agentes da sociedade civil organizada (SCO) à ausência de espaços de interlocução com os representantes das FA e a chancela dessa postura autoritária pelas Agências Internacionais.

### ***3.1 A chegada Venezuelana a Boa Vista.***

A partir de 2016, Boa Vista tornou-se o destino preferido da maioria dos/as venezuelanos/as que transitavam na fronteira, de acordo com eles e elas, por oferecer maiores variedades de produtos e preços mais acessíveis. Quem não tinha carro particular atravessava a fronteira de táxi-lotação até Boa Vista. Aqueles sem recursos disponíveis, aventuravam-se a fazer o caminho de 215 km a pé pelas margens da BR174. Esta tese não tem pretensões estatísticas, mas posso dizer que não foram poucas as pessoas que, ao realizar o câmbio de moeda em Pacaraima, se perceberam desprovidas de recursos para custear a própria passagem de táxi-lotação até Boa Vista, estimada em torno de R\$ 60 por indivíduo em 2017.

Conversando com William Dourante, 43 anos, natural de Barquisimeto (VE), ele me contou que em virtude de ter poucos recursos resolveu seguir caminhando até

Boa Vista. No segundo dia de caminhada parou na comunidade indígena Sorocaima, lá foi acolhido por uma família onde prestou serviço de ajudante de pedreiro durante alguns dias e começou a frequentar a igreja Adventista. Após adquirir confiança por seu caráter de *cristiano*, a família ofereceu sua casa em Boa Vista para ele morar provisoriamente. A afirmação de valores cristãos parece despertar nos brasileiros/as um senso de humanidade compartilhado (assunto aprofundado no quinto capítulo). Antes disso a casa servia apenas de apoio logístico para a família indígena viajar até Boa Vista para receber salários, benefícios e fazer compras.

O trajeto de Pacaraima a Boa Vista atravessa a Terra Indígena São Marcos e oferece uma paisagem diversificada entre as verdes matas das serras e a planície amarelo ocre das gramíneas do lavrado, entrecruzadas por espelhos d'água de lagos intermitentes e pontes que atravessam rios e igarapés. O trajeto do município fronteiriço até a capital corta pequenas localidades e algumas comunidades indígenas. É possível rodar ou caminhar uma centena de quilômetros sem encontrar qualquer estrutura de apoio como banheiros, água potável e abrigo contra o forte sol ou chuvas torrenciais. Até 2018, quando o Brasil intensificou a presença militar na região, não havia controle do fluxo migratório ao longo da estrada.

**Figura 17 - mapa fronteira Brasil/Venezuela**



Os grupos eram provenientes de diferentes partes do país, extrapolando o fluxo transfronteiriço costumeiro. As comunidades crescem à medida que as malhas de parentesco são estabelecidas em Boa Vista. A Venezuela está representada do Oriente ao Ocidente e da Amazônia ao Caribe. A população do município estimada pelo IBGE para 2020 seria de 419.652 mil habitantes<sup>56</sup>. Estima-se que os/as venezuelano/as podem representar cerca de 10% da população atual da capital roraimense<sup>57</sup>. Talvez, para aqueles pesquisadores preocupados com grandes acontecimentos globais, o “pequeno número” de Roraima seja quase desprezível. Mas, assim como sugere Arjun Appadurai, não podemos menosprezar os fenômenos minoritários (APPADURAI, 2009). Eu, enquanto pesquisadora roraimense, não posso deixar de frisar a profunda transformação que a presença venezuelana vem produzindo em Boa Vista. Os impactos para quem vive em Boa Vista, seja pela presença dos venezuelanos nas ruas, do exército circulando com veículos camuflados e armamento pesado ou mesmo pelo acionamento da xenofobia entre os/as brasileiros/as, são ainda imensuráveis e não podem ser desprezados.

Para as/os venezuelanas/os, a cidade de Boa Vista era atrativa por permitir que os/as trabalhadores/as, em curtos períodos de tempo, se deslocassem até a Venezuela para visitar os parentes e/ou levar dinheiro, comida, roupas e medicamentos. As remessas internacionais desempenham importante aspecto da manutenção familiar, tanto no que diz respeito à subsistência quanto ao fortalecimento dos vínculos afetivos à distância (LEVITT, 2001).

Paralelo a isso, originou-se um conjunto de atividades de apoio ao trânsito constante em busca da comida, serviços de transporte, hospedagem e informação. Por outro lado, existiam pessoas de classes populares que viajavam com pouco ou quase nenhum recurso e se fixaram em Boa Vista para buscar trabalho. Entre estes, existiam aqueles/as que encaravam Boa Vista como lugar de passagem, ou seja, esperavam ficar temporariamente na cidade até acumular dinheiro suficiente para viajar para outras cidades no Brasil ou para outros países. A maioria legalizava temporariamente sua permanência no país solicitando refúgio, alegando especialmente o desabastecimento de comida, falta de medicamentos e, em alguns casos, perseguições políticas. O destino

---

<sup>56</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr/boa-vista.html>, acesso em: 24/11/2020.

<sup>57</sup> Não há dados precisos sobre o número de venezuelanos em Boa Vista. Estimativas variam de 30 mil a 50 mil pessoas.

principal do dinheiro arrecadado (mediante trabalho e doações) era a compra de comida e/ou envio de valores às famílias na Venezuela.

O novo padrão migratório venezuelano vem descortinando peculiaridades de uma migração transfronteiriça. A facilidade de deslocamento por via terrestre intensifica a mobilidade e ao mesmo tempo permite elaboração de novas estratégias de cuidados e manutenção familiar. A combinação de uma incipiente oferta de vagas no mercado de trabalho em Boa Vista e a necessidade de deslocamentos intermitentes para Venezuela, aliados à esperança de que a situação política e econômica do país se estabilizasse atraiu milhares de migrantes venezuelanos/os para trabalhos informais e temporários na capital roraimense<sup>58</sup>.

A prostituição de mulheres e homens venezuelanos é outro aspecto que também chamou atenção no ano de 2017 em Boa Vista. As mulheres ocupavam ruas próximas de antigas zonas de comércio sexual na cidade, a diferença é que a atividade passou a ser realizada em plena luz do dia e com número muito maior de mulheres. Era possível encontrá-las na região desde as primeiras horas da manhã até as últimas horas do dia. Muitas dessas mulheres vinham acompanhadas de filhos pequenos e dos maridos que também atuavam no ramo da atividade sexual. Pela dificuldade de falar o idioma português, elas acabavam pronunciando o valor do programa em espanhol, “*ochenta*”. A expressão “ochenta”, que significa oitenta em português, passou a ser utilizada pelos brasileiros para se referir a essas profissionais e a outras venezuelanas como forma de associação a esse tipo de trabalho.

Porém existiam também aqueles/as brasileiros/as que percebiam como positiva a chegada de venezuelanos/as na cidade. Na prestação de serviços, se distinguiam em relação aos/às prestadores/as locais. Venezuelanos/as eram percebidos pelos/as brasileiros/as como mais gentis, educados/as e caprichosos/as. Aqueles que viajavam em busca de comida em carros luxuosos eram percebidos como uma oportunidade, pois tinham poder aquisitivo para usufruírem de serviços de hotéis, restaurantes e do comércio em geral, portanto “desejáveis”. Afinal, a chegada de venezuelanos/as em Boa Vista era uma oportunidade ou um problema?

---

<sup>58</sup> Para maiores informações sobre o contexto laboral dos/as migrantes venezuelanos/as em Roraima consultar IPEA (2021).

A paisagem da capital roraimense se modificou completamente. Expressões que mesclam português e espanhol se espalharam por toda a cidade: nos canteiros das principais avenidas por meio de cartazes feitos em papelão por venezuelanos/venezuelanas solicitando ajuda e trabalho (*Soy madre de familia necesito de trabajo y ayuda para comer*); nas fachadas de novos estabelecimentos comerciais que vendem comidas (*Hay arepas, perros calientes y hamburguesa*); em anúncios de oferta de serviços (*hacemos transferencias bancarias y encomiendas para Venezuela*); e nos avisos proibitivos (*prohibido quedarse en este local*). Os espaços públicos foram transformados. Calçadas e passeios públicos tornaram-se, durante a noite, dormitórios de milhares de pessoas. Como mencionado anteriormente, a visibilidade dessas pessoas nas ruas não apenas trabalhando, mas também dormindo, pedindo dinheiro e ocupando prédios públicos era o principal fator de estranhamento aos olhos dos/as boa-vistenses. Praças foram gradeadas pela prefeitura, fechadas à noite e vigiadas por guardas municipais para impedir aglomeração e pernoite de venezuelanos/as no local.

Na virada de 2016 para 2017, as filas para solicitar refúgio na sede da Polícia Federal iniciavam-se nos primeiros raios de sol e logo cedo já se estendiam ao longo das margens da BR174. A Polícia Federal em Roraima não estava preparada para atender essa demanda e precisou recrutar uma força-tarefa. O reforço contou com servidores/as efetivos/as remanejados de outras unidades, mas também com a participação de dezenas de voluntários/as. Essas pessoas estavam vinculadas a universidades e instituições religiosas, além de venezuelanos/as fluentes no idioma português. De acordo com a voluntária Tehany, estudante da UFRR, em abril de 2017, os atendimentos diários chegavam a 300 pessoas.

No primeiro atendimento, os/as estrangeiros/as realizavam um agendamento e recebiam um papel com horário e o dia para retornar e dar entrada na solicitação de refúgio. Esse papel era denominado pelos/as venezuelanos/as como *cita* (agendamento, em espanhol) e seu valor jurídico foi problematizado por João Jarochinski, professor da UFRR, como “Protocolo do Protocolo” (JAROCHINSKI SILVA et al., 2017, p. 5). A distribuição desse papel foi uma estratégia utilizada pela instituição para reduzir as filas e impedir que as pessoas fossem deportadas pela situação irregular no Brasil. Da *cita* até a efetiva solicitação de refúgio, uma pessoa poderia esperar até seis meses para ser atendido. Com o incremento de policiais federais e também o suporte dos



voluntários no preenchimento dos formulários, o prazo para receber o “papel” de solicitante de refúgio foi reduzido para aproximadamente 15 dias. Enquanto isso, as pessoas ficavam alijadas dos demais “papéis” que a solicitação formal permite conseguir, como a ansiada “carteira de trabalho”.

Acrescenta-se a essa tensão a memória de situações conflitivas vivenciadas anteriormente na fronteira, questão também apontada por Alessandra Rufino dos Santos (2018) ao problematizar a interação social e estigmas entre brasileiros/as e venezuelanos/as na fronteira. A relação entre brasileiros e venezuelanos na fronteira nunca foi amistosa. Os brasileiros, em geral, narravam que os/as venezuelanos/as em S. Elena os/as tratavam mal, especialmente pela forma de atendimento na rede comercial e pelo controle de entradas e saídas de mercadorias nas estradas venezuelanas pela guarda nacional, que em muitos casos apreendia as mercadorias sem justificativa e/ou exigia propina dos/as turistas brasileiros/as. Os/as venezuelano/as em S. Elena também reclamavam da convivência com os/as brasileiros/as que transitavam esporadicamente pela cidade, considerando-os/as desrespeitosos/as com a cultura local, tendo em vista que não se esforçavam para falar espanhol, por acharem que eram obrigados/as a entender português só porque a moeda do Brasil era mais forte (VASCONCELOS, 2013).

Os/as venezuelanos/as foram associados/as a diversas mazelas, discurso reforçado pela mídia local. Cidadãos boa-vistenses e a imprensa culpam venezuelanos/as pelo aumento dos preços dos alimentos, criminalidade, sobrecarga de serviços públicos, proliferação de doenças sexualmente transmissíveis, entre outros. Contudo, estudos como o de Barreto (2021) têm demonstrado que a migração venezuelana não é a responsável pela precarização das políticas sociais na cidade, o acréscimo de demanda representado pelos/as venezuelano/as apenas tornou mais evidente problemas já existentes. De acordo com Moraes e Lima (2019, p. 205) “o medo e o preconceito, continuamente resignificados por esses dispositivos midiáticos, alimentam em circularidade permanente de produção e recepção das mensagens as ações xenofóbicas na cidade”.

**Figura 18 - Cartaz de divulgação do Movimento Fala Roraima**



Fonte: mídias sociais

Os/as venezuelanos/as, por sua vez, sentem-se estigmatizados/as e hostilizados/as cotidianamente pelos/as brasileiros/as. Abordando o assunto com Vitória Lima, estudante em Boa Vista, filha de uma família transnacional de S. Elena, ela descreve emocionada o que considera extrema xenofobia:

Estão falando do seu país e você se sente mal. É difícil ter dupla nacionalidade nessa hora. Por dentro a gente se sente destruída. As pessoas não entendem que nem todos venezuelanos que vêm para cá vêm para fazer coisa ruim. Ninguém escolhe deixar sua casa e tudo que construiu para começar do zero. O pior que nessas ocasiões quando eu falo que também sou venezuelana, dizem que sou diferente porque meu pai é brasileiro. (Boa Vista, 10/05/2017)

As *diferencialidades* impostas pelos/as brasileiros/as não são direcionadas apenas aos/às venezuelanos/as que possuem dupla nacionalidade em relação aos/às que não têm. Isso ocorre também a outros grupos de migrantes que compõem a paisagem social da cidade. Estes, por não representarem um “problema” pela quantidade menos expressiva, são relacionados de forma contrastante com os/as venezuelanos/as: “*Os haitianos vieram aqui e não fizeram nada, mas esses venezuelanos mal chegaram e começaram a aprontar*”. Questionamento também identificado em Manaus nos discursos dos/as nacionais em relação aos/às venezuelanos/as.

As categorias de enclausuramento e estigmas lançados sobre os/as venezuelanos/as em Boa Vista resultam tanto da memória de uma interação transfronteiriça nem sempre amistosa, bem como, da perturbante visibilidade das condições precárias de sobrevivência desse contingente populacional na cidade. Apresento, na próxima seção, algumas das diferentes estratégias acionadas por

venezuelanos/as para sobrevivência e manutenção familiar neste contexto de mobilidade.

### ***3.2 Refletindo sobre agência, mobilidade e comida***

Entre idas e vindas e nas relações com os/as brasileiros/as, as pessoas venezuelanas vivenciam no cotidiano de Boa Vista diferentes processos de integração sociocultural. Os atos de receber, enviar e compartilhar comida são importantes aspectos a serem considerados. Produzem nestes indivíduos diferentes tipos de agenciamento e perspectivas que podem configurar relações assimétricas e simétricas. O ponto de vista do senhor Rodolfo José (50 anos) em sua experiência de interação com brasileiros/as e suas táticas acionadas para a fuga da *dieta de Maduro* apontam para questões importantes que permeiam as distintas *agências* envolvidas neste contexto de incertezas e necessidades imediatas.

Já era fim de tarde, no dia 26 de setembro de 2016, o sol começava a se recolher quando caminhei até o primeiro semáforo da avenida Venezuela, esquina com avenida Eduardo Gomes. Eram por volta das 17h30, por sorte o dia não estava tão quente quanto o de costume e muitos carros transitavam com as janelas abertas. Ao me aproximar do sinal, fui abordada por um homem que entregava panfletos, falando em *portunhol*. O nome dele era Rodolfo José, estatura mediana, corpo robusto e pele avermelhada pelo sol, corria de um lado ao outro em busca de entregar centenas de panfletos anunciando as promoções de um supermercado local, na eminência de atingir a meta imposta pelo patrão. Rodolfo contava altivo que antes o chefe precisava enviar três pessoas para entregar panfletos naquele horário, mas que ele, sozinho, conseguia fazer todo o serviço. A conquista da carteira de trabalho e do emprego formal há pouco mais de um mês, ainda em fase de teste, era motivo de orgulho, pois agora tinha dinheiro para se alimentar e alimentar a família. Com olhos umedecidos, contou-me que quando chegou em Boa Vista precisou vender todas as ferramentas de pedreiro para comprar comida.

Rodolfo veio de Puerto Ordaz (estado Bolívar) e há cerca de seis meses vivia em Boa Vista. Na ocasião tinha como principal empreendimento a manutenção do emprego no supermercado. Para isso, fazia todo tipo de serviço: “*Todo lo hago: ¡limpiar el piso, llevo cajas y por la tarde los folletos, no recuso nada!*”. Rodolfo

contou que saiu da Venezuela porque lá era impossível viver e trabalhar. Com pouca formação, tem o ofício de pedreiro, mas desde que chegou a Roraima “*hice de todo*”. Tem quatro filhos e, embora esteja separado da mãe destes, todos os meses envia dinheiro para comprar comida para os filhos na Venezuela.

Os/as venezuelanos/as estão dispostos/as a trabalhar em qualquer atividade subalterna, a despeito de suas qualificações. Existiam médicos vendendo pitombas nas esquinas da capital, arquitetos lavando pratos em restaurantes e advogados/as empacotando caixas em supermercados. Ainda que suas profissões sejam necessárias em Roraima, não era possível exercê-las no Brasil sem antes enfrentar um longo processo burocrático-acadêmico-político. A “inconsistência de status” à qual os/as venezuelanos/as se submetem revela o impacto da conjuntura econômica em seu país. A “inconsistência de status” seria a desvalorização das potencialidades profissionais do migrante. Ainda que tecnicamente capacitado, não está socialmente reconhecido (SAYAD, 1998; CAVALCANTI, 2014). Médicos/as, engenheiros/as, arquitetos/as, advogados/as não podem exercer sua profissão no Brasil e sua força de trabalho é deslocada para atividades com menor remuneração e qualificação<sup>59</sup>. Por exemplo, o engenheiro que trabalha na construção civil e recebe como ajudante de pedreiro. Obstante aos que já exerciam atividades de menor qualificação na Venezuela, a inserção no mercado de trabalho foi ainda mais difícil por não estarem acostumados a desempenharem esse tipo de atividade braçal.

A opção por trabalhar no Brasil, mesmo em condição desfavorável, era explicada com pragmatismo: aqui é possível comprar comida para toda a semana com o pagamento de um dia de trabalho informal. Os salários na Venezuela, antes equiparados e calculados em dólares, foram imensamente desvalorizados nos últimos anos. Amigos/as professores/as universitários/as que antes viviam com o equivalente a US\$ 1,5 mil mensais, em 2017 passaram a viver com US\$ 50. O salário mínimo, em torno de Bs\$ 30 mil mensais, não comprava comida nem para uma semana.

---

<sup>59</sup> Para aprofundamento dos dados estatísticos sobre o tema, consultar OBMIGRA (2019).

**Figura 19 - Entusiasmo da professora venezuelana ao se deparar com as prateleiras cheias no hipermercado em Boa Vista, novembro de 2016**



Fonte: pesquisa de campo: 25/11/2016, Boa Vista- RR.

Em algumas relações com os/as brasileiros/as, a condição de pessoa do/a venezuelano/a é diminuída, sendo tratado enquanto menos humano. Isto posto, realizo uma analogia com a diferença que Carlos Fausto e Luiz Costa (2013) fazem entre dar/receber comida e comer junto. Os exemplos etnográficos dos povos amazônicos descritos por eles são ilustrativos para refletirmos sobre a subordinação imposta pelos/as brasileiros/as aos/às venezuelanos/as no Brasil.

Para os Kanamari, do Acre, oferecer comida (para criança, para xerimbabo, para um subordinado) significa uma relação assimétrica, de posse. No caso dos animais de estimação dos Kanamari, apresentado por Fausto e Costa (2013), quando aprisionados por seus donos perdem autonomia de comer sozinhos, pois têm dentes, asas e unhas extraídos do seu corpo, o que debilita sua capacidade física de conquistar seu próprio alimento. Um paralelo pode ser desenhado, tendo em vista a condição dos/as venezuelanos/as. No caso, a debilidade do corpo não foi causada diretamente pelos/as brasileiros/as, senão pela conjuntura política e econômica do estado Venezuelano, anedoticamente chamada de *Dieta de Maduro* pelos/as migrantes.

Para cada situação, destaco, respectivamente, uma capacidade de agência: *fazer-se pendejola*, ser *arrechola*, provedor/a e comensal. Ao atravessar a fronteira com o Brasil, as/os venezuelanas/os arriscam-se em terras desconhecidas, se hacen *los/las pendejos/as*, se apresentando mansos e vulneráveis às condições impostas pelos brasileiros, a fim de atender a um código de exigências. A expressão *hacer ella pendejo/a* é utilizada pelos/as venezuelanos/as, sobretudo da região de Caracas, para

referir-se àquela pessoa que se submete a situações de subordinação, consciente ou inconsciente; algo parecido com “fazer-se de bobo” em português. Como “de fora” ou “cidadão de segunda classe”, como se autodenominam, assumem a condição de sub gente no território onde a gente do lugar é que tem direitos. Uma vez no Brasil, sua posição oscila entre uma condição ativa e passiva na relação dar/receber comida. Existe uma perene instabilidade em sua capacidade de receber comida ou pagamento justo por parte dos/as brasileiros/as.

Desta condição passiva/ativa de recebedor/a de comida, os/as venezuelanos/as transitam para uma posição de provedor/a quando abordamos o tema das remessas para os familiares que ficaram na Venezuela. Assumem, no ato de enviar comida, uma posição ativa na qual se permitem enxergar novamente enquanto pessoas plenas e capazes de garantir o próprio sustento e dos entes queridos. Meu interlocutor Rodolfo ressaltava que o vínculo de pai era reforçado com envio da remessa à família para comprar comida. Assim, alimentar a família significa contê-la dentro de si enquanto provedor (FAUSTO e COSTA, 2013).

Na busca eminente pela comida se fazem de *pendejos/as* a todas as formas de negação de direitos. Aceitam entrar em relações de trabalho precário<sup>60</sup> e preferem estar no Brasil mesmo que não sejam reconhecidos socialmente como cidadãos/gente, no caso dos/as indocumentados/as, aos olhos do Estado (PEIRANO, 2006; CROVETTO, 2015; JARDIM, 2009,2016). No pêndulo entre as condições de ser e não ser pessoa no sentido do acesso aos direitos sociais brasileiros, os venezuelanos e as venezuelanas oferecem sua força de trabalho a qualquer preço para garantir a própria sobrevivência e a de seus familiares que ficaram na Venezuela.

No caminho percorrido por venezuelanos/as na capital roraimense em busca de receber e dar comida existem dois estatutos possíveis: fazer-se de *pendejo/a* ou ficar *arrecho/a* e virar “presa”. Oposta à ideia de se fazer *pendejo*, temos a expressão “ficar *arrecho*” que é comumente utilizada pelos/as venezuelanos/as para exprimir indignação, raiva e obstáculo. Me apropriando dos exemplos etnográficos de Fausto e Costa (2013) como alegoria para refletir sobre a realidade venezuelana em Roraima, diria que os/as venezuelanos/as agem, fazendo-se de *pendejos/as*, por meio de uma

---

<sup>60</sup> De acordo com o relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos, em 2017, o Ministério Público do Trabalho-MPT registrou denúncias e atuou no resgate de venezuelanos/as em condição análoga à escrava. Ver: (CNDH,2018, p.26)

relação de trabalho permeada por estreitamento de laços de amizade que geram pequenos favores como doação de roupa usada, indicação para pequenos trabalhos na rede local de amizade dos patrões e patroas brasileiros/as e/a própria possibilidade de comer junto. Quando imersos nesse tipo de relação com os/as novos/as patrões e patroas podem passar até a comer junto com e/ou como eles, mas assim como os *pets* e os inimigos nas comunidades indígenas descritos por Fausto e Costa (2013), jamais são considerados plenamente iguais e/ou alguém de dentro.

Cheguei ao Brasil a convite de uma senhora brasileira que me conheceu em Porto Ordaz. Na época trabalhava como segurança numa clínica de estética lá. Conteí que era pedreiro. Ela me deu R\$ 150 para eu chegar até Rorainópolis onde construir um apartamento para ela. Passei um mês lá, considerava uma amiga, pois comíamos juntos à mesa, mas depois que completou um mês e encerrei o trabalho ela descontou mais da metade do que eu havia cobrado na comida. Fiquei muito triste! (Rodolfo, venezuelano, vive em Boa Vista há um ano, entrevista realizada em outubro de 2016).

Na Amazônia, assim como no mundo do trabalho capitalista, ou você come junto (mesmo que numa condição assimétrica) ou é devorado enquanto presa. Fausto e Costa (2013, p. 160) nos contam um caso do inimigo que tentou fugir do cativo Tupinambá. Enquanto cativo, o inimigo foi alimentado, mas por não ter aceitado a posição de dependência que poderia ser convertida em relação de parentesco, não assumiu o papel de manso, seguiu bravo, tentou fugir, foi caçado e assassinado. No caso dos/as venezuelanos/as a atitude de se fazer *pendejo/a* era encarada, algumas vezes, como uma condição de integração sociocultural, aceitando a desvalorização da mão de obra e evitando entrar em rota de conflito com os/as brasileiros/as. Ao *caminhar derecho*, como dizem os/as trabalhadores/as venezuelanos/as, eles e elas conquistam reconhecimento por sua condição de trabalhador/a e cidadão ordeiro/a e se distinguem daqueles paisanos/as menos controláveis. A circunstância de ficar *arrecho/a* e, conseqüentemente, se tornar presa (da polícia e outras instituições de controle) pode ser associada a alguns elementos como a não aceitação das condições precárias de trabalho oferecidas, o não reconhecimento enquanto sujeitos de direitos e a resistência à imposição de outras formas de se comportar e viver em Boa Vista.

Seguindo na leitura sobre as relações entre quem dá comida e quem recebe a comida, podemos pensar sobre pessoas que no seu país jamais se imaginaram comendo juntas, mas que, devido às dificuldades no Brasil, passam a vivenciar tal situação. Em novembro de 2016, enquanto conversava com o senhor Rodolfo na Av. Venezuela, um carro preto parou na esquina do semáforo e dele desceu uma senhora franzina, de

cabelos grisalhos, com bastante dificuldade de caminhar. Junto a ela uma outra mulher, mais jovem, apresentando mais energia e vigor. Subitamente juntaram-se em torno das duas, inclusive Rodolfo, especialmente da mulher mais velha, todos/as os/as venezuelanos/as que se encontravam nas proximidades. Com feições ligeiramente de alegria os/as venezuelanos/as acenavam entre si e caminhavam para um lado e para outro como forma de chamar atenção sobre a chegada das mulheres. Em poucos minutos, havia em torno delas pelo menos três dezenas. As mulheres abriram o portamalas do carro e começaram a distribuir marmitas. Rapidamente a calçada à direita da avenida se transformou num refeitório ao ar livre. Era possível ver homens, mulheres, adolescentes e crianças sentados lado a lado saciando a fome de um dia inteiro de trabalho. Alguns sentados sobre a calçada improvisavam mesas com tijolos justapostos. Outros comiam sentados sobre caixas de papelão. Entre uma *cucharada* e outra, trocavam sorrisos e diálogos em espanhol.

Esse episódio da rua descortina duas situações que acontecem ao mesmo tempo. Por um lado, a relação de dependência para com os/as provedores/as brasileiros/as e, por outro, uma relação de comensalidade entre pessoas que compartilham um mesmo ponto de vista (VILAÇA, 2005). No caso em questão, costureiras dividem a mesa com designer de ambientes, engenheiros com pedreiros, psicólogas com cozinheira, tendo como principal ponto comum a chamada *Dieta de Maduro*. De acordo com Aparecida Vilaça (2005), só é possível comer junto com semelhantes, com aqueles que compartilham uma mesma perspectiva. Confundir simpatia momentânea com amizade e não ser capaz de identificar as assimetrias nas relações de poder ocasiona situações embaraçosas, como no caso de Rodolfo e a fazendeira que demonstrou, ao final, o distanciamento que havia entre empregado e empregadora.

O ato de comer junto remonta a uma noção clássica de família (do latim *famulus* – aqueles que se alimentam junto em torno de um mesmo fogo). Nos dizeres de Marshall Sahlins, pessoas que compartilham intimamente da existência uns dos outros, partilham uma “mutualidade do ser” e são “membros uns dos outros” (SAHLINS, 2013, p. 9). No contexto do deslocamento de venezuelanas/os para Boa Vista, podemos sugerir, compartilhando pensamento de Machado (2013, p. 155), que a mobilidade, em si, tanto fabrica quanto é produto do parentesco. Parentes estão relacionados por meio de substâncias como sangue, sêmen e comida. Quem chegou primeiro assume uma condição de *gerente*. Partindo do exemplo do senhor Rodolfo, no processo de



reunificação familiar em Boa Vista, filhos e noras que antes tinham autonomia financeira em relação a ele na Venezuela, passaram a ser dependentes dele no Brasil. Sem conhecer a cidade e sem possuir relações de amizade e afinidades consolidadas, os recém-chegados/as têm suas vidas e a possibilidade de receber e dar comida mediadas pelo Sr. Rodolfo. Neste contexto, relações hierárquicas são criadas e fortalecidas assim como afinidades e afetividades estremecidas ganham novo combustível. Assim orientou Rodolfo sobre o comportamento desejável para o enteado recém chegado da Venezuela:

Falo para esse rapaz, você precisa aprender a viver como brasileiro, tem que aprender a falar a língua e aceitar qualquer trabalho. Antes vivíamos apartados, agora estamos unidos, pouco a pouco um vai ajudando o outro.

A comensalidade aqui não é apenas uma transição que se dá com o tempo, mas uma transformação nos parâmetros estruturais (FAUSTO e COSTA, 2013, p. 158). Ou seja, no caso dos venezuelanos não é a fixação no lugar, mas aprender a língua, como se comportar e onde conseguir emprego. Preferindo fazer-se de *pendejo*, Rodolfo critica quem se apresenta como *arrecho*. Para ele, viver em terras estrangeiras implica aceitar a condição de desigual e, no seu modo de ver, somente alianças e novas relações de afinidade podem trazer uma transformação em igual. Ele próprio já experimentou a condição de “presa” quando foi demitido de outro supermercado porque *hablava mucho*. Por isso, Rodolfo passou a se esforçar na construção de uma persona abasileirada tendo em vista conseguir um casamento com mulher nacional deste país e se tornar *um de dentro*, superando a condição de forasteiro.

Na maioria dos casos, por cobrarem uma remuneração menor em relação a outros/as trabalhadores/as nos postos de trabalho da mesma função, tendem a ser considerados/as potenciais inimigos/as. Na relação de predação da exploração capitalista sobre a oferta da mão de obra, os/as venezuelanos/as são canibalizados/as e domesticados/as pelos patrões e patroas e transformados/as em inimigos/as pelos/as trabalhadores/as nacionais que ocupam a mesma classe social.

Tá difícil de trabalhar aqui em Boa Vista com a chegada desses venezuelanos. Trabalham em troca até de comida. (Francisco, 31/03/2017, realiza serviços gerais em Boa Vista).

Os/as venezuelanos/as se esforçam para repelir o estigma de “problema” diante da opinião pública boa-vistense, reivindicando para si uma ética trabalhadora. O “estigma” é um atributo profundamente depreciativo e estereotipado, e tem sua origem

ligada à construção social de expectativas normativas sobre o que as pessoas deveriam ser. Constitui-se na *linguagem da relação* com o outro (GOFFMAN, 2013, p.13). No *gerenciamento dessas impressões*, a maioria dos/das venezuelanos/as condenam a mendicância e procura demonstrar, inclusive nas esquinas, a existência de uma relação de trabalho, no caso, uma prestação de serviço. Fazem questão, como no caso de Rodolfo, de frisar sua diferenciação perante aqueles/as venezuelanos/as que descumprem a legislação e os costumes brasileiros. Valorizam a postura de se fazer *pendejo/a* e condenam uma postura de *arrecho/a* que acaba caindo na marginalidade e virando presa dos poderes policiais. Apreensivos/as com os possíveis constrangimentos derivados de uma imagem negativa aos olhos dos/as brasileiros/as, venezuelanos/as elaboram recursos que visam atribuir uma boa impressão de si como “práticas preventivas para evitar embaraços” (GOFFMAN, 1985, p.22)

Sugiro, compartilhando o pensamento de Vilaça (2005, p. 448), que assim como entre os povos indígenas da Amazônia, a condição de humanidade dos/as venezuelanos/as em Boa Vista também é uma posição que precisa ser continuamente definida. Não ter casa, não ter família, não ter emprego, não ser cristão/o, não ser brasileiro/a, não saber falar a língua, não possuir documentos, produz no/a venezuelano/a uma impressão de ser menos humano e confiável.

A subordinação imposta pelos/as brasileiros/as aos/às venezuelanos/as em Boa Vista em busca de comida coloca, para a grande maioria, uma condição de fazer-se de *pendejo* ou torna-se presa. A condição de fazer-se *pendejo* emerge da aceitação da condição de desigual, de fora, ao mesmo tempo que também se configura como estratégia de integração sociocultural e acesso ao mercado de trabalho. Assim como os animais de estimação dos indígenas amazônicos, a atitude *apendejeada* dos/as venezuelanos/as denota uma certa afinidade com seus patrões e patroas, observável em pequenos gestos na convivência cotidiana. A oferta de comida, convites para comer à mesa, doações de roupas e indicações para outros trabalhos são interpretados pelos/as venezuelanos/as como marcadores de uma relação de proximidade. A condição de *arrecho/a* em relação aos/às brasileiros/as, por outro lado, é estabelecida quando demonstram algum tipo de indignação e resistência. O desconhecimento dos trâmites institucionais e legais no Brasil, a falta de domínio do idioma português e a situação de *outsider* podem deslocar a todos/as, mesmo aqueles/as que se fazem de *pendejos/as*, para a condição de presas da burocracia nacional.

A mesma mobilidade que reduz a noção de *pessoa* e tolhe o exercício da cidadania em terras estrangeiras também proporciona o estabelecimento de relações simétricas por meio de uma nova comensalidade. Venezuelanos e venezuelanas que dificilmente se perceberiam como iguais no seu país, seja pelas diferenças de níveis de formação e classe social, agora não só comem juntos quanto compartilham o mesmo ponto de vista no que diz respeito aos reflexos da crise econômica e política em sua terra natal. A *dieta de Maduro* e os desafios enfrentados pelo deslocamento até Boa Vista para a materialização da existência e de suas famílias traduzem-se num cenário de dependência que é uma condição compartilhada, a despeito das diferenças de status na Venezuela.

Para além de relações laborais e atividades de geração de renda, venezuelanos/as buscam em Boa Vista iniciativas governamentais de recepção e acolhimento. Na próxima seção descrevo as distintas respostas estatais das esferas federal, estadual e municipal no que diz respeito à migração venezuelana em Roraima. Encarada como uma *crise humanitária e situação de emergência*, tais iniciativas visavam amenizar os impactos sociais para os/as nacionais.

### ***3.3 Políticas governamentais de acolhimento em Boa Vista***

Em Roraima, até meados de 2016, a iniciativa governamental de atendimento aos/às migrantes venezuelanos/as se restringiu às tentativas de expulsão e retiradas de espaços públicos da cidade de Boa Vista<sup>61</sup>. Embora o estado de Roraima esteja situado na tríplice fronteira Venezuela- Brasil- República Cooperativista da Guiana, do ponto de vista governamental, nunca teve uma tradição de acolhimento à migrantes. No que tange as ações de abrigo havia, até o final de 2016, apenas uma casa de passagem, localizada na capital, com capacidade para poucas pessoas que tinha como objetivo acolher viajantes de outros municípios de Roraima para tratamento de saúde na capital e migrantes que não tinham para onde ir.

---

<sup>61</sup> Entre os anos 2014 a 2016, ocorreram várias deportações e tentativas de deportações de migrantes venezuelanos/as em Roraima, especialmente indígenas warao. Com base nos dados da polícia federal, divulgados em documentos oficiais, instituições públicas e a mídia em geral, foram 48 deportações de adultos e crianças em 2014; aproximadamente 54 em 2015; e 445 entre os meses de janeiro e outubro de 2016. Ainda em dezembro de 2016, a DPU em Roraima evitou que outros 450 warao fossem deportados. Para maiores detalhes sobre os históricos de deportações de migrantes venezuelanos em Roraima, consultar: BRASIL, 2016; MOREIRA E CAMARGO, 2017; SONEGHETTI, 2017, SILVEIRA, 2019)

Por outro lado, ações privadas de recepção aos/as migrantes venezuelanos/as em Roraima já estavam em andamento desde o ano de 2015. Os principais executores eram entidades ligadas à chamada Sociedade Civil Organizada (SCO). No primeiro momento, marcado pela atuação de instituições religiosas vinculadas especialmente à igreja católica e evangélicas e de entidades de classe como o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e do Mobiliário (SINTRACOM). As atividades desenvolvidas se pautavam em questões emergenciais, tais como: arrecadação e distribuição de alimentos, doações de roupas, abrigo e regularização documental.

Em meados de 2016, começaram a ser criados espaços de interlocução sobre o tema no cenário local, entre instituições de ensino e pesquisa, organismos internacionais, instituições religiosas, entidades governamentais e não governamentais. Nesse primeiro momento ainda eram muitas as incertezas em torno dos significados para adjetivar a condição dos/as estrangeiros/as. Entre as preocupações dos agentes envolvidos estava o estabelecimento de categorias sobre quem eram esses migrantes e que qualidade de papéis (documentos) poderia ser ofertada para regularizar sua permanência ou pelo menos amenizar as dificuldades em Boa Vista.

A tática utilizada pelos/as venezuelanos/as foi, a princípio, buscar direitos por meio da solicitação de refúgio. O súbito aumento dos números de solicitações mobilizou rapidamente o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Em poucos meses, foram realizadas visitas técnicas e reuniões com agentes estatais e a sociedade civil organizada. A tática de solicitar refúgio provocou uma necessária discussão a respeito das características desse estatuto jurídico e se aquelas pessoas poderiam ou não se enquadrar na categoria.

Antes da instalação de representantes do Acnur em Roraima, em comunicação pessoal, o pesquisador João Jarochinski mencionou: “É importante argumentarmos que esse fluxo caracteriza uma migração forçada”. Posteriormente, o mesmo, baseado em diálogos com representantes do Acnur e revisão da legislação da OIM, preferiu atribuir ao fenômeno a categoria de “fluxos migratórios mistos” (JAROCHINSKI SILVA et al., 2017). A visão institucional do Acnur, agora compartilhada pelo analista, se sustenta na constatação de que, entre os/as venezuelanos/as que atravessavam para viver no Brasil, existiriam migrantes de tipo “econômico” bem como “refugiados”.

Alheio a essa discussão, o governo estadual começou tratando a presença venezuelana como *estado de emergência*, associado ao contexto de *crise*. Acionou a Defesa Civil para prestar “os primeiros socorros” aos/às recém-chegados/as e a fim de minimizar os impactos em relação aos nacionais. Em outubro de 2016, a governadora do estado, naquele momento, Suely Campos, instituiu via decreto o Gabinete Integrado de Gestão Migratória<sup>62</sup> (GIGM) composto por vinte secretarias estaduais, com destaque para a segurança pública (polícia militar e polícia civil). O GIGM tinha como “finalidade planejar e executar ações de controle e assistência econômica aos/às imigrantes venezuelanos/as que adentram ao estado de Roraima”. No decreto não havia menção ao termo acolhida e tão pouco acolhimento, mas ratificava “a obrigação do poder público de assegurar, aos nacionais e aos estrangeiros, o respeito de sua dignidade como pessoa humana”, ao mesmo tempo que, pretendia ter o controle desse fluxo migratório. O GIGM era coordenado pelo comandante chefe da divisão de operações emergenciais da Defesa Civil Estadual ligada ao Corpo de Bombeiros e tinha como prazo de duração cento e oitenta dias.

Ao reconstituir as primeiras iniciativas governamentais de recepção aos/às migrantes venezuelanos/as foi possível perceber que, mesmo antes da oficialização da gestão militarizada do acolhimento em Roraima por parte do poder executivo federal (março de 2018), o governo estadual já respondia a essa demanda pelo viés do controle e da segurança. Foi destacado o corpo de bombeiros da polícia militar para lidar com as demandas, embora o governo dispusesse de uma Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social (SETRABES) vinculada a funções de assistência social. O discurso e as práticas de recepção governamentais em relação aos/às migrantes oscilavam entre a retórica do humanitarismo e da securitização. De um lado, ações assistencialistas pontuais e o reconhecimento dos venezuelanos/as enquanto seres humanos; e de outro, abordagens policiais e tentativas do controle do fluxo migratório. Ambiguidades também observadas por (RUSEISHVILI, et.al 2018) e em outros contextos etnográficos por (JOSEPH, 2015; PÓVOA NETO, 2010, FASSIN, 2014; BLOCK e SCHUSTER, 2002; etc.).

A percepção da condição transitória da presença venezuelana no estado fundamentava o discurso governamental que resistia à implementação de ações de

---

<sup>62</sup> Decreto nº 21.871-e de 17 de Outubro de 2016. -“Institui, em Caráter Extraordinário, o Gabinete Integrado de Gestão Migratória - GIGM”, publicado 17/10/2016 no Diário Oficial do Estado de Roraima.

governo mais permanentes de recepção e integração. Tal perspectiva é evidenciada pelo estabelecimento do prazo de seis meses de duração do GIGM, por exemplo.

O protagonismo da SCO a essa altura era demonstrado em várias frentes de atuação, incidindo em espaços públicos que dessem visibilidade à necessidade da constituição de ações governamentais que transformassem as condições precárias de vida em que se encontravam migrantes venezuelanos/as. O exemplo do SINTRACOM é bastante ilustrativo nesse sentido. Em audiência pública realizada em 2016, a governadora do estado alegou não possuir espaço físico para criação de centro de apoio aos migrantes. Prontamente, o presidente do SINTRACOM, na época, Lourival Gomes, cedeu parte do terreno da instituição para instalação do Centro de Referência ao Imigrante- CRI. De acordo com ele, “a classe trabalhadora é a mesma em todo mundo, por isso venezuelanos também deviam ser ajudados, independente da categoria que fizessem parte”. No caso do discurso sindical, o que ganha evidência é a condição de *classe* em contraponto às diferenças de nacionalidade e em detrimento ao reconhecimento de uma humanidade comum (mais presente no discurso religioso). Com isso, não estou afirmando que o sindicato promoveu uma desumanização do migrante venezuelano, mas quero chamar atenção que a retórica do acolhimento varia conforme aquele que adjetiva. O recurso utilizado para operacionalizar uma suposta condição de igualdade que justifica a hospitalidade deixa de ser a condição de humanidade e passa a ser a de “classe trabalhadora”.

O CRI passou a funcionar no final de novembro de 2016 na sede do SINTRACOM. A gestão e os trabalhos eram realizados pelo GIGM, SINTRACOM em parceria com pastorais sociais ligadas à Igreja católica e outras organizações não governamentais, como a Fraternidade Internacional<sup>63</sup>. Paralelo a isso, o governo do estado de Roraima se esforçava em tornar pública a condição de emergência em que se encontrava o estado, justificada pela chegada de milhares de venezuelana/os. No dia 06 de dezembro de 2016, a governadora declara “Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN nos municípios de Pacaraima e Boa Vista”. O decreto visava captação de recursos financeiros para o setor<sup>64</sup>. Naquele momento, havia ainda

---

<sup>63</sup> Associação civil sem fins lucrativos de atuação em 18 países. A instituição foi precursora no atendimento aos/às migrantes venezuelanos/as em Roraima, especialmente nas ações de abrigo. Para maiores informações sobre a instituição consultar: <https://www.fraterinternacional.org/>

<sup>64</sup> Decreto nº 22.199-e de 6 de dezembro de 2016, Diário Oficial de Roraima Nº. 2897 p.3. Após a publicação do referido decreto, em 07/12/2016, o Ministério da Saúde liberou um adicional de

bastante resistência por parte do governo estadual em constituir abrigos destinados aos/às migrantes. O CRI se configurava de acordo com o comandante-geral do corpo de bombeiros como:

“Não se trata de um abrigo, e sim de um ponto de referência onde os imigrantes possam ter atendimento médico, o que inclui cuidados com a saúde bucal e a higiene, principalmente em relação às crianças, que ficam expostas a inúmeros perigos nos semáforos ou locais públicos”<sup>65</sup>.

No entanto, as tentativas governamentais de higienização desses migrantes tornaram-se ineficazes face à chegada crescente desse contingente. Pressionados por medidas judiciais, o governo do estado foi obrigado a criar espaços de abrigamento para essas crianças e suas famílias <sup>66</sup>. No dia 27 dezembro de 2016, o CRI foi transformado em abrigo e transferido para o ginásio poliesportivo no bairro Senador Hélio Campos, conhecido popularmente como Pintolândia. O primeiro espaço de abrigamento para imigrantes foi estabelecido de forma improvisada.

Localizado na zona periférica de Boa Vista, o local não possuía estrutura física adequada. Centenas de pessoas dividiam quatro sanitários. Na quadra poliesportiva, era disputado cada metro quadrado. Não havia alojamento, dormiam em papelões no chão e colchões velhos frutos de doações. Crianças, homens e mulheres tomavam banho ao ar livre. Sem saneamento básico, em virtude das instalações precárias, a água empossada dos banhos exalava forte odor. A cozinha improvisada funcionava por meio de doações e a comida era feita por um sistema de rodízio entre os próprios abrigados/as coordenados pelas religiosas da instituição Fraternidade Internacional.

Mesmo sob pressão da justiça, SCO e organismos internacionais, tanto a prefeitura como o governo do estado se recusavam a contribuir de forma mais consistente. Ambos continuavam alegando falta de recursos para tornar as instalações mais adequadas à presença humana. Em janeiro de 2017, ainda na perspectiva de garantir os direitos fundamentais das crianças e adolescentes presentes no local, o tribunal de Justiça do Estado de Roraima fixou multa diária para o descumprimento do

---

R\$1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil reais) para o orçamento anual destinado à saúde em Roraima.

<sup>65</sup> Declaração dada o jornal Folha de Boa Vista, publicado em 30/11/2016, disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/Centro-de-Referencia-ao-Imigrante-e-inaugurado-no-bairro-Sao-Vicente/22906>

<sup>66</sup> Em 26/12/2016, uma decisão da 1ª Vara da Infância de Juventude obrigou o Governo e a Prefeitura de Boa Vista a fornecer moradia e alimentação aos imigrantes, disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2017/01/venezuelanos-dormem-no-chao-e-dividem-abrigo-improvisado-em-rr.html>.

apoio logístico da prefeitura e do governo do Estado no fornecimento de alimentação. A prefeitura deveria fornecer café da manhã e o governo do Estado, almoço e jantar. No entanto, o fornecimento de alimentação era insuficiente frente à demanda crescente. As religiosas que prestavam serviços de assistência social no abrigo estavam constantemente em campanhas de arrecadação de alimentos para incorporar ao cardápio dos/as abrigados/as, especialmente proteínas e leguminosas, dada a condição de subnutrição dos/as recém chegados/as venezuelanos/as.

Embora o abrigo fosse coordenado pela Defesa Civil, por meio do corpo de bombeiros em parceria com a Fraternidade Internacional, não havia controle de entradas e saídas. Era comum presenciar a circulação de pessoas não abrigadas. Desde curiosos, indivíduos que iam ao local entregar doações por iniciativas próprias, grupos de igrejas, pesquisadores/as, professores/as da universidade envolvidos/as em projetos de extensão, jornalistas de diversos veículos de comunicação, local, nacional e internacional, funcionários públicos ligados as áreas de assistência social e saúde, entre outros. Além de comerciantes e pequenos empresários locais que vinham recrutar mão de obra.

Com o passar do tempo, o abrigo ficou cada vez mais lotado e o caráter provisório já dava sinais de uma tendência à permanência. Com menos de três meses de funcionamento já não comportava toda demanda. Os/as migrantes não ocupavam apenas a quadra poliesportiva do ginásio, mas todo o terreno que circunscrevia o ginásio, por meio de barracas improvisadas de lona e madeira. As edificações provisórias tornavam ainda mais notórias as precariedades das instalações. A essa altura, dada a limitação de espaço e insalubridade do local, conflitos se acirravam entre abrigados indígenas e não indígenas<sup>67</sup>. Aspectos também retratados na pesquisa de Moreira e Camargo (2017, p.78-79) no abrigo indígena em Boa Vista.

Em mais uma tentativa de “humanizar” a presença venezuelana em Roraima frente às condições precárias de vida desses migrantes e da percepção de seus corpos abjetos por parte da sociedade roraimense, o Ministério Público Federal realizou no dia 10 de março de 2017 uma audiência pública em Boa Vista. O propósito da audiência,

---

<sup>67</sup> Conflitos entre migrantes indígenas e não indígenas no abrigo Pintolândia eram constantemente narrados pela Ir. Clara, representante da Fraternidade Internacional, que atua no Centro de Referência do Imigrante. Também consta registro em documentos oficiais, como por exemplo, Inquérito Civil nº 1.32.000.001321/2016-38 e ata da audiência pública realizada pelo MPU em 10/03/2017, Boa Vista-RR.



nas palavras do Procurador Federal dos Direitos do Cidadão Adjunto, João Akira Omoto, era:

ressaltar a importância do caráter humanitário no respeito e proteção dos direitos dos imigrantes venezuelanos, assim como da adoção de ações aptas a sanar os problemas enfrentados com o aumento do fluxo migratório.

Instituições governamentais federais, estaduais (com exceção da prefeitura de Boa Vista), poder judiciário, SCO e migrantes participaram intensamente do evento. Foram debatidos vários temas, dentre eles “a situação de estrutura de abrigo dos imigrantes venezuelanos, direitos de igualdade no acesso à assistência social e inserção laboral”. No que diz respeito ao abrigo, representantes do governo estadual, agora vinculados à Secretaria responsável pela assistência social, esclareceram que as estruturas dos abrigos eram temporárias e que o estado visava elaborar um plano de ação para criar estruturas definitivas. Na ocasião o representante do então Ministério do Desenvolvimento Social endossou a afirmação da SETRABES e informou o repasse de recursos e material mediante plano de ação a ser desenvolvido com o Estado de Roraima<sup>68</sup>.

Como forma de apaziguar os conflitos entre migrantes indígenas e não indígenas e a superlotação do local, em junho de 2017 o governo do estado anunciou a retirada dos não indígenas do abrigo. Os argumentos da retirada dos não indígenas se fundamentavam na hospedagem transitória e nas especificidades que caracterizavam os Warao. Outro desafio que essa decisão trazia à tona, diz respeito às relações de parentesco estabelecidas. Parte das famílias no abrigo eram constituídas por Warao e *criollos* desde a Venezuela. Neste sentido, a saída dos *criollos* significaria também a retirada de um membro da família e, conseqüentemente, separação familiar.

Dada a visibilidade da migração venezuelana no cenário nacional e internacional, o tema passou a ganhar relevância nas pautas das instituições vinculadas ao governo federal. Representantes de ministérios e secretarias nacionais acentuaram visitas e missões à região para conhecer a realidade *in lócus*. Concomitante a isso, Organismos Internacionais, especialmente o ACNUR e OIM começaram a participar de espaços de mobilização de atores governamentais e SCO que atuavam nos espaços de abrigo para discutir o tema.

---

<sup>68</sup> Em abril de 2017 o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) destinou R\$ 480 mil reais, caráter emergencial, para o atendimento de migrantes venezuelanos no abrigo Pintolândia, denominado de CRI naquele período.

Uma comitiva de gestores/as de Roraima foi em julho de 2017 a Manaus, depois da indicação do ACNUR, conhecer o abrigo do Coroado, no período, estruturado para os indígenas Warao. Na percepção do ACNUR, o espaço físico e a organização do abrigo eram bons exemplos a serem seguidos. De acordo com a administradora do abrigo de Manaus na época, o ACNUR achou interessante as placas de identificação no abrigo escritas em português, espanhol e warao; ações de documentação e saúde realizadas; cardápio estabelecido com base nas orientações de um antropólogo e dos “caciques”. O controle de entrada e saída de pessoas também foi um fator positivo evidenciado. Contudo, posteriormente a “estrutura modelo de abrigamento” demonstrou-se ineficiente para a realidade do Warao (assunto aprofundado no próximo capítulo). Isso demonstra uma falta de sintonia entre os protocolos internacionais e os anseios da população atendidas, sobretudo no caso de povos tradicionais.

Com as mudanças no “público alvo” do abrigo, aqueles venezuelanos/as não indígenas que não tinham aonde ir, passaram a viver nas ruas de Boa Vista. Uma ocupação espontânea se formou nas imediações da rodoviária. Conseqüentemente, no final de outubro 2017, novas tentativas de higienização social partiram do governo do estado. Foram executadas ações pela polícia militar em parceria com o corpo de bombeiros, de retirada compulsória de centenas de venezuelanos/as acampados/as ao redor do Terminal Rodoviário Internacional de Boa Vista. Foram levados para o ginásio poliesportivo da escola estadual Tancredo Neves, zona oeste da cidade<sup>69</sup>. Surgia, nesse momento, mais um novo abrigo na cidade, destinado aos *criollos*, sendo que as precariedades das instalações se reproduziram e acentuaram-se ainda mais.

### **Figura 20 e 21 – O abrigo Tancredo Neves durante o “choque de gestão” da Operação Acolhida**



Fonte: imagens cedidas pelo militar responsável pelo abrigo em setembro 2018

<sup>69</sup> As remoções forçadas, como a ocorrida na Rodoviária de Boa Vista em outubro de 2017, também são descritas no relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos- CNDH após missão realizada em janeiro de 2018. A DPU e o MPF também ajuizaram ação civil pública contra novas remoções forçadas.

As ações governamentais direcionadas aos/às migrantes venezuelanos/as tinham como centralidade retirá-los das ruas e “defender” a população roraimense de supostas contravenções e crimes que os/as estrangeiros/as pudessem vir a realizar.

**Figura 22 - Slide de uma apresentação militar, destaque para atos ilícitos cometidos por venezuelanos/as**

**Situação Encontrada**



Ocupação no interior do Ginásio – Existência de comércio, desmanche de bicicletas, fabricação de armas brancas, etc

Fonte: imagem cedida pelo militar responsável pelo abrigo em setembro 2018

As preocupações com a condição de humanidade venezuelana foram eclipsadas pelo compromisso estatal com a manutenção da ordem. Como sugere Stephen (2018), a tendência das políticas migratórias é privilegiar a manutenção da lei e da ordem local, contra os supostos perigos da presença estrangeira.

A prefeitura municipal de Boa Vista, até o ano de 2019, não desempenhou nenhuma ação específica de atendimento aos/às migrantes venezuelanos/as. Alguns registros de ações pontuais constam a partir de 2017 quando a instituição passa identificar a nacionalidade em seus formulários de atendimento antes descrito apenas como “estrangeiros”. O discurso que justifica a ausência de atuação da prefeitura de Boa Vista reside no argumento de que todos os serviços municipais ofertados à sociedade brasileira também são disponibilizados para os/as venezuelanos/as. No entanto, a realidade do campo e o compartilhamento das experiências com venezuelanos/as demonstram um certo desequilíbrio na prioridade de atendimento. Sobretudo reclamações relacionadas ao tempo de espera e à forma de tratamento. Isso sugere a prevalência de determinada xenofobia institucional, demonstrada também por

Moreira e Camargo (2017). Esse aspecto é tão nítido que, durante a missão da CNDH, em janeiro de 2018, tornou-se uma recomendação:

Locais de abrigo com policiamento constante, em ação integrada com a Polícia Militar e/ou Guarda Municipal, de modo a garantir a segurança dos imigrantes e prevenir atos de violência e xenofobia. (CNDH, 2018, p.39)

A recomendação do CNDH era uma tentativa de deslocar as ações ostensivas de repressão e controle aos venezuelanos/as para garantia e proteção dos direitos humanos dos migrantes. Ao mesmo tempo, a SCO denunciava as situações de vulnerabilidades e omissão do poder público nos dois únicos abrigos da cidade. O do bairro Pintolândia, descrito anteriormente, fruto da mobilização e pressão da SCO em resposta às condições de vida precárias que se encontravam migrantes venezuelanos/as em Roraima. E o abrigo Tancredo Neves, improvisado pelo Poder Público após a retirada forçada e sem prévio aviso das pessoas que se encontravam acampadas na Rodoviária de Boa Vista. Ambos os espaços eram alvos constantes de denúncias de “graves e generalizadas violações de direitos humanos”, tais como, estupros, homicídios, adoecimento mental e condições de higiene precária e insalubres<sup>70</sup>. Tal fato sugere que as dificuldades enfrentadas pelos/as venezuelanos/as em seu país haviam apenas se deslocado geograficamente. A SCO que acompanhava os repasses de recursos federais e as condições inadequadas dos abrigos em Boa Vista, cobrava um posicionamento do governo estadual sobre a utilização das verbas federais destinadas à questão migratória.

Gestores/as do governo estadual e prefeitura municipal, ainda no início de 2018, se recusavam a realizar ações conjuntas em prol dos migrantes venezuelanos/as, mesmo com a mediação de agentes de Organismos Internacionais e frequente pressão do poder judiciário<sup>71</sup>. Pelo contrário, o que pude observar durante o campo, em 2017, enquanto participava de reuniões com esses agentes governamentais, foram mútuas acusações e negação de responsabilidades próprias. Era nítido o desinteresse em colaborar, aspecto também apontado pelo CNDH (2018, p.32).

---

<sup>70</sup> Em 26 de janeiro de 2018, quinze entidades da SCO elaboraram o “Relatório sobre a situação das populações imigrantes no Estado de Roraima”, denunciando a omissão governamental e as condições precárias dos abrigos.

<sup>71</sup> De acordo com CNDH (2018, p.32) desde o início de 2017, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal, vem realizando reuniões com os agentes públicos envolvidos, vinculados aos três níveis de governo, orientando quanto à necessidade de um trabalho coordenado. No entanto, até janeiro de 2018, data da missão, não havia surtido os efeitos necessários

A prefeitura de Boa Vista que até aquele momento não visava reprimir ou defender os constantes ataques xenofóbicos, pelo contrário, passou a restringir a presença dos migrantes em locais de grande visibilidade com a interdição de praças e espaços públicos. No ano de 2018, praças intensamente utilizadas por venezuelanos/as foram reformadas e gradeadas com a fixação de plantão de uma guarda municipal para controlar a entrada e saída. É proibido dormir nas praças e a presença estrangeira, mesmo diurna, é constrangida pela vigilância.

A *política da indiferença*, como adverte Michel Agier (2015), se incumbe em delimitar espaços. Lugares notoriamente de uso público, como as praças de Boa Vista, podem ser transformados em espaços privativos. Os critérios de quem pode ou não usar o lugar não é determinado pela função do uso, mas por concepções que enxergam os/as migrantes, numericamente expressivos, como ameaça. Muros e grades são erguidos com objetivo de “apoiar políticas de proteção dos grupos privilegiados e da exclusão do estrangeiro sem nome” (AGIER, 2015, p.21). Os privilegiados/as, aqui, não dizem respeito à população de Boa Vista como um todo, que em virtude da localização da praça Simón Bolívar, pouco a utilizava, mas me refiro à municipalidade local que percebe seu projeto paisagístico ameaçado pela “indesejável” presença venezuelana. Para a prefeitura de Boa Vista a estética daqueles corpos e moradias improvisadas, contrastavam com as flores que embelezam a cidade e encobrem suas precariedades.

### **Figuras 23 e 24 – Praça Simón Bolívar, em Boa Vista**



Fonte: autoria da pesquisadora, Outubro/2019

A praça Simón Bolívar é um caso emblemático da antipolítica de acolhimento da prefeitura de Boa Vista. Situada há alguns metros da rodoviária, entre as avenidas Venezuela e Brasil, abrigou dezenas de venezuelanos no ano de 2017. Em março de

2018<sup>72</sup>, em uma ação conjunta da prefeitura e Operação Acolhida, migrantes venezuelanos/as foram retirados/as e encaminhados/as para abrigos na cidade. A praça foi interditada e reformada. Atualmente tem horário de uso restrito das sete às dezoito horas durante todos os dias da semana. Em outubro de 2019, quando estive em Boa Vista, presenciei a praça fechada durante o domingo com cadeado e migrantes utilizando canteiros das duas grandes avenidas e a escassa sombra de árvores de pequeno porte para se abrigar do sol. Ao questioná-los sobre o uso da praça, eles alegaram que quando está aberta também não a utilizam, pois o guarda proíbe que sentem ou deitem no chão. Como a praça possui quatro bancos apenas, preferem ficar nos canteiros onde, mesmo sob todos os riscos de acidentes, possuem mais liberdade.

A estética da praça Simón Bolívar torna ainda mais paradoxal os termos operacionalizados no discurso do acolhimento. Após a reforma, ganhou um monumento no centro da praça com a expressão “Bienvenidos a Boa Vista”. Contudo, o que se testemunha na prática é a higienização do espaço e o cadeado que demonstra claramente que os transeuntes não eram bem-vindos. Nesse sentido, o Estado exerce a sua hospitalidade por meio do estabelecimento de uma distância fundamental entre anfitrião e hóspede, no caso, entre brasileiros/as e venezuelanos/as. O chamado espaço público, nada mais é que um espaço excludente no qual certos indivíduos são marcados como “indesejáveis”.

O/a migrante pode ser recebido/a enquanto um hóspede “desejável” ou “indesejável”. São distintas maneiras de exclusão e expulsão para novos ‘indesejáveis’. A resposta do governo federal veio reforçar a política de higienização dos espaços públicos por meio da retirada dos/as venezuelanos/as. Antes ocupando praças, ruas, canteiros de avenidas, terrenos baldios, prédios abandonados, foram concentrados nos abrigos espalhados pela capital roraimense<sup>73</sup>.

---

<sup>72</sup><https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/prefeitura-fecha-praca-onde-vivem-centenas-de-venezuelanos-em-boa-vista>, acesso:31/03/2018

<sup>73</sup> Importante ressaltar que a criação e fechamento de abrigos vem ocorrendo de forma dinâmica em Boa Vista. Em setembro de 2018 existiam 11 abrigos. Em junho de 2019, já contabilizavam um total de 13 abrigos na cidade.

**Figura 25 e 26 - Ocupações de migrantes venezuelanos/as nas ruas e prédios comerciais de Boa Vista**



Fonte: autoria da pesquisadora, novembro de 2018

O problema, ao que parece, é que os/as venezuelanos/as não têm ampla simpatia da população local. Os/as brasileiros/as, nesse caso, vêm demonstrando um não reconhecimento de qualquer vínculo ético-moral com essa alteridade justificando a tentativa de varrê-los para longe dos olhos (BUTLER, 2011).

As Forças Armadas foram encarregadas de gerir, em parceria com organismos internacionais e organizações não governamentais, os abrigos em Boa Vista. O Exército Brasileiro passou a desenvolver pela primeira vez uma missão, considerada por esta instituição, como dito anteriormente, especificamente humanitária. Na perspectiva de controlar os impactos desse fluxo migratório, o Governo Federal acionou as forças armadas, repassando recursos, mencionados anteriormente, para que fossem criadas estruturas temporárias de controle do fluxo aduaneiro, alojamento, alimentação e cuidados com a saúde. A hospitalidade estatal passou a exigir como “contradádiva” uma conduta subserviente e orientada por regras estabelecidas por membros das FA, agentes governamentais e *humanitaristas*<sup>74</sup>.

### **3.4 Gestão e organização militar dos abrigos em Boa Vista – RR**

Na capital roraimense eram geridos pelo Exército até 2019 um total de 13 abrigos, um posto de triagem ao lado da Polícia Federal, um posto de informações, guarda volumes, um ponto de doação e uma espécie de acampamento móvel próximo

<sup>74</sup> Expressão utilizada por um funcionário de uma Organização Internacional para se autoidentificar e identificar seus pares.



à rodoviária. Denominado como “área de pernoite”, foi uma solução encontrada pelos militares para retirar os/as venezuelanos/as que, sem lugar para dormir, voltaram a acampar de forma improvisada nas proximidades da rodoviária.

Conforme declaração do general Eduardo Pazuello, então coordenador da Operação Acolhida, durante a audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de Roraima em 30/05/2019, existiam três mil e noventa e nove (3.099) venezuelanos vivendo em condição de rua<sup>75</sup> no estado e deste total, mil cento e vinte e um (1121) pernoitavam na rodoviária da capital. No local, migrantes venezuelanos/as que aguardavam vagas nos abrigos recebiam barracas de camping ao entardecer que eram recolhidas pelos militares nos primeiros raios de sol. Também recebiam duas refeições diárias, contabilizadas por um jantar e a distribuição de suco e pão pela manhã. Durante todo o dia essas pessoas se espalhavam pela cidade em busca de trabalho e comida disputando um lugar à sombra nas poucas árvores que os espaços públicos da cidade ofereciam.

Os abrigos contam com a participação ativa de membros das Forças Armadas brasileiras, apenas uma unidade era gerida exclusivamente por uma fraternidade religiosa (embora uma equipe de militares marcasse presença no local). Aqueles que contavam com os serviços dos militares procuravam seguir as diretrizes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e foram chamados de “abrigos”. O outro, sob responsabilidade da entidade “Fraternidade Sem Fronteiras<sup>76</sup>”, era tratado por “centro de acolhimento”, numa demonstração clara de distanciamento entre os dois métodos de acolhida. Dentre os doze abrigos “militarizados”, apenas dois eram geridos exclusivamente pelas Forças Armadas; os demais eram geridos em parceria com entidades não governamentais religiosas e laicas – cooperação mediada pelo ACNUR.

Cada abrigo era composto por uma equipe de cerca de sete militares. Essa equipe era dividida em dois subgrupos que eu pude identificar: (i) aqueles que vieram de fora, composto por dois oficiais e dois graduados que ficavam permanentemente nos

---

<sup>75</sup> Em outubro de 2020, de acordo com o monitoramento realizado pela OIM havia estimativa de 1847 migrantes venezuelanos/as desabrigados/as em Boa Vista. Destes, 1015 viviam em grandes ocupações espontâneas, 407 na rodoviária, 373 em micro-ocupações espontâneas e 52 nas ruas.

<sup>76</sup> Instituição sem fins lucrativos que atua em várias partes do mundo com populações em situação de pobreza. Chegou em Roraima em outubro de 2017 e, com a colaboração de voluntários, doadores e as FA, gerencia um centro de acolhimento, onde as famílias recebem alimentação, orientação para serviços de saúde e educação, têm aula de português e dividem responsabilidades nos cuidados com o ambiente. Para mais informações consultar: <https://www.fraternidadesemfronteiras.org.br/>



abrigos e (ii) militares “locais”, ou seja, pessoas que já serviam no estado de Roraima, composto por um cabo e dois soldados. Aos de fora estavam destinadas as funções ligadas a uma espécie de coordenação, exercida por sargentos e oficiais (tenentes, capitães, majores e tenentes-coronéis). Os “roraimenses”, por sua vez, soldados em sua maioria, ficaram responsáveis por executar funções de controle da identificação de saída e entrada nos abrigos, bem como tarefas operacionais, tais como distribuição de comida e armazenagem dos pertences dos/as abrigados/as.

A equipe de militares que coordena o abrigo tinha à disposição ambientes climatizados, reservados. Esses espaços comportam sala de trabalho, dormitório e banheiro. Naquelas edificações que não possuíam uma sala de administração, foram instalados contêineres situados à entrada dos abrigos. Não é permitida a entrada de migrantes no escritório, sem prévia autorização. A execução dos trabalhos diários de administração fica à cargo dos militares em cooperação com uma ONG, selecionada pelo ACNUR como *agência implementadora*, enquanto o pessoal do ACNUR transita entre os abrigos, coletando informações e realizando ações esporádicas.

Os diferentes abrigos são classificados em segmentos: abrigos para homens solteiros; abrigos para famílias com crianças; abrigos para casais sem filhos, mulheres e público GLBTT; e abrigo para indígenas. Os espaços reservados ao dormitório se distinguem conforme a categoria de abrigados/as.

No abrigo destinado a homens solteiros, são organizadas centenas de barracas de camping individuais, enfileiradas e algumas dezenas de beliches localizadas próximas às paredes.

**Figura 27 – Abrigo Santa Tereza em Boa Vista**



Fonte: autoria da pesquisadora, outubro/2018

Nos abrigos para famílias, foram montadas barracas maiores (6 pessoas) que abrigam em média duas famílias.

### **Figuras 28 e 29 – Abrigo Jardim Floresta em Boa Vista**



Fonte: autoria da pesquisadora, outubro de 2018.

Em todos os casos, não há investimento na privacidade dos/as abrigados/as. Não existem banheiros privativos para os/as abrigados/as; em geral, são dois banheiros coletivos para uso de centenas de pessoas.

O fornecimento de comida é de responsabilidade das Forças Armadas. As marmitas eram preparadas no rancho do 7º Batalhão de Infantaria de Selva (também sede do Comando de Fronteira Roraima), 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva- GAC e na Base Aérea de Boa Vista (7a ALA) e levadas diariamente até os abrigos. A exceção dessa regra é o abrigo destinado aos/às indígenas, no qual foi construída estrutura para elaboração de alimentos com fogões à lenha para cada família e espaço para fogueiras. À guisa de comparação, no “centro de acolhimento” da Fraternidade Sem Fronteiras a comida fornecida pelo Governo Federal (distribuída pelo Exército) é preparada pelos/as próprios/as abrigados/as. Nem todos os abrigos possuíam áreas destinadas a refeitório; nesses casos as pessoas faziam as refeições em suas próprias barracas.

**Figuras 30 e 31 - Cozinhas comunitárias no Centro de Acolhimento e no Abrigo Pintolândia para indígenas**



Fonte: autoria da pesquisadora, setembro de 2018.

O dia-a-dia dos abrigos é regulado. O desjejum é oferecido às 7:00; como já mencionado, a alimentação chega pronta desde a base militar. Aqueles que têm trabalho vão às ruas, os demais devem ficar dentro das instalações. Equipes de trabalhadores/as voluntários/as fazem visitas periódicas: assistência de saúde bucal, aulas de português, atividades para crianças, apresentações artísticas, entre outros. Ao meio-dia, almoço. O jantar é servido pontualmente às 18:00. A entrada é permitida até às 22:00 (salvo situações comprovadas de trabalho em que o prazo pode ser estendido até às 24:00).

Todos os abrigos são cercados por muros e alguns controlados por câmeras. Alguns possuem cerca elétrica e concertina.

**Figuras 32 e 33 - Frente e lateral do Abrigo Jardim Floresta em Boa Vista**



Fonte: autoria da pesquisadora, outubro de 2018.

A portaria fica sob a vigilância de dois soldados 24 horas por dia. A entrada e saída das pessoas é controlada por uma espécie de carteira de identificação que deve ser apresentada obrigatoriamente por todo migrante hospedado no local. Durante a entrada, bolsas e mochilas são revistadas. Materiais perfurantes e cortantes, tais como ferramentas de jardinagem e construção, são apreendidos temporariamente e devolvidos no dia seguinte para que os abrigados possam trabalhar.

As únicas formas de reunião permitidas dentro dos abrigos são as reuniões religiosas e as apresentações “culturais”. Ou seja, os/as abrigados/as podem se reunir em torno de alguma liderança religiosa (padres, pastores) ou para assistir algum artista voluntário previamente autorizado pela administração. Mas não podem se reunir livremente em conversas descontraídas.

De acordo com Cel. Kanaan (2018, p.71) os abrigos espalhados pela cidade devem ser capazes de fornecer “alimentação, acomodações, instalações sanitárias, assistência médica, lavanderia, coleta de lixo e uma área de convivência”. Nos sete abrigos que visitei, porém, pode-se perceber a superlotação e pouco espaço para sociabilidade. Existem, sim, aqueles momentos aos quais o Major S., em entrevista, chamou de “desestressores sociais”, tais como eventos musicais, jogos esportivos e reuniões religiosas. Alguns abrigos estão equipados com televisão e cadeiras, mas outros nem isso oferecem.

A alimentação, preparada diariamente no rancho da Base Aérea de Boa Vista e distribuída pelo Exército nos abrigos era também objeto de grande contestação por parte dos/as abrigados/as. Embora reforcem a gratidão com o alimento diário fornecido, reivindicam um cardápio mais variado e que também possa contemplar as necessidades médicas de alguns abrigados que são hipertensos ou diabéticos. Conforme alguns relatos, pessoas portadoras dessas doenças comem na maioria das vezes apenas arroz durante as refeições como forma de subsistência. Quando o exército foi contestado sobre isso por um representante de instituição confessional que também prestava trabalho de apoio aos /às migrantes a resposta foi: “*Se você estiver com fome, vai comer o que te derem*”. No caso dos/as venezuelanos/as abrigados/as a fuga da *Dieta de Maduro* parece não ter logrado muito sucesso, uma vez que as restrições e prescrições alimentares se reproduzem sob a tutela do estado brasileiro.

Comparando com a etnografia de Hamid (2012) entre os refugiados palestinos no interior de São Paulo, nota-se a semelhança no que diz respeito à *dádiva-refúgio*. Hamid aponta que a *dádiva-refúgio*, concedida aos refugiados, é geradora de expectativas de uma retribuição específica. No caso, a ideia de que tais refugiados sejam completas vítimas de uma calamidade social, produz a expectativa de que qualquer coisa dada seria melhor do que aquilo que possuíam no local de origem, de tal modo que a contradádiva dos/as refugiados/as somente poderia ser uma postura *resignada* e de *gratidão* (HAMID, 2012, p. 312). No caso dos/as abrigados/as em Boa Vista, está em operação a *dádiva-abrigo*, dentro da mesma lógica: nada do que for oferecido no serviço de abrigo poderia ser pior do que a situação enfrentada no país de origem, esperando-se em troca manifestações de gratidão incondicional e uma postura *apendejeada*, nos termos dos/as venezuelanos/as.

A segurança dos abrigos, assim como em Pacaraima, era realizada pela Polícia do Exército (P.E.) que promovia rondas constantes entre todos os equipamentos em Boa Vista. Pude testemunhar que a P.E. procura zelar por uma certa higienização dos arredores dos abrigos, atendendo demanda das vizinhanças (Como demonstra as figuras 28 e 29).

Os/as abrigados/as são “orientados/as” a não manter aglomerações nas imediações dos abrigos e a P.E. passa de tempo em tempo, mandando o pessoal circular ou entrar, além de fazer revistas aleatórias. Pode-se dizer que existe uma certa desproporção no uso da força policial especial do Exército, armada como se estivesse preparada para uma escaramuça. O controle militar dos arredores dos abrigos era reforçado pela cooperação com a “Força Nacional” e o Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar do Estado de Roraima- BOPE/ PMRR.

Os/as venezuelano/as, por sua vez, temem a truculência dos agentes de controle nas ruas, incomodam-se com as câmeras de vigilância e as restrições de vestuário (no calor de Boa Vista, homens não podiam andar sem camisa e mulheres não podiam usar roupas curtas) e se ressentem da proibição de permanecer nas portas dos abrigos, situações que lhes remetem à ideia de uma prisão. Ou seja, o abrigo exige uma certa moralidade no comportamento e visual, de alguma forma similar às experiências de vida dentro de uma vila militar, como as destacadas por Silva (2016). Com exceção à limitação da mobilidade, que afeta diretamente a vida dos/as venezuelanos/as e se aproxima da perspectiva prisional característica de campos de refugiados.

Entrevistando abrigados/as e ex-abrigados/as, foi constante a percepção de aprisionamento por parte dos mesmos que diziam não poder sequer se reunir livremente nas entradas das instalações, sob pena de serem abordados/as e revistados/as pela Polícia do Exército. Visitando um dos abrigos localizados próximo à região central da cidade, observei um cartaz fixado na entrada contendo um mapa que indicava, com anotações feitas a caneta, os locais por onde os abrigados não podiam circular nas proximidades do abrigo.

**Figura 34 – Cartaz no abrigo Latife Salomão, Boa Vista**



Fonte: autoria da pesquisadora, outubro 2018.

Ao questionar o tenente que coordenava o abrigo sobre a motivação do cartaz, ele me respondeu: “Aqui não é campo de concentração, mas temos algumas regras”. Conforme o tenente A., a proibição da circulação de abrigados nos arredores das instalações de abrigamento foi um acordo feito com a vizinhança que se sentia incomodada com a aglomeração e presença dos estrangeiros.

Como dito anteriormente, o decreto da GLO foi reeditado em 12 de setembro de 2018, por meio do decreto presidencial nº 9.501 ampliando o escopo de atuação dos militares para a proteção das instalações de acolhimento também na capital Boa Vista. Desta feita, a justificativa foram duas mortes ocorridas nas imediações de um abrigo. O roubo de uma lata de sardinha teria motivado a perseguição de um venezuelano por um grupo de brasileiros. Em luta corporal, o venezuelano esfaqueou um brasileiro (que faleceu) e, na sequência, foi espancado até a morte pelos demais. No final de outubro, foi publicado novo decreto (9.543 de 29/10/2018) renovando o prazo até o fim de 2018.



Desde então a presença militar em ambas as cidades se intensificou ainda mais, sob a justificativa de manutenção da lei e da ordem, “protegendo” os/as venezuelanos/as dos ataques de brasileiros/as e controlando a presença venezuelana pelas cidades. Tanto em Boa Vista como em Pacaraima e na rodovia que liga as duas cidades era possível observar frequentemente carros do exército se deslocando, seja por motivos de logística da operação e/ou no suporte à segurança pública, realizando rondas e blitz. Um aparato legal foi criado para justificar o gerenciamento cotidiano dos abrigos pelos militares como se fossem uma polícia comum, deixando claro para a sociedade roraimense que o caso dos/as venezuelanos/as era um problema dos militares e não da própria sociedade roraimense, e até uma forma específica de policiamento foi criado para os/as venezuelanos/as, sempre a partir de uma perspectiva securitária que resulta numa desconexão entre a sociedade civil de Roraima e a migração venezuelana.

Deve-se notar que a presença militar, no âmbito da ação humanitária, reforça o argumento tratado anteriormente sobre uma tendência internacional, no pós-guerra fria, de descentralização do emprego das forças armadas (FA), com o incremento de serviços militares voltados para atividades civis, humanitárias, policiamento e desenvolvimento. O militarismo, enquanto prática cultural e ideologia, passa a permear diferentes domínios da vida social (LUTZ, 2002). No Brasil, verifica-se uma certa banalização desse recurso por meio de Decretos Presidenciais conhecidos como Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que autorizam a intervenção militar em questões como policiamento urbano, combate a queimadas na Amazônia e recepção de migrantes, como é o caso da Operação Acolhida. No Rio de Janeiro, por exemplo, desde 1992, “com o emprego de GLO até para trocar *band aid*, o Exército é que tem se constituído em força auxiliar da Polícia” (MUNIZ, ALMEIDA, 2018, p. 1007).

Em setembro de 2018, enquanto esperava um interlocutor na frente de um abrigo, fui surpreendida com a chegada de uma viatura da polícia do exército que abruptamente ordenou que todos os presentes entrassem no abrigo após uma revista aleatória. Uma dezena de venezuelanos foram empurrados contra a parede. A cena tornou-se a repetir em outro abrigo misto. Dessa vez, venezuelanas que vendiam café, salgados e cigarros em frente ao abrigo foram obrigadas a se retirar do local junto com a aglomeração de clientes *paisanos*<sup>77</sup> que se formava em volta delas.

---

<sup>77</sup> Expressão utilizada pelos/as venezuelanos/as quando identificam um compatriota.

Guardadas as devidas diferenças de contexto, as ambiguidades entre políticas de cuidados, controle e repressão praticadas no acolhimento das FA brasileiras aos/às venezuelanos/as em Boa Vista podem ser comparadas a alguns aspectos identificados na etnografia da Taniele Rui (2014) sobre a gestão da “cracolândia” em São Paulo. Assim como os/as migrantes venezuelanos/as em Boa Vista, os/as usuários/as de crack em São Paulo sofrem inúmeras tentativas de controle da sua circulação. Os chamados “nóias” são impedidos/as por comerciantes de perambular em frente às lojas e são direcionados pelo poder público para instituições especializadas. Situação comum narrada por Rui são as rondas policiais que frequentemente dispersam as aglomerações (que voltam a se reunir quando a vigilância vai embora).

No caso dos/as migrantes venezuelanos/as, existe uma tentativa das FA brasileiras de direcionar a sua circulação pela cidade e seus fluxos pelo Brasil, seja delimitando onde e como podem estar no espaço urbano, seja transferindo para outras unidades da federação. No caso das rondas realizadas pela Polícia do Exército para dissipar as aglomerações, o comportamento dos/as venezuelanos/as é muito semelhante ao descrito por Rui (2014) sobre os “nóias” na cracolândia: a polícia chega, as pessoas entram correndo para o abrigo; a polícia vai embora e as pessoas tornam a sair.

Dentro dos abrigos pude observar uma certa hierarquia envolvendo também os/as venezuelanos/as. Existem “delegados” ou “colaboradores” entre as pessoas abrigadas. Eles e elas têm a atribuição de mediar as relações entre abrigados/as e gestores/as bem como zelar pelo cumprimento das regras e organizar tarefas de limpeza e filas para distribuição de comida, por exemplo. Essas pessoas eram, de certa forma, empoderadas pela condição de realizar essas mediações. Distribuía desigualmente os alimentos e doações conforme conveniências pessoais. E não foram poucas as queixas de venezuelanos/as sobre o exercício autoritário da função de liderança. Até mesmo a permanência no abrigo pode ser colocada em risco caso a pessoa se desentenda com um/a desses/as “delegados/as”.

O termo “delegado” remete ao modelo de acolhimento do ACNUR, implantado mundialmente. De acordo com o Tenente A.: *esse termo delegado foi tentado ser implementado pelo pessoal da ONU, mas não foi para frente. Chegaram aqui e chamaram algumas lideranças e fizeram uma reunião. Depois não apareceram mais.* O tenente diz que prefere chamar de “colaboradores”, aos quais oferece incentivos e benefícios tais como alimentação extra e kits de higiene em troca dos serviços. Sejam



“colaboradores/as” ou “delegados/as”, ocupam lugar privilegiado na organização interna dos abrigos.

No caso dos abrigos indígenas, a criação de hierarquias por seus gestores vem tanto produzindo lideranças indígenas quanto a substituição destas. A maioria dos indígenas apontados como *aydamos*<sup>78</sup> não tinham esse posto nas comunidades de origem, embora ocupassem alguma função de destaque social, tais como professores, agentes de saúde, entre outros (MOREIRA, CAMARGO, 2017, p.58). A investidura de liderança no abrigo era consagrada pela capacidade de mediar e apaziguar conflitos entre gestores/as e abrigados/as. Com a chegada de famílias mistas (criollos e warao), passou a ocorrer progressivamente a substituição dessas lideranças indígenas por não indígenas à medida que os segundos manejavam melhor a comunicação com os/as gestores/as e eram mais cordatos com os códigos de condutas impostos. De acordo com Moreira (2019<sup>79</sup>), as crianças warao gritavam pelo/a *aydamo* quando avistavam algum não indígena entrando no abrigo. Era ele ou ela quem chegava para fazer a mediação.

Cabe esclarecer que essa hierarquia operacionalizada entre abrigados não deve ser confundida, de maneira alguma, com as patentes militares. As FA são imbuídas de uma estrutura hierárquica rígida que pauta as relações de comando-obediência internas. As relações com o mundo civil acontecem fora dessa hierarquia. Existem exceções como o Presidente da República que, mesmo num governo civil, é considerado o comandante-em-chefe das tropas. Comumente, colaboradores civis são percebidos com desconfiança (CASTRO, 2004; LEIRNER, 1997).

Os militares enviados a Roraima para participar da “Operação Acolhida” obedecem a uma espécie de rodízio. A cada 120 dias a equipe é trocada. Sendo que deste total, a cada 40 dias ininterruptos eles tinham 10 dias de folga para visitar a sua família no local de residência. Esses militares eram recrutados voluntariamente de diferentes partes do país. Em outubro de 2018, os que estavam em Roraima eram predominantemente da região sul. Eles foram antecidos por militares que vieram da região sudeste. Esse rodízio era motivado pela experiência prévia das Forças Armadas brasileiras com a missão de paz no Haiti. Na ocasião, foi constatado que a extensão do período de serviço na convivência com pessoas em situação de vulnerabilidade implica uma certa desestabilização emocional do militar. Foi destacado nas entrevistas com os

---

<sup>78</sup> Termo utilizado pelos Warao para se referir ao chefe, cacique ou liderança no contexto a migração.

<sup>79</sup> Comunicação pessoal em Manaus com a antropóloga Elaine Moreira.

oficiais mais experientes uma preocupação com o PINO, sigla que representa diferentes fases emocionais desenvolvidas pelo indivíduo no contato prolongado com a vulnerabilidade alheia, a saber: Pena, Indiferença, Nojo e Ódio.

Essas reações de desestabilidade emocional também foram percebidas por colaboradores/as de agências internacionais que presenciaram a troca do contingente:

Era ruim, não sei se você chegou a ouvir falar, mas o exército tem um negócio que eles chamam de PINO. Pois é e ainda tem o S que eles não falam que significa o super ódio. Quando eles chegam, chegam todos animadinhos, têm pena das pessoas. Ai querem fazer tudo. Com vinte dias começam a ficar indiferentes, começam a xingar os venezuelanos e a reclamar de tudo que os migrantes fazem pra gente. Depois chega o período do nojo que eles não estão mais suportando e quando chega o ódio eles trocam o contingente que está no limite. O pessoal que trabalha diretamente com os migrantes não consegue passar mais do que três meses, só o pessoal do alto escalão que não trabalha direto com os migrantes. (Ex-estagiária do ACNUR no abrigo em Boa Vista).

Comportamento desviante por parte dos militares era constantemente objeto de conflito entre migrantes venezuelanos/as e seus capatazes. Certa vez, uma colaboradora discutiu com um soldado que obrigava as crianças venezuelanas a baterem continência. No contexto do abrigo, o lugar de nacional ocupado pelo soldado o investe de poder e superioridade em relação ao/à migrante de quem se espera subordinação e gratidão incondicional pela posição de hóspede (PERROT, 2011). Por outro lado, se o migrante tem uma postura insubordinada ou reivindica algum tipo de direito, fugindo às expectativas de quem “dá” o abrigo, acaba punido imediatamente.

Espera-se do acolhido comportamento de gratidão e subordinação pela dádiva recebida. Como já abordado neste capítulo, assumir a posição de passivo pode garantir a própria sobrevivência do migrante em situação precária. Antes fazer-se de *pendejo/a* do que agir como *arrecho/a*. Assim como na experiência de morar e trabalhar na rua, também na condição de albergado/a, entrar em rota de colisão com as pessoas que comandam o lugar era correr o risco de virar uma “presa” desse sistema. Não quero dizer com isso que os militares estivessem ameaçando aprisionar os/as migrantes, não há nada disso. O tornar-se “presa”, aqui, diz respeito a ser excluído/a do sistema de acolhimento e, conseqüentemente, da fila de interiorização.

As agências internacionais e organizações governamentais, gestoras dos abrigos, dizem advogar (*advocacy*) em favor dos/as abrigados/as, mas sua persuasão é limitada. Não raro, conflitos no interior dos abrigos acabam silenciados. A capacidade logística dos militares era percebida como algo imprescindível para a continuidade dos

trabalhos “humanitários”. A contraditória das agências em relação aos militares talvez seja fazer vista grossa sobre comportamento desviante. O corporativismo da farda impede que punições sejam impostas àqueles soldados ou militares de outras patentes que fogem às regras. O relato abaixo é ilustrativo sobre essa questão:

Quando trabalhei no abrigo presenciei vários episódios de conflitos, inclusive entre os soldados e as pessoas que vivem no abrigo. Muita coisa é abafada! Por exemplo, quando eu estava lá houve um caso de uma mulher que foi sair e um soldado a assediou. Ela ficou com raiva e foi chamar o esposo. O esposo com raiva brigou com o soldado e quem acabou sendo preso foi ele. Com o soldado não aconteceu nada. No dia seguinte foi trabalhar e ainda ficou fazendo chacota do pessoal. Já o migrante, foi expulso do abrigo. Ficou preso e a família dele na rua. A gente conversando com o pessoal do ACNUR e da AVSI<sup>80</sup> (associação Italiana) que faziam a gestão do abrigo no período, conseguimos transferir a família para outro abrigo, mas o homem (marido) não pode mais adentrar o abrigo. E com o soldado não aconteceu nada e os superiores sabiam de tudo que tinha ocorrido! (Ex- colaboradora do ACNUR)

Vale notar que esse tipo de situação não é caso isolado. Também no abrigo para indígenas em Boa Vista, foram relatados casos de expulsão de homens warao após conflitos com militares. Sem qualquer apuração dos fatos, sem chances de se defender contra a autoridade, os/as abrigados/as são deletados/as do sistema de acolhimento.

A hospitalidade nesse contexto é paradoxal: ela busca a integração do estrangeiro à comunidade e, simultaneamente, enfatiza as diferenças. Vale lembrar que a hospitalidade deve ser pensada enquanto um “gesto compensatório” que visa abraçar aquele indivíduo que não pertence ao lugar (GRASSI, 2011). Nesse sentido, o Estado exerce a sua hospitalidade por meio do estabelecimento de uma distância fundamental entre anfitrião e hóspede, entre brasileiros/as e venezuelanos/as, entre militar e civil.

Também no caso do atendimento à saúde, os/as brasileiros/as acreditam estar oferecendo mais do que os/as venezuelanos/as poderiam reclamar. A realidade, no entanto, é mais complexa do que as expectativas. Uma vez que o atendimento médico era centralizado na imunização contra doenças infecciosas já erradicadas no Brasil, alguns profissionais de saúde venezuelanos/as e moradores/as de abrigo demonstravam apreensão com a falta de iniciativas para combater a insegurança alimentar, sobretudo entre as crianças. Os/as venezuelanos/as, de certo modo obrigados a receber as doações, não encontram voz para expressar suas críticas. Situação semelhante àquela vivenciada por adictos químicos na Cracolândia em São Paulo que dependem da ajuda de ONGs e

---

<sup>80</sup> A Associação Voluntários para o Serviço Internacional – AVSI

do Estado, e não encontram espaço na economia moral das dádivas para interpor reclamações referentes ao que lhes é dado (RUI, 2012).

Marielle de Roraima, religiosa que atua diariamente com os/as venezuelanos/as, informa que em 2017 foi criada uma comissão interagência para lidar com o tema da desnutrição, envolvendo órgãos públicos municipais, estaduais, entidades religiosas, ONGs e organismos internacionais. Essa comissão, contudo, teve seus trabalhos interrompidos com a chegada dos militares sob a alegação de que os mesmos teriam a capacidade de resolver os desafios sem a necessidade de terceiros. O problema, ao que os dados indicam, é que o ambiente de acolhimento se tornou menos propício para discussão de pontos de vista contrastantes. A centralização das ações de acolhimento, sob o manto de uma suposta indefectibilidade das FA, afastou agentes da sociedade civil, minimizando os contraditórios.

O abrigo, ainda conforme o então coordenador geral da Operação Acolhida<sup>81</sup>, Cel. Kanaan (2018, p.71) “trata-se de proporcionar um lar temporário ao imigrante, evitando que fique nas ruas em condições de vulnerabilidade”. O que podemos perceber com os abrigos de Boa Vista era que a retirada das ruas não necessariamente eliminava a condição vulnerável, apenas muda a pessoa de lugar.

Yo vivía en la calle y yo al principio fue muy difícil, mucho, mucho, mucho difícil, más despues aprendí a sobrevivir en las calles de Boa Vista. Y aqui las personas no niegan un plato de comida y las iglesias dan comida también. Entonces la situación en las calles de Boa Vista es una situación que si usted sabe como son las cosas aqui, puede sobrevivir tranquilamente. Incluso yo encuentro que las calles son más tranquilas que el abrigo. El abrigo es un centro de marginalización. Nunca me había encontrado com 500 personas juntas. Ya ha habido un intento de suicidio. Para solucionar los problemas de los venezolanos es necesario hacer una prueba psicológica a los que estamos aqui. Hay mucho transtorno de sueño y de estrés, no se duerme bien. Yo quedo muy decepcionado y triste, quiero salir de aqui (médico venezolano, abrigo Latife Salomão, Boa Vista, 2018)

Assim como em Manaus (capítulo 4), muitos/as dos/as migrantes abrigados/as em Boa Vista afirmavam que a vida nas ocupações espontâneas era melhor que o confinamento dentro dos abrigos. As precariedades da origem se transformam em outras no novo lar temporário, mas não se dissipam completamente. Como sugere a antropóloga norte-americana Giorgina Ramsay (2019), em artigo sobre refugiados congolese na Austrália, a precariedade não é uma característica exclusiva dos

---

<sup>81</sup> O coordenador geral está abaixo, na hierarquia da Operação, apenas do Comandante da FT Log Hum.

refugiados, pois as relações sociais de produção em tempos de globalização multiplicam as precariedades em diferentes contextos. Fugindo do desemprego e escassez de alimentos que caracterizavam a condição econômica da Venezuela, os/às migrantes encontravam pouca solução para seus problemas dentro dos abrigos no Brasil, acomodados/as em barracas de camping, sem a devida atenção de saúde e nutrindo sensação de vigilância e aprisionamento.

Passar uma temporada no abrigo ou ser *abrigadola*, constitui uma marca que reproduz estigmas e preconceitos perante a sociedade boavistense. Os termos utilizado para adjetivar quem habita as estruturas de acolhimento institucional se confunde ou se aproxima de outros segmentos sociais que cumprem medidas restritivas de liberdade, como por exemplo, os/as chamados albergados/as. Venezuelanos/as, assim como prisioneiros em regime semiaberto cumprindo execução de pena judicial, têm permissão para trabalhar durante o dia, mas durante a noite são obrigados/as a retornar para o espaço institucional. A diferença é que não existem celas, mas os abrigados não podem ficar nas calçadas, nas praças ou transitando na cidade.

A relação com o *abrigo*, denominado na língua espanhola como *refugio*, pode impactar na escolha do status jurídico que regulariza a situação migratória acionado pelo/a venezuelano/a. Há quem faça opção pela residência temporária em detrimento da condição de refugiado/a alegando não querer ser confundido/a com quem vive no abrigo institucional, aspecto também observado por Caobe (2021). Considerado um espaço de exceção, o abrigo é compreendido como lugar reservado aos/às *indesejáveis*. Morar no abrigo define, para parte dos/as venezuelanos/as, uma condição à margem caracterizada pela pobreza, falta de estudo, preguiça, entre outros adjetivos que qualificam uma condição de inferioridade. Trata-se de mais uma *diferencialidade* construída internamente entre migrantes para se afastarem da condição de *indesejáveis*.

#### 3.4.1 - Interiorização e a (des)integração de migrantes

A política de abrigo, inicialmente, além da higienização social, estava voltada para facilitar a organização do terceiro objetivo da Operação Acolhida: a interiorização. Fora estabelecido como critério para ingresso nos abrigos a predisposição dos/as migrantes em participar do programa de interiorização, ou seja,

sua disponibilidade para ser enviado/a a outros estados do Brasil, mais distantes da fronteira com a Venezuela. A possibilidade de remoção para outras cidades, por seu turno, provocou a mobilização de venezuelanos/as que já estavam minimamente estabelecidos em Boa Vista, com moradias alugadas. Diversas pessoas, entre elas meu interlocutor que acompanho desde 2016, o senhor Rodolfo, deixaram seus aluguéis em busca de uma vaga nos abrigos tendo em vista a expectativa de ser enviado a localidades economicamente mais prósperas, com maiores possibilidades de inserção laboral e geração de renda. Fiquei bastante surpresa ao reencontra-lo, em 2018, vivendo em um abrigo. Eu sabia que ele trouxera os dois filhos, as noras e netos para morar com ele. O próprio me confidenciou que tinha contato diário com um dos filhos e a nora, mas resolveu ir dormir no abrigo na esperança de conseguir viajar para o sul do país, fato que ocorreu algum tempo depois da minha visita e fez com que eu perdesse o contato com ele<sup>82</sup>.

Com o processo de interiorização, o abrigo virou uma tática migratória para agilizar a saída do estado de Roraima, como sugere a escolha de Rodolfo. Nas diferentes modalidades de interiorização (oferta de emprego, abrigo-abrigo, reunião familiar, reunião social), as Forças Armadas, em parceria com agências internacionais, instituições civis e empresas privadas, visam encaminhar os/as migrantes venezuelanos/as que voluntariamente queiram se deslocar para outros estados brasileiros. De acordo com Cel. Kanaan et.al (2018, p.69), as agências "trabalham em conjunto para distribuir e receber os imigrantes pelos diversos estados brasileiros". O processo de interiorização atualmente é coordenado pelo Ministério da Cidadania por meio de um subcomitê federal que tem apoio do ACNUR, OIM, UNFPA com papel central da Casa Civil da presidência da República e Ministério da Defesa<sup>83</sup>. Conforme Paulo Sérgio de Almeida, oficial de meios de vida do ACNUR no Brasil, a interiorização tem como objetivo "oferecer melhores oportunidades de inserção socioeconômicas às pessoas venezuelanas, considerando o esgotamento das possibilidades de integração em Roraima"<sup>84</sup>.

---

<sup>82</sup> De acordo com familiares de Rodolfo, ele foi interiorizado para "Mato Grosso" ainda em 2018, desde então perderam o contato.

<sup>83</sup> Decreto nº 9.970, de 14 de agosto de 2019, que atualiza e dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial.

<sup>84</sup> Apresentação realizada durante o Seminário regional "Refugiados, Migrantes e Vulnerabilidades: compartilhando experiências e fortalecendo a resposta humanitária na América do Sul", realizada em Manaus, nos dias 20 e 21/05/2019, auspiciado pela Embaixada da França por meio da Cooperação Regional Francesa para América do Sul.

Lançando mão do tropo empregado por Hamid (2012) em sua pesquisa entre grupos de reassentados palestinos no Brasil, diria que a ideia aqui mais do que integrar venezuelanos/as ao Brasil era desintegra-los de Boa Vista, Pacaraima e, posteriormente, de Manaus. Uma das atividades desenvolvidas que precedem a viagem dos/as migrantes para outros estados brasileiros era assistir palestras realizadas por membros das agências internacionais. Nessas ocasiões, eram apresentadas características sociais, econômicas, culturais e climáticas dos locais para onde fariam a viagem. Tive a oportunidade de presenciar parte de uma dessas exposições. A palestrante se esforçava em ressaltar aspectos que considerava positivos da região sul em relação à região norte, tais como o clima ameno e maiores oportunidades de trabalho.

Ora, e como fica a situação daqueles/as abrigados/as venezuelanos/as que não desejam participar do processo de interiorização? De acordo com o mapeamento realizado pela prefeitura de Boa Vista em 2018, com dados do Exército, dos cerca de 12 mil venezuelanos/as que entram mensalmente no país, aproximadamente 2.700 apresentam a tendência de ficar em Boa Vista (BOA VISTA, 2018). Em outra pesquisa, publicada em 2017, encomendada pelo ACNUR, os/as venezuelanos/as foram questionados sobre alternativas de deslocamento interno no Brasil e de retorno à Venezuela (SIMOES et ali, 2017). A perspectiva de interiorização, na época, foi limitada pelo desejo de continuar próximo à fronteira com a Venezuela, o que possibilitava idas e vindas para levar remessas e também para buscar familiares. Outro aspecto levantado pela equipe de pesquisadores foi o sentimento de integração ao cotidiano de Boa Vista. Ou seja, muitos venezuelanos/as não queriam deixar a cidade, seja pelo desejo de retorno ao seu país ou simplesmente por já se considerarem moradores/as de Boa Vista. Não será possível construir abrigos e oferecer marmitas para toda essa gente, por isso a necessidade de institucionalização de uma política migratória voltada à integração local da população migrante e solicitante de refúgio.

Atualmente (2021) se observa uma redução do número dos abrigos na cidade de Boa Vista. Todavia, essa diminuição dos equipamentos não corresponde, necessariamente, a uma redução do número de venezuelanos/as que chegam, residem e demandam estruturas de habitação na cidade. Embora se evidencie um crescimento

no número das interiorizações<sup>85</sup>, os dados de campo sugerem que existe certa resistência de parte dos/as migrantes de permanecerem nos abrigos à despeito das retiradas compulsórias realizadas corretamente com o apoio da Operação Acolhida<sup>86</sup>.

### ***3.5 Uma ação cívica humanitária? Empatia, estranhamento e tutela entre militares e migrantes***

A chamada “Operação Acolhida”, como apresentado previamente, é nomeada pelos militares como uma missão eminentemente “humanitária”, serviço inédito do ponto de vista do Exército brasileiro. Trata-se de atividade não convencional que não faz parte da doutrina, do esquema e da formação desses militares. Ela não se caracteriza nem como uma operação de manutenção da paz e nem como uma intervenção em catástrofes, missões consideradas pelo cientista político Pion-Berlin (2012, p.628-630) como os dois melhores cenários para atuação de militares para além de seu compromisso com a “defesa”, isto porque seriam geradoras de simpatia entre os cidadãos. Ao contrário, embora nomeada pelos militares como “ajuda humanitária”, sua presença em Boa Vista divide as opiniões. Há quem reconheça positivamente o trabalho de retirada dos venezuelanos/as das ruas da cidade e organização dos abrigos (higienização); por outro lado, existem aqueles/as que protestam contra a oferta de um atendimento diferenciado aos imigrantes (assistência médica, refeições diárias, alojamento), enquanto a população local também tem suas carências.

Os militares, quando indagados pela população local sobre supostos benefícios oferecidos aos venezuelanos (abrigo, comida e remédios), faziam questão de esclarecer um ponto um tanto quanto delicado dessa ação de acolhimento. Não se trata, para o militar brasileiro, de prover bem-estar aos/às venezuelanos/as; porém garantir, primeiramente, o bem-estar da população brasileira de Roraima. Fazem isso retirando os/as venezuelanos/as dos espaços públicos como praças, ruas, calçadas, canteiros de

---

<sup>85</sup> De acordo com o IPEA (2021, p.26) 37.618 migrantes já foram interiorizados/as pela Operação Acolhida. Todos os estados brasileiros foram o destino. Os cinco estados que mais receberam migrantes da ação foram: São Paulo (2.466), Paraná (5.987), Santa Catarina (4.904), Rio Grande do Sul (4.730) e Amazonas (4.606).

<sup>86</sup> Desde 2020 a Operação Acolhida vem desenvolvendo um Plano Emergencial que coordena atividades de monitoramento e controle das ocupações espontâneas em Boa Vista, o qual resulta em remoções periódicas de migrantes para os abrigos.



avenidas, terrenos baldios e prédios abandonados; e alojando toda essa população de rua em locais fechados, com hora para sair e voltar.

A Operação Acolhida pode ser categorizada enquanto uma “ação cívica”, ou seja, “missões de boa vontade que dão crédito às forças armadas junto à sociedade” (PION-BERLIN, 2012: 638). Pion-Berlin argumenta que essas missões, de um lado, podem se desenvolver num curto prazo, ou, de outro, podem exigir o engajamento em projetos de desenvolvimento a longo prazo. Ações de curto prazo atendem a emergências tanto ambientais (terremotos, inundações etc.) quanto antropogênicas (miséria, guerras, perseguições políticas, etc.). Projetos de ação cívica a longo prazo incluem construções de infraestrutura como escolas, hospitais, estradas, pontes etc. As ações cívicas são voltadas para diferentes áreas como saúde (unidades médicas móveis), educação (formação técnica), construção de habitações, infraestrutura (estradas, pontes, etc.), e assistência ao desenvolvimento econômico (projetos agrícolas). De modo geral, são empreendimentos de baixo risco para os militares que recebem dividendos pela atuação fora de sua função convencional. Além disso, do ponto de vista do Comando central, as ações cívicas ou “ação/ajuda humanitária” são úteis para justificar o aumento dos orçamentos militares. Também há algum custo a pagar nessas missões, como a redução do tempo dedicado ao treinamento de combate e à preparação da defesa.

Em comparação com as operações realizadas no Haiti, militares mais experientes observaram que na gestão dos abrigos eles estabelecem maior convívio pessoal com o que seria o “público alvo” da missão. No Haiti, o foco era a defesa, a proteção de funcionários das agências internacionais – não havia espaço tão frequente para interação com os/as haitianos/as. Em Boa Vista estão em contato direto com os/as migrantes dentro dos abrigos, desenvolvendo laços de solidariedade e empatia para com as agruras dos/as venezuelanos/as. As relações pessoais, inclusive, ocasionam a transgressão de alguns regulamentos das instalações como “não levar comida para fora do abrigo”, “não entrar após o horário limite”, “não comercializar produtos”, dentre outras regras que são “reinventadas” conforme o contexto. A história do Tenente A. é bastante ilustrativa:

Com os olhos marejados o Tenente A. apontou para a foto de uma família venezuelana no celular. Ele conta que se “apaixonou e fez tudo para ajudar”. Essa era a família do Sr. M., um abrigado com quem fez amizade no primeiro mês que chegou a Boa Vista. A convivência nas atividades cotidianas do abrigo permitiu que o Tenente

A. conhecesse tanto a trajetória de vida do Sr. M., quanto o sofrimento e os obstáculos enfrentados por ele para manutenção familiar à distância. Na ocasião foi definido que, por questões estruturais, o abrigo coordenado pelo tenente A. não poderia receber crianças, apenas homens e mulheres solteiros/as. Certo dia o Sr. M. apareceu com a mulher e as duas filhas na frente do abrigo. Uma das meninas estava com febre e o braço engessado. Sensibilizado e contrariando as ordens dos superiores, o Tenente acolheu toda família. Não sem provocar situações imprevistas. Outras famílias apareceram pedindo abrigo, fato que expôs a atitude do tenente perante os responsáveis pela Operação.

Comunicando o ocorrido ao seu chefe imediato, deu-se uma nova tomada de decisão, desta vez de impacto mais amplo. O coronel mandou transferir a família de M. e todas as outras famílias requerentes para outro abrigo destinados a receber famílias. O número de vagas nos abrigos era restrito. Logo, qualquer decisão de remanejamento de pessoas implicaria uma propagação de novos ajustes e remanejamentos. Tudo começou porque o Tenente A. decidiu ajudar o seu amigo venezuelano. Dentre as centenas de famílias separadas pelas regras de acolhimento, pode-se dizer que a família de M. teve uma trajetória privilegiada.

Não satisfeito em arrumar um teto temporário àquelas pessoas, Tenente A. mediou uma espécie de “interiorização antecipada”. Comprou passagem com recursos próprios e arrumou um trabalho para o Sr. M no interior de São Paulo. A viagem do pai de família foi antecipada tendo em vista não perder a oportunidade de emprego oferecida como caseiro em uma fazenda. Enquanto o amigo se estabelecia no novo trabalho, o tenente A. tentava mandar sua família por meio do programa de interiorização patrocinado pelo governo federal. No momento da entrevista havia uma semana que a família do Sr. M. tinha viajado. O tenente A. e o senhor M. trocavam mensagens diárias por meio das mídias sociais e programavam o reencontro.

Um segmento do programa de interiorização dos venezuelanos era gerenciado pelas FA em parceria com a ONU (existem também ações gerenciadas por entidades não governamentais). Assim, a interiorização vem sendo manejada conforme as relações pessoais estabelecidas dentro dos abrigos. Responsáveis por elaborar as listas de quem vai e para onde vai, os militares não escondem o fato de darem preferência aos seus amigos para destinos próximos de suas próprias residências, indicando um desejo de prolongamento das relações para além do acolhimento institucional.

A flexibilização dos regulamentos em nome das relações pessoais não se limita à ajuda financeira e ao apoio para viajar. O Tenente A. também contou que os/as venezuelanos/as vão e vêm dos abrigos com a missão de levar alimentos aos parentes na Venezuela. As saídas com os fardos de comida provocam situações inusitadas como pegar emprestado o carro de mão do abrigo para levar os volumes até a parada de ônibus. Alguém que não vai viajar traz a ferramenta de volta. O abrigo como ponto de apoio manifestava a vontade de não sair de Roraima de parte dos/as migrantes, pois sabiam que isso implicaria em ficar ainda mais distante da família na Venezuela, impedindo visitas periódicas e o envio pessoal de remessas.

As relações estabelecidas no interior dos abrigos, contudo, são limitadas pelo tempo máximo de permanência dos militares, que é de noventa dias. Segundo o Tenente A.: *“Noventa dias é bom. Mais que noventa dias a pessoa vai se envolver muito com a missão. As vezes a pessoa começa a se cansar e se não tiver área de escape começa a ficar revoltado”*. O Capitão Q., por sua vez, enfatiza que esta é uma diretriz da instituição baseada em critérios acadêmicos: *“Existem estudos que demonstram que o militar mais que esse período começa a adquirir stress pós-traumático devido à situação de impotência”*. As falas do Tenente e do Capitão realçam a preocupação com o aspecto psicológico dos militares nesse tipo de “ação civil” e/ou “ajuda/ação humanitária”.

As transformações psíquicas dos militares foram sintetizadas inicialmente pelo Tenente Coronel B., por meio da sigla PINO, que descreve assim os quatro estágios emocionais pelos quais os militares atravessam em contato com o sofrimento alheio:

- *Pena*: é o sintoma do primeiro contato com as dificuldades do outro. Nesta fase, o militar se apieda das condições de vida da pessoa e tende a se envolver pessoalmente para atender as diferentes demandas, como o fez o Tenente A. no caso da família enviada para São Paulo;
- *Indiferença*: nesse estágio, a repetição das situações de sofrimento alheio já não mais provoca a piedade, porém ainda não produz nenhuma reação negativa;
- *Nojo*: aqui começam os problemas. A reação positiva inicial, transformada em indiferença, agora produz reações que demonstram um certo desgaste perante a repetição de situações que expõem as fraquezas

e necessidades humanas. O Tenente V. foi quem confidenciou: “*não aguento mais ouvir os problemas deles*”;

- *Ódio*: antes que este aflore, ou seja, antes de “*dar o PINO*”, a pessoa deve ser mandada de volta para casa.

Mirando, agora, a posição dos/as venezuelanos/as sobre seus anfitriões, vemos que existe reciprocidade nas relações de amizade. A primeira impressão de homens e mulheres a respeito dos militares brasileiros é bastante positiva, tendo em vista a comparação que eles/elas fazem com a postura dos militares da “Guardia Nacional” de seu país.

Hay muchas cosas de que hablar. De como los militares están brindando su servicio. Los militares son muy colaboradores. Muchos de los militares que están en el abrigo han hecho más de lo que se les pedía. Muchos han tratado de hablar español para comunicarse con nosotros. Cuando es necesario alza la voz y toma las riendas, pero normalmente el militar tiene paciencia, respeto y el venezolano no está acostumbrado que el militar trate a las personas con respeto. No importa la hora siempre están, aunque es su deber, siempre están con educación y con ánimo de servicio de ayuda. A un militar venezolano, lo llamas a esa hora y te cae a palos. Agarra esta mesa y te la parte en la cabeza. El militar y las personas en Venezuela estan como en guerra. Ellos están acostumbrados a que el soldado le grite y los soldados aqui no son así. (Jonathan Javier, Abrigo Latife Salomão, Boa Vista, setembro de 2018)

Não se pode *olvidar* o fato de que a Venezuela vive um processo de militarização das instituições governamentais. A referência das forças armadas por parte dos/as venezuelanos/as é tão ruim que eles/elas ficam impressionados/as com o tratamento oferecido pelos militares brasileiros, que não costumam agredir física e verbalmente as pessoas dentro do abrigo. Pudemos notar que existe gratidão por parte dos venezuelanos em relação aos/às gestores/as dos abrigos. Mesmo reclamando da comida repetitiva e do tratamento truculento recebido ao lado de fora, os/as venezuelanos/as enfatizam suas relações de amizade com aqueles militares com quem convivem diariamente. Importante frisar que não se trata de uma generalização, porém casos específicos de relações interpessoais.

**Figura 35 - Cartaz de agradecimento, abrigo Jardim Floresta**



Fonte: imagem compartilhada pelo Capitão Q., em outubro de 2018.

A venezuelana Alba, coordenadora do centro de acolhimento da fraternidade internacional, conta que chegou a chorar quando soube que teria que trabalhar ao lado de militares, uma vez que sua referência eram os militares venezuelanos. Para sua surpresa, a postura dos militares brasileiros/as nesta “ação civil” em nada se parecia com aquele imaginário que ela possuía com base na Guardia Nacional Bolivariana. No lugar de uma postura interventora, diz ter ganhado colaboradores. Ela narrou algumas situações de um militar específico que jogava bola com as crianças, conversava com os adultos e, ao final de sua estadia, foi saudado com uma festa por parte de um grupo de abrigados. Ela destaca que *“aprendi muito com o Exército Brasileiro. Não digo o Exército em geral, mas são os seres humanos dentro do Exército”*.

A gestão militarizada do acolhimento de migrantes venezuelanos/as em Boa Vista aponta para sobreposição de ações baseadas em relações pessoais e diretrizes institucionais. Por um lado, a postura e princípios individuais, norteados por valores cristãos e de amizade, faz com que militares conduzam as ações de abrigo influenciados pela compaixão e afetividade construída com os/as abrigados/as. De outro, as diretrizes institucionais orientadas pela disciplina e hierarquia reproduzem atitudes de controle e disciplinamento. A manutenção dos equipamentos de abrigo e a rotatividade do contingente militar contrasta. Ao mesmo tempo em que conduz a uma precariedade permanente com a reprodução de estruturas temporárias, também produz mudança com a renovação das equipes militares a cada três meses, que

embora se orientem por diretrizes institucionais comuns, possuem uma autonomia relativa que pode tanto fortalecer, quanto flexibilizar a gestão rígida e controladora.

### *3.5.1 O olhar da sociedade civil ou a crítica de quem chegou primeiro*

A gestão imediata dos abrigos era realizada pelo Exército, contudo, os militares seguem as orientações oferecidas pelas instituições de cooperação internacional, mais experientes no assunto do acolhimento. Cabe aqui destacar a postura arreada e controladora dos agentes de Organizações Internacionais. Desconfiados da presença dos/as pesquisadores/as, erigem barreiras para realização da pesquisa. Pudemos notar um certo silêncio sobre a existência de uma indústria das migrações que movimentava salários e cargos, criando uma elite internacional em contextos de penúria social (SØRENSEN, 2017; MENZ, 2013).

Tanto os militares quanto os agentes da cooperação internacional reproduzem de alguma forma um regime de “tutela” semelhante ao que existia no Brasil em relação aos povos indígenas. Nesse caso, existe uma “coisificação” do Outro que, em situação de dependência, é alienado de sua autonomia. Antes da chegada das Forças Armadas, o acolhimento dos/as migrantes venezuelanos/as em Roraima era realizado predominantemente pela chamada Sociedade Civil Organizada (SCO) local, categoria ampla que reúne organizações não governamentais, igrejas, sindicatos e outros coletivos. O suporte logístico era provido precariamente pelo governo do estado. A SCO estava majoritariamente representada por entidades religiosas, que em parcerias com professores e alunos da UFRR e agências internacionais executavam ações de acolhida. Durante esse primeiro momento, foram criados espaços de articulações, mobilização e debates sobre o tema. O Comitê para Migrantes e Refugiados – COMIRRR – representava um desses espaços. O COMIRRR é composto por 40 entidades, das quais dez são pastorais sociais distribuídas pelos municípios de Roraima. As reuniões do COMIRRR eram realizadas periodicamente e subdivididas em Grupos de Trabalho organizados em temas específicos coordenados por agências internacionais e movimentos sociais, tais como trabalho, povos indígenas, mulheres e gênero, entre outros.

Em março de 2018, o início da Operação Acolhida foi marcado pela falta de interlocução com as ações preexistentes, de acordo com Marielle de Roraima:

Quando o exército veio para cá, em março, não contaram com a gente para pensar junto e já começaram montando a estrutura e fazendo as coisas de cima para baixo (...) com a operação acolhida houve uma concentração das informações e desmobilização da rede de acolhimento da sociedade civil organizada.

Na busca por diálogo, em maio do mesmo ano, mediado pelo ACNUR, a SCO começou a participar quinzenalmente das reuniões da Operação. No entanto, as organizações não encontraram espaço para debate e reflexão das ações no âmbito da operação. Para o coordenador do Instituto de Migração e Direitos Humanos – IMDH – a pauta é sempre a mesma: abrigo, interiorização e documentação. É no momento dos informes que a SCO trazia as críticas e sugestões para melhoria das ações. Mas, de modo geral, os representantes da SCO sentiam-se pouco à vontade em trazer críticas e demandas relacionadas aos trabalhos executados na Operação Acolhida, especialmente pela forma na qual a reunião era conduzida e estruturada com a presença de muitas pessoas (média de cinquenta) e de autoridades militares.

Na média participam quase cinquenta pessoas representantes de todas as instituições que estão trabalhando na operação acolhida, agências da ONU (UNFPA, UNICEF, ACNUR, OIM, ONU MULHERES), Organizações da igreja católica que tem parcerias concretizadas com o ACNUR e instituições que oferecem alguma ajuda pontual, como por exemplo, as igrejas evangélicas. Era tão lotada que muita gente ficava em pé. Acontece uma vez ao mês na primeira brigada. Normalmente quem reclamava muito era mais a sociedade civil e as instituições ligadas a igreja católica. Mas dentro das reuniões da operação acolhida não é algo democrático, é algo muito imposto. A pauta é essa e isso que vai ser discutido e quando alguém pedia a palavra para reclamar, eles respondiam: isso fica para pauta da próxima reunião. Quando você vai às reuniões, você percebe toda autoridade que o exército exerce ali de querer mandar e desmandar nas organizações (Nísia Floresta, SCO, Boa Vista,)

O recurso do governo federal às Forças Armadas brasileiras também modificou a relação do ACNUR e das agências internacionais com a SCO local. Antes centrais para a execução das ações nos abrigos por meio da colaboração na captação de mão de obra voluntária, passaram a um papel menos preponderante nos espaços de interlocução e tomadas de decisões. A gestão dos abrigos é o *locus* privilegiado para se observar essa transformação: o acesso às instalações foi burocratizado, a presença monitorada e o contato com as pessoas passou a ser mediado pelos/as gestores/as dos abrigos. Organizações estrangeiras foram convidadas a assumir serviços antes oferecidos por grupos locais, e estes, percebendo um certo fechamento de portas, modificaram seu

foco de atuação para priorizar os/as venezuelanos/as não abrigados/as. Existem, inclusive, indagações quanto à transparência na aplicação dos recursos. Apesar das reuniões quinzenais, “*não se sabe quanto foi gasto com o quê*”, desabafou uma religiosa.

O poderio militar se reafirma com a centralização da gestão dos recursos financeiros, ao mesmo tempo em que oblitera, de certa forma, as vozes dissonantes da SCO. A coordenadora de uma instituição de apoio a migrantes e refugiados desabafou: “*Tem uma imposição muito grande do exército com relação à SCO. Se você não se adequar, ameaçam retirar todos os benefícios da operação acolhida para a organização*”.

O problema desse fechamento está naquilo que o indigenista Yunna acusou de reprodução do modelo de “tutela”, tal qual praticado pelo Brasil em relação aos indígenas antes da Constituição de 1988 e praticado pela Venezuela no auge do governo Chavez. Segundo ele, tanto os órgãos governamentais como as organizações não governamentais internacionais que participam da gestão do abrigo destinado aos indígenas Warao, criam barreiras diversas para a comunicação com os/as abrigados/as, como se fossem sujeitos incapazes. As pessoas indicadas para falar são lideranças criadas no contexto do abrigo, confirmando as observações de pesquisa realizada em Manaus sobre os Warao e as políticas públicas de acolhimento (Silva et ali, 2018). Essas lideranças indicadas pelos gestores reproduzem um modelo de relações de dependência econômica e fidelidade política entre povos indígenas e Estado. Segundo o indigenista:

Assim que o Exército ou o Governo Estadual “indique” os *aydamos*, estabeleça as normas e o controle, o sistema de organização social pode ser vivenciado por algumas destas famílias Warao do Abrigo como a réplica de uma relação já vivida anteriormente, e da qual extraem algum benefício concreto: neste caso, alimentação, remédios e proteção. O fato de que quase todas as relações do Estado venezuelano com os povos indígenas passavam, de uma ou outra forma, pelo Exército, pode dar elementos para tentar compreender como os Warao que vieram pra cá vivenciam agora a relação com o Exército brasileiro.

Essas relações que remetem à ideia de “tutela” não se restringem aos/às indígenas e podem ser estendidas para os não indígenas também. É possível ver no tratamento dispensado aos/às migrantes venezuelanos/as pelo Exército e Organizações Internacionais uma versão do modelo de “tutela” (presente também em campos de refugiados), no qual a autonomia dos/as abrigados/as é retirada em nome de uma suposta proteção (FASSIN, 2010; AGIER, 2008; SCHIOCCHET, 2018).



Outra entidade local, o Centro de Migrações e Direitos Humanos (CMDH), também ligado à Igreja Católica, tinha uma posição crítica em relação à militarização do serviço de acolhimento. A religiosa que coordenava o CMDH salientou que o Governo Federal sinalizava claramente seu desrespeito à nova lei de migrações publicada em novembro de 2017. A militarização, segundo ela, seria um retorno às formas anteriores de se lidar com a questão migratória, com ênfase sobre os temas de segurança e defesa. “*A nova lei do migrante deixa claro que o migrante não é uma ameaça ao Estado. Por que acionar ministério da defesa? Não há ameaça ao Estado*”. Ela aponta, ainda, a falta de articulação entre as diferentes esferas de poder, sugerindo que está ocorrendo uma disputa não pela oferta do acolhimento em si, mas pelo poder de manejar recursos federais e por um lugar de destaque diante dos holofotes.

Assim, cabe destacar a reflexão proposta pela Irmã. Reconhecendo que estão realizando um bom trabalho, “*como bons soldados*” ao cumprirem a responsabilidade que lhes foi confiada, ela sublinha o fato de que esta não é uma função para a qual os militares estejam preparados. Ela, então, se pergunta sobre uma condição paradoxal do ponto de vista das instituições e seus domínios: “*São soldados treinados para defesa e se transformaram em pessoas que trabalham com questões humanitárias. Traz uma certa interrogação, né? Um soldado humanitário? Soldado é para defesa. Acaba sendo uma exigência muito grande para eles*”.

As dificuldades de encontrar comida em Boa Vista fazem com que muitas dessas famílias sigam rumo a Manaus em busca de melhores oportunidades de sobrevivência e trabalho. Na capital do Amazonas, a *dieta de Maduro* ganha novos contornos diante das expectativas de logro econômico não alcançadas, fazendo com que os/as venezuelanos/as sigam oscilando entre fazer-se de *pendejos/as* ou tornarem-se *presas* da sociedade acolhedora. Ao mesmo tempo incluídos como sujeitos de políticas governamentais, mas excluídos do debate público sobre o seu próprio destino.

## Capítulo 4 – Migração venezuelana em Manaus

Diferentemente de Boa Vista, Manaus é uma cidade de grandes proporções, com problemas sociais comuns a outras áreas metropolitanas no Brasil: violência urbana, trânsito caótico, déficit de moradias e muitos trabalhadores/as informais ocupando as ruas diariamente. Neste cenário, os/as venezuelanos/as demoraram um pouco mais a ganhar algum destaque. Diluídos na metrópole de mais de 2 milhões de habitantes (IBGE, 2018), os/as milhares de venezuelanos/as acabam “desaparecendo”<sup>87</sup>. O impacto percebido, portanto, é diferente daquele na pequena Boa Vista.

O primeiro fluxo venezuelano a chamar atenção das autoridades e da sociedade manauara foram os indígenas Warao, no final de 2016, ocupando os arredores da rodoviária e pedindo dinheiro em esquinas movimentadas. Entre 2016 e 2018, os não indígenas praticamente estiveram invisíveis desde o ponto de vista das autoridades e da imprensa local. Fato também demonstrado no relatório sobre as violações de direitos contra imigrantes venezuelanos no Brasil, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos- CNDH<sup>88</sup>.

No final de outubro de 2017, durante a pesquisa de campo, as entidades não governamentais de acolhimento em Manaus já apontavam para a necessidade de políticas para atender a demanda venezuelana. A experiência recente com a migração haitiana fez toda uma diferença na qualidade do acolhimento oferecido pela sociedade civil em Manaus naquele primeiro momento.

Os primeiros esforços das ações governamentais estiveram voltados para atender às famílias indígenas. Em 2018, dois episódios marcam a mudança de foco, tornando os/as venezuelanos/as não indígenas mais “visíveis”: (I) o programa de interiorização do governo federal que enviou algumas centenas de pessoas para serem abrigadas em Manaus no primeiro semestre de 2018; e (II) a interiorização espontânea

---

<sup>87</sup> Conforme relatório da Coordenação-Geral da Polícia de Imigração da Polícia Federal, baseada nos dados registrados pelo Sistema de Tráfego Internacional- STI até junho de 2019 havia um total de 9287 venezuelanos residentes no estado do Amazonas. Importante ressaltar que entidades da Sociedade Civil Organizada, como Cáritas/Manaus, que prestam serviços de acolhimento a esse segmento, estimam cerca de 20 mil pessoas.

<sup>88</sup> De acordo com o relatório do CNDH em janeiro de 2018 “a sociedade civil enfatizou a necessidade de um abrigo para não indígenas, que hoje estão em situação mais vulnerável que os indígenas. Por fim, é importante destacar que não se observou venezuelanos em situação de rua em Manaus”. (CNDH, 2018, p. 20)

de milhares de pessoas que vieram a ocupar os arredores da rodoviária, como fizeram os indígenas num primeiro momento.

Na primeira seção, descrevo a trajetória do casal Ivón e Javier que chegaram por conta própria antes da acentuação do deslocamento venezuelano não indígena para Manaus e das irmãs Padrón que foram interiorizadas com o apoio governamental e da Igreja Católica. As distintas trajetórias revelam similaridades e diferenças de uma interiorização espontânea e outra institucional.

Na segunda seção, apresento as ações governamentais direcionadas ao acolhimento de migrantes venezuelanos/as em Manaus. A experiência com processos migratórios anteriores repercutiu numa melhor capacidade de lidar com a emergência venezuelana. Por outro lado, a descontinuidade de políticas governamentais migratórias revela certo desinteresse das autoridades instituídas. A existência de espaços de acolhimento e atendimento aos/às migrantes geridos por entidades da SCO, anteriores à chegada venezuelana, colaborou de forma significativa para amenizar o desinteresse governamental. Por fim, retrato a experiência de venezuelanos/as nos abrigos governamentais da cidade. Embora a gestão não fosse militarizada, em setembro de 2019, era norteadada por fortes mecanismos repressores. Assim como em Boa Vista, havia a sensação de aprisionamento pelos/as migrantes. Apesar das dificuldades da materialização da sobrevivência em virtude dos obstáculos de acesso ao mercado de trabalho formal, moradia e políticas governamentais, grande parte dos/as venezuelanos/as alegava preferir viver em condições precárias nas ruas e/ou moradias improvisadas em detrimento dos abrigos governamentais de Manaus.

Na quarta seção, exponho a execução da Operação Acolhida em Manaus. No primeiro momento, marcada pelo apoio logístico no processo de interiorização de migrantes venezuelanos/as para a cidade. Com base nos relatos dos/as venezuelanos/as foi possível perceber que não existia um acompanhamento institucional na chegada na cidade para aqueles/as que optavam pelas modalidades de reunificação familiar. As instituições governamentais e não governamentais que realizavam o processo de interiorização pareciam não compartilhar informações com aquelas que desenvolviam ações de apoio aos/às migrantes nos locais de destino. A transferência para Manaus não modificou, para grande parte destes/as migrantes, a situação de precariedade vivenciada em Boa Vista, o que fez muitos retornarem às ruas. A visibilidade dos/as venezuelanos/as em espaços públicos da cidade serviu de justificativa para expansão

da Operação Acolhida – OA para Manaus. A chegada da OA reproduziu a higienização social dos espaços públicos, transformou as relações comunitárias entre venezuelanos/as e fragilizou a interlocução entre agentes governamentais e SCO.

Por fim, evidencio o protagonismo precursor da SCO na recepção dos/as migrantes venezuelanos/as em Manaus. O histórico de desenvolvimento de iniciativas de apoio e recepção a peruanos/as, colombianos/as e haitianos/as contribuiu de forma significativa para uma maior agilidade da execução de ações de acolhimento, se comparado com Boa Vista. Contudo, a participação dos/as venezuelanos/as nos espaços de discussão sobre o tema da migração era periférica, relegada à descrição da experiência como migrante no Brasil. Raramente lhes eram reservadas posições de propositores/as no planejamento de ações de recepção e acolhimento. Isso ocorria tanto em eventos coordenados pela SCO, Agências Internacionais e representantes governamentais. A imagem do/a migrante associada à condição de vítima ou a descrição da melhoria de vida por meio da participação em atividades, projetos, programas realizados por essas instituições, era recorrentemente acionada para mobilizar e prestar conta de recursos recebidos.

#### ***4.1 A interiorização venezuelana para Manaus***

As relações dos/as venezuelanos/as com a cidade de Manaus são marcadas, de forma generalizada, por uma maior expectativa em relação às oportunidades de emprego. Isto porque Manaus figura como o mais rico polo industrial da região norte do Brasil. Uma característica da economia do Amazonas é a concentração de indústrias, comércio e serviços na capital do estado, o que provoca um intenso fluxo migratório proveniente das cidades do interior (FERREIRA e BOTELHO, 2014)<sup>89</sup>. Nesse ambiente competitivo, a esperança venezuelana de conseguir emprego na capital amazonense não se concretizou para todos com facilidade. A história do casal Ivon e Javier descreve a experiência de uma interiorização espontânea para Manaus e das irmãs Padrón de uma interiorização institucionalizada, as distintas trajetórias ilustram um cenário de precariedade.

---

<sup>89</sup> O estado do Amazonas é formado por 60 municípios. Mais de 60% da população do estado reside em Manaus. Ver [cidades.ibge.gov.br](http://cidades.ibge.gov.br)

Ivon é advogada de formação, natural de Maracay estado Aráguá, 35 anos. Mãe de três filhos, dois meninos e uma menina, com idades respectivamente de oito, sete e Alessandra, nascida no Brasil em 2018, atualmente com dois anos. A primeira vez que esteve no Brasil, especificamente em Manaus, foi em 2006. A convite de amigos brasileiros que sempre iam desfrutar das belezas praianas na casa de veraneio de sua família na ilha de Margarita. Na condição de turista, Ivon adorou a metrópole amazônica, mas nunca se imaginou morando na cidade. Em 2014, com o início da crise política e econômica na Venezuela decidiu, mesmo contrariando o desejo do pai, mudar-se para Manaus com o marido e os filhos, pois já conhecia a cidade e a língua não era tão diferente. Imaginava, assim, que a adaptação seria mais rápida.

A segunda experiência em Manaus foi muito diferente da anterior. A primeira vez, veio sozinha e com dinheiro para passear e fazer compras. Na segunda, com poucos recursos e com duas crianças pequenas precisou, junto com marido, definir um plano de vida para ficar na cidade. Ela contou que sempre houve um campo de tensão com o marido em relação às formas de governança de Hugo Chávez. Por isso não falava de política em casa para evitar o conflito e desgaste na relação. Javier, seu marido, era simpatizante ao regime chavista, enquanto ela sempre teve, como disse, uma “posição radical”. Não gostava de jeito nenhum das formas de implementação de políticas governamentais.

Após o nascimento do seu segundo filho Maximiliano, na cidade de Maracay, em maio de 2013, no mesmo ano em que Nicolás Maduro tomou posse como presidente para o mandato de 2013 - 2019, começou a diminuir a qualidade de vida de sua família. Já não conseguiam mais comprar produtos básicos na Venezuela como, por exemplo, leite e fraldas para o seu bebê. Em alguns momentos precisou usar fraldas de adulto em seu filho. Para ter acesso a esse tipo de produto precisava ter um contato com alguém que trabalhava nas farmácias ou com militares. Foi aí que sentiu a necessidade de sair da Venezuela. Nesse primeiro momento, seu marido ainda não aceitava a ideia de deixar seu status social, pois era advogado, professor universitário, tinha um emprego público e ela uma profissional liberal no livre exercício da advocacia. Ivón, que hoje faz mestrado em Antropologia, desabafa na Introdução de sua dissertação (ainda não defendida):

Sentíamos o preludio de que tudo ia piorar, assim que a tristeza era combatida com o sentimento de que tínhamos que sair do país. Naquela época emigrar não tinha testemunhas de derrota porque ainda nossos

contemporâneos não eram emigrantes, existiam dúvidas e pensamentos negativos, mas, ninguém contava com detalhes o que significava viajar em ônibus até Chile ou passar a BR 174.

Javier veio primeiro, em março de 2014, em busca de um trabalho para se estabelecer e trazer a família. *“Ele que nem queria vir no primeiro momento, quando chegou em Manaus, teve um choque”*. A primeira dificuldade foi arrumar um emprego, pois tinha visto de estudante e ninguém, nem mesmo os amigos brasileiros que ajudaram na chegada, sabiam que ele não poderia trabalhar com esse visto. Matriculado em pós-graduação em uma instituição privada, assistia aulas no fim de semana enquanto podia pagar a mensalidade e vendia água durante a semana. *“Chegou em Manaus com uma expectativa e encontrou uma outra realidade”*. Assim precisou desistir da especialização, pois não tinha como pagar as mensalidades e passou a se perguntar: *“como vou poder ajudar a minha família desse jeito?”*. A venda de água no sinal foram tempos difíceis, houve muito choro, mas o casal evitava brigas. Javier, determinado, sempre dizia que ia aguentar até onde desse. *“Vamos esperar até dezembro 2014, se as coisas não melhorarem, a gente volta!”*. De dezembro a dezembro, o casal segue em Manaus até o presente.

Para se estabelecer em Manaus com a sua família também percorreram um longo caminho. O mais árduo foi o da burocracia. Javier precisou ir várias vezes à polícia federal em busca de solução para mudança de status do seu visto de estudante para qualquer outro que permitisse trabalhar legalmente. Após repetidas visitas e muitas conversas na polícia federal, em busca de orientação sobre a mudança de visto, uma agente sugeriu que solicitasse refúgio. Na condição de advogado e conhecendo o regime jurídico em relação a refugiados, Javier questionou que não se enquadrava nessa condição, pois não estava fugindo em virtude de perseguição política. Mesmo assim, a a servidora pública informou que esta seria a maneira mais rápida de conseguir legalizar a sua situação migratória no Brasil naquele momento, em 2014. *“É isso que tem cara. Estou querendo te ajudar!”*. Não enxergando outra alternativa, Ivon convenceu o esposo a aceitar a sugestão. *“Como solicitante de refúgio, você pode retirar a documentação necessária e buscar trabalho”*. Javier relata que foi um dos primeiros setenta solicitantes de refúgio registrados no Brasil durante o ano 2014, cifra muito distante das 140.000 solicitações de refúgio registradas até dezembro de 2020 (portal R4V).

A experiência de Javier com a burocracia brasileira e a imposição de uma condição de refugiado pelo agente estatal assemelha-se ao exemplo etnográfico apontado por Denise Jardim (2016, p. 244-246) entre os palestinos no sul do Brasil. Dada as diferenças de motivações para migrar e contextos desses deslocamentos, é possível perceber que, tanto palestinos quanto venezuelanos no Brasil, interagem com distintos dispositivos, leis, documentos, procedimentos administrativos por meio de agentes da burocracia que corporificam o Estado. Essa classificação, associado à produção de documentos, objetifica, distingue e define os/as migrantes que terão acesso a direitos e permanência no país. Esta circunstância é constantemente negociada pelos/as migrantes e, por vezes, como no caso de Javier, imposta.

Mesmo portando documentos como CPF e carteira de trabalho, conseguir um bom emprego não era tarefa fácil. Javier passou ainda algum tempo vendendo água nos sinais, até que foi encontrado por um ex-colega do curso de pós-graduação. O rapaz, surpreso ao encontra-lo, questionou sobre o que ele estava fazendo ali, já que era um dos alunos mais dedicados da turma. Javier respondeu que tinha filhos para sustentar. O colega, comovido, prometeu arrumar um trabalho melhor para ele. Sem expectativa, já havia esquecido da promessa. Somente na semana seguinte Javier recebeu um telefonema do colega informando que havia conseguido uma entrevista de emprego na Mercedes Benz, para o cargo de “consultor de garantias”. Esse foi o primeiro trabalho de carteira assinada no Brasil. Nesse período, em janeiro de 2015, em virtude das dificuldades enfrentadas em Manaus, Ivon havia voltado para Venezuela. Passados os três meses de experiência e confirmada a admissão no trabalho de carteira assinada, Ivon retorna com os filhos para junto do marido.

Em 2015, conheceram um casal de colombianos residentes em Manaus que sugeriram, como alternativa às dificuldades de atuação profissional em suas áreas de formação, a despeito da validação dos diplomas, o processo seletivo para bolsas de estudos do Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC) da Organização dos Estados Americanos- OEA. Em 2016, Ivón prestou o processo seletivo passando a ser bolsista vinculada ao PPGAS da UFAM.

A história de Javier é uma história de persistência. Seis anos atrás, quando chegou em Manaus, foi para as ruas vender água nos sinais. Insatisfeito com a situação, tratou de descobrir como poderia ter seu diploma reconhecido. Negociou com o então diretor da Faculdade de Direito da UFAM a realização de prática jurídica e estágio não

remunerado tendo em vista a obtenção do reconhecimento do título de bacharel em Direito. Como seu processo de reconhecimento demorou para ser concluído, seguiu buscando trabalho. Fez curso na área de administração e conseguiu emprego no condomínio onde mora o professor universitário que intercedeu por ele junto ao síndico. Posteriormente, conseguiu ingressar no programa de mestrado em Segurança Pública na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), com bolsa de estudos oferecida pelo programa de cooperação entre a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a CAPES.

A alternativa buscada por Javier e Ivon também é acionada por outros/as venezuelanos/as que aproveitam as maiores ofertas de cursos de pós-graduação em Manaus bem como as possibilidades de bolsas de estudo, quando comparado a Boa Vista. Se o mercado de trabalho brasileiro é caracterizado por barreiras ao exercício profissional do/a estrangeiro/a, os programas de pós-graduação *latu e strictu sensu* parecem mais flexíveis no tocante às exigências de tradução dos diplomas. Diferentes programas de cooperação e mobilidade acadêmica garantem o ingresso sem necessidade de título emitido por instituição de ensino nacional. A formação de pós-graduação pode, nesse sentido, representar uma nova oportunidade de colocação profissional em futuro breve.

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, Ivon não se considera uma estrangeira em Manaus. "*É como se toda a minha vida tivesse morado nessa cidade*". Tem um sentimento de pertencimento. Apesar disso, ela se afeta quando falam mal de venezuelanos/as. Sempre que encontra um notícia vinculada aos/às venezuelanos/as nas redes sociais e jornais, tenta ler todo conteúdo, mas não se aprofunda em ler os comentários porque aí sente um choque, uma coisa que não acredita que esteja acontecendo.

Por exemplo, dizem que tem que matar todos esses venezuelanos, tem que expulsar, não sei por que isso acontece, quando eles que iam para Venezuela não tinha esse pensamento. Ao contrário, eu sempre tentava falar com eles, para praticar um novo idioma e compartilhar experiências: Como foi a viagem? É muito longe? É bonito? O que acha de Margarita? Orientava sobre o que não deveria fazer e para onde deveria ir. Mas a migração traz dessas coisas, quando um venezuelano faz uma coisa ruim, implica na imagem de todos os venezuelanos.

A história de Javier e Ivón revela que, apesar de sediar o 8º maior PIB do país, Manaus não vinha cumprindo as expectativas dos/as venezuelanos em relação a melhores oportunidades de trabalho e renda. Ivón, inclusive, trabalha este problema das



expectativas e dificuldades enfrentadas pelos migrantes qualificados em sua dissertação de mestrado. A partir de 2019, o casal participa de uma associação de venezuelanos que tem como objetivos informar e capacitar os compatriotas para lidar com as peculiaridades burocráticas no Brasil. Vale destacar o serviço voluntário de auxílio a outros/as venezuelanos/as para entrada com processos de revalidação de diploma de ensino superior. Javier tornou-se figura destacada no cenário do acolhimento aos/às venezuelanos/as em Manaus, participando de conferências e reivindicando voz ativa para os/as migrantes, como veremos na última seção deste capítulo.

As irmãs Andri Padrón e Yoleixi Padrón são naturais de La Guaira, Estado Vargas, litoral da Venezuela. Jamais haviam viajado para outro país. Antes de chegar a Manaus, em janeiro de 2019, passaram por Puerto Ordaz, Santa Elena de Uairén e Pacaraima. Viajavam em família, um total de dez pessoas. Três adultos e sete crianças. No posto de triagem- PTRIG em Pacaraima receberam o protocolo de solicitantes de refúgio, emitiram CPF e tomaram vacinas. Estiveram instaladas durante dois dias no alojamento de passagem gerido pelo ACNUR e as FA. Lá tomaram café da manhã, almoçaram, jantaram e receberam um kit de higiene para tomar banho. Com poucos recursos, o dinheiro que tinham só *alcanzó* a passagem até Boa Vista. Na capital roraimense se juntaram a outras centenas de venezuelanos/as que pernoitavam em frente à rodoviária. Entre uma conversa e outra com *paisanos/as*, descobriram que a “igreja Cáritas”, como denominaram a instituição, ajudava venezuelanos/as a saírem de Boa Vista. Chegando à Cáritas<sup>90</sup>, entregaram os documentos e no dia seguinte receberam as passagens rodoviárias de toda família para Manaus. Entre descobrir a instituição que pudesse colaborar com a ajuda financeira para custear a viagem e entregar a documentação, *duraram* dois dias na rua em Boa Vista.

Já em Manaus foram recepcionadas por uma sobrinha que já vivia no abrigo Alfredo Nascimento. Sem vagas suficientes no abrigo. As irmãs se separaram. Adri foi para o abrigo e Yoleixi ficou acampada próximo à rodoviária de Manaus durante quinze dias, na ocupação que ficou conhecida como la *Oleada Venezuelana*. Para os/as venezuelanos/as, a expressão *oleada* significa o movimento de um grupo de pessoas de um lado a outro, em um lapso de tempo determinado. Algo equiparado em português a

---

<sup>90</sup> A Caritas Brasileira é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e presta serviços de escuta, orientação, assistência social, geração de renda, proteção e integração a migrantes e refugiados.

uma onda. No caso da ocupação dos/as venezuelanos/as no entorno da rodoviária, a *oleada* era definida pela constante chegada e saída de pessoas. A organização coletiva do espaço demonstrou diferentes táticas de sobrevivência, resistência e autogestão das vulnerabilidades entre o final de 2016 e meados de 2019. A visibilidade das vidas precárias de venezuelanos/as despertou múltiplas reações por parte da população manauara, que vão da caridade à xenofobia, bem como variadas intervenções governamentais (VASCONCELOS, SANTOS, 2020).

Conversando com compatriotas, Yoleixi se inteirou da existência da Cáritas em Manaus. Novamente teve ajuda da instituição. Dessa vez, recebeu R\$ 150,00 por três semanas para pagar o aluguel de um quarto. Com uma bebê de dois meses, sem ter com quem deixar as crianças, não conseguiu emprego e, quando acabou o dinheiro, voltou a viver nas proximidades da rodoviária. Dias depois foi encaminhada para o abrigo Alfredo Nascimento, onde já se encontrava a irmã Adri. No abrigo, a família ficou distribuída por núcleos familiares em pequenos compartimentos, denominados por ela como “cubículos”. Embora não estivessem impedidas de sair, sentiam-se trancadas. Recebiam comida todos os dias, mas não desenvolviam nenhuma atividade. Permaneceram no abrigo Alfredo Nascimento por dois meses e foram transferidas para o Abrigo Coroadó.

No novo abrigo, cansadas da rotina extenuante, de acordar todos os dias às cinco horas da manhã para tomar banho, enfrentar longas filas para comer e usar os banheiros, sem privacidade, resolveram novamente buscar ajuda da Cáritas. Na instituição realizaram entrevistas com as assistentes sociais que priorizavam a concessão do benefício do auxílio moradia para Adri, em detrimento da irmã Yoleixi, por ter um filho autista. Assim como as políticas migratórias na França, descritas na etnografia de Fassin (2001), a doença do filho de Adri vista pelo prisma humanitário lhe garantia acesso ao recurso financeiro em detrimento da irmã que tinha filhos sádios. As ações governamentais de acolhimento aos/às migrantes frequentemente se deslocam da esfera política para a compaixão (FASSIN, 2014, p.10)

Enquanto Adri aguardava a concessão do benefício, a Cáritas lhe prestou assistência durante quinze dias com acomodações em um hotel no centro da cidade e comida para ela e seus três filhos. No ato do recebimento do auxílio, Adri recebeu um fogão de duas bocas, uma botija de gás e colchonetes. Para não se distanciar da irmã e dos sobrinhos que estavam no abrigo, alugou uma casa nas proximidades do local. O

auxílio moradia foi fornecido durante três meses. Ainda desempregada, Adri passou a custear o aluguel de R\$350,00 do apartamento “quarto e sala” com recursos provenientes da bolsa que recebe do programa Bolsa família (R\$ 270,00), da venda de água nas ruas, das doações recebidas e da realização de “diárias” eventuais<sup>91</sup>. Ela conta que tem procurado emprego em Manaus, mas não é nada fácil. Antes, em La Guaira, trabalhou como babá, empregada doméstica, lavadeira e assistente de cozinha. Em Manaus, a única experiência de trabalho foi como empregada doméstica. Mas pediu demissão porque a patroa não lhe concedia sequer uma hora de descanso na jornada de trabalho diária das sete às dezessete horas.

Já Yoleixi, em julho de 2019, completava sete meses vivendo em abrigos em Manaus. Em seu horizonte nutria a esperança que o marido, possuidor de três títulos universitários, conseguisse se estabilizar no Uruguai, para onde foi a convite de seu filho mais velho, do casamento com outra mulher. O projeto era reunir toda a família no Uruguai, assim que os meios financeiros permitissem comprar as passagens da mulher e das filhas.

#### 4.1.1 - Sobrevivência e inserção laboral na metrópole amazônica

O conhecimento jurídico de Javier associado à apropriação dos trâmites institucionais e legais do Brasil, o fez agir simultaneamente *arrecho* e fazer-se *pendejo* relativamente ao sistema. *Arrecho* à medida que, baseado em regulamentações internacionais, argumentou contra a condição de refugiado, questionou a classificação estatal imposta e a tentativa de “domesticação” do Estado brasileiro. “A condição imposta dermacou a situação” (LEIRNER, 2012). No caso de Javier, sem ter a quem recorrer, precisou fazer-se de *pendejo* e aceitar a classificação de refúgio como a única alternativa de regularização de sua permanência no Brasil naquele momento. O contrário ocorreu com Adri, ao reivindicar um horário de descanso à sua patroa brasileira. Da posição de trabalhadora ordeira (que se fazia de *pendeja*), tornou-se possível ameaça em virtude de seus questionamentos (ao ficar *arreacha*), resultando em demissão e retorno à condição de desempregada (“presa”).

---

<sup>91</sup> Modalidade de trabalho temporário, pago diariamente. Em geral os trabalhadores brasileiros recebem R\$100,00 pelo serviço, mais o dinheiro da passagem. Durante a pesquisa, migrantes venezuelanos/as relataram que recebiam em média R\$ 30,00 e não tinham ajuda de custo das passagens.

É preciso notar a capacidade de agência dos/as migrantes ao entrar numa relação na condição de *apendejeado/a*. Como alertam Fausto e Costa (2013), a condição ou ponto de vista passivo numa relação de predação não significa inatividade ou incapacidade de agência. É preciso *hacerse el/la pendejola*, de forma consciente, tendo em vista a permanência no Brasil e a materialização da sobrevivência. Isso nos remete à noção de “fazenda” trabalhada por Leirner, “que supõe agência, algo em moto-contínuo, mas, também, algo que pode colapsar, cujos seres habitantes podem imprimir um movimento de fuga” (LEIRNER, 2012, p.39). Neste sentido, migrantes venezuelanos/as agenciam-se em um movimento contínuo de *apendejarse* (tornar-se manso) ou de *ponerse arrecho*, resistindo ou fugindo tanto à domesticação do Estado quanto às condições injustas de trabalho.

As linhas traçadas pelas trajetórias de Javier, Ivón, Adri e Yoleixi revelam distintas facetas da migração venezuelana para Manaus. No primeiro momento, Javier e Ivón, profissionais qualificados, embora com poucos recursos, tinham uma reserva financeira mínima para manter-se no Brasil. Boa Vista e Pacaraima eram apenas pontos de passagem. As motivações de migrar da Venezuela foram nutridas pelas dificuldades de acesso a bens e serviços básicos, atribuídas ao regime político instaurado no país. Ao passo que Adri e Yoleixi se aventuram em terras estrangeiras tendo como principal perspectiva saciar a fome de sua prole. O dinheiro que “*no les alcanzaba*” para comprar comida para suas famílias na Venezuela, também não permitia financiar a viagem ao Brasil. Alijadas de qualquer garantia e recursos financeiros, somam-se às estatísticas da “migração do desespero” (PAEZ E VIVAS, 2017). Por outro lado, em nenhum momento em suas narrativas associaram a fome em sua terra natal ao regime político do país. Como presenciei na fronteira e em Boa Vista, o silenciamento é uma estratégia de evitar conflitos e discriminação entre os conacionais. Antropólogos equatorianos alertam que a afirmação do apoio ao governo de Hugo Chávez ou de Nicolás Maduro é uma das principais motivações de rechaço e discriminação entre migrantes venezuelanos/as no Equador (RAMIREZ, et. al 2018, p. 24).

As distintas trajetórias evidenciam ainda a perpetuação dos desafios e obstáculos para materialização da sobrevivência e adaptação na metrópole amazônica. A inconsistência de status do profissional, evidenciados por Javier e Ivón é uma delas. O não reconhecimento dos diplomas técnicos e/ou universitários dos/as venezuelanos/as causa frustrações naquelas pessoas que chegam a Manaus com a

esperança de conseguir uma colocação no mercado de trabalho, seja no setor de serviços ou na indústria. Tal inconsistência, apontada por Cavalcanti como situação comum enfrentada por trabalhadores migrantes no Brasil (CAVALCANTI, 2014), provoca um necessário retorno aos bancos da escola ao mesmo tempo em que se tenta superar todos os trâmites burocráticos erigidos como barreira aos profissionais estrangeiros no país.

Não fossem suficientes as dificuldades enfrentadas com a mobilidade urbana e a documentação, persistem casos de empresários que, sem nenhuma outra boa razão, negam emprego aos/às venezuelanos/as pelo simples fato de serem venezuelanos/as. Ainda em 2019 migrantes venezuelanos/as enfrentavam muitos obstáculos de acesso ao trabalho em Manaus, entre eles a não aceitação do protocolo de refúgio, por parte do empresariado amazonense, enquanto um documento oficial<sup>92</sup>. Era comum ouvir, assim como em Boa Vista, do cidadão médio morador de Manaus, a seguinte comparação: *"os haitianos vieram aqui para trabalhar, mas os venezuelanos ficam nas ruas pedindo esmola"*. Essas e outras generalizações de tipo xenofóbico dificultam ainda mais as tentativas de pessoas como o jovem Javier, mesmo hoje com seu diploma de bacharel em Direito reconhecido e com uma pós-graduação finalizada. Dificuldades também observadas entre venezuelanos que optaram por outros países da América Latina (CUEVAS-CALDERÓN, 2018; PENCHASZADEH Y GARCÍA , 2018; BRAVO, 2016).

O acesso a tecnologias de governo por meio da documentação, embora produzam a ampliação de possibilidades de direito, não determina a garantia. A “seletividade” no mercado de trabalho manauara exige não apenas a submissão e concordância com as formas em que se apresenta a burocracia brasileira, mas a uma constante negociação e agenciamentos (JARDIM, 2016, p. 249). No caso de Javier e Ivón e de muitos/as migrantes venezuelanos/as, não é apenas a regularização da documentação e a competência técnica, mas a desconstrução de suas imagens como pessoas preguiçosas e a ausência de confiança com o desconhecido. As relações interpessoais estabelecidas com brasileiros/as, por vezes, são um mecanismo mais eficaz de entrada no mercado de trabalho que a capacitação e a documentação exigida.

---

<sup>92</sup> A falta de aceitação do protocolo de refúgio pelo empresariado amazonense, enquanto um documento oficial do migrante, foi abordada pelo assessor de soluções duradouras do ACNUR, Lucas Nascimento e pela Coordenadora do Serviço Jesuíta para Refugiado em Manaus, Karla Caroline na reunião do Grupo de trabalho de Integração Local, realizado no dia 19/06/2019 no prédio da OAB em Manaus.

Uma iniciativa interessante de alocação de recursos humanos venezuelanos/as na indústria foi promovida pela empresa Electrolux. Foram oferecidos treinamentos específicos para manutenção de aparelhos de refrigeração. Aquelas pessoas que demonstraram melhor desempenho durante a formação, foram contratadas. A iniciativa foi apresentada a público em evento promovido na FIEAM (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas) em parceria com o ACNUR<sup>93</sup>. O gestor da Electrolux que conduziu a palestra chamou atenção para o caso de um engenheiro eletricista que fez a formação e passou atuar como técnico em refrigeração, e é reconhecido como um dos melhores funcionários. A estratégia adotada pela empresa, em parceria com ONGs apoiadoras dos/as migrantes venezuelanos/as, demonstra um claro esforço em tornar esse migrante “desejável” ao mercado de trabalho local. O profissional altamente qualificado, antes ilegítimo, portanto “indesejável”, aos olhos da burocracia tecnicista brasileira se transformou no técnico empenhado. Por outro lado, esse trabalhador se vê diante de uma desvalorização da condição laboral e experimenta um retrocesso em seu status econômico. Como já discutido, desde um ponto de vista pragmático, o trabalhador-migrante deve se fazer de *pendejo*, aceitando sua nova condição sem maiores questionamentos. Atitude confirmada com os testemunhos de gratidão dos/as migrantes recém contratados na mesa de abertura do evento.

As dificuldades de acesso ao trabalho por Ivón e Javier apontam para uma realidade que contraria as expectativas da maioria de seus conterrâneos que se deslocam em busca de trabalho no Polo Industrial de Manaus- PIM. Ao passo que revela as próprias peculiaridades econômicas locais. O PIM é predominantemente composto por indústrias de alto potencial tecnológico, tendo como principais empregadores os setores de motocicletas e eletroeletrônicos. Apenas uma pequena parcela do capital industrial é investida em mão de obra. Os cargos estratégicos e de maior qualificação representam um percentual mínimo e, em geral, encontram-se ocupados por trabalhadores qualificados oriundos de estados do sudeste e sul do Brasil e/ou países europeus e asiáticos (FERREIRA, BOTELHO, 2014, p.147-148).

De acordo com Frida Kahlo, então coordenadora da Pastoral do Migrante em Manaus, nunca houve uma adesão das indústrias da Zona Franca de Manaus- ZFM em absorver a mão de obra migrante, mesmo em contextos mais favoráveis

---

<sup>93</sup> Fórum Empresarial de Empregabilidade e Empreendedorismo para Refugiados e Migrantes. 26 de julho de 2019. Auditório da FIEAM.

economicamente. Em 2011, com a crescente chegada haitiana, os poucos absorvidos pelo PIM foram contratados por empresas terceirizadas por meio de vínculos trabalhistas mais precários. A grande maioria da mão de obra haitiana recrutada em Manaus foi trabalhar em outros estados do Brasil, por iniciativas de empresários das regiões sul e sudeste do país.

Outra característica que distingue os processos migratórios de Ivon e Javier em comparação com as irmãs Padrón diz respeito à manutenção de vínculos familiares, amizade e vizinhança na Venezuela e em Manaus. Por um lado, o casal se esforça, ainda sem muito sucesso, em identificar e mobilizar migrantes venezuelanos/as já estabelecidos e com experiências bem-sucedidas de empreendedorismo e fixação em Manaus para criar uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIP para ajudar seus e suas paisanos/as. Por outro, Yoleixi, Adri e outros/as venezuelanos/as em condições mais desfavoráveis se mantêm espontaneamente próximos/as, seja nas mediações dos abrigos ou em ocupações de espaços públicos. Na rua que conheci as irmãs e no acampamento concentrado na frente da rodoviária, encontrei vários casos de amigos de infância, vizinhança, reunificação familiar que compartilhavam agora o mesmo sol e a mesma comida.

#### *4.1.2 - Acolhimento manauara*

As experiências de Yoleixi e Adri são um fragmento do resultado das ações de acolhimento em Manaus. A limitação de vagas nos abrigos da cidade é latente, culminando em acampamento no entorno da rodoviária, iniciado pelos indígenas Warao no final de 2016, e que só fez crescer entre 2018 e 2019 (até ser desmobilizado pela Operação Acolhida em meados de 2019). O deslocamento para Manaus, assim como em Boa Vista, cria comensalidades. A percepção de cidadãos de segunda categoria fez com que novas relações fossem estabelecidas. Uma operária e um engenheiro, assim como em Boa Vista, a despeito dos diferentes níveis de formação e classe social quando estavam na Venezuela, comem juntos e compartilham o mesmo ponto de vista no que diz respeito aos reflexos da crise econômica e política em seu país. A fuga da *dieta de Maduro* e os desafios enfrentados pelo deslocamento até Manaus traduzem-se num cenário de dependência em relação aos/às brasileiros/as (instituições e indivíduos).

Inicialmente, os/as venezuelanos buscavam alugar residências nas zonas periféricas da metrópole, mas ficavam distantes dos serviços públicos de documentação, dos serviços não governamentais de orientação e das oportunidades de trabalho.

Todo en Manaus es muy lejos de todo, de la Rodoviaria. El pasaje aqui es caro, cuatro reales el pasaje, ir y venir son ocho reales. Llego a Cáritas, la pastoral y me dirijo a otro lugar para retirar papeles. (L. P, um mês vivendo no acampamento da rodoviária).

A partir de 2019, um crescente contingente de venezuelanos/as vem ocupando a região central da cidade, criando também espaços de convivência e afirmação de uma *identidade migrante*. Na capital do Amazonas, as/os venezuelanas/os se encontram na Rua Quintino Bocaiúva que ficou conhecida como a “*calle de los venezolanos*”. É uma rua paralela à avenida Joaquim Nabuco, via de grande circulação. O sotaque venezuelano toma conta da cena junto com o portunhol. A rua Quintino Bocaiúva é como se fosse um ponto de partida. De acordo com as/os venezuelanas/os, é a primeira rua onde suas e seus *paisanas/os* chegam em busca de localização e orientação.

Depois de situadas/os, parte desse contingente procura as chamadas *Casas de Vecindad*, expressão utilizada para se referir aos antigos sobrados situados na região central da cidade que foram transformados numa espécie de pensão onde se alugam quartos. Os alugueis incluem o custo da água e luz. As *Casas de Vecindad* são compartilhadas por distintas famílias. Os quartos foram transformados em pequenas moradias. Mesmo com espaço limitado e com custo mais alto em relação aos alugueis de imóveis mais amplos em bairros periféricos, muitas/os venezuelanas/os optaram por permanecer aglomeradas/os, dadas as oportunidades de trabalho no centro.

De nada adianta a disponibilidade dos agentes da Pastoral dos Migrantes e da Cáritas em colaborar se as pessoas não conseguem chegar até lá. Como já dito, um empecilho era o preço das passagens e outro é a distância entre os locais de interesse. Da casa até a sede da Cáritas, paga um ônibus. Da Cáritas ao Ministério do Trabalho ou à Polícia Federal, outro ônibus. Para voltar em casa, outro. A caótica infraestrutura de mobilidade urbana, que atormenta a vida do cidadão manauara, impacta diretamente nas possibilidades dos/as migrantes que procuram Manaus para viver. O pesquisador venezuelano Domingo Gonzalez (comunicação pessoal/2018) sugere que as grandes distâncias enfrentadas na cidade, adicionadas a uma persistente desinformação sobre procedimentos burocráticos e a percepção pelos/as venezuelanos/as de uma



considerável dose de xenofobia por parte dos/as empresários/as, tornam a vida em Manaus mais difícil do que em Boa Vista.

Crisco, migrante e moradora de Manaus, aponta que as dificuldades de *encaminhamentos* das organizações de acolhimento circunscrevem as próprias condições de vida desses/as migrantes na cidade, cuja primeira palavra é fome. Associado a essa necessidade vital, migrantes perdem a capacidade de localização espacial e temporal no território desconhecido. Era muito comum durante a pesquisa de campo, quando indagados/as sobre o tempo de permanência em Manaus e o desejo de partir para outros estados brasileiros, os/as interlocutores perderem a noção de quanto tempo viviam em Manaus e referirem-se ao desejo de “subir” para mais *lejos* dentro do Brasil. O subir não estava associado à localização geográfica de Manaus no mapa do Brasil, mas à necessidade de encontrar um lugar melhor para viver em região considerada central do país.

O “uso do tempo e do espaço são tanto diferenciados quanto diferenciadores” (BAUMAN, 1999, p. 8). A condição de uma *precariedade permanente* cria uma sensação de *provisoriamente permanente* (SAYAD, 1998). Isso faz com que migrantes abram mão de contabilizar o tempo, nutridos pela esperança de superar a condição de exclusão vivenciada no lugar. Viver em Manaus é sentido como o marcador da própria exclusão. “Quem se encontra excluído vive o espaço, ancorado em um espaço que controla o tempo” (ALVARADO, 2018, p. 25).

O itinerário “guiado” das irmãs Padrón, por sua vez, sugere que a interiorização face a esse contexto é estratégica como uma antipolítica pública migratória no Brasil. Ao deslocar os/as migrantes venezuelanos/as para outros centros urbanos, abre-se mão do investimento na melhoria dos serviços públicos locais. Além disso, a interiorização promove uma certa invisibilização dos/as venezuelanos/as enquanto sujeitos que demandam políticas públicas, sobretudo nos casos em que são enviados/as a grandes centros urbanos e acabam misturados/as à massa de vulneráveis já existente (VASCONCELOS, 2020, p. 115).

Este é, por exemplo, o caso de Manaus, primeira parada da interiorização. Do ponto de vista das políticas governamentais, venezuelanos/as seguem representando um desafio para os órgãos nos três níveis de governo, mas, do ponto de vista da opinião pública, diluídos/as na metrópole acabam “desaparecendo” da vista das pessoas. A

escolha de se concentrar na frente da rodoviária, para Yoleixi, bem como para muitos/as de seus/suas paisanos/as, se apresentou simultaneamente como a alternativa mais viável no primeiro momento e como espaço de visibilidade e resistência venezuelana.

A interiorização de migrantes venezuelanos/as no Brasil é tema que carece de maior aprofundamento nesta tese, especialmente sobre a integração destes/as migrantes em outras regiões do país. Há quem defenda a interiorização como um “direito social universalizável”, que deveria inclusive ser estendido a migrantes internos no Brasil (XAVIER, 2021). Utopias à parte, a minha experiência de pesquisa e a de outras estudiosas, como de Angela Facundo (2020) no sertão do Rio Grande do Norte, demonstram que a interiorização, por vezes, pode acentuar precariedades ao invés de promover o bem-estar.

De modo geral, a chegada dos/as migrantes venezuelanos/as pegou a sociedade civil manauara menos desprevenida do que na comparação com Boa Vista. Se em Roraima, nos primeiros anos, prevaleceu o imprevisto e um aprendizado todo novo; no Amazonas, entidades como Cáritas e Pastoral dos Migrantes já contavam com maior experiência adquirida com a presença numerosa de haitianos, colombianos e peruanos, expertise descrita em outros estudos, como de Oliveira (2006), Joseph (2015) e Silva (2017). Também o poder público se encontrava mais alerta. Desde a chegada dos primeiros Warao em 2016, prefeitura e governo estadual não se omitiram, como aconteceu em Roraima.

Isto não significa dizer que Manaus e o Amazonas ofereçam condições exemplares de acolhimento aos/às migrantes, mas é preciso reconhecer a existência de atenção emergencial, em alguma medida fomentada pela atuação do Ministério Público Federal no estado. A atuação deste órgão era associada ao empenho e engajamento pessoal de um funcionário público de carreira. Sempre que alguém da SCO fazia menção ao histórico de esforços de ações com o tema da migração em Manaus, seu nome era referenciado. Isso demonstra que o Estado é constituído “pela relação entre pessoas concretas” (LEIRNER, 2012, p.38). Ao mesmo tempo, também revela a fragilidade das políticas migratórias governamentais no Brasil cuja continuidade depende do envolvimento individual de servidores/as.

Algo que me chamou atenção, na descrição de Yoleixi e Adri, foi a falta de clareza sobre o que constitui ação de governo, organismos internacionais e

organizações não governamentais no processo de recepção no Brasil. Essa não é uma peculiaridade delas. Não raro, migrantes levantavam expectativas sobre a Cáritas como se a mesma fosse responsável pela gestão de políticas estatais como o programa Bolsa Família, por exemplo. Os “construtos” oficiais não são apropriados pelos/as migrantes. Mesmo aquelas pessoas que chegaram a Manaus por meio da interiorização oficial, não a nomeiam como tal. O “construto nativo” acionado é a *ayuda*, seja para as formas de interiorização realizadas pelas FA, seja pelas instituições da sociedade civil organizada. A *permeabilidade* da SCO (MARQUES, 2004) em ações estatais é vista pelo/a migrante como a corporificação do Estado, contraditoriamente, em um contexto em que seus agentes se esforçam para demonstrar a diferença.

#### ***4.2 Iniciativas governamentais de recepção aos/às venezuelanos/as em Manaus***

Embora existam registros desde o início da década de 2000 sobre a intensificação de fluxos migratórios internacionais no Amazonas como colombianos/as (OLIVEIRA, 2008), seguida dos haitianos/as em 2010 (SILVA, 2012; JOSEPH, 2015) e de venezuelanos/as em 2016, até meados de 2017 a única iniciativa governamental de abrigo disponível em Manaus era a “Casa do Migrante Jacamim”, com capacidade de hospedagem para cinquenta pessoas. Caracteriza-se como uma unidade de abrigo temporário de pessoas e/ou famílias migrantes, em trânsito, provenientes de outros municípios, estados ou países limítrofes que necessitavam de atendimento emergencial ou, para submeter-se a tratamento médico (IPEA, 2017).

Assim como Boa Vista, as primeiras iniciativas de recepção a imigrantes foram desenvolvidas especialmente pela SCO, com destaque para entidades ligadas à igreja católica, tais como Pastoral do Migrante e Cáritas. Antes da intensificação da chegada venezuelana em Manaus, em 2016, os principais espaços de abrigo na cidade eram geridos pela pastoral do migrante. Havia dois alojamentos: a Casa do Migrante João Batista Scalabrini, gerida pelos padres Scalabrinianos, localizada no bairro de Santo Antônio, zona oeste de Manaus. Fundada pela arquidiocese de Manaus com parceria da Cáritas Arquidiocesana e o Acnur. O local tinha capacidade para quarenta pessoas, com quartos destinados a homens e mulheres. E a casa Madre Assunta, gerida pelas irmãs Scalabrinianas, no bairro Monte das Oliveiras, destinadas somente a homens com capacidade para quinze pessoas.

O elemento que distingue a recepção venezuelana em Manaus em relação à de Boa Vista, como dito anteriormente, foi a experiência de atuação da SCO em virtude dos fluxos anteriormente mencionados na região. O serviço Pastoral do Migrante, por exemplo, existe em Manaus há vinte e sete anos, enquanto em Boa Vista foi implementado no ano de 2018. Essa expertise fez toda diferença na mobilização para formulação de respostas emergenciais e articulação com as esferas de governo estadual e municipal dada trajetória de incidência política no âmbito das secretarias especializadas.

Em 2012 foi criado o “Comitê de Prevenção ao Tráfico de Pessoas no Estado do Amazonas”<sup>94</sup>, dois anos depois teve seu decreto alterado incorporando a temática da migração, sendo renomeado para “Comitê Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Atenção aos Refugiados e Migrantes no Amazonas-CETPMR/AM”<sup>95</sup>. A alteração de nome foi uma estratégia dos gestores para atender as demandas da SCO em relação à crescente migração no estado. O comitê, além de desenvolver ações de combate ao tráfico de pessoas, passou a atuar em defesa dos/as migrantes e refugiados/as. O comitê é coordenado por gerência institucionalizada vinculada à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC. A ampliação do comitê dialoga com a governação migratória mundial que segue a tendência de articulação entre migração e segurança, baseada em preceitos humanitários e de controle das migrações (DIAS e VIEIRA, 2019).

A narrativa de representantes da sociedade civil e agentes governamentais que participavam do comitê anteriormente ao crescimento da chegada venezuelana a Manaus aponta que a maioria dos esforços do comitê giravam em torno de ações de combate ao tráfico de pessoas. Não estou com isso criticando a importância de medidas eficazes que visem inibir esse tipo de ação criminosa, porém compartilho as preocupações de Adriana Piscitelli (2008, p.58) que chama atenção sobre o “perigo da fusão entre crime e violação dos direitos humanos, às vezes utilizada instrumentalmente para reprimir a migração”. Acredito que são temas que podem ser interdependentes, mas que devem ser tratados em instâncias diferentes.

O nome atual do comitê nos permite visualizar um duplo comprometimento das instituições com o tema das migrações. Por um lado, existe um foco no *Enfrentamento*

---

<sup>94</sup> Decreto nº 32.710, de 14 de agosto de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas.

<sup>95</sup> Decreto nº 35.239, de 03 de outubro de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas.

ao Tráfico de Pessoas e, por outro, busca-se oferecer *Atenção* aos Refugiados e Migrantes no Amazonas. Enfrentamento e Atenção rimam com Controle e Acolhida ou, em outros termos, com securitização e humanitarismo, reproduzindo uma retórica estatal mediada por ações de controle e comiseração (FASSIN, 2004). O termo *Atenção* tem a conotação de ajuda emergencial, enquanto *Enfrentamento* visa coibir a ação *criminosa*. Como se o tráfico de pessoas estivesse estritamente associado à migração ou vice-versa (DIAS e VIEIRA, 2019). Pode-se dizer que é, no mínimo, problemático agregar dois fenômenos distintos dentro de um mesmo aparato institucional. Existem múltiplas acusações entre organizações que atuam com ambas as temáticas da sobreposição de pautas de uma em detrimento da outra.

O CETPMR/AM é composto por instituições governamentais das três esferas de governo e a SCO. Quando estive em algumas dessas reuniões, presenciei a participação de gestores municipais e estaduais, canal de interlocução não observado em Boa Vista. Isso não significa que não existissem desafios nesse espaço de interlocução. O principal deles, de acordo com representantes da Pastoral do Migrante, era a deliberação de ações e políticas governamentais concretas. Geralmente, grande parte do espaço de discussão era utilizado pelos/as gestores/as governamentais para divulgação de ações e prestação de contas dos atendimentos realizados aos/às migrantes. A SCO expressava denúncias e apontava demandas. Instituições de ensino públicas e privadas, como a UFAM, por exemplo, com “notório saber” e/ou atuação sobre o tema, também participam do Comitê. Embora os assentos no comitê sejam permanentes, ocorria uma grande mobilidade entre os/as representantes dos órgãos em virtude de mudanças de gestão, implicando alguns retrocessos nos projetos compartilhados.

Outro aspecto que também se diferenciava de Boa Vista era a trajetória de atuação com o tema do refúgio e a parceria com organismos internacionais. Embora o campo de atuação das instituições com o refúgio, em anos anteriores, fosse menor em relação aos expressivos números de solicitações de refúgio com a chegada venezuelana, a experiência anterior com colombianos/as e haitianos/as possibilitou o melhor manejo dos trâmites burocráticos com instituições governamentais de controle migratório e de orientação aos/às migrantes. Isso explica porque as políticas governamentais amazonenses entram mais rapidamente em consonância com os protocolos internacionais das agências internacionais.

#### 4.2.1 - Primeiras respostas à emergência humanitária

No final de 2016, um grupo numeroso de indígenas do povo Warao, oriundos da Venezuela, acampou na rodoviária de Manaus-AM trazendo à tona um expressivo desafio às políticas de direitos humanos na capital amazonense. Paralelamente, outro grupo do mesmo povo warao se instalou em duas casas sublocadas no centro da cidade, habitando em condições insalubres e de insegurança pessoal. Essa situação afetava de maneira particular as crianças, que adoeciam com frequência. Apesar deste grupo ter permanecido em condições de vida bastante precárias, foi o aglomerado na rodoviária e arredores que criou o impacto público que exigiu das autoridades governamentais tomada de decisões para solucionar o problema de forma mais rápida possível. A Procuradoria da República no Amazonas (unidade sede do Ministério Público Federal no Amazonas) desempenhou papel fundamental cobrando uma ação imediata dos governos do Estado do Amazonas e do Município (SONEGHETTI, 2017).

No segundo semestre de 2017, o Governo Estadual transformou um ginásio poliesportivo em “abrigo” e a Prefeitura alugou casas para alojamento sem prazo determinado. A partir de então, uma quantidade crescente de famílias Warao passou a chegar em Manaus desde Boa Vista, utilizando as linhas regulares de transporte interestadual de passageiros entre as capitais de Roraima e Amazonas.

As famílias Warao que chegavam a Manaus passaram a ser encaminhadas para dois tipos de acolhimentos. Em junho de 2017, aqueles acampados na rodoviária de Manaus foram alojados no abrigo do *Serviço de Acolhimento Institucional de Adultos e Famílias*, situado no Bairro do Coroadó, sob a responsabilidade do governo estadual, por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) e SEJUSC. Já as famílias Warao que estavam subalugando casas no centro da cidade, foram transferidas sob responsabilidade do governo municipal por meio da Secretaria Municipal de Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos (SEMMASDH), para casas alugadas em diferentes bairros da cidade: Centro, Redenção (zona Oeste), Monte Sinai (zona Norte), Educandos (zona Sul), Zumbi (zona Leste) (SILVA et alii, 2018). A SEMMASDH contratou, inicialmente, em 2017, uma equipe multidisciplinar (antropóloga, assistente social, psicóloga e tradutores) para assistir os indígenas Warao

em Casas que foram alugadas para servir de “casa de passagem”. A primeira equipe demorou para começar a atuar e perdurou por seis meses.

As condições precárias das famílias acampadas chamaram atenção das autoridades locais, mas ninguém sabia muito bem como proceder. Antropólogos do Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia (GEMA), da UFAM, levantaram a questão sobre um “curto-circuito” no sistema de políticas governamentais (SANTOS et ali, 2018). Quem haveria de acolher os Warao? O cuidado para com essas pessoas seria da alçada da Prefeitura, do Governo Estadual, do Ministério das Relações Exteriores, da FUNAI, dos Movimentos Indígenas, do Alto Comissariado da ONU para Refugiados? Tanto o sistema de políticas governamentais indigenistas como aquele de políticas voltadas para o acolhimento de estrangeiros não estavam devidamente preparados para lidar com esta situação. Assim como em Roraima, o órgão indigenista nacional não reconheceu imediatamente os/as indígenas “estrangeiros/as” como sujeitos de sua jurisdição. Num primeiro momento, tampouco os movimentos indígenas organizados defenderam aqueles/as falantes de uma língua isolada como se fossem parentes. No âmbito das políticas migratórias, nem o estado brasileiro nem as organizações internacionais tinham referência prévia de como lidar com a situação.

Tendo em vista suprir esta lacuna, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) contratou uma equipe de pesquisadores/as da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) com a qual manteve estreito contato de cooperação desde 2017. Esta equipe realizou um diagnóstico da situação e propôs ao organismo internacional uma lista de recomendações voltadas para preencher a lacuna em termos de “políticas migratórias indigenistas” (SILVA *et ali*, 2018). Constatou-se durante as investigações realizadas em Manaus como os agentes públicos foram levados a adaptar as normativas de acolhimento institucional para receber os Warao, com seus hábitos alimentares diferenciados, seu xamanismo, suas peculiares noções de parentesco, infância, trabalho, entre outros. Para agravar o problema, verificou-se que os Warao não se mantinham fixos nas casas e abrigos a eles destinados, mas estavam de fato construindo um campo de circulação que se estende desde seu território tradicional no delta do rio Orinoco, passando por cidades venezuelanas, adentrando o Brasil a partir da fronteira norte, atravessando Roraima e seguindo por Amazonas e Pará em um caminho que segue em expansão.

A pesquisa realizada pelo GEMA/UFAM chamou atenção para duas fragilidades principais da política de acolhimento que não foram respondidos até o presente momento: (a) a pouca articulação entre os três níveis de poder federal, estadual e municipal; e (b) a necessidade de se construir uma melhor comunicação intercultural entre os modos de vida Warao e as instituições brasileiras (SILVA *et ali*, 2018), questões também apontadas por CNDH (2018).

As entradas (e saídas) numerosas de cidadãos venezuelanos no Brasil, indígenas e não indígenas, por vias terrestres e os processos de documentação e acolhimento dessas pessoas na qualidade de solicitantes de refúgio provocou uma necessária reflexão sobre os conceitos e aparatos normativos aplicados no âmbito das políticas de acolhida nacionais e internacionais. Por um lado, as famílias venezuelanas (indígenas e não indígenas) circulavam entre Brasil e Venezuela sem apresentar um desejo explícito de se estabelecer definitivamente no país hospitaleiro, por outro, foi possível observar a aplicação de políticas que tendiam à fixação dos/as migrantes no território brasileiro. Na cidade de Manaus, os/as responsáveis pelo acolhimento dos Warao pareciam replicar algumas diretrizes da política nacional de assistência social que preconiza o oferecimento de estrutura de acolhimento com tendências à fixação da população no local de chegada.

Além dos Serviços de acolhimento propriamente ditos, havia outras ações complementares sendo executadas, como a recepção dos/as migrantes que chegam na rodoviária e no aeroporto de Manaus. A SEJUSC informou que mantinha um plantão na Rodoviária e a SEAS mantém plantão no aeroporto. Nesses postos eram fornecidas orientações iniciais sobre os serviços de acolhimento bem como sobre outras iniciativas voltadas ao atendimento de venezuelanos/as indígenas e não indígenas. Durante minhas visitas à rodoviária, em distintos horários e dias, foram raras as vezes que encontrei o posto aberto. Conversando com os migrantes sobre o atendimento, havia uma grande desinformação sobre as iniciativas de atendimento. O que sugere que a política existia nos protocolos e papeis dos/as gestores/as e não para as pessoas.

No âmbito da saúde, a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) inicialmente informou que incluiu os/as venezuelanos/as nos roteiros do Programa *Consultório na Rua*, por estarem acampados na rua. Com a transferência dos/as indígenas para as Casas e Abrigo, o atendimento passou a ser feito por equipe de saúde nos lugares de alojamento (visitas de assistência de saúde às casas e ações pontuais no Abrigo)



(SILVA et ali, 2018). No entanto, o que pude constatar durante a pesquisa de campo no acampamento da rodoviária foi uma aguda falta de assistência à saúde para quem vive na rua. As pessoas queixavam-se de vários problemas de saúde, inclusive os destacavam como causa propulsora da migração para o Brasil. Os/as funcionários/as da assistência social e saúde, por sua vez, justificavam falta de atendimento pelo alto nível de rotatividade de chegada e saída de migrantes, o que dificultava o mapeamento preciso e identificação de todos os casos.

No âmbito da educação, o Governo Estadual passou a se nortear pela Portaria Normativa/MEC nº 22 de 13 de dezembro de 2016, que desobrigava as traduções de diplomas e históricos escolares para níveis de instrução equivalentes ao “ensino fundamental” e “ensino médio”. Dessa forma, as crianças venezuelanas indígenas e não indígenas, teoricamente, poderiam ser matriculadas com mais facilidade nas instituições de ensino do município e do estado. Contudo, conversando com os pais nas ruas da cidade, os mesmos alegavam que as crianças estavam fora das escolas por falta de vagas. Nos locais de abrigo, algumas iniciativas pontuais foram realizadas pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) para promover ações lúdicas, mas em geral, ocorriam em espaços improvisados, com carência de materiais didáticos e profissionais especializados.

Nesse cenário de mobilizações sociais e tentativas de implementação de políticas, foi instituído, no ano de 2018, após um ano de articulações, o “Plano Estadual de Políticas Públicas para a Promoção e Defesa dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Amazonas”<sup>96</sup>. O objetivo do Plano era a promoção coordenada de diferentes medidas de acolhimento, nas áreas de saúde, educação, abrigamento e integração laboral. No entanto, de acordo com os membros da SCO que participavam do comitê, não existe um avanço na implementação das ações, pois a cada reunião apareciam representantes de agências internacionais apontando novas prioridades e aquelas que foram discutidas e estabelecidas pelo comitê acabam ficando em segundo plano:

Aí até o menino da UNICEF tava lá e falou...eu falei: "Não mano, tu tá vindo propor coisa nova, a gente tem coisas há dois anos engatilhadas que não saiu do papel! Ou a gente consegue fazer com que o comitê funcione a partir do plano, e você trazendo sua ideia nova entra como sugestão pra entrar no plano e aí nós vamos eleger as prioridades do plano. Se as suas propostas forem eleitas prioridades, elas vão entrar nas ações. O que não dá é pra você chegar hoje e já querer que a sua ação seja uma prioridade. Não tem como, porque nós temos coisas aí que já estão no plano que já estão há

---

<sup>96</sup> Decreto nº 39.317, de 24 de julho de 2018, Diário Oficial do Estado do Amazonas, pp.6-12.

dois anos e não consegue avançar!" (Frida Khalo, Representante SCO, Manaus, 24/09/2019)

A realidade da execução da política migratória em Manaus, assim como em Boa Vista, acompanha uma tendência regional na América do Sul. De forma geral, os países não estão preparados para atender ao elevado número de pessoas que chegam todos os dias da Venezuela ( RAMIREZ, et. al, 2018; ACOSTA, et.al, 2019; MENDOZA, e MIRANDA, 2019; LÉON ROJAS, 2020). Diferentemente de países como Peru, Chile e Equador que têm reforçado medidas restritivas à migração venezuelana (LÉON ROJAS, 2020), o Brasil tem se demonstrado mais aberto à regularização e permanência no país. Contudo, o acesso à documentação não tem sido mecanismo suficiente para promover “vida plena” aos/às recém chegados/as. O contexto econômico brasileiro não é dos mais favoráveis à criação de postos de trabalho e entraves burocráticos de acesso a políticas governamentais são erigidos cotidianamente pelas debilidades estruturais existentes.

#### *4.2.2 - Adequação aos protocolos internacionais*

Em 2017 o ACNUR dispunha de apenas um colaborador para atuar em todo Estado do Amazonas. O início da atuação do ACNUR no Amazonas ocorreu no mesmo ano em que foi realizado o primeiro repasse de recursos federais, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social, para a prefeitura de Manaus<sup>97</sup>. O governo do estado, nesse período, financiou as ações destinadas aos/às migrantes venezuelanos/as por meio do fundo da assistência social.

Ao traçar um paralelo da atuação do ACNUR em Manaus com ações governamentais destinadas aos/às migrantes, foi possível identificar que coincidem temporalmente. A adoção, nos documentos estatais, de termos, categorias e legislação que norteiam desempenho de atividade deste organismo internacional foi outro elemento notado. Isso demonstra que o campo de disputa, gestão e desenvolvimento de políticas governamentais não se restringem à esfera estatal (CASTRO E LIMA, 2015). Mas envolve distintos sujeitos, objetivos e uma complexidade de interesses. A liberação

---

<sup>97</sup> Portaria MDS 280/2017, dispõe sobre o repasse emergencial de recursos federais ao Município de Manaus para a execução de ações sócio assistenciais devido ao grande contingente de imigrantes venezuelanos e dá outras providências. Publicado em: 17/07/2017, Edição: 135, Seção: 1, página: 56. Liberação de R\$ 720.000,00 em agosto de 2017.

de recursos federais atribuídos às causas emergências era um importante elemento a ser considerado.

No final de 2018 e início de 2019, com eminência da chegada da Operação Acolhida para Manaus, houve a reestruturação de pessoal e logística do ACNUR e UNICEF com o aumento do número de colaboradores/as disponíveis e ampliação da estrutura logística e administrativa dos escritórios. Funcionários/as com experiência em Boa Vista, tornaram-se coordenadores/as em Manaus. Essa etapa é marcada pela inversão de quem oferece o modelo de acolhida. Nesse momento, o que tinha importância não era a experiência com o atendimento de migrantes e refugiados há anos, mas o domínio dos protocolos internacionais e regras de conduta de uma “gestão humanitária”.

A participação das agências internacionais na mediação da implementação de ações para recepção e “soluções duradouras”<sup>98</sup> é um elemento importante a ser refletido. Assumem a responsabilidade de articular e mobilizar os “atores locais”, termo utilizado por funcionários das agências da ONU para se referir a instituições governamentais e não governamentais. Essa articulação intersetorial é promovida sob a égide de um controle tecnocrata que introduz localmente parâmetros e *standards* internacionais. Durante as reuniões era possível perceber que havia um esforço em direcionar as ações tendo em vista parâmetros e exigências dos protocolos internacionais, mesmo quando parecia não ser uma demanda das instituições que prestavam atendimento aos/às migrantes.

O conhecimento sobre os protocolos internacionais e parâmetros de uma gestão humanitária conferia determinado poder aos/às representantes dessas agências, aspecto também observado em etnografias que trataram sobre a atuação de funcionários de agências internacionais em outros contextos (DIAS, 2014 ; SILVA, 2012). Em muitos casos, mesmo quando a reunião era convocada por órgãos do governo do estado ou prefeitura, era um representante do ACNUR que coordenava e realizava os *encaminhamentos*.

Pode-se dizer que um sinal diacrítico desse grupo perante os “atores locais” é um conhecimento técnico-burocrático específico sobre a caixa-preta dos protocolos

---

<sup>98</sup> Termo utilizado pelos/as funcionários/as do ACNUR para se referir a ações e estratégias de integração de migrantes, relacionadas ao trabalho/geração de renda, educação, saúde, entre outros.

internacionais de acolhimento a populações migrantes. Quem maneja os protocolos, maneja os recursos, conseqüentemente. Sendo esta última *diferencialidade* talvez a mais importante para conquistar a adesão e cumprimento das exigências pelas instituições governamentais. A falta de domínio da linguagem técnico-burocrática dos financiadores, torna esses “atores locais” em *presas* potenciais da governança migratória internacional, extinguindo, de certa maneira, a autonomia e tolhendo iniciativas que respondam de forma mais eficaz as necessidades locais.

Críticas e ponderações aos novos parâmetros de atuação, geralmente, eram feitas por representantes da SCO que já atuavam em Manaus antes da chegada do ACNUR em Manaus. Mas as críticas aos “parceiros”, ainda que construtivas, são reprimidas, zelando pelo protocolo diplomático. Uma trabalhadora humanitária, que prefiro não identificar para não expor, me confidenciou que foi chamada atenção pelo chefe imediato, após ter apontado em reunião falhas no processo de regularização migratória pela rede de atendimento em Manaus. De acordo com ela, a coordenadora do escritório do ACNUR informou ao seu chefe que “*estava decepcionada com a funcionária da instituição que não sabia trabalhar em equipe*”.

O “mundo dos projetos”<sup>99</sup> é um espaço profícuo para imposição e reprodução de categorias e discursos referendados pelas agências internacionais. Essas, por sua vez, possuem autonomia relativa frente aos seus financiadores que tendem a definir os *encaminhamentos* com base em referenciais e interesses próprios. Embora tais iniciativas não substituam ou excedam as ações de governo, tendem “a descentralizar e reorganizar aspectos da gestão do poder” (DIAS, 2014, p. 72-73). Essa ingerência não irradia apenas nas burocracias estatais, mas se expande aos espaços de atuação da SCO. Em muitos momentos, marcada pelo silenciamento de críticas e denúncias ou mesmo por obstáculos de atuação pela perda de financiamentos.

A adesão ao “mundo dos projetos” não autoriza a plena autonomia. As instituições que se *arrechan* tendem a perder espaço de atuação, ao contrário daquelas que se *hacen las pendejas* frente às exigências e protocolos internacionais e que logram captar recursos e legitimidade. Ao longo da pesquisa, isso foi ganhando inteligibilidade ao perceber como instituições da SCO com pouca experiência no campo de atuação

---

<sup>99</sup> Conceito cunhado por Guilherme Dias (2014, p.73) que apreende o ambiente de reprodução institucional de determinadas categorias, discursos e organizações no cenário internacional.

foram ocupando as frentes oficiais de acolhimento a migrantes venezuelanos/as, enquanto que instituições com longo histórico de atuação com imigrantes foram relegadas a posições secundárias.

A maior participação das instituições governamentais vinculadas ao governo do estado e prefeitura em espaços como o CETPMR/AM, de construções de propostas políticas governamentais relacionadas a questão migratória, é vista como novidade no contexto da chegada venezuelana em Manaus. De acordo com representantes da Pastoral do Migrante, que trabalharam com o atendimento a migrantes em fluxos anteriores, no período de criação do CETPMR/AM houve convocação de várias instituições, mas foram poucas adesões. Atualmente a procura por participação é frequente:

Tanto não governamental, quanto do governo, as Secretarias agora todo mundo quer participar do Comitê. Na época que fez o chamamento não tinha ninguém que queria participar. (Frida Khalo, Representante SCO, Manaus, 24/09/2019)

O aumento da participação dessas novas instituições está associado à perspectiva de captação de recursos. De acordo com atores que participam do CETPMR/AM, existem vários projetos do governo do estado e prefeitura em tramitação para o financiamento de políticas governamentais relacionadas a ações emergenciais de atendimento a migrantes venezuelanos/as em Manaus. Apontam também para o surgimento de novas organizações não governamentais com objetivo de realizar ações de acolhimento aos/às migrantes venezuelanos/as.

Em 2019, após retrocessos nas políticas governamentais de abrigo, novamente governo do estado e município foram chamados a prestar esclarecimentos ao Ministério Público Federal- MPF. A fim de atender ao requerimento de atenção aos migrantes pelo MPF, governo do estado e prefeitura entraram em acordo pelo qual o primeiro assumiria o abrigo dos/as migrantes não indígenas e a segunda dos/as indígenas. Paralelo a isso, em maio do mesmo ano, após visita técnica de uma comissão da SEAS/AM nas instalações da Operação Acolhida em Boa Vista, o governo do estado do Amazonas solicitou oficialmente a extensão das ações da Operação Acolhida para Manaus. Em julho de 2019 começaram o processo de estruturação dos espaços de atuação das FA visando acelerar o processo de interiorização dos/as migrantes venezuelanos/as para outras regiões do Brasil, assunto a ser aprofundado em seção posterior.

#### 4.2.3 Abrigos governamentais em Manaus

O Serviço de Acolhimento Institucional (SAI) foi inaugurado no final de junho de 2017, localizado em movimentada avenida no bairro Coroado, cerca de 10km do centro de Manaus, foi estruturado no primeiro momento, como já mencionado, para atender os indígenas warao. Trata-se de um ginásio esportivo adaptado, no qual foram instalados um “redário” (estrutura de ferro para pendurar redes) e outras facilidades. As arquibancadas foram ocupadas pelas famílias Warao para guardarem seus pertences. Na medida do possível, os Warao procuraram manter seus pertences em espaços delimitados por família, sobretudo para resguardar os materiais que adquiriam para enviar aos seus parentes na Venezuela. Na lateral do ginásio, quatro salas foram transformadas em dormitórios individuais para as famílias nucleares dos líderes indígenas. Também foi instalada uma cozinha industrial, um refeitório, banheiros masculino e feminino e uma área destinada à secretaria. Estes locais foram identificados em três idiomas: Warao, Português e Espanhol (SILVA et ali, 2018). O que, como mencionado anteriormente, serviu de modelo para organização dos abrigos indígenas em Roraima.

O "Abrigo do Coroado", nome pelo qual ficou mais conhecido, apesar de acolher, inicialmente, um número alto de pessoas, assemelhava-se mais conceitualmente à "casa de passagem", seguindo a definição do Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS):

(...) **Casa de passagem:** Destinada a receber no máximo de 50 (cinquenta) pessoas, caracteriza-se pela oferta de acolhimento imediato e emergencial, distingue-se por ter um fluxo mais rápido, uma vez que recebe indivíduos em trânsito, com uma permanência máxima de 90 dias<sup>100</sup>.

O "Abrigo" era gerenciado por uma equipe contratada pela SEAS, a qual atuava no local nos horários de prestação de serviço do órgão público, de segunda a sexta-feira. O "Abrigo" contava com regramento acordado com os Warao e planejamento de atividades. No local eram servidas três refeições diárias: café da manhã, almoço e jantar. O preparo era realizado por cozinheiras brasileiras, segundo o padrão de cozinha industrial, o que gerava reclamações por parte dos indígenas (SILVA et ali, 2018).

---

<sup>100</sup> Tipificação nacional de serviços sócioassistenciais, resolução nº109 de 11 de novembro de 2009.

Ao longo do segundo semestre de 2017, o "Abrigo" teve centralidade no fluxograma de acolhimento acordado entre os governos estadual e municipal. As famílias recepcionadas na rodoviária eram conduzidas primeiramente para o SAI, onde passavam por avaliações de saúde e eram organizadas em torno de líderes familiares ou do grupo de deslocamento para, posteriormente, serem realocadas em Casas gerenciadas pela Prefeitura (SILVA et ali, 2018).

Vale notar que houve um esvaziamento do "Abrigo" no final do ano de 2017, com o deslocamento sobretudo de mulheres para Santarém-PA e Belém-PA. As pessoas que permaneceram continuaram abrigadas conforme o protocolo inicial. As atividades foram encerradas no dia 03 de janeiro de 2018. As famílias remanescentes foram distribuídas entre as Casas gerenciadas pela Prefeitura, em diversos bairros de Manaus. O SAI passou a funcionar na Casa localizada no bairro Redenção (SILVA et ali, 2018). Em novembro de 2017, o fluxo dos/as venezuelanos/as não indígenas já se tornava mais visível. As instituições ligadas a igreja Católica, tais como a pastoral do migrante e a Cáritas mais uma vez assinalavam em reuniões institucionais a necessidade de medidas de acolhimento aos/às migrantes não indígenas<sup>101</sup>.

Mas, àquele momento, os Warao inspiravam maior dedicação uma vez que estavam apresentando um desafio distinto. A política de abrigos visa, a médio prazo, a fixação das populações nas cidades, contudo a tendência apresentada pelo povo Warao era de seguir em movimento, com constantes chegadas e partidas. A mobilidade, para os warao, parece representar uma solução face às alternativas que eles podem manejar. Para o Estado, porém, passou a ser visto como problema, um problema de planejamento. Retomando o conceito de dádiva-abrigo, os atores hospitalares podem sentir a descontinuidade da relação como uma ingratidão ou no caso de uma *burocracia emocional* a uma sensação de certo desprezo. Nesse momento, se enfraquecia o elo de reciprocidade entre os warao e o Estado brasileiro à medida que eles não cumpriram as expectativas enquanto hóspedes. A percepção dos/as gestores/as em relação aos warao, em diferentes momentos, expressava o protesto pela não reciprocidade. Os Warao são *arrechos*: recusam a oferta do tratamento de saúde ocidental; recusam determinada

---

<sup>101</sup> Na reunião do Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Apatrídas realizada na sede da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC) no dia 27/11/2017 representantes da Pastoral do Migrante e Cáritas alertaram sobre o aumento da chegada de migrantes venezuelanos/as não indígenas e da necessidade da criação de políticas de acolhimento.

comida por questões culturais; desobedecem ao Estatuto da Criança e do Adolescente, etc.

No contexto de recorrentes tentativas de tutela e uma suposta despolitização, a *agência* warao em relação aos seus projetos de mobilidade Brasil afora, por meio de uma rede consolidada de apoio e comunicação baseada em relações de parentesco e reciprocidade, demonstra como é possível construir espaços para uma produção de resistência pelos sujeitos refugiados (solicitantes de refúgio/migrantes) em contextos de intervenções humanitária (AGIER, 2010). Por outro lado, a recusa de se fazer *pendejo* perante a governança humanitária traz à tona uma série de dificuldades e a precarização das formas de atendimento e recepção pelo Estado. A desobediência Warao os torna “indesejáveis” aos olhos dos/as gestores/as. No caso de Manaus, mesmo deixando seus pertences e um membro da família como garantia de retorno, perderam espaços de abrigo e foram realojados em zonas periféricas da cidade, na maioria dos casos, distantes das esquinas movimentadas onde as mulheres warao interpelam a caridade dos/as manauaras.

Os/as gestores/as justificaram publicamente a desativação do abrigo por acreditarem que os warao já tinham encontrado formas de sustentabilidade nos novos destinos escolhidos em outras cidades da região norte, principalmente Belém e Santarém. Os/as warao, por sua vez, alegavam a saída do local devido às formas autoritárias de controle e proibições impostas, especialmente, em relação à saída das mulheres com as crianças do abrigo durante o dia para coleta de doações nas ruas de Manaus.

O retorno dos/as warao no final de fevereiro/início de março de 2018, somado ao processo de interiorização institucional e a chegada espontânea<sup>102</sup> de migrantes venezuelanos/as não indígenas para Manaus mobilizou a tomada de repostas estatais. Naquele momento, os arranjos institucionais de abrigo estavam voltados para o atendimento ao processo de interiorização. Chegaram 180 pessoas via Cáritas e 200 pessoas para o abrigo do Coroado. A prefeitura reabriu o abrigo com auxílio do governo federal de mais R\$ 480.000,00 via MDS. A prefeitura ficou responsável pela

---

<sup>102</sup> Em novembro de 2019, a então gerente de Alta complexidade da SEAS informou que foi identificada, em média, a chegada de 70 pessoas diariamente de forma autônoma na rodoviária de Manaus.



alimentação dos abrigados e o governo do estado do Amazonas, que cedeu o espaço, disponibilizou equipe multidisciplinar, fornecimento de água e energia.

Desde a entrada em cena da Operação Acolhida, os recursos federais para atendimento à população migrante foram todos direcionados ao Ministério da Defesa. Foram realizadas reformas no abrigo, visando atender as orientações de contingente e perfil proposto pela Operação, naquele momento, homens e mulheres solteiros. Devido à falta de verbas da Prefeitura, a coordenação da gestão mista do abrigo do Coroado foi, então, transferida ao governo do estado do Amazonas, por meio da SEAS. O “abrigo coroadado” retornou suas atividades em meados de 2019 abrigando apenas venezuelanos/as não indígenas. Com capacidade para duzentas pessoas, em setembro de 2019 alojava 201 pessoas, sendo 84 homens, 48 mulheres, 56 crianças (0 a 11 anos) e 13 adolescentes.

A parte da frente do abrigo não era murada, possuía apenas uma cerca de contenção que facilmente poderia ser pulada e portão de grade de baixa estatura. Quando cheguei ao abrigo, não havia pessoas do lado de fora. Na lateral do portão encontrava-se um casal com uma criança de aproximadamente três anos, sentados em cadeiras de plástico embaixo de duas árvores de pequeno porte. O portão estava com o cadeado entreaberto. Empurrei e entrei. Rapidamente um segurança fardado, armado, portando um colete à prova de balas me abordou e perguntou o que desejava. Enquanto explicava o motivo da visita, mulheres e homens adultos saíam e entravam pelo portão sem apresentar nenhum documento de identificação.

A comparação das formas de estruturação e gestão dos abrigos de Boa Vista e Manaus revela algumas semelhanças e diferenças. Diferentemente dos abrigos em Boa Vista, o abrigo do Coroado em Manaus, ainda não militarizado, não demonstrava, até aquele momento, um controle rígido de entrada e saída das pessoas do abrigo. No meu caso, na condição de visitante, foi registrado apenas o primeiro nome e a instituição. A segurança era realizada diariamente por dois seguranças privados que atuavam em regime de plantão de vinte quatro horas.

A estrutura do abrigo “Coroadado”, assim como os abrigos de Boa Vista, pretendia ser temporária. A quadra que em 2017 comportava redários para aproximadamente 300 pessoas, em 2019 passou a comportar trinta e cinco dormitórios, separados por divisórias de madeira compensada, medindo 3x3m, com capacidade para

cerca de cinco pessoas. Sem teto e forro, os pequenos cômodos não garantiam privacidade e tão pouco amenizavam a alta sensação de calor. Ao meio dia era praticamente insuportável permanecer no local.

**Figura 36 e 37 – Abrigo Coroado (Manaus) após reforma**



Fonte: autoria da pesquisadora, setembro 2019.

Na lateral esquerda da quadra ficava localizado o pátio externo que servia de refeitório. No dia da minha visita abrigava um carro, algumas mesas e cadeiras plásticas. Mais tarde eu viria a descobrir que se transformaria no refeitório, pois em virtude de o local não possuir estacionamento, o espaço também servia de carga e descarga de materiais. A cozinha possuía um amplo espaço, sem estrutura para cozinha comunitária. Um grande balcão no meio separava o fogão industrial de seis bocas e dois freezers horizontais onde era possível armazenar alimentos e bebidas de forma organizada. A equipe responsável pelas refeições era composta por uma funcionária da prefeitura e duas voluntárias venezuelanas. Uma janela situada na frente da cozinha dava acesso ao pátio onde eram distribuídas as refeições produzidas no local.

No horário do almoço, uma grande fila se formava e as poucas cadeiras e mesas não eram suficientes para todas as pessoas. Alguns sentavam no chão e outros recolhiam-se em seus dormitórios. Atrás da cozinha ficavam localizados os banheiros femininos e masculinos. Cada um comportava cinco vasos sanitários e cinco chuveiros, separados por divisórias. Na ocasião existiam chuveiros e torneiras quebradas.

A frequência do fornecimento de alimentação e material de limpeza pela prefeitura de Manaus era um dos principais desafios apontados pela gestora. De acordo com ela, os únicos alimentos fornecidos de forma mais frequente eram feijão e arroz. As proteínas eram fornecidas, especialmente, pelo que intitulou “de parceiros”. Termo

utilizado para designar outras instituições, não governamentais, iniciativas individuais e agências internacionais. Além da realização de campanhas de arrecadação feitas por conta própria dela e da equipe de funcionários públicos que trabalham no local.

Na lateral direita estava situada a sala da administração do abrigo. No período da pesquisa a equipe de servidores estaduais e terceirizados que prestavam serviços totalizava 10 pessoas: uma psicóloga, duas assistentes sociais, uma assistente administrativa, duas auxiliares de serviços gerais responsáveis pela limpeza, uma cozinheira da prefeitura cedida, a gestora, dois seguranças. Em seguida da sala da administração estava situado o setor psicossocial (onde trabalhavam as assistentes sociais e a psicóloga), ambos climatizados.

Posteriormente, havia um outro cômodo medindo aproximadamente 4x4m, também climatizado que servia de depósito de doações e de brinquedoteca. O que definia os distintos espaços era apenas uma divisória de madeira. Três vezes por semana, durante meio período, dezenas de crianças disputavam o pequeno espaço. Como não dispunham de profissional com formação pedagógica, as atividades recreativas se restringiam em assistir filmes e brincar com os brinquedos doados.

Seguindo o lado direito, haviam mais cinco salas que eram utilizadas como dormitórios, intituladas pela gestora do abrigo como “laterais”. As laterais tinham capacidade para em média de 10 pessoas. Algumas estão ocupadas por uma única família, outras apenas por homens solteiros, mulheres solteiras ou duas famílias. As salas possuem ventiladores de teto e oito beliches. Quando ocupada por famílias e casais diferentes, o espaço é separado por uma colcha de tecido estendida com varal no meio do cômodo.

A organização da estrutura física, a forma de administração, as dificuldades com alimentação também são retratadas pelos migrantes abrigados/as:

Estoy en este abrigo de Coroadó a punto de salirme. Es horrible. Hay 200 personas. Un cuarto está dividido para cuatro familias. En el abrigo de Coroadó los que vienen en pareja le dan un cuartico para ellos y sus hijos. En el cuartito que me dieron estoy con mis tres hijas, y en el mismo espacio está una muchacha con sus hijos. Estamos cuatro familias, de un lado una pareja y sus hijos, y del otro lado otra pareja. Hay un solo baño para las 200 familias. Hay que hacer filas para bañarse, filas para comer, al estilo o tipo ejército. Puede ser que repartan 150 o 200 comidas y lograr que te llegue la comida, a veces si se termina te quedaste fuera. Por ejemplo, si estás en la calle haciendo una diligencia te quedaste sin comida. Aquí no se le guarda comida a nadie si llegaste después de la cena. Allí no dan ayuda para la leche ni cereal para la bebé. Yo tengo cuatro meses comiendo frijol con arroz. Solo arroz con frijol. En semana santa, en abril, nos dieron pez durante mes

y medio, comiendo pez descompuesto, estaba pasado, los niños se enfermaron. El agua da erupción, picazón en el cuerpo. El agua es babosa en el baño. En el albergue pasan muchas cosas nos tratan como presos. Hay agresión verbalmente, las personas que están allí por lo menos la seguridad nos tratan malísimos, como si estuvieras presos. Te ofenden y si hay una discusión a ellos no les importa sacar las pistolas. Ellos están armados. (Yoleixi Padrón, natural de La Guaira, moradora do abrigo Coroadó há seis meses).

A sensação de aprisionamento e de ausência de escuta por parte da gestão do abrigo também eram constantes. As reivindicações sobre a alimentação reverberam o mesmo eco que as reclamações dos/as migrantes em Boa Vista. Sem alternativa, essas pessoas preferiam, muitas vezes, morar em ocupações de terrenos baldios, debaixo de viadutos, como foi o caso do acampamento ao redor da rodoviária de Manaus.

Danilsa e Saray são exemplos disso. Amigas de infância, provenientes de San Félix, oriente da Venezuela, compartilhavam espaço em um terreno cedido como forma de pagamento por um mês de serviços de pedreiro prestados por Saray e o marido. Improvisaram uma moradia em cima de um barranco nas proximidades da Av. das Torres, via bastante movimentada.

### **Figuras 38 e 39 – Moradias improvisadas em Manaus**



Fonte: autoria da pesquisadora, setembro 2019

As famílias transitam em meio ao tráfego intenso e em alta velocidade. Próximo ao supermercado Assaí e cerca de 2km do abrigo do Coroadó (ver figura abaixo), elas improvisaram um lar embaixo de um barraco de lona preta medindo aproximadamente quatro por quatro. Com a alta sensação térmica de Manaus, só conseguiam permanecer no local durante a noite. No decorrer do dia, ficavam embaixo de uma árvore, localizada no canteiro de uma rotatória que divide as avenidas. Ali viviam os dois casais e as sete crianças.

## Figuras 40 e 41 – Grupo de venezuelanos na rua em Manaus e Mapa indicando distância até o Abrigo



Fonte: autoria da pesquisadora, setembro 2019.

Sem água encanada, luz e banheiros, precisavam recorrer a um córrego com água poluída situado dentro de uma mata fechada perto do local. Certa vez, enquanto as mulheres lavavam roupas e as crianças tomavam banho, apareceu um jacaré. Outra vez, encontraram uma cobra quando adentravam a mata para defecar. Apreensivas, mas sem ter outra solução, continuavam usando o igarapé. No caso do banheiro, cavaram um buraco no fundo do terreno que exalava forte odor, utilizando apenas em casos de emergência à noite para evitar as cobras.

Dadas as circunstâncias do espaço cedido, não podiam instalar estruturas permanentes. A ideia era ficar temporariamente no local, até que elas ou um dos maridos arrumassem um trabalho fixo, mas se passaram seis meses e nada. O dono do terreno começou a pressioná-los para se retirarem, alegando que venderia o imóvel. Mesmo sem ter para onde ir, quando questionei a possibilidade de retornarem ao abrigo, Saray foi incisiva em recusar o retorno. De acordo com ela, frente a todas as dificuldades enfrentadas, nada seria pior que viver no abrigo com a liberdade cerceada, sensação de insegurança e humilhação generalizada.

Ao comparar a situação de rua em Boa Vista e Manaus, apontou que na primeira era pior, pois a todo tempo eram dispersados pelos militares, viviam caminhando sem rumo na cidade e todas as noites havia confusão em torno da distribuição de barracas e marmitas nas proximidades da rodoviária. Já em Manaus, embora não tivessem um lar com estrutura adequada, tinham a liberdade de ir e vir e conseguiam arrecadar alimento

suficiente para realizar as refeições diárias. Diferentemente de Boa Vista, em Manaus não foram deflagrados decretos de Garantia da Lei e da Ordem-GLO para coibir a presença dos migrantes em espaços públicos. Por isso a sensação de Saray de menor perseguição policial, porque em Manaus não havia atuação da Polícia do Exército- PE nas ruas da cidade.

Outro exemplo que demonstrou a desproporcionalidade de ações de controle alicerçadas na égide da securitização e da construção da imagem dos/as migrantes venezuelanos/as enquanto uma ameaça foi a operação ‘Extraneus’ realizada no dia 17 de outubro de 2019. Paradoxalmente, essa operação foi uma ação conjunta entre as Secretaria de Segurança Pública (SSP-AM), Secretarias de Estado de Assistência Social (SEAS) e de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC) para cumprir mandado de busca coletivo no abrigo Coroado. A operação tinha o objetivo de apurar denúncia de tráfico de drogas no local e a presença de arma de fogo. Dezenas de policiais civis e militares armados entraram no abrigo nos primeiros raios de sol e revistaram compulsoriamente “suspeitos” e as instalações de todos/as abrigados/as.

**Figuras 42 e 43 – Batida policial no abrigo Coroado, operação ‘Extraneus’**



Fonte: <https://amazonasatual.com.br/>, acesso: 30/10/2019

No final das contas, a única coisa encontrada foi um simulacro de arma de fogo<sup>103</sup>. Ou seja, realizaram uma operação de guerra e não encontraram nada que justificasse tantas viaturas. Esse episódio descortina um caso de criminalização das migrações (DIAS e SPRANDEL, 2017). Expediram-se mandatos coletivos sem fundamento de investigação prévia. No mínimo, se de fato, houvesse suspeitos, deveriam ter emitido

---

<sup>103</sup> Simulacro de arma de fogo é um objeto que parece uma arma, mas não é e não tem capacidade de atirar. Ou seja, não produz nenhuma ameaça à integridade física de outrem.



mandatos específicos. Porém a imagem negativa dos/as venezuelanos/as na cidade foi amplamente disseminada nos meios de comunicação<sup>104</sup>.

Posicionamentos estatais como esse revelam uma desconfiança generalizada aos/às venezuelanos/as, associada à condição de estrangeiros/as. A carência de recursos é vinculada diretamente com uma suposta inclinação à criminalidade. Assim como em Boa Vista, a migração venezuelana em Manaus é vista como um problema para os/as gestores/as governamentais. Isso legitima o acionamento de mecanismos securitários, justificados pela necessidade de controle e segurança dos/as nacionais, tendência que vem acompanhando as respostas estatais de grande parte da América Latina em relação à migração venezuelana (RAMIREZ et.al, 2019; BARBIERI et.al, 2020; LEÓN ROJAS, 2020).

Por outro lado, a execução desse tipo de medida dentro de um equipamento criado para garantir e proteger os direitos dos/as migrantes, faz-se indagar em que medida esses princípios ditos humanitários são considerados nas tecnologias de governo e quais os parâmetros da seletividade destas condutas? No caso da gestão dos abrigos em Manaus, nem a constante interlocução de agentes governamentais e representantes de organismos internacionais parece inibir violações, mesmo com toda orientação baseada em convenções e tratados internacionais relacionados aos direitos humanos. Os direitos humanos, nesta esfera, sugerem estar restritos à oferta de recursos básicos para sobrevivência dos/as migrantes, aqui no caso em questão, ao espaço de moradia. Não por acaso, o termo “pessoas institucionalizadas” é usado no ambiente governamental, por vezes, tanto para se referir às pessoas que vivem em abrigos, quanto para aquelas que se encontram encarceradas.

#### ***4.4 Operação Acolhida em Manaus: primeiro passo da interiorização***

A intensificação do fluxo migratório venezuelano para Manaus coincidiu com o início das ações de interiorização em abril de 2018. A capital do Amazonas entrou na rota do programa nacional, mesmo sob alvo de crítica da rede de acolhimento governamental e não governamental local que já havia identificado a cidade, desde

---

<sup>104</sup><https://amazonasatual.com.br/ssp-faz-operacao-em-abrigo-de-venezuelanos-em-busca-de-armas-e-drogas/>, acesso em 30/10/2019.

2016, como destino espontâneo desses migrantes. As iniciativas de interiorização são definidas como institucionais, conduzidas pela FA, e civis, realizadas por organizações da Sociedade Civil Organizada-SCO<sup>105</sup>. Até março de 2021, foram interiorizadas oficialmente 49.058 pessoas venezuelanas. Mesmo com o alcance nacional do programa, Manaus continua sendo o município com o maior número de migrantes interiorizados/as, com 4.939<sup>106</sup>.

Em Manaus, dentre as modalidades de interiorização institucional estão a reunião social, reunificação familiar e vaga sinalizada de emprego. A reunificação familiar foi a principal acionada pelos/as venezuelanos/as, de acordo com o coordenador geral da OA e confirmado durante a pesquisa de campo. Em julho de 2019, conheci Juana na estrada de acesso ao hipermercado Assaí. Apresentando um pouco mais de vinte anos com a blusa levantada, mostrava a barriga da gravidez de oito meses. Natural de Tucupita, chegara a Manaus por meio das ações de interiorização na fronteira Brasil/ Venezuela, via operação Acolhida. Juana que estava acompanhada do filho de dois anos, marido e prima me contou que veio direto de Pacaraima para Manaus. Passou apenas dois dias no abrigo de trânsito esperando a documentação para seguir viagem. Para conseguir vir com a ajuda dos militares, precisou atestar que tinha família em Manaus. Para atender à exigência, sua prima que já morava em Manaus enviou uma foto de um comprovante de residência em seu nome por *WhatsApp* para Juana. O documento foi usado como comprovante de parentesco e para isso foi necessário provar que compartilhavam o mesmo sobrenome.

A flexibilização dos trâmites burocráticos era favorecida pela necessidade de gerar números que alcançassem metas e justificassem a continuidade do financiamento público da OA. De outro lado, os/as migrantes enxergando a possibilidade de apoio para o deslocamento para o interior do Brasil, contavam “mentiras sinceras” sobre a existência de parentesco e amizade em Manaus. Não foram raras as descrições de utilização de documento ou referência do amigo de um amigo ou mesmo de alguém com quem possuía o mesmo sobrenome, mas não compartilhava consanguinidade. A

---

<sup>105</sup> Apresentação do general Eduardo Pazzuelo, coordenador geral da Operação Acolhida na audiência pública sobre crise migratória venezuelana no estado de Roraima, realizada na Assembleia Legislativa de Roraima, em 29 de maio de 2019.

<sup>106</sup> Para informações atualizadas sobre o processo de interiorização consultar: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>, acesso: 04/04/2021.



mentira precisa ser compreendida, neste contexto, como um recurso no ambiente de incerteza e dependência, mas não com um julgamento moral (PARDUE, 2020, p.34).

No caso de Juana, embora não tenha nomeado sua experiência de interiorização como uma reunificação familiar, ficou notório pelos procedimentos exigidos. O relato de Juana demonstra que os/as migrantes não têm clareza se a ajuda oferecida para sair de Roraima constitui uma ação governamental ou privada, e tão pouco a nomeiam como “interiorização”. Ao que parece, nas modalidades “reunificação familiar” e “reunião social”, as instituições se eximem de qualquer apoio no local de destino e a ajuda se restringe ao financiamento do transporte. Por isso, muitos buscam ajuda nas ruas ou, num primeiro momento, sem ter aonde ir, moram na rua. Contraditoriamente, famílias que viajam juntas podem acabar se separando como estratégia de sobrevivência. Como foi o caso de Adri e Yoleixi, apresentado na primeira seção.

No caso das irmãs Padrón que foram interiorizadas pela Cáritas-Boa Vista, ao chegarem em Manaus não tiveram nenhum acompanhamento da instituição e tampouco sabiam da existência da mesma instituição em Manaus. Isso sugere que não existe um acompanhamento da instituição no local da interiorização, para quem alega ter parentes no local de destino. No caso das irmãs Padrón, após quinze dias vivendo na rua, descobriram que existia a mesma organização na cidade:

Fuimos hasta Boa Vista, aquí nos ayudó la iglesia Cáritas para llegar a Manaus. En Boa Vista dormimos dos días en la calle hasta que salimos en bus a Manaus. Aquí dormimos también en la calle por más de quince días cerca de la Rodioviaria. Hablando con la gente nos enteramos sobre Caritas y fuimos hasta allá.

Por outro lado, era notório que os/as migrantes venezuelanos/as constituíram uma rede informal de comunicação sobre as organizações e instituições que ofereciam ajuda. O mesmo não era percebido entre as instituições governamentais e não governamentais que realizavam o processo de interiorização com aquelas que desenvolviam ações de apoio aos/às migrantes nos locais de destino. Sendo interiorizadas pela Cáritas de Boa Vista, as irmãs Padrón não foram direcionadas para buscar apoio na Cáritas de Manaus.

Os/as que viajaram por outras modalidades, tinham a ajuda limitada aos primeiros meses de estadia em Manaus pelas instituições. Isso não era suficiente para o estabelecimento de uma autonomia financeira. A falta de acesso ao emprego na tão sonhada zona franca de Manaus reproduz a condição precária de vida anterior.

Retornam às ruas em busca de qualquer forma de trabalho temporário e ajuda para subsistência.

A interiorização de Boa Vista para Manaus transferiu os/as migrantes de lugar, mas não gerou condições e oportunidades de inserção na estrutura produtiva da cidade. É o caso das diárias, trabalho temporário que representa uma condição marginal ainda mais acentuada se comparada à massa de trabalhadores/as brasileiros/as, experiência também observada entre venezuelanos/as em outros países (GANDINI *et. al.*, 2019; BLOUIN *et al.*, 2019; BERGANZA, SOLÓRZANO, 2019; BARBIERI, 2020; VASCONCELOS, SANTOS, 2020). O valor pago aos/às venezuelanos/as, geralmente, é um valor abaixo do recebido por um/a brasileiro/a:

Y no hay trabajo. Hay muchos padres de familias que tienen sus hijos en Venezuela. Cuando viene una diaria solo le quieren pagar 20 o 30 reales. Están explotados. Estamos con las manos atadas. (Juan, Manaus, novembro 2019)

Na perspectiva de tornar esse migrante *desejável* sob o ponto de vista da estrutura produtiva local, as instituições governamentais e não governamentais que compõem a rede de acolhimento investiam em ações de capacitação e empreendedorismo. Visavam tornar o migrante em mão-de-obra atraente para o comércio, os serviços e para o Polo Industrial de Manaus. Contudo, pressionados/as a suprir as necessidades imediatas da materialização da existência de suas famílias na Venezuela e no Brasil, esses/as migrantes não dispunham de tempo para realização de cursos de capacitação:

Yo le digo a la coordinadora que hay muchos venezolanos profesionales y que lamentablemente estamos pasando por estas circunstancias. Ahora están haciendo unos cursos y la última opción que nos pusieron es que él no lo haga o realice tiene treinta días para retirarse del abrigo, con muchacho y sin muchacho. En el refugio hay muchos padres de familia que precisan trabajar para poder enviar 20 o 30 reales a su gente en Venezuela, para que sus hijos coman. Los ponen "en tres y dos". O haces el curso o te vas. (Yodex, abrigo Coroado, Manaus, setembro 2019)

A expressão "en tres y dos" é utilizada para demonstrar que estão pressionados por alguma circunstância. Deriva do beisebol e denota um momento crucial, um ultimato, um dilema, um momento decisivo, pois a contagem de três bolas e dois strikes é a contagem máxima que cada bateador enfrenta antes de bater ou ser posto para fora. No caso descrito pelos/as migrantes venezuelanos/as, ficam pressionados/as e divididos/as. De um lado, pela necessidade de capacitação e validação da

documentação como critério para tornarem-se *desejáveis* no Brasil; de outro, pela necessidade imediata do envio de dinheiro para subsistência familiar na Venezuela.

Diante das escassas possibilidades de acesso a políticas governamentais de recepção e acolhimento aos/às interiorizados em Manaus, descrevo na próxima seção a ocupação espontânea no entorno da rodoviária da cidade. A tomada desse espaço como moradia provisória de algumas centenas de venezuelanos/as deu visibilidade à problemática migratória e mobilizou instituições públicas e privadas, sendo desmobilizada, em 2019, com a chegada da gestão militarizada e instalação de equipamentos da OA, como um PTRIG e uma área de pernoite.

#### 4.4.1 O reordenamento da rodoviária

As atividades executadas pelas FA em Manaus na recepção dos/as migrantes venezuelanos/as seriam, conforme o primeiro coordenador operacional da FT Log Hum, general Eduardo Pazuello, um *braço* da Operação Acolhida<sup>107</sup>. Em maio de 2019, em audiência pública em Boa Vista, o coordenador da OA afirmou que a interiorização era a principal frente de atuação e poderia se desdobrar futuramente em uma nova operação. Foi assim que, em junho de 2019, iniciaram as novas atividades da Operação Acolhida no Amazonas, especificamente na cidade de Manaus. O principal objetivo era potencializar a interiorização de venezuelanos/as para o resto do país, utilizando o aeroporto (de maior capacidade) como *hub* para facilitar a logística. Foi instalado um Posto de Interiorização e Triagem (PTRIG), em terreno cedido pela Prefeitura de Manaus na Av. Constantino Nery (via de grande movimentação, servida por numerosas linhas de transporte coletivo). O funcionamento era semelhante ao PTRIG de Pacaraima, voltado à documentação e seleção dos/as migrantes com vistas à distribuição para outras localidades do país.

No entanto, a medida mais visível da OA em Manaus foi a higienização social da chamada *oleada venezuelana* na rodoviária, denominada pelos militares como “reordenamento do entorno da rodoviária”. Já no mês de julho, iniciaram a reforma de prédio público na lateral da rodoviária com a participação de mão de obra voluntária

---

<sup>107</sup> Declaração realizada na Audiência Pública intitulada “Crise Migratória Venezuelana no Estado de Roraima”, coordenada pela comissão de relações fronteiriças Mercosul, Ciências e comunicação da ALE- RR realizada em 31/09/2019 no auditório da Assembleia Legislativa de Roraima.

dos/as migrantes. Nesse prédio foram criados espaços de lavanderia, banheiros, guarda-volumes para os/as migrantes deixarem pertences, refeitório, fornecimento de água potável e a demarcação de espaços proibindo a permanência dos/as migrantes.

**Figura 44, 45, 46 e 47 – Antes e Depois do reordenamento da rodoviária de Manaus pela Operação Acolhida**



Fonte: autoria da pesquisadora. Março 2019.



Fonte: autoria da pesquisadora. Setembro 2019.

A presença militar no entorno da rodoviário gerou, no primeiro momento, uma expectativa positiva *na oleada venezuelana* de serem *tomados en cuenta*. Em outras palavras a esperança da inclusão em ações governamentais de apoio a habitação e trabalho:

Hay un plan con respecto a lo que es uno módulo de salud, módulo de seguridad, uno módulo de guarda equipaje, diez baños que están haciendo para el aseo personal de todos los venezolanos. Se va a tener allí también uno módulo de atención al inmigrante, aquí hacia atrás van hacer los refugios la parte donde la gente va estar momentáneamente hasta tanto puedan ser enviados a otros estados. Se les puede dar uno trabajo y ahorita que bueno que ustedes han llegado, dentro de poco no se si eso va acontecer se va anunciar uno plan obrero de inmigrantes para que toda empresa en

Manaus tenga que reportar y tener obligatoriamente un venezolano, como mínimo, trabajando. Eso me parece fantástico. Eso me parece bien. Ese rumor ha venido corriéndose por los pasillos desde hace aproximadamente una semana y es lo que he escuchado más no tengo los nombres con certeza de quienes son. (Anibal, liderança e fundador da oleada, agosto de 2019)

Contudo, ao contrário das expectativas, longe de gerar autonomia sobre suas vidas, as primeiras iniciativas da operação tornaram os/as migrantes ainda mais dependentes das ações governamentais e de “ajuda humanitária”. A distribuição de doações foi um deste aspectos. Antes organizada pelos/as próprios migrantes com base em normas estabelecidas entre o grupo e doadores/as, passou a ser realizada pelo crivo dos/as militares. Os grupos filantrópicos que forneciam algum tipo de doação precisavam entregar os suprimentos doados aos representantes das FA que estabeleciam horários e quem iria receber, sobretudo, em relação à distribuição de comida. A gestão logística do espaço ficou concentrada nas decisões e regras estabelecidas por militares e “mediadas” por agências internacionais vinculadas à ONU, tais como, ACNUR, UNICEF, OIM, entre outras.

Isso, por sua vez, causou indignação dos/as migrantes que alegavam que as restrições de horários de distribuição, falta de local para cozinhar e as escalas impostas pelos militares em relação às doações, diminuiriam a quantidade de comida recebida e, conseqüentemente, a comida que chegava não era suficiente para suprir a necessidade de todos/as migrantes. Antes da OA derrubar as moradias improvisadas, os/as moradores/as da ocupação popular mantinham uma cozinha comunitária na qual havia colaboração e compartilhamento de doações.

Com a extinção da *oleada* venezuelana no final de agosto de 2019, mais de quinhentas pessoas foram “dispersadas” das imediações da rodoviária e transferidas para a Arena Amadeu Texeira, conhecida popularmente como arena da Amazônia, espaço poliesportivo de grande porte reconstruído para sediar alguns jogos da copa do mundo de futebol realizada no Brasil em 2014. Desde então o espaço tornou-se pouco utilizado, sediando esporadicamente alguns jogos de futebol e eventos regionais. Durante alguns dias, parcela de sua estrutura física serviu de abrigo temporário para migrantes venezuelanos/as enquanto a área de pernoite era erguida no entorno da rodoviária.

A retirada dos/as migrantes se iniciou do centro para as periferias do acampamento, o que coincidia com a hierarquia de prestígio dentro da ocupação.

Quanto mais próximo à entrada da rodoviária, mais estratégico do ponto de vista de recebimento de doações e contato com as instituições. A limpeza do local começou pela derrubada das moradias das lideranças da *oleada*, mais próximos à rodoviária. Cada canteiro demarcava um grupo de pessoas denominadas pelos militares de “ilhas”. Um dia após a retirada da primeira ilha, encontrei um dos fundadores da *oleada* com sua esposa. Com tristeza no semblante, descreveram que a ação dos militares foi autoritária, desrespeitosa e truculenta.

Às 19 horas da noite da segunda-feira (27/08/2019), após uma reunião, foi anunciado que as pessoas seriam retiradas do entorno da rodoviária para arena da Amazônia. De acordo com Anibal, sem alternativa, todos/as foram obrigados/as arrumar seus pertences e se dirigirem até lá. Proibidos de levar muitas coisas, apenas colchões e algumas mudas de roupas, tiveram que deixar parte seus pertences no guarda-volumes do posto de apoio ao lado da rodoviária. O Sr. Anibal ressentia-se por não terem sido escutados em nenhum momento. Desde que mudaram para o espaço provisório na arena da Amazônia não conseguiam comer direito. Na *oleada* não os faltava comida, sempre recebiam doações e partilhavam entre todos. Tinham lugar reservado para dormir e descansar. Na arena nem comida tinham, desabafou mais uma vez o Sr. Anibal. Enquanto conversávamos, parou uma van que transportava funcionários/as da prefeitura com seus coletes verdes intitulados “Prefeitura de Manaus- calamidade pública” ao lado da rodoviária. Ao olhar a cena, senhor Anibal exclamou em portunhol: "*ONU, prefeitura, governo do estado, son puro pacote, en nada ayuda*".

Paralelo à estruturação logística da Operação Acolhida em Manaus, os militares realizavam reuniões com os *atores locais*, a título de *prospecção*, para mapear o que cada instituição realizava de atendimento aos/às migrantes e em que medida poderiam contribuir no desenvolvimento das atividades da operação em Manaus. Já nas primeiras reuniões surgiram críticas de parte da SCO sobre a forma centralizadora de condução dos trabalhos. Bem como observou-se uma certa decepção entre gestores/as governamentais que não identificaram repasse de recursos e tão pouco transferência das ações de recepção para as FA brasileiras:

Quando eles convidaram pra reunião, era para nos mostrar o que seria a Operação Acolhida aqui em Manaus e para integrar todas as instituições que já estavam aqui em Manaus, no processo, né? Pra que todos pudessem participar da Operação Acolhida seja executando, seja dando sugestões, seja apontando, enfim, esse foi o convite que nós recebemos. Quando nós

chegamos lá, não sei a patente dele lá, aquele que fez a explicação toda. Eu não lembro o nome dele, mas é uma patente, não sei se era Coronel, não sei. Ele foi e perguntou o nome de todo mundo, qual era a instituição, o que que fazia, papapapa... aí no final ele disse assim: "Pois é, nós vamos precisar de colchões, nós vamos precisar disso, daquilo e a gente quer que vocês digam o quê que vocês podem dar." Aí eu olhei para um lado, olhei pro outro, olhei pro padre o padre olhou pra mim. Falei: "Não, a gente não vai dar nada. O que que a gente tá fazendo aqui?" Aí você vê que tem instituições que: "Não, a gente pode pedir, não sei o que colchão, ah porque a gente pode..." Falei: "Gente, tem alguma coisa errada aqui." Como é que eles estão montando essa megaestrutura física, mas não tem estrutura para receber as pessoas? Pra acolher as pessoas? Não nos convidaram para fazer parte do projeto, do processo todo: "Aí, tá, então tá, a reunião tá terminada, era isso que a gente queria com vocês, pronto, acabou. (Frida Kahlo, Manaus, em 24/09/2019)

A Sociedade Civil Organizada em Manaus, assim como em Boa Vista, alegava que a interlocução com os militares era pouco democrática. Nas reuniões convocadas pela Operação Acolhida, não havia espaço para contestações. A SCO tinha como atributo desempenhar as atividades delegadas com base nos planos apresentados pelos militares. Aquelas que se recusavam a acatar as demandas impostas eram gradualmente afastadas do processo. A atuação em uma missão *eminente humanitária* não transformou os princípios hierárquicos e disciplinadores que orientam a FA. A hierarquia, neste contexto, não está vinculada às patentes, mas ao poder de conduzir as ações e definir quem pode colaborar.

Com o reordenamento da rodoviária, as moradias improvisadas da *oleada venezuelana* deram lugar a enormes tendas brancas tipo *overlay* que passaram a abrigar centenas de barracas de camping tipo iglu para até duas pessoas. As tendas *overlay* que, traduzindo literalmente, se sobrepõem às barracas, são divididas por categorias: homens solteiros, mulheres solteiras e núcleos familiares.

**Figura 48 e 49 - Área interna da tenda overlay destinada aos núcleos familiares ao entardecer e início da noite**



Fonte: autoria da pesquisadora. Março 2019.



Por constituir um espaço de pernoite e não de abrigo, era exigido dos/as migrantes uma rotina bastante disciplinada. A partir das 17 horas, os soldados começam a distribuir as barracas destinadas ao pernoite. A partir dos primeiros raios de sol, às 6h, os hóspedes *overnight* deviam entregar a barraca. O café da manhã era condicionado pela existência de doações. Quando havia comida disponível, os responsáveis faziam a distribuição. Quando não havia comida, as pessoas ficavam à própria sorte.

**Figuras 50 e 51- Recolhimento de pertences e fila para entrega de barracas e colchonetes, antes das 6 horas.**



Fonte: autoria da pesquisadora. Março 2019.

De acordo com o coronel do Exército M. D., então comandante da Operação Acolhida em Manaus, “a partir das 6h, eles deviam entregar esse material e partir para seu local de trabalho”<sup>108</sup>. O problema é que a maioria desses/as migrantes não possuíam vínculo empregatício regular. Isso significa que eram obrigados/as a passar o dia perambulando pela cidade em baixo do sol forte ou chuvas torrenciais amazônicas, enquanto aguardavam o entardecer para receber as barracas:

Antes de que lleguen los militares, salíamos por la mañana en busca de trabajo. Cuando no podía encontrarlo, podía volver a comer y descansar un poco para regresar a última hora de la tarde. Ahora el ejército nos despierta a las 5 de la mañana, nos obliga a irnos y regresar solo al final del día. Si es para vivir así, prefiero pasar hambre en Venezuela. (E. Cordeiro, natural Margarita, estado Nueva Esparta, no Brasil há oito meses, seis meses em Boa Vista e dois meses em Manaus)

<sup>108</sup> Declaração divulgada no site do Governo do Estado do Amazonas, em 30/08/2019, acesso em 01/09/2019, em: <http://www.amazonas.am.gov.br/2019/08/operacao-acolhida-inicia-atendimentos-a-refugiados-venezuelanos-em-nova-estrutura>



O “reordenamento da rodoviária” tinha como objetivo, de acordo a Secretária executiva adjunta da SEJUSC, Edmara Castro “oferecer boas condições para os refugiados”<sup>109</sup>. No entanto, na percepção dos/as migrantes, só foram acentuadas as precariedades em suas vidas. As práticas de higienização social desenvolvidas pela operação acolhida, apoiadas por órgãos estaduais e municipais governamentais de direitos humanos e assistência social e agências internacionais, remontam às ações de asilos de pobres promovidas no séc. XVI. Conforme Jacques Carré (2011, p.576), as municipalidades francesas confinavam os pobres em espaços cercados, onde eram obrigados a aprender um ofício, recebiam alimento de forma controlada e eram forçados a trabalhar, se fossem saudáveis, e eram tratados se fossem doentes. Não me parece apenas uma coincidência com as políticas de abrigo aos/as migrantes venezuelanos/as em Manaus e Boa Vista, mas sim uma reinvenção da convenção “ocidental” segundo a qual a pobreza e a mendicância são vistas como signo de insucesso social, indesejadas, precisam ser obliteradas. De acordo com o Major L., responsável pela coordenação da área de pernoite “*Fazemos isso como incentivo para buscarem um trabalho*”.

#### **4.5 A participação da sociedade civil organizada manauara**

A partir de 2017, a sociedade manauara constituiu dois movimentos paralelos e opostos. De um lado, a mobilização de grupos autônomos, vinculados a entidades religiosas, universitárias, que demonstravam ampla solidariedade por meio de doações de alimento, roupas, utensílios domésticos, debates sobre o tema, entre outras iniciativas. De outro lado, existiam aqueles, como em Boa Vista, que protestavam contra a oferta de um atendimento diferenciado aos/as migrantes (assistência médica, refeições diárias, alojamento), enquanto a população local também tinha suas carências, produzindo uma imagem negativa dos/as venezuelanos/as na cidade com ataques xenofóbicos cotidianos. Certa vez uma diplomata colombiana, funcionária do consulado em Manaus, me confidenciou que foi agredida por uma caixa de

---

<sup>109</sup>Reportagem divulgada no site da SEAS em 03/09/2019, disponível: <http://www.seas.am.gov.br/operacao-acolhida-seguinte-com-reordenamento-de-venezuelanos-na-rodoviaria-de-manaua>, acesso: 15/09/2019

supermercado ao ser confundida como venezuelana: “*Volta para sua terra, morta de fome*”.

A imagem de “indesejáveis”, reforçada pelos impactos econômicos e pela insegurança relacionados à presença venezuelana na cidade, assim como Boa Vista, era uma constante. Contudo, estudos sobre os impactos econômicos da presença de migrantes vêm demonstrando que está associação não apresenta evidências concretas (FGV,2020; BARRETO,2021). Por outro lado, existe um silenciamento sobre as ações executadas pelos/as migrantes que têm contribuído com aportes econômicos, sociais e culturais nestas cidades (COLLIER, 2013). A presença venezuelana no extremo norte do Brasil apenas tornou evidentes carências já existentes.

A fronteira entre posturas de solidariedade e desaprovação era tênue e permeável. Sentimentos de comiseração com a dor e sofrimento venezuelano podiam ser transformados em rechaço e discriminação, sempre que a *dádiva* ofertada não era aceita de forma resignada e sem contestação ou, compartilhando as inspirações de Coelho (2010), em sentimento de desprezo, demonstrando certa superioridade de quem exprime o sentimento de compaixão.

A quem ofertava, pouco interessava saber as reais necessidades de quem iria receber. O importante era demonstrar compaixão. Quanto mais compaixão, mais humano. O caso da doação de sopa aos warao no abrigo Coroado por um grupo de jovens foi bastante ilustrativo. Uma noite, próximo ao horário do jantar, o grupo foi ao abrigo coroado entregar sopa aos indígenas warao. Mas, para sua surpresa, os warao recusaram a sopa, alegando que não aguentavam mais tomar tanta sopa. Quase todos os dias, distintos grupos levavam sopa ao abrigo. Os/as jovens saíram do local decepcionados com a reação dos warao e o acontecimento foi divulgado amplamente de forma negativa nas redes sociais.

O caso da recusa warao em receber mais sopa repercutiu negativamente entre as redes de entidades filantrópicas, o que fez diminuir significativamente o número de doações de alimento ao abrigo, de acordo com a coordenadora da instituição. Quem dá ajuda não considera um livre consentimento ou possibilidade de recusa por parte de quem recebe, como é o caso da *dádiva*-abrigo e *dádiva*-refúgio (HAMID, 2012). É como se as vulnerabilidades socioeconômicas obstruíssem a capacidade warao de discernir sobre o que querem ou não querem comer.

Essa vitimização radical do outro também foi observada por Adriana Piscitelli entre jovens prostitutas de origem pobre (PISCITELLI, 2008, p. 47). De acordo com a autora, os operadores do direito consideravam que mulheres pobres, com baixa escolaridade e de regiões periféricas não tinham autonomia para tomar a decisão de deslocar-se para trabalhar na prostituição, geralmente percebidas como vítimas em contraposição às mulheres com melhor poder aquisitivo e de regiões centrais (*idem*). No caso da ajuda humanitária, algumas investidas se revestem dos ares de um regime tutelar, capturando para si o direito de fazer escolhas em nome dos sujeitos assistidos.

Para além de ações individuais e de grupos espontâneos, é importante ressaltar as ações da sociedade civil organizada (entidades religiosas e ONGs laicas) voltadas para o abrigo, geração de renda e documentação, articuladas com o ACNUR. Aqui, dou destaque ao Serviço Pastoral dos Migrantes e à Cáritas Arquidiocesana de Manaus, ambos ligados à Igreja Católica. Tanto a Pastoral como a Cáritas tornaram-se referência desde o início do processo do acolhimento em Manaus e são entidades civis que já atuavam antes da acentuação do fluxo venezuelano para a região. Como já dito em outras seções, os agentes da Pastoral e da Cáritas demonstraram maior experiência na questão migratória, se comparados com os agentes públicos.

Guardadas as devidas peculiaridades de cada população migrante, a experiência adquirida pelas pessoas envolvidas (padres, irmãs de caridade, técnicos/as e voluntários/as) no acolhimento aos/às imigrantes colombianos/as e haitianos/as em passado recente serviu como base para as mobilizações em prol dos/as venezuelanos/as, indígenas e não indígenas. Essas instituições participavam ativamente do Grupo de Trabalho Migração Venezuelana que compõe as ações do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Migrações e Refugiados (CETPMR/AM). Correndo por fora aparece o movimento LGBTI manauara, com a criação do primeiro abrigo exclusivo para esse público no Brasil.

Em setembro de 2019 existiam oito espaços de abrigo apoiados e acompanhados pelo ACNUR: Casa Tarumã, Alfredo Nascimento, Coroado, Jacamim, Casa Miga, Oásis, Santo Antônio, Madre Assunta, Filhos Prediletos. Deste total, apenas a metade eram governamentais. Os abrigos Santo Antônio e Madre Assunta eram geridos pelo Serviço Pastoral do Migrante; o abrigo Oásis, ligado ao grupo religioso evangélico, e Casa Miga ao Movimento LGBTI manauara. Importante ressaltar que existem inúmeras iniciativas da SCO espalhadas pela cidade, sobretudo vinculadas a

instituições religiosas. Contudo, dada as proporções da cidade, não foram possíveis de serem todas mapeadas.

A Cáritas arquidiocesana de Manaus completou cinquenta e sete anos de atuação no estado do Amazonas em abril de 2019. Vinculada à Cáritas Brasileira, é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e presta serviços de escuta, orientação, assistência social, geração de renda, proteção e integração a migrantes e refugiados. A Cáritas é uma instituição de personalidade jurídica, além dos serviços prestados descritos anteriormente também era responsável por dar suporte técnico e administrativo para captação de recursos para as atividades desenvolvidas pelas pastorais sociais ligadas à arquidiocese de Manaus, incluindo a Pastoral do Migrante.

De acordo com Rosana Nascimento, então coordenadora do Serviço Pastoral do Migrante, a entidade orientada na atualidade pelos preceitos do Papa Francisco, trabalha em quatro frentes com os migrantes: acolher, proteger, promover e integrar. Para cada um desses princípios e/ou frentes, existe uma linha de atuação. Na parte da acolhida e proteção, ofertam espaços de abrigamento e orientação para acesso à documentação. Da integração, com a oferta de aulas de português, fomento ao empreendedorismo e cursos de qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho, formal ou informal. Na parte da promoção, incentivam a participação nos eventos, como: fórum, seminário, mobilizações sociais “Grito dos Excluídos”, entre outros, na perspectiva de dar visibilidade a iniciativas com e para os/as migrantes.

No final de outubro de 2017, participei de evento promovido pela Pastoral dos Migrantes em parceria com a Defensoria Pública da União (DPU/AM) e o ACNUR. O motivo era oferecer orientações gerais sobre documentação no Brasil, bem como para preenchimento do complexo formulário de solicitação de refúgio. Na ocasião, a sala de aulas localizada na Paróquia São Geraldo, zona centro-sul de Manaus, ficou lotada de venezuelanos/as cheios de dúvidas e ansiedades sobre a estadia no Brasil. Até aquele momento, nenhuma iniciativa parecida fora realizada em Boa Vista, apesar do quantitativo expressivo de venezuelanos que chegavam diariamente.

Em 25 de novembro de 2017, na quadra da mesma Paróquia, foi promovida “Festa Cultural e Convivência entre os Warao”. Uma tentativa de aproximar a comunidade Warao da comunidade de fiéis da Igreja. Os Warao aproveitaram a

oportunidade para comercializar seus artesanatos além de apresentar suas danças e cantorias tradicionais ao público presente.

A Pastoral dos Migrantes e a Cáritas realizam anualmente eventos para celebrar a “Semana Nacional do Migrante e Refugiado” ou simplesmente “Semana do Migrante”. Em 2018, no período de 12 a 24 de junho, foram realizadas missas, debates, roda de conversas, apresentação de filmes e uma “Festa Cultural”, também na quadra da Paróquia São Geraldo. Na missa de encerramento das celebrações da “Semana do Migrante”, notou-se o esforço da comunidade católica em oferecer missas com cânticos e leituras em espanhol, visando agregar os/as recém-chegados/as. No coral da Igreja participaram não somente venezuelanos/as, mas também haitianos/as já integrados à comunidade local. Um momento marcante foi a entrada de migrantes com as bandeiras de seus países, celebrando ali um ideal de comunhão e fraternidade internacional.

A Pastoral dos Migrantes recebia, diariamente, dezenas de pessoas em suas instalações no centro da cidade, no subsolo da Igreja N. S. dos Remédios e no escritório localizado ao lado da Paróquia São Geraldo. Ali eram oferecidos cursos de língua portuguesa bem como realizados cadastros profissionais e escutas por assistentes sociais e psicólogos. Em uma de minhas visitas à Pastoral, conheci a senhora Solange, venezuelana que, uma vez instalada na cidade, passou a trabalhar como voluntária fazendo traduções para seus conterrâneos.

A Cáritas, ainda em 2019, era a referência principal para aqueles imigrantes recém-chegados/as em Manaus, inclusive aqueles/as transportados/as de Boa Vista pela política de “interiorização” promovida pelo Governo Federal e para aqueles/as que chegavam espontaneamente à cidade. Até outubro de 2019, o/a migrante que se deslocava até a Polícia Federal para formalizar a solicitação de refúgio recebia um papel com a descrição do passo a passo das etapas do processo de regularização migratória e, ao final do documento, se encontrava um informe: "Procurar a Cáritas."

Em parceria com o ACNUR, foi instalado escritório para oferecer as primeiras orientações sobre documentos e capacitação profissional no Brasil.

**Figura 52 e 53 – Fila e atendimento na Cáritas de Manaus**



Fonte: foto cedida pela Cáritas, março 2019.

A Cáritas atende diariamente dezenas de migrantes, majoritariamente famílias que trazem as mesmas reclamações de Roraima sobre falta de acesso a recursos. Uma colaboradora da Cáritas, a intercambista estadunidense Emily Hudson, criticou a imprensa local por induzir idéias incorretas nos/as próprios/as venezuelanos/as sobre a disponibilidade de recursos para alimentação e aluguéis. Ela esclareceu que o projeto da Cáritas em parceria com o ACNUR não prevê tais recursos, mas está focado em oferecer orientações iniciais e realizar inscrições para cursos profissionalizantes e cursos de língua portuguesa.

A Cáritas Arquidiocesana e o ACNUR, no bojo da política de interiorização, mantiveram cinco “Casas de Acolhida” distribuídas pela cidade. No início de 2019 as lotações desses abrigos já estavam esgotadas. Eram mais de duzentas pessoas atendidas pelas instalações que, além de abrigo e alimentação, ofereciam ações de saúde, sediam cursos de língua portuguesa e forneciam as orientações sobre documentação.

Além da igreja católica, também o movimento LGBT+ de Manaus estava empenhado em receber os/as venezuelanos/as. Desde julho de 2017 o coletivo “Manifesta LGBT+” reuniu doações para manter uma casa de acolhida voltada exclusivamente para esse público. Em setembro de 2018, finalmente, conseguiram a parceria do ACNUR. Batizada de “Casa Miga”, a casa de acolhida tem um duplo objetivo: combater a xenofobia e também o preconceito perpetrado pelos/as próprios/as venezuelanos/as dentro dos abrigos convencionais.

Trata-se, oficialmente, da primeira iniciativa exclusivamente voltada ao público LGBT+ no Brasil. Como vimos na seção sobre a gestão militar nos abrigos em Roraima, existe desde 2018 em Boa Vista um abrigo destinado a receber mulheres solteiras heterossexuais, homens e mulheres homossexuais, transexuais e afins. Diferentemente

de Roraima, o projeto da “Casa Miga” surge de iniciativa emergente de dentro do movimento LGBT+ na cidade de Manaus num efeito “de baixo para cima” enquanto que, em Boa Vista, a separação dos abrigos foi promovida “de cima para baixo” tendo em vista evitar conflitos que dificultavam a gestão.

Nesta seção me detive em descrever as ações da Cáritas e do Serviço Pastoral do Migrante como exemplo das atividades desempenhadas por organizações da SCO. No entanto, em meados de 2019, era possível identificar mais de uma dezena de instituições não governamentais atuando na recepção de migrantes venezuelanos/as em Manaus como, por exemplo, Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados- SJMR, Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais- ADRA, Hermanitos, Instituto Mana, entre outros.

#### *4.5.1 - Os/as venezuelanos/as também querem participar*

A emergência da atuação de novas organizações não governamentais no desenvolvimento de iniciativas destinadas a migrantes venezuelanos/as não significou o surgimento de novos campos de ação, mas a multiplicação da oferta dos mesmos serviços. Em geral, abrigo, orientações sobre documentação, *encaminhamentos* às políticas governamentais de saúde, de assistência social e educação, cursos de capacitação, inserção no mercado de trabalho e geração de renda. A Sociedade Civil Organizada em Manaus se conformava em um complexo campo de disputas e alianças.

As principais críticas das organizações não governamentais em relação às políticas de governo eram voltadas à ausência de ações integradas. Inclinação também observada em âmbito internacional, especialmente em países da América Latina, onde cada governo cria mecanismos de recepção e regulamentação próprios sem interlocução com países vizinhos que enfrentam desafios similares no que diz respeito à migração venezuelana. O ponto comum são as diferentes maneiras como a perspectiva da segurança e do controle migratório se manifestam nestes espaços (BARBIERI et.al, 2020).

Aqui privilegiarei a percepção da Cáritas, Pastoral do Migrantes, SJMR, por ter tido oportunidade de acompanhar mais de perto algumas das ações desenvolvidas por estas organizações. Por exemplo, enquanto essas organizações desempenhavam iniciativas de fomento ao empreendedorismo e geração de renda, a Prefeitura Municipal

de Manaus apreendia mercadorias dos/as migrantes e proibia o desenvolvimento de atividades de geração de renda nas ruas da cidade.

A falta de participação dos/as migrantes na proposição de iniciativas de integração e/ou “soluções duradouras” para os problemas enfrentados também era constante alvo de debate entre essas organizações não governamentais e órgãos de governo:

Quando eles querem que o migrante participe é só pra fazer número, eles não dão voz pro migrante, não dão uma fala pro migrante: "Olha, tá aqui você vai, tá aqui um tema, aborde esse tema..." Igual quando ele faz quando chama um professor na universidade, quando chama um especialista, né? Dizer assim: "Olha, aqui um tema, e te deixa livre pra você abordar o tema dentro daquilo que você conhece..." Com os migrantes eles não fazem assim, né? Com os migrantes eles dizem assim: "Não, você vai lá e dá o seu testemunho. Você fala o que que você encontrou quando você chegou." Mas o migrante ele é muito mais que só um testemunho, né? Tem muitos migrantes que tem formação acadêmica, que tem muita contribuição mesmo pra dar, pra formação dentro da identidade cultural da cidade, muita informação do ponto de vista da economia, da sociologia, né? Mas isso não é levado muito em consideração nesses espaços. Por exemplo, aquele Seminário que teve lá da SEJUSC lá, da migração e do tráfico de pessoas, não tinha um migrante lá falando, né? Não tinha nenhum migrante, mas por que também que os migrantes não foram? Porque eles foram convidados pra dar testemunho, pra dar depoimento e eles não querem mais falar isso. Eles não querem mais sair pra falar da vida deles, né? Um migrante sempre que o convidado para dar um testemunho, fala assim: "Parece fofoca, o pessoal quer saber da minha vida, não querem saber o quê é que pode ser feito pra melhorar a vida do migrante, que idéias a gente tem pra melhorar a vida do migrante, que sugestões a gente tem, ninguém pergunta isso. Todo mundo só quer saber, "mas quando você chegou? O que que você passou? Como é que foi? Papapa..." Aí ele um dia desse tava falando: "Parece fofoca!". (Frida Kahlo, outubro 2019).

A crítica apontada era compartilhada por migrantes e pode ser observada por mim, durante a pesquisa de campo, em inúmeros eventos promovidos por instituições governamentais e pelo ACNUR. A participação dos/as migrantes na condição de orador/a e/ou participante ativo/a estava sempre condicionada à descrição de um *testemunho*. Seja a descrição da realidade sofrida que levaria à comoção do público presente ou de experiências bem-sucedidas por meio da descrição de participação em atividades, projetos, programas realizados por essas instituições que conduziram a uma melhoria de suas vidas. Não estou aqui afirmando que migrantes não realizavam críticas publicamente nesses eventos, mas que geralmente não eram convidados/as como palestrantes ou quando isso ocorria, tinham o discurso controlado com roteiro direcionado de informações que deveriam ser faladas. Quando as críticas iam a público, não tinham seus discursos legitimados nesses espaços.



Eram múltiplos os espaços de debate e constituição de políticas governamentais e iniciativas não governamentais de atendimento aos/às migrantes venezuelanos/as. Existiam vários Grupo de Trabalho- GT, definido por áreas de atuação de cada instituição. O ACNUR, geralmente, mediava os trabalhos junto com os *parceiros*. Foram criados GT's sobre indígenas warao, saúde, educação, trabalho e renda, entre outras temáticas. Para alguns gestores/as a participação dos/as migrantes nesses espaços de debate impedia que os *trabalhos* avançassem para *encaminhamentos*, pois apresentavam muitas demandas e poucas sugestões consideradas viáveis.

Frente às dificuldades de expressar suas demandas e opiniões sobre iniciativas governamentais, a partir de julho de 2019, um grupo de migrantes venezuelanos iniciou processo de formalização de uma organização não governamental:

Yo soy de la directiva de la Sociedad Civil Venezolanos en Brasil. El día 26 vamos a tener una actividad en esa actividad la Proctoria de Extensión quieren hablar pues de algunos proyectos hablar de lo que se puede hacer en pro de los inmigrantes, solo que hemos sido bien insistentes de que nos den la palabra ese día, ya estamos un poco agotados de que se hable allá en la mesa y nosotros aquí como meros receptores, entonces ese día vamos a palear de la Asociación. (Javier, um dos diretores da Associação de Venezuelanos no Brasil, Manaus, 22/11/2019)

A formalização da *Associação de Venezuelanos no Brasil* surge, na percepção dos/as envolvidos/as, da necessidade de conquistarem um lugar de fala autorizada. Desejam constituir-se enquanto sujeitos políticos e não somente sujeitos da caridade alheia. Trata-se de uma tentativa de transformação de uma posição *passiva* de receptores/as de doações, para alcançar uma posição de *agentes* da gestão de suas próprias vulnerabilidades:

Frente a nuevos actores de migrantes como una Asociación Civil organizados. No estamos hablando de indígenas, ni pobrecitos de la calle, es una asociación de profesionales interesados en gestionar las dificultades de los venezolanos vulnerables. Este es el enfoque que le presenté a la Asociación. (Crisco, 23/11/2019, Manaus)

Contudo, é importante ressaltar que os/as venezuelanos/as que compõem a diretoria dessa associação, em sua maioria, são migrantes qualificados, *profissionais*, como dizem. Pretendem, com a associação, fazer-se representar nos espaços públicos bem como tornar visíveis suas demandas por revalidações de diploma e inserção no mercado de trabalho em suas áreas de conhecimento. Apresentavam-se enquanto pessoas *desejáveis* desde o ponto de vista da economia local, mas que experimentavam

uma condição de *indesejáveis* trabalhadores de rua tendo em vista os obstáculos instanciados pela burocracia brasileira.

**Figura 54 - Primeira reunião da Associação Venezuelana em Manaus**



Fonte: autoria da pesquisadora, novembro 2019

A iniciativa de criar uma associação para *ayudar* os/as venezuelanos/as permite perceber a tentativa de se construir uma distinção entre dois grupos de migrantes. De um lado, aqueles e aquelas que chegaram sem nenhum recurso financeiro próprio e com baixa escolaridade e, de outro, aqueles/as que podem se oferecer enquanto “mão de obra qualificada” e tomam para si o protagonismo na construção de uma imagem pretensamente *desejável* sobre os/as venezuelanos/as. Participar da associação e/ou compor a diretoria da futura instituição significava demarcar uma posição de *diferencialidade* que exprimiria superioridade e reforçava uma busca de demonstrar-se um coletivo de migrantes *desejáveis* aos olhos das instituições brasileiras.

## Capítulo 5 – Las iglesias le dan continente al migrante: o papel das instituições e das pessoas religiosas

A religião ganha centralidade nos debates relacionados às migrações somente a partir da segunda metade do século XX. Até então, a migração era explicada predominantemente por seus aspectos seculares como economia e política (crises/guerras). O interesse renovado nas religiosidades se deu acompanhando uma revigorada presença pública de grupos e instituições religiosas no apoio às populações deslocadas. De acordo com Marinucci (2012, p. 189), “os deuses não sumiram da vida da humanidade e tampouco foram relegados à esfera privada”. Atualmente, é imprescindível levar em consideração as religiosidades de indivíduos e povos que se colocam em movimento. Assim como a religiosidade impacta os fluxos migratórios, o deslocamento pode modificar a religiosidade das pessoas, interferindo em suas cosmovisões e na autoconcepção das instituições religiosas (WARNER, 2000).

A vinculação com instituições religiosas e a reivindicação de valores comuns com os/as brasileiros/as são táticas para conseguir apoio e aceitação social, acionadas pelos/as migrantes venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus. Ao mesmo tempo, também é possível observar um certo predomínio de instituições religiosas na acolhida dos/as estrangeiros/as bem como seu protagonismo nos projetos de interiorização. Não é exagero dizer que o termo “sociedade civil organizada” poderia muito bem ser substituído por “sociedade religiosa organizada”, uma vez que, dentre as ONGs brasileiras, as entidades ligadas à Igreja católica e às Igrejas cristãs não católicas constituem quase que a totalidade dos membros não estatais engajados nas políticas destinadas aos/as migrantes, tanto em Roraima quanto no Amazonas. Tal presença, possivelmente, influencia na afirmação ou transformação das religiosidades dos/as estrangeiros/as.

Ao longo do capítulo veremos que o termo “igreja” pode assumir duplo significado por meus interlocutores e minhas interlocutoras. Por isso cabe definir em que sentido serão empregados ao longo do texto. O termo *igreja*, com i minúsculo, designará as comunidades de fiéis e o termo *Igreja*, com i maiúsculo, as instituições. Examinarei tanto o papel de diferentes *Igrejas* como das *igrejas* no acolhimento e integração de migrantes venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus, auferindo em que

medida o reconhecimento de uma irmandade cristã (e a possibilidade de conversão) dentro do discurso religioso eclipsa as diferenças de nacionalidade e cria uma dimensão de pertencimento a uma humanidade comum.

Por uma questão metodológica e pela própria limitação do campo, os dados apresentados estão restritos à participação dos/as migrantes nas congregações cristãs (católicas e não católicas) em Boa Vista e Manaus. O termo *Igreja católica* indica a Igreja Católica Apostólica Romana, instituição milenar caracterizada tanto pela tradição do pontificado quanto por sua capilaridade e diversidade contemporânea. Enquanto que o termo *Igrejas cristãs não católicas* compreende tanto as chamadas Igrejas evangélicas (pentecostais e neopentecostais) que se submetem ao evangelho como fundamentação única de orientação de suas doutrinas, quanto as chamadas Igrejas neocristãs que não têm a bíblia como único livro referencial, mas adotam também referências introduzidas por seus fundadores (ex: o livro dos Mórmons) (DECOL, 1999). Reconheço e pude identificar durante a pesquisa de campo uma grande diversidade de correntes religiosas embutidas na categoria “Igrejas cristãs não católicas” que não podem ser resumidas a um bloco monolítico. Contudo, as diferenças teológicas entre as denominações não serão tratadas aqui. O que justifica seu agrupamento em uma única categoria ampla não são seus aspectos doutrinários, porém a praxe do acolhimento promovido por essas instituições religiosas.

Na primeira seção examino como as *igrejas* (as comunidades de fiéis) se conformam como meio de apoio e integração social aos/às migrantes. Reflito como o vínculo religioso pode operacionalizar hospitalidade e reciprocidade marcadas pela fé compartilhada. Apresento as perspectivas de reciprocidade das *Igrejas e igrejas* em relação à ajuda prestada e também as expectativas dos/as migrantes com a vinculação religiosa. O contexto migratório pode tanto fortalecer quanto eclipsar crenças e preceitos religiosos. Em diálogo com exemplos etnográficos de outros contextos, especialmente da América Latina, aponto semelhanças e diferenças com o caso da migração venezuelana no norte do Brasil.

Na segunda seção, apresento as diferentes formas de protagonismo das *Igrejas* no acolhimento institucional e comunitário de migrantes venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus. A recepção da *igreja* pode influenciar a conversão e o envolvimento religioso do/a migrante. Os ideais cristãos e posicionamentos políticos podem ou não mobilizar a solidariedade de fiéis para o acolhimento venezuelano. Reflito em que

medida o discurso oficial de adesão ao acolhimento pela *Igreja* é incorporado pela *igreja* e quais são os limites do posicionamento institucional e do engajamento dos/as cristão/ãs.

Na terceira seção chamo atenção para o predomínio de instituições com vínculo religioso no contexto da Sociedade Civil Organizada atuante no acolhimento de migrantes venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus. A mobilidade venezuelana na fronteira norte do Brasil provocou fundação e mobilizou instituições religiosas de causa humanitária para a região. As *Igrejas* constituem-se parte integrante de uma indústria migratória que se articula em âmbito internacional. Esse segmento da indústria migratória oferece auxílio nas demandas emergenciais e por outro lado contribui para um processo de terceirização das políticas governamentais.

Na quarta seção descrevo as distintas frentes de atuação e interlocução da *Igreja católica* e das *Igrejas cristãs não católicas*. Trago a percepção de migrantes e agentes governamentais sobre o trabalho desenvolvido por estas instituições. Problematizo as tentativas de separação entre a atuação da *Igreja* e *igreja* enquadradas respectivamente em atividades institucionais e comunitárias, mas que frequentemente estão justapostas.

Na quinta seção, abordo o envolvimento das *Igrejas* e *igrejas* nas ações de envio/recepção de pessoas e famílias migrantes para/em outras localidades do país. Aponto suas colaborações no programa de interiorização governamental, as diferentes perspectivas sobre o reconhecimento do protagonismo e os distintos modelos e motivações para investir em um projeto de interiorização independente.

Por fim, torno visível um quadro comparativo sobre a atuação pública da *Igreja católica* e das *cristãs não católicas*, ressaltando os paradoxos presentes na sua interação com os poderes governamentais que impõe constrangimentos às instituições. Agentes públicos e entidades religiosas posicionam-se em um cenário complexo marcado concomitantemente por situações de cooperação, concorrência e resistência.

### ***5.1 Religiosidade como meio de apoio e integração social: Expectativas e reciprocidades***

A expressão *somos cristianos/as* era afirmada cotidianamente por venezuelanos/as em veículos midiáticos, conversas informais e em espaços de interlocução com instâncias governamentais de debate sobre políticas públicas, como

audiências públicas. Durante a pesquisa de campo, tanto em Manaus quanto em Boa Vista, a afirmação de um ideal cristão era bastante recorrente. *“Soy Cristiano/a; Que Dios te bendiga; Brasileños y venezolanos son hermanos en Cristo. Necesito un trabajo, hermana”*.

A solidariedade e hospitalidade dos/as brasileiros/as envolvidos/as diretamente em ações de instituições religiosas, em contraposição àqueles brasileiros/as que os hostilizam e estigmatizam, cria a percepção aos/às venezuelanos/as de que comungar uma mesma crença os torna mais semelhantes aos/às brasileiros/as. O reconhecimento de uma origem comum transcendental os torna tão humanos e tão dignos de ajuda quanto os/as brasileiros/as. Na interface entre migrações e cosmovisões religiosas, a noção de humanidade é multiplicada pela incorporação de novos irmãos em Cristo, tendo em vista o compartilhamento de uma filiação mítica comum com o pai criador (VASCONCELOS E SANTOS, 2017, p. 252).

A religiosidade como mecanismo de integração social dos/das venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus pode tanto reavivar a fé, quanto invisibilizar a crença praticada na Venezuela, aspecto apontado em estudos com migrantes em outras partes do mundo (ODGERS ORTIZ, 2005 e 2015.; CALDERON BONY *et.al*, 2014; MENJIVAR, 2001). A história do jovem Alexsandro, natural de Caracas, é bastante ilustrativa. Conheci Alexsandro na fila dos solicitantes de refúgio na Polícia Federal em maio de 2017 em Boa Vista. Alexsandro é um jovem caucasiano, olhos azuis e cabelos claros. No dia, uma sexta-feira, usava blusa e calças brancas, a gola da blusa exibia sutilmente colares de miçangas coloridas. Durante a conversa, quando questionei como veio parar no Brasil, ele me relatou que conseguiu graças ao contato realizado anteriormente com um pastor brasileiro na capital de seu país. Intrigada com os colares de miçangas que pareciam guias espirituais, resolvi perguntar a ele do que se tratava. Ele prontamente respondeu que era participante da “santería”<sup>110</sup>, religião de matriz africana. Contudo, devido à ajuda para arrumar um trabalho e casa para viver em Boa Vista, também passou a frequentar os cultos da Igreja cristã não católica. Disse que faz isso como uma forma de respeito e de prestigiar o convite feito pela família que o acolheu e pela ajuda

---

<sup>110</sup>*Santería* é uma religião de sincretismo religioso, cujos conceitos se baseiam nos iorubas da Nigéria. As divindades africanas se fundiram com os santos católicos, por isso a denominação santería. De origem Cubana, no final da década de 1950 se expandiu para a região do Caribe, inclusive Venezuela. De acordo com a autora Pollak-Eltz (2004), nas cidades venezuelanas existem vários centros de Santería, especialmente em bairros pobres e periféricos.

do pastor, mas que ainda tem bastante convicção na sua verdadeira religião, que, ao contrário do que pensam seus anfitriões, também prega o bem. Já Greidalyth, em Manaus, relatou que na Venezuela esteve afastada da Igreja dos mórmons<sup>111</sup>, a qual frequentava desde a infância. Ao chegar em Manaus retomou os votos com a fé. Desde então, recebe apoio da igreja como alimentação e cursos de capacitação para ela e o marido.

**Figura 55 – Manifestação religiosa na moradia improvisada, Boa Vista**



Fonte: autoria da pesquisadora, Boa Vista, outubro de 2019

As religiosidades também são fortalecidas em um contexto de grande vulnerabilidade social, em que os indivíduos estão expostos a situações de violências, exploração, doença, fome e falta de habitação. Sem ter nenhuma entidade secular a quem recorrer, as pessoas pedem todos os dias a proteção divina, entidade acessível a qualquer um/a que tenha fé. A senhorita Chulita relata que, todos os dias em Boa Vista, o grupo de mulheres que trabalha na rua realiza uma oração de proteção, antes de sair durante a manhã, na hora do almoço e no retorno para casa. Aníbal, em Manaus, ao ser questionado sobre as dificuldades enfrentadas na metrópole Amazônica afirmou: *Se necesita como requisito creer en dios y tener firmeza en que Dios me va a dar esa fortaleza y me la va a dar. No hay cosa imposible para Nuestro Señor Jesus Cristo.*

A relação com a religiosidade vem ganhando espaço no âmbito dos estudos migratórios. De acordo com Farfán (2007, p.30), os estudos pioneiros evidenciavam a continuidade cultural no país de destino e os benefícios psicológicos da fé religiosa para superação dos traumas do processo migratório. Cadge (2007), por meio de um extenso levantamento bibliográfico, aponta que a maioria das pesquisas realizadas no âmbito

---

<sup>111</sup> Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, conhecida popularmente como Igreja dos Mórmons em associação ao livro do Mórmon utilizado pelos fiéis junto com a bíblia como escritura que orienta a doutrina.

das ciências sociais, a partir da década de 1990, tinham como centralidade o indivíduo e as organizações de atendimento aos/as migrantes, revelando diferentes modos pelos quais a religião influencia na adaptação dos/as migrantes.

Na América Latina, Gill (1993), em seu estudo com camponeses e indígenas vivendo em La Paz, Bolívia, demonstra que os/as migrantes criaram uma série de táticas de sobrevivência para driblar as hostilidades econômicas, sociais e culturais da metrópole. Antes praticantes do catolicismo no interior, na cidade grande passaram a frequentar Igrejas pentecostais, pois encontraram espaços comunitários de solidariedade e ajuda mútua. Como *hermanos en cristo*, ao menos no âmbito religioso, não eram estigmatizados/as por serem índios e migrantes. Barrera (2009) em sua pesquisa sobre pentecostalismo e migração andina na periferia de Lima, Peru, aponta como a Igreja Pentecostal Deus é Amor- IPDA atraiu, nas últimas décadas, a participação de migrantes andinos enquanto espaço de fraternidade e convívio, em contraponto à xenofobia e estigma da sociedade de Lima. De acordo com este autor, nos cultos da IPDA verificam-se experiências que dignificam as pessoas como a fraternidade, a possibilidade de aspirar e/ou conseguir uma responsabilidade, a valorização da condição econômica ou pessoal e, sobretudo, o acesso ao sagrado sem intermediários e sem trâmites burocráticos (BARRERA, 2009, p.120-121).

O espírito de fraternidade emanado pelo reconhecimento da condição de semelhante por autoridades religiosas e pelos/as brasileiros/as que frequentam rituais, assim como os/as migrantes andinos/as da Bolívia e do Peru, emociona e surpreende os/as venezuelanos/as que percebem sinais de hospitalidade explícita, pela qual são recebidos/as como iguais e não como ‘outro’. O evento da participação na procissão de Nossa Senhora Aparecida, em Boa Vista, narrado por Yecy, na tentativa de demonstrar que também existem brasileiros/as que são solidários/as e hospitaleiros/as, é elucidativo.

Em outubro de 2016 ocorreu algo que jamais imaginara que se sucederia em suas vidas. Acompanhada de outras/os venezuelanas/os, seguiram a procissão e, ao chegarem à frente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, parte central da cidade, conhecida como Centro Cívico, o padre que dirigia o préstito fez parar a multidão e chamou a todos/as venezuelanos/as presentes. Enquanto estes/as caminhavam em direção ao padre, formava-se um grande círculo composto de brasileiros/as. Nesse momento, Yeci contou que sentiram muito medo, acharam que



haviam sido encurraladas/os e que algo de ruim poderia acontecer: “*Eu pensei – listo, agora vão nos matar e não temos nem como sair, depois de tudo que já ouvimos dos brasileiros aqui*”. O padre, então, pediu para que todos/as brasileiros/as presentes pedissem perdão aos/às venezuelanos/as. Elas descreveram que, de repente, todas as pessoas que estavam posicionadas em círculo começaram a se ajoelhar e a pedir perdão. Nessa hora havia poucos/as venezuelanos/as no centro, pois muitos tiveram receio do que poderia acontecer. Em seguida, as pessoas que pediam perdão se levantaram e abraçaram coletivamente os/as venezuelanos/as que estavam no centro da roda.

Começamos a chorar, chorar até... chorei... todo o mundo chorava... foi algo que nunca em mi vida havia pensado de suceder eso. Depois nos mandaram jantar em um restaurante, foi tudo muito bonito. Estamos muito agradecidas a esses brasileiros que graças a Deus nos trataram bem. (Yeci Boa Vista, 35 anos de idade, natural de Maturin, Boa Vista, 25 /11/2016)

O testemunho de Yecy evidencia que o ambiente religioso surge como alternativa ao contexto político e social adverso de Boa Vista. Estigmatizados/as por parte da população local, os/as migrantes venezuelanos/as encontram nos ambientes *das Igrejas*, espaços de convivência e têm a percepção de tratamento como iguais, ao menos, na condição de irmãs e irmãos em Cristo. No ano de 2016, início da chegada significativa de venezuelanos/as na cidade, como já descrito nos capítulos anteriores, a população boa-vistense os/as viam com bastante animosidade e desconfiança. Venezuelanos/as tinham muitos obstáculos para se integrar. Eram alvos constante de ataques xenofóbicos, repressão policial e tentativas de deportação pelas autoridades migratórias, em virtude da sua condição indefinida de regularização no país.

Claro todos os dias saímos com um “credo en la boca”, na Venezuela se diz isso quando se tem medo, porque não se sabe o que pode acontecer, se te peguem, se te abusem o se te levem e te mate. Muitos brasileiros nos dizem mortos de fome! Que estamos mendigando uma moeda. Isso para nosotros é tremendo. Nós temos humilhado bastante, mas hay que tener valor, ouviste!(Gladys, Boa Vista, 25/11/2016)

As *igrejas*, para os/as venezuelanos/as, assim como para os/as deslocados/as forçados/as das periferias de Bogotá, pesquisados/as por Eduardo Carrilo (2012), retiram a condição marginalizada e produzem a inclusão a uma comunidade de pertencimento. Os/as venezuelanos/as, no ambiente religioso, não são especiais pela condição de migrante, mas por “pertencerem a uma comunidade de fiéis que se identificam, sobre qualquer outra coisa, como sendo ‘filhos de Deus’” (CARRILO, 2012, p. 69). Otto Maduro (2009), ao refletir sobre o tema, evidencia que a participação de migrantes mexicanos/as em grupos evangélicos pentecostais nos EUA os retira de

uma condição de ameaçadores/as, estranhos/as e ilegais, para uma condição de pessoas importantes, escolhidas, chamadas, *elegidas*, abençoadas e protegidas por Deus. Neste sentido, sublinha o importante papel dos grupos religiosos como espaço de afirmação da dignidade humana e acesso a recursos pelos/as migrantes.

A questão religiosa abre espaço para discutir o reconhecimento ou não de uma humanidade comum entre brasileiros/as e venezuelanos/as. Pertencer ou fingir pertencer a um mesmo credo está diretamente relacionado à abertura ou fechamento de portas por parte dos habitantes locais. A hospitalidade, dessa maneira, pode ser pensada como uma abertura à alteridade, condicionada por limites da própria concepção de humanidade em questão. A hospitalidade trata da relação entre desiguais que, no limite, se percebem como semelhantes. Importante notar que, como sugere Santos (2017, p. 27), o gesto compensatório não admite hospitalidade sem uma necessária desigualdade de status entre o de dentro e o de fora, entre quem dá e quem recebe. Aquele que recebe, jamais poderá retribuir na mesma medida, permanecendo em posição dependente.

Michel Agier (2018) chama atenção para a emergência de novas maneiras de solidariedade cívicas aos/às migrantes mundialmente, ao passo em que políticas restritivas e de controle das migrações são fortalecidas. Para o autor, a hospitalidade ressurge atualmente configurada como um acolhimento privado que vem ocupar as lacunas deixadas pela ausência de políticas governamentais direcionadas aos/às migrantes. Esta é a condição atual dos/as venezuelanos/as acolhidos/as por indivíduos e instituições religiosas no Brasil. A acolhida, por parte de *igrejas* cristãs não católicas, vem convertendo muitos venezuelanos/as ou pelo menos os levando a frequentar essas *Igrejas*.

**Figura 56 – Culto Adventista na área de pernoite da rodoviária, Manaus**

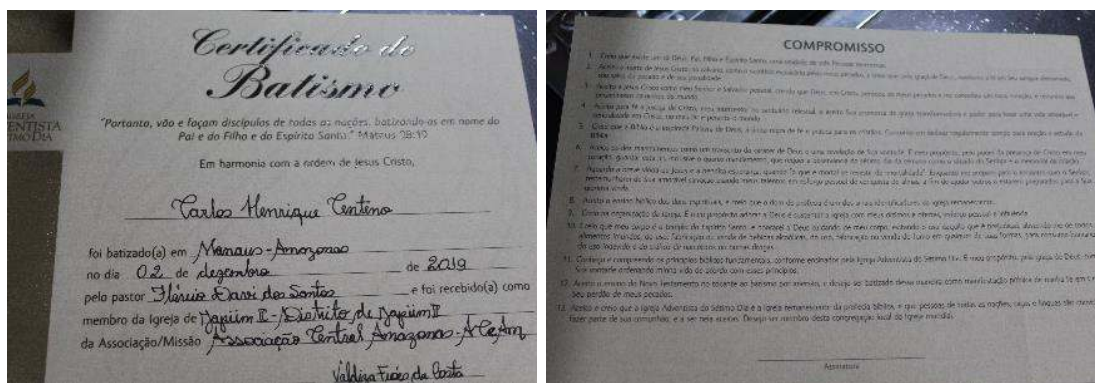


Fonte: autoria da pesquisadora, Boa Vista, 02/12/ 2019

A participação em cultos e cerimônias é uma forma de retribuir a hospitalidade e/ou solidariedade prestada, embora, para grande parte dessas pessoas, nas suas cidades de origem jamais tenham frequentado tais denominações. A reciprocidade opera como elemento explicativo do fortalecimento da noção de irmandade entre venezuelanos/as e brasileiros/as. Deve-se entrar no circuito de trocas espontaneamente, retribuindo a hospitalidade com algum dom (MAUSS, 2003). Evangélicos/as oferecem comida, emprego e a casa; em troca, venezuelanos/as frequentam a sua Igreja. Esse caso é exemplificado pelo testemunho de Gladys, natural de Maturim, que descreve sua participação em cultos da Igreja adventista depois que passou a receber visitas de um grupo de mulheres que doava comida, utensílios domésticos e conseguiram emprego para o seu filho em uma fazenda.

*Igrejas* com redes consolidadas a nível internacional como Mórmons e Adventista demonstraram forte aparato administrativo, burocrático e tecnológico de controle da comunidade de fieis. Em Boa Vista, o missionário da Igreja dos mórmons que coordenava uma das frentes de acolhimento aos/às venezuelanos/as me mostrou, por meio do celular, um sistema online com o cadastro de todos os membros da *Igreja* em âmbito planetário. De acordo com ele, o sistema é acessível apenas a algumas lideranças religiosas, mas por meio desse mecanismo é possível identificar facilmente se o/a migrante está falando a verdade ou mentindo quando afirma pertencer ao credo. Em Manaus, após o batismo na Adventista, os/as recém convertidos/as receberam um certificado de membros da *Igreja*. De acordo com a religiosa que ajudava a coordenar a cerimônia, *“isso é uma credencial que pode ser apresentada em qualquer parte do mundo”*.

**Figura 57 e 58: Certificado de Batismo, Igreja Adventista do Sétimo Dia**



Fonte: autoria da pesquisadora, Manaus, 02/12/ 2019

A possibilidade de inserção em uma comunidade planetária torna-se um fator de atração para os/as migrantes, que geram a expectativa de inclusão em rede universal de apoio em um contexto em que ainda não se sabe qual será o destino final. O cristianismo, como meio de integração social de migrantes local e transnacionalmente, também é apontado por Glick-Schiller, Caglar e Guldbrandsen (2006) em suas pesquisas em pequenas cidades dos Estados Unidos e Alemanha.

A fidelização a uma determinada *Igreja* possibilita a inserção em uma rede de solidariedade que proporciona desde doações de cestas básicas e remédios até vagas de trabalho. Crisco, frequentadora de cerimônias de diversas devoções em Manaus, costuma falar que “*las iglesias le dan continente al migrante*”. Madalena, em Boa Vista, chama atenção que as I/igrejas existem enquanto ponto de referência:

Quando nós chegamos, a gente sabia que tinha problemas de venezuelanos que tinham vindo e ficado, eles não estavam acolhidos, muitos se batizaram na Igreja, muitos voltaram pra Igreja, eles eram membros na Venezuela, chegaram aqui numa situação de fragilidade, eles voltam pra buscar alguma coisa que dê a eles referência. A igreja geralmente é um lugar, um ponto de referência. (Rachel, missionária Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias –mórmons, Boa Vista, em 04/10/2019).

A noção de continente, aqui, não faz referência à territorialidade, mas remete à ideia de estar contido, de ser aceito e pertencer a um grupo. A adesão dos/as migrantes às Igrejas cristãs não católicas como possibilidade de estabelecimentos de vínculos foi igualmente observada por Haller Schünemann (2009) na cidade de São Paulo. O estudioso afirma que a conversão dos/as migrantes à Igreja adventista era estimulada pela criação de laços fraternais com os membros da comunidade. Isso provocava a sensação de igualdade e solidificava a constituição de redes de compadrio (SCHÜNEMANN, 2009, p.166).

Não obstante a isso, os/as indígenas venezuelanos/as warao, ao serem acolhidos em Manaus, em meados de 2017, predominantemente por instituições ligadas à Igreja católica, manifestaram interesse de formalizar seu vínculo religioso:

Teve uma época que os Warao, todos queriam ser batizados. Apesar que os Warao, historicamente, são católicos, né? São católicos devido ao processo de colonização da Venezuelana, então eles são católicos. Mas quando eles chegaram aqui, logo, os primeiros queriam ser todos batizados, a gente desconfiou, “Por que que eles querem ser batizados assim? Mal chegaram, nem conhecem a Igreja e já querem ser batizados, já querem batizar essas crianças tudinho?” Ai conversa com um, conversa com outro, conversa com um, conversa com outro, eles achavam que nós só iríamos continuar ajudando se eles fossem considerados da Igreja. Para ser considerado da Igreja, tem que ser batizado. (Frida Kahlo, Igreja Católica, Manaus, 29/04/2019).

A preocupação dos/as Warao com o batismo na Igreja católica, quando de sua recente chegada a Manaus, evidencia o ato simbólico de entrada na comunidade cristã local. Transpondo as soleiras da instituição, passariam de visitantes a membros da comunidade, gerando compromissos e entrando no circuito de dádivas. Beltran (2006) aponta para o mútuo comprometimento gerado pela conversão. De acordo com o autor, “irmão ajuda, irmão”. Ou seja, o espírito de irmandade, fortalecido pela conversão, implica em ajudar prioritariamente quem compartilha da mesma fé. Isso fortalece o sentido de pertencimento ao grupo e a autoestima pessoal (BELTRAN, 2006, p.172).

Na percepção dos/as Warao, a integração à comunidade católica por meio do batismo estimularia o que Durkheim (1989, p. 503) denomina como “a consciência de parentesco moral” que os une por meio da religião à sociedade nacional. Isso geraria maior comprometimento das instituições católicas envolvidas no acolhimento dos/as migrantes na cidade e prioridade no atendimento de suas demandas. Ou seja, uma identificação com uma Igreja tipicamente local que, de alguma forma, poderia favorecer a sobrevivência na nova sociedade (SCHÜNEMANN, 2009, p.168).

Os grupos religiosos nas cidades de Boa Vista e Manaus se colocam como caminho seguro frente ao universo de incertezas e vulnerabilidades sociais vivenciadas pelos/as venezuelanos/as, os/as quais se sentem abandonados/as pelos governos locais e nacionais, sobretudo pelas autoridades consulares venezuelanas em Boa Vista e Manaus. Assim como os deslocados forçados da periferia de Bogotá, para os/as venezuelanos/as as *igrejas* e as *Igrejas* são possibilidades de fuga do desprezo e do obstáculo ao acesso a políticas governamentais (CARRILO, 2009, p. 65). De acordo com Rosa (2007), comunidades com parca presença estatal são terrenos férteis para atuação de grupos religiosos.

## ***5.2 Da caridade em nome de Deus à defesa dos direitos humanos: atuação das Igrejas e o engajamento cristão.***

Embora a *Igreja* cristã, especialmente a católica apostólica romana, tenha uma longa tradição no exercício da caridade e da hospitalidade que datam do século XII, por meio de ordens hospitalares, asilos para pobres, entre outros; foi após o renascimento, com o surgimento das teorias de Lutero e o protestantismo que se observa, simultaneamente, a secularização e a centralização no nível político das obras de

assistência social. No século XVIII as obras das sociedades filantrópicas substituem a da Igreja. O século XX marca a separação da *Igreja* e do *Estado*. A assistência social não é mais realizada em nome de Deus, mas em nome dos “direitos humanos”. À *Igreja* cabe desempenhar um papel de “contrapoder” (GODI, 2011, p.612-613). Esse “contrapoder” não se trata de exercer um poder paralelo ou necessariamente contrário ao poder estatal, mas de existir enquanto uma instância de interlocução legítima que por vezes corrobora com as diretrizes oficiais e por vezes contraria.

As Igrejas cristãs, a partir de 1930, entram no período denominado por Ronaldo Rosa (2007) como “neocristandade”. Abandonam a noção de cristandade concebida pela relação entre a Igreja e a sociedade civil mediada fundamentalmente pelo Estado. O período da neocristandade é marcado pela constituição de “organizações temporais cristãs” tais como partidos políticos denominados cristãos, institutos para formação de trabalhadores e camponeses, entre outros. As preocupações voltam-se para as “massas”. As Igrejas cristãs assumem o papel de mediadoras da relação entre sociedade e Estado. A vida cristã se relaciona ao exercício de um determinado tipo de cidadania. A religião, antes relegada ao âmbito privado, passa a se preocupar com a vida cotidiana das pessoas. Ao assumir o domínio público, atua principalmente em locais de vulnerabilidade, onde há pouca ou nenhuma intervenção civil (ROSA, 2007, p.80-p.85).

De acordo com Vanilda Paiva (1985), a atuação da Igreja Católica em espaços coletivos e comunitários se intensificou após a segunda guerra mundial. A instituição passou a ter um importante papel na esfera política no “ocidente”, atuando no combate às formas autoritárias de poder e às desigualdades sociais. Para a autora, as igrejas foram conclamadas pelo mundo moderno a se aproximarem das massas, deslocando “suas bases sociais das classes médias para camadas subalternas” (PAIVA, 1985, p.57).

No Brasil, conforme Leilah Landim (1993), os reflexos dessas transformações da Igreja Católica, associadas às mudanças conjunturais do país com a emergência de movimentos sociais e sindicais desvinculados do Estado e o declínio da ditadura militar, promoveram, em meados da década de 1970, a formação de um conjunto de Organizações Não Governamentais – ONGs vinculadas fortemente com as *Igrejas*, especialmente a católica. Essas organizações se constituíram em meio ao movimento de oposição a um regime ditatorial (LANDIM, 1993, p.102). No final da década de 1970 e início da década de 1980, entidades civis sem fins lucrativos se especializaram

e passaram a atuar na esfera pública com incidência política relacionada a “questões sociais, no Brasil, onde circulam valores variados como a caridade, o altruísmo, a militância” (Idem, p.9).

A condição de vulnerabilidade dos/as migrantes venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus os/as tornam alvo de atenção das I/igrejas cristãs. Como dito anteriormente, foram as instituições vinculadas às Igrejas cristãs que prestaram as primeiras ações de acolhimento aos/às migrantes venezuelanos/as, tanto em Boa Vista quanto em Manaus. Foram predominantemente as organizações ligadas à *Igreja* católica que tomaram a posição crítica, denunciando a situação de vulnerabilidade dos/as migrantes aos órgãos jurídicos de defesa dos direitos humanos e pressionando o Estado sobre a necessidade de respostas estatais de recepção e acolhimento.

A *Igreja*, entendida no sentido de edifício, lugar de vocação para a hospitalidade, no qual o culto designa o acolhimento dos/as fiéis, se distingue na maneira de condução entre as comunidades católicas e não católicas. No caso dos/as migrantes venezuelanos/as, observa-se uma frequência maior da participação nas cerimônias e eventos ofertados pelas *Igrejas* cristãs não católicas. Isso ocorre em função do caráter ritualístico e personalizado de recepção de cada *igreja*. Os/as evangélicos/as assumem uma postura mais calorosa, afetiva, pessoal, sensível, emocional às problemáticas venezuelanas entre/além muros da Igreja. Ao contrário das cerimônias católicas, mais impessoais, menos frequentes e geralmente direcionadas a formalizar ritos (batismos, casamentos, funerais, catequese, entre outros); na maioria das *Igrejas* cristãs não católicas, o/a visitante é convidado/a se apresentar perante toda assembleia na ocasião do culto. Isso não apenas retira o anonimato, como também personaliza o contato. Ao final da cerimônia, os/as fiéis cumprimentam o/a visitante pelo nome e convidam a retornar em outras ocasiões, isso quando a conversão não ocorreu de imediato.

No ato da conversão que, na maioria dessas igrejas, não é definido necessariamente pelo batismo, as pessoas são inquiridas publicamente a “aceitar Jesus”. Como já mencionado anteriormente, fiéis realizam visitas, envolvem os/às recém convertidos/as em ações da comunidade, atribuem compromissos e responsabilidades. O protagonismo de um migrante interpretando Jesus Cristo na igreja Batista em Boa Vista, em abril de 2017, demonstra essas facetas. Entre os dias 13 e 16, período da Semana Santa, ocorreram em Boa Vista vários atos comemorativos realizados por



diferentes I/igrejas cristãs. Em uma dessas ocasiões, fui assistir à encenação teatral da crucificação de Jesus Cristo em uma Igreja Batista da capital roraimense. O ingresso custava um quilo de alimento não perecível que seria distribuído por meio de cestas básicas a famílias venezuelanas. Era a segunda edição do evento e havia fila de espera para conseguir os ingressos. Localizada em um bairro de classe média, a Igreja possuía uma boa infraestrutura, climatizada, com capacidade para cerca de cem pessoas.

Quando finalmente consegui entrar e o teatro iniciou, percebi que o ator que representava Jesus Cristo tinha um sotaque espanhol. Ao término da celebração, perguntei ao pastor se o ator era venezuelano. O mesmo respondeu que não, que era uruguaio, mas havia migrado da Venezuela, onde vivera por muitos anos. Intrigada perguntei se havia mais venezuelanos/as, ou outras pessoas que vieram da Venezuela recentemente, frequentando os cultos. Ele respondeu que, *por enquanto não, mas que estavam iniciando um projeto social com os migrantes venezuelanos.*

Na área externa da Igreja, reconheci Rafaela Santos, brasileira que tinha participado dos debates da Audiência Pública convocada pelo Ministério Público Federal em 10 de março de 2017<sup>112</sup>, na UFRR, para discutir os problemas enfrentados em Roraima pelos/as venezuelanos/as – não indígenas e indígenas da etnia Warao. Na ocasião, Rafaela relatou que viveu muitos anos na Venezuela e que se considerava venezuelana, embora nem ela nem o esposo, que era uruguaio, fossem venezuelanos. Ao cumprimentá-la, Rafaela me confirmou que o Jesus uruguaio era seu esposo e que na Venezuela frequentavam a Igreja Batista. Quando chegaram a Boa Vista procuraram a congregação, receberam apoio e passaram a frequentar. Informou ainda que não havia mais venezuelanos/as frequentando em virtude da localização, em um dos bairros mais antigos da cidade, majoritariamente composto de pessoas de classe média, mas que o pastor havia lhe incumbido e ao esposo de desenvolverem um projeto social com os/as migrantes. No domingo, inclusive, levariam quarenta venezuelanos/as moradores/as de um abrigo para assistir à encenação.

A inserção no circuito de *bênçãos*, proporcionada pela conversão e, conseqüentemente, promovida pela rede de apoio da *igreja* impõe que os/as recém convertidos/as testemunhem sua benção (dádivas) perante toda assembleia como prova

---

<sup>112</sup> O nome de Rafaela consta na Ata da Audiência Pública, Inquérito Civil nº 1.32.000.001321/2016-38, divulgada pelo Ministério Público Federal, Procuradoria Pública em Roraima. Durante o evento apontou as ações que julga necessárias para o acolhimento de Venezuelanos/as em Boa Vista.



de sua fé. Isso não apenas fortalece o comprometimento com a Igreja publicamente, como também atrai novos/as migrantes na expectativa de entrar no circuito das *bênçãos*. Aos/as recém-chegados/as é conferido, pela liderança religiosa local, responsabilidades na missão da *Igreja*. Isso fortalece a integração com os membros da *igreja* e traz a sensação de protagonismo nos/as fiéis, favorecendo o atrelamento religioso.

Os incentivos para atrair à comunidade venezuelana também ajudam a explicar o predomínio da participação dos/as migrantes nas cerimônias cristãs não católicas. O obstáculo da comunicação em virtude da falta de domínio do idioma, por exemplo, fez com que algumas Igrejas realizassem os cultos em *portunhol* ou tradução simultânea do português para o espanhol. O domínio do idioma dos/as fiéis é fundamental para qualquer projeto missionário de evangelização e, neste caso, de conversão, pois “só quando for possível expressar-se na língua nativa, será possível iniciar a evangelização” (ALMEIDA, 2004, p.42).

Para os/as venezuelanos/as, pode-se dizer que a satisfação de ser compreendido/a, mesmo em diálogos travados em *portunhol*, produz no/a migrante a sensação de integração que repercute no fortalecimento da fé. Isso revigora a percepção de sujeito e a condição de pessoa dos/das migrantes em relação a si e à sociedade acolhedora. Passam de *indesejáveis*, tratados/as com indiferença, estigmatizados/as, a serem *desejáveis*, bem-vindos/as, escolhidos/as por Deus e tratados/as como semelhantes, como também já revelaram outras pesquisas relacionadas ao tema (BELTRÁN, 2006; BARRERA, 2009; MARINUCCI, 2011, CARRILO, 2012).

Aspectos da “vida nua”<sup>113</sup> dos/as migrantes, como a necessidade de saciar a fome, também incentivavam a participação em cultos evangélicos. As cerimônias não católicas tendem a se prolongar mais que as católicas. Geralmente, os cultos duram de uma hora e meia a duas horas. A liturgia envolve cânticos e louvores coletivos. Há pregação por parte do dirigente e momentos de testemunhos de experiências pessoais dos/as fiéis. Quando há batizado ou alguma cerimônia especial, o culto pode se estender por mais de duas horas. Somente ao final, ocorre a distribuição do lanche, ocasião ansiosamente aguardada pelos/as venezuelanos/as.

---

<sup>113</sup> Alusão ao conceito de “vida nua” proposto pelo filósofo Giorgio Agamben (2002).

**Figuras 59 e 60 - Batismo da Igreja Adventista no refeitório da OA em Manaus, com distribuição do “certificado de fiel” e comida após o culto**



Fonte: autoria da pesquisadora, novembro 2019.

Durante as missas católicas era até possível encontrar fiéis nas portas das Igrejas distribuindo panfletos da liturgia, mas, em geral, os/as novos/as visitantes não são convidados/as a se apresentarem no meio da cerimônia. Isso acontece apenas em ocasiões especiais como, por exemplo, durante a “semana do migrante” realizada em meados do mês de junho. Mesmo assim, o número de migrantes é pequeno em relação ao de fiéis nacionais. Quando os migrantes são maioria, os brasileiros não comparecem. Eu mesma tive oportunidade de assistir uma missa na Paróquia São Geraldo em Manaus, por ocasião da “semana do migrante”, no ano de 2018. A maioria dos participantes eram migrantes (predominantemente haitianos/as e em número menor colombianos/as, peruanos/as e venezuelanos/as), haviam poucos nacionais. O contato pessoal como os católicos/as brasileiros, durante as missas, era mais restrito. A proximidade se resume ao cumprimento rápido, definido por um aperto de mão em quem está ao lado. Os/as migrantes não encontram espaço para se manifestar, entram e saem calados/as e anônimos/as.

Não estou afirmando, com isso, que a *Igreja* católica não se esforce em realizar atividades que integrem migrantes e comunidade de fiéis nacionais, tais como, a festa do migrante, feiras com danças e comidas típicas, seminários, entre outros eventos, organizados especialmente pelo Serviço Pastoral do Migrante. Mas que as atividades desenvolvidas com esse foco ficam restritas às/aos fiéis engajados/as com trabalhos relacionados ao tema da migração, seja com vínculo remunerado ou voluntário. Esse elemento denuncia que a adesão e o engajamento integral da *igreja* católica na acolhida e recepção desses migrantes são um desafio. Paradoxalmente, a *Igreja* católica é

instância empenhada política e socialmente nas questões sociais que envolvem a autonomia financeira, defesa e garantia dos direitos humanos e integração social dos/as migrantes, inclusive com discursos oficiais emitidos pela autoridade máxima, o Papa Francisco<sup>114</sup>.

Durante um Seminário<sup>115</sup> realizado no final de agosto de 2019 pela Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Manaus, um religioso manifestou preocupação com a falta de adesão dos/as cristãos/ãs católicos às campanhas e ações de acolhimento aos/às migrantes venezuelanos/as: “*Há uma certa indiferença dos cristãos e uma dedicação da Igreja. Como atingir os católicos e a política local?*”. A súplica do religioso revela uma distinção entre a *igreja* e a *Igreja*. Ora, de acordo com Godi (2011, p.605) o termo igreja no contexto cristão é usado historicamente para designar a comunidade dos fiéis que formam o próprio cristianismo. Então, por que distinguir a igreja dos/as cristãos/ãs? O questionamento do religioso, membro da Pastoral do Migrante da arquidiocese de Manaus, descortina certo distanciamento entre a *Igreja* e a *igreja*. Contradições que colocam em xeque noções de hospitalidade e acolhida, demonstrado pela pouca participação e integração dos/as venezuelanos/as nos rituais e celebrações católicas.

Por outro lado, também evidencia que a relação da vida cristã com o exercício da cidadania se mantém reservada a um pequeno grupo (ROSA, 2017). A ação dos/as cristãos/ãs católicos/as na sociedade resulta de suas escolhas individuais e não de decisões da hierarquia eclesial (GUTIERREZ, 1986). A posição do Bispo de Roraima, Dom Mário Antônio da Silva, sobre a necessidade do respeito e acolhimento aos migrantes, contrasta com as frequentes reações xenofóbicas de grande parte da sociedade roraimense. A pastoral do migrante de Manaus também é alvo constante de críticas internas da *igreja* por ajudar migrantes não católicos:

---

<sup>114</sup> No dia 29 de setembro de 2019, o Papa Francisco publicou uma mensagem em comemoração ao dia mundial do migrante e do refugiado. No documento, o pontífice conclama os/as fiéis católicos/as a se interessarem em ajudar migrantes e refugiados vulneráveis como um convite a recuperar algumas dimensões essenciais da existência cristã e humanitária. Disponível em: [https://migrants-refugees.va/wp-content/uploads/2019/11/Mensagem-DMMR-2019\\_PT.pdf](https://migrants-refugees.va/wp-content/uploads/2019/11/Mensagem-DMMR-2019_PT.pdf), acessado em: 04/07/2020. Além desta mensagem, existem inúmeros documentos expedidos pelo Vaticano com diretrizes e instruções sobre o acolhimento de migrantes e refugiados. Disponível: <https://migrants-refugees.va/wp-content/uploads/2019/11/Rifugiati-2013-PORT.pdf>, acessado: 04/07/2020.

<sup>115</sup> Seminário Migração e Políticas Públicas: Acolher, Proteger, Promover, Integrar e Celebrar. “A luta é todo dia!”. Realizado de 30 de agosto a 01 de setembro de 2019 em Manaus- AM. Na ocasião havia lideranças de 9 dioceses que compõem a região norte 1 (inclui os estados de Amazonas e Roraima) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB. O bispo de Roraima e segundo vice-presidente da CNBB, Dom Mário Antônio da Silva, e o Bispo de São Gabriel da Cachoeira, Edson Taschetto Damian, participaram de forma integral do evento.

Não tem, em nenhum momento isso de a orientação ser a de ajudar só quem é católico. Tanto que se você pegar os nossos formulários e onde você for, em nenhum momento tem: "Qual é a sua religião?". É uma das grandes críticas internas que nós da Pastoral do Migrante recebemos da *igreja*, de outras pastorais, de outros movimentos da *igreja*, né? Por exemplo no caso dos haitianos: "Mas eles nem são católicos!" A gente fala: "Mas eles são pessoas." Só. Isso é uma questão nossa de orientação mesmo do evangelho, né? Nós não estamos aqui para atender os católicos, nós estamos aqui para atender as pessoas, para servir as pessoas, ponto. E isso não é porque é Pastoral do Migrante, isso deveria ser todo mundo, né? Mas só que a gente tem dentro da igreja alguns segmentos, né? Mais radicais, mais tradicionais, que não entendem. E aí a gente tem que de vez em quando estar se esquivando desses. (Frida Khalo, Manaus, entrevista em 24/09/2019)

A Igreja católica, enquanto um “contrapoder”, vem procurando transformar sua atuação e presença em benefício dos que estão “fora” dela. Além “de aprofundar o compromisso político-social dos cristãos e das cristãs, posiciona-se, igualmente, por uma Igreja que não seja legitimadora do status quo hegemônico, considerado como gerador de injustiças” (ROSA,2007, p.84-87). Contudo, alerta Gutierrez (1986, p. 30, 31) que apesar “da denúncia profética das injustiças sociais surgir como uma das grandes tarefas da Igreja, a posição de radicalidade cristã tem provocado atritos e divisões”. Isso ocorre tanto entre a comunidade de fiéis, quanto internamente entre religiosos/as e fiéis engajados/as:

Porque tem paróquia que você chega lá e: "Eu sou da Pastoral do Migrante", eles: "Não, não, não...quero nem saber de migrante aqui, quero nem saber de migrante aqui, não, não quero, não quero." Aí tu tem que: "Não padre, mas o senhor precisa sim. O senhor sabia que o Papa lá no documento "fulano de tal" ele diz isso, isso, isso e isso, o senhor sabe que lá no evangelho de Mateus ele fala isso, isso...então? Cadê o seu testemunho? Como é que o senhor vai testemunhar uma vida em favor do irmão? E blábláblá...", Mas pra isso, a gente precisa saber, eu não vou falar pro padre da nova Lei de Migração, não. (Frida Khalo, Manaus, entrevista em 24/09/2019)

A unicidade do catolicismo enquanto *Igreja* eclipsa sua diversidade interna e as divergências existentes entre autoridades religiosas com posicionamento político diferente, entre autoridades e fiéis engajados/as e dentro da própria comunidade de fiéis. Tais discrepâncias são também observadas em outros campos, como no estudo de Elizabeth Juárez Cerdi sobre a participação das Igrejas ante a problemática migratória no estado da Florida/EUA (CERDI, 2007). Como visto na fala acima, uma fiel engajada com a causa migratória recorre a princípios bíblicos e ao posicionamento político do pontífice para buscar convencer e angariar apoio de alguns párocos avessos a essa questão. Por outro lado, a própria Confederação Nacional dos Bispo Brasileiros- CNBB que defende uma postura envolvida com as causas sociais, encontra resistências dentro

do corpo eclesiástico, bem como detecta um certo descaso por parte da comunidade de fiéis. Inclui-se, nessa comunidade de fiéis, prefeitos/as e outras autoridades locais que frequentam as paróquias, mas não demonstram grande interesse pelas demandas da minoria migrante.

Já as *Igrejas* cristãs não católicas, embora promovam maior engajamento dos/as fiéis nas ações de assistência social aos/às migrantes, não assumem publicamente a posição de contrapoder ou resistência perante autoridades governamentais. Fazem silêncio em relação à ausência de ações estatais que amenizem as vulnerabilidades dos/as migrantes. Ainda que haja uma negação peremptória da prática do proselitismo (entendido como a ação intencionada de converter alguém a uma causa específica), o esforço dessas *Igrejas* tende ao recrutamento de mais fiéis em meio à massa de vulneráveis e suas ações estão voltadas a beneficiar quem participa da *igreja*.

### **5.3 Sociedade Civil Organizada ou Sociedade Religiosa Organizada?**

Junto com a intensificação da chegada dos/as venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus, vieram também as *Igrejas*. Muitas instituições, agências, grupos religiosos que não tinham sede e nem desenvolviam trabalhos nas cidades fundaram filias, assim como foram criadas instituições locais que tinham como objetivo prestar algum atendimento aos/às migrantes venezuelanos/as. A mobilidade dos/as migrantes, como causa emergente, provocou a mobilidade de agentes e instituições religiosas de causa humanitária<sup>116</sup>. Um grande exemplo disso é a chamada Federação Humanitária Internacional-FFHI, conhecida como Fraternidade Internacional, grupo ecumênico que passou rapidamente de ilustres desconhecidos para *parceiro implementador* da gestão de abrigos<sup>117</sup>.

---

<sup>116</sup> No ano de 2018, outros serviços e entidades ligadas à Igreja católica foram fundados e/ou passaram a atuar em Roraima na recepção e acolhimento de migrantes venezuelanos/as. Dentre eles, a Cáritas Diocesana de Roraima/Brasileira, o Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados (SJMR), A Fundação Fé & Alegria e o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), ligado às Irmãs Scalabrinianas, aspecto também observado por SARMENTO (2020, p.10).

<sup>117</sup> Termo Parceiro Implementador-Pim é utilizado pelo ACNUR para se referir organizações locais, ONGs internacionais ou por órgãos do governo, sem o investimento direto do ACNUR que executam atividades de atendimento a migrantes e refugiados em parceria com o ACNUR. O desenvolvimento de atividades pelo PIM tem como objetivo permitir uma transição suave de um estado de emergência para um estado de desenvolvimento sustentável (ACNUR, 2011, p.17).

Essa mobilidade dos/as religiosos/as se assemelha ao que foi tratado no capítulo 1 sobre a chamada “indústria da migração”. Pode-se dizer que essa indústria apresenta várias facetas que perpassam as organizações internacionais, associações e empresas privadas e também entidades religiosas. A chegada dessa verdadeira “força tarefa” não governamental especializada em causas *humanitárias* foi vista com positividade por religiosos/as. O atrelamento da injeção de recursos financeiros em Boa Vista, provenientes dos projetos executados por essas organizações, é utilizado de forma recorrente como argumento que positiva a presença venezuelana na cidade:

Olha, a vinda dos migrantes fez com que a nossa vida fosse diferente. É claro que a nossa cidade mudou. Não significa que piorou. Intensificou aquela falta que já tinha, mas nós também devemos admitir que a vinda dos venezuelanos fez com que vários projetos se somassem com entidades nacionais e internacionais para assistência dos migrantes. Isso irrigou e está irrigando a economia local. (Dom Mário Antônio da Silva, bispo de Roraima, 01/09/2019).

E ainda tem um outro detalhe muito importante que é o detalhe do recurso que nós vamos injetar no comércio local. Porque aí ele (venezuelano) vai no mercado do seu José e compra o sabonete, ele tá aquecendo a economia local (...) Hoje é um grande desafio pra nós aqui, trabalhar contra uma mídia negativa. Trabalhar contra, quando eu digo mídia eu tô citando aqui a mídia ela pode ser as vezes o que eu falo com você aqui como uma rede de televisão transmitindo. A comunicação, né? Uma comunicação tendenciosa, então se você anda com um taxista, as vezes tem um grupo que vai reclamar, se vai pegar um Uber tem um grupo que vai reclamar e outro que vai agradecer, então é a perspectiva e a visão de mundo dele. Por exemplo, “você tá aqui por conta de quem? Dos migrantes.” Aí o Uber levou você, se ele reclamar dos migrantes, eu tenho que mostrar pra ele que, falar: “Filho, você tá tendo esse recurso agora por conta dos imigrantes, senão eu não estaria aqui e se eu não estivesse aqui você não estaria recebendo esse recurso.” O dono do restaurante que almoço, o garçom, o dono do restaurante que vem reclamar, “Filho, não reclame, porque se não tivesse a imigração eu e mais cem funcionários da ADRA não estaria comprando aqui no seu restaurante. ( John, Igreja Adventista, Boa Vista, em 04/10/2019).

Existe um esforço por parte dos/as representantes dessas organizações de transformar venezuelanos/as em migrantes *desejáveis* aos olhos dos/as roraimenses. No ano de 2020, a Fundação Getúlio Vargas, em convênio com o ACNUR e outras instituições, realizou um estudo que demonstrou uma relação positiva entre a intensificação da migração venezuelana em Roraima e o aumento na arrecadação estadual, atribuído à chegada de ONG’s, Agências Internacionais, implementação da Operação Acolhida e exportação de produtos para a Venezuela. Os/As autores/as do estudo defendem a existência de uma “economia humanitária” em Roraima, “composta pela atuação de uma série de organismos nacionais e internacionais que lidam com os refugiados e migrantes e acabam por movimentar a economia, sem que isso apareça,

necessariamente, de forma explícita” (FGV,2020, p.15). Por outro lado, o aumento da migração venezuelana para Roraima também tornou crescentes os índices de desemprego e de pessoas vivendo em extrema pobreza (ibidem, p.16). Impactos sociais e econômicos observados em outros estudos sobre a migração venezuelana na América do sul (BARBIERI, *et. al*, 2020; RAMÍREZ, *et.al*, 2019; PEDONE,MALLIMACI, 2019).

A crescente atuação dessas instituições não estatais produziu certa privatização e terceirização de funções governamentais. Representantes governamentais em âmbito estadual e municipal se isentaram em assumir as demandas dos/as migrantes, baseados na suposta circulação/aplicação de recursos da dita “economia humanitária”. Em contrapartida, “organizações não governamentais são forçadas a vender seus serviços em condições de mercado” (SØRENSEN, 2017, p.407). Reproduzem, inclusive, condições precárias de trabalho (XAVIER, 2020). Paradoxalmente, as ONGs que reivindicam do Estado a construção de políticas migratórias, são as mesmas que atuam na brecha deixada pela não incidência de políticas governamentais para atender a emergência do acolhimento aos/às migrantes. Tal relação acaba por fortalecer práticas de governança neoliberais, levadas a cabo de modo acrítico pelos agentes não estatais.

Venho chamando esta política marcada pela falta de comprometimento das autoridades locais como uma “antipolítica pública” para as migrações, no sentido de que prefeituras, governos locais e mesmo o governo federal abrem mão de elaborar e conduzir políticas governamentais de caráter duradouro (VASCONCELOS, 2020).

As *Igrejas* que oferecem algum atendimento ao/às migrantes venezuelanos/as se autodenominam e são enquadradas na categoria de Sociedade Civil Organizada-SCO por gestores/as governamentais e Agências Internacionais. Como bem apontado por Melo (2014, p. 49), trata-se de “uma categoria explicativa da própria sociedade”. A SCO envolvida na recepção e acolhimento de migrantes venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus constitui-se por uma diversidade de arranjos institucionais, entidades, associações, grupos organizados, entre outros, que não são subordinados a instituições governamentais e não dependem exclusivamente dos recursos do Estado para desenvolver suas atividades. Em Boa Vista e Manaus, considerando o histórico de atendimento e oferta de serviços, pude identificar dois grupos. O primeiro é o formado por entidades locais; e o segundo formado por organizações não governamentais-

ONGs nacionais e internacionais que chegaram nas cidades após o aumento da migração venezuelana e acompanham a chegada das agências internacionais.

Esse contexto demonstra a continuidade da conformação, pelas agências internacionais, após a segunda guerra mundial, “de redes de relações entre agentes e entidades que se reconhecem mutuamente” (LANDIM,1993, p. 10). De acordo com Landim (1993, p.10-11), as Agências internacionais e as ONGs consolidam um quadro transnacional de instituições interdependentes, legitimado pelo atendimento aos grupos vulneráveis dos ditos países em desenvolvimento. Essa articulação entre dinâmicas locais e internacionais é um elemento central de acomodação em distintas circunstâncias internacionais e conjunções nacionais. Produz a ativação de relações locais que possibilitam galgar espaços e funções diferenciadas em distintas sociedades.

Isso ajuda explicar como rapidamente a chegada das Organizações Internacionais transformaram a realidade do acolhimento da migração venezuelana em Boa Vista e Manaus. De meros desconhecidos/as, os/as funcionários/as das agências internacionais se transformaram-se em agentes referência no *modo de fazer* o acolhimento. Mobilizaram a chegada de novas instituições de causas humanitárias até então desconhecidas localmente, conquistaram posições de destaque e passaram a mediar a atuação de órgãos governamentais e da SCO.

Em ambos os grupos da SCO se destacam entidades que têm vínculo direto ou indireto com alguma *Igreja* ou causa religiosa. Isso evidencia o protagonismo das *Igrejas* e *igrejas* no acolhimento e recepção dos/as migrantes venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus, ao mesmo tempo que descortina o processo histórico que consolidou a SCO no Brasil, intensamente marcado pela vinculação de instituições e movimentos sociais às Igrejas, especialmente a católica, como assinala Landim (1993). De acordo com a autora, essa vinculação é comprovada pelo próprio histórico de atuação das instituições, cuja data de fundação é posterior ao início da atuação, tendo em vista que previamente essas instituições eram geralmente organismos eclesiais (*idem*, p.103).

Tal processo histórico de constituição da SCO no Brasil se reflete no protagonismo do acolhimento de venezuelanas/os em Boa Vista e Manaus, marcado pela atuação de instituições vinculadas às *Igrejas*. Ao passo que também demonstra que a separação entre *Igreja e Estado*, embora tenha possibilitado a emergência de um contrapoder, não



modificou profundamente as relações de assistência às pessoas vulneráveis, tradicionalmente relegadas às instituições e grupos religiosos.

#### ***5.4 Frentes de atuação das instituições religiosas: entradas e entraves***

O que distingue a *Igreja* católica em relação às entidades cristãs não católicas são as frentes de atuação e as expectativas de reciprocidade. Enquanto a primeira age de forma mais institucionalizada demonstrando publicamente preocupações com aspectos sociais dos/as migrantes, levando em consideração a coletividade, as segundas se dividem em dois campos pela *igreja* e a *Igreja*. No campo da *igreja*, há execução de atividades de tendência proselitista que dão ênfase no indivíduo e na conversão, ou seja, a salvação depende exclusivamente da fé que se tem em Deus, na obediência à doutrina e dogmas e no seu esforço individual. Aspectos também observados por Vargas (2012) sobre a atuação de grupos religiosos e a participação de presidiárias em cultos e cerimônias religiosas na penitenciária feminina no Distrito Federal. No campo da *Igreja*, existe a negação do proselitismo com destaque na efetivação de ações de caráter inter-religioso e sem aceitação de credo. O argumento que motiva a promoção do acolhimento se fundamenta pelo princípio cristão de “amor ao próximo” e a comprovação prática de ser cristão e cristã:

Quando você entrega, o maior beneficiado é aquele irmão, aquela irmã que já tava ali há dez anos, quinze anos que não tinha um significado. Porque a vida religiosa passa a ter um significado a partir do momento que você entende o que que é ser cristão. Porque infelizmente um grupo de pessoas mudou o foco do cristianismo e colocou o foco pra ele, eu vou seguir a Deus porque eu quero um carro novo, uma casa nova, porque eu quero ter paz, eu quero ter isso, eu quero ter aquilo, o eu. Sendo que o cristianismo nunca foi pro eu, sempre o cristianismo foi voltado pro próximo (John, Pastor e Igreja Adventista do Sétimo Dia, em 04/10/2019).

Comparando as formas de aproximação católica e não católicas, observa-se que ambas praticam ações filantrópicas. Contudo, ações cristãs não católicas são caracterizadas por maior protagonismo dos/as fiéis, ou seja, da *igreja*; enquanto que os católicos atuam de forma mais institucionalizada por meio da Pastoral do Migrante e outras organizações não governamentais ligadas à *Igreja*, tais como o Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados- SJMR e a Cáritas. A percepção dos/das migrantes sobre o protagonismo das ações católicas e não católicas confirma essa distinção. As organizações vinculadas à Igreja católica são denominadas pela categoria generalizante de a *Igreja*. Enquanto as ações não católicas são diferenciadas por cada organização

social atuante ou pelo nome da denominação religiosa específica (ex: *los mórmons, los adventistas, etc.*).

Isso assevera a compreensão da Igreja católica enquanto uma unidade e a fragmentação das Igrejas cristãs não católicas. Como observa Mendonça (2002, p. 11), o catolicismo, embora contenha internamente uma pluralidade de perspectivas religiosas, por meio da tradição católica “sempre foi capaz de conciliar e envolver essa diversidade com a vigorosa unidade que se manifesta, por exemplo, no plano institucional”. Ao contrário do protestantismo que apresenta uma tendência à fragmentação. Potencialmente, cada pastor é autônomo para fundar a sua própria denominação, isso acontece efetivamente quando a adesão da comunidade de fiéis local é personalizada em torno daquela liderança espiritual específica, favorecendo a desvinculação em relação à instituição de origem (NASCIMENTO, 2020).

No campo da atuação institucional, embora a católica represente um corpo, no sentido de uma única *Igreja*, existe um esforço de seus membros de distinguirem o trabalho realizado por cada organização, ainda que atuem nas mesmas frentes e ofereçam atendimentos muito similares. Por exemplo, a Pastoral do Migrante e a Cáritas realizam orientação/encaminhamentos sobre regularização da documentação; SJMR e Cáritas desenvolvem ações de emprego e geração de renda. Já no contexto evangélico, a fragmentação se encontra mais explícita e a percepção dos migrantes aponta para cada diferente organização atuante, muitas vezes sem relacionar com a instituição religiosa. Por exemplo, tanto o Centro de Apoio e Referência a Refugiados e Migrantes (CARE), quanto a Agência Humanitária da Igreja Adventista do Sétimo Dia (ADRA), são instituições vinculadas à *Igreja* Adventista do Sétimo Dia. Contudo, os/as venezuelanos/as raramente atribuem os serviços ofertados por estas entidades à *Igreja* Adventista. Essa separação entre o trabalho executado pela *Igreja* e a *igreja* também foi mencionado por coordenadores de projetos vinculados a *Igrejas* cristãs não católicas em Boa Vista:

Aqueles meninos que você vê na rua, os missionários camisa branca, correntinha? No caso deles é uma coisa mais ligada à questão do proselitismo mesmo, de pensar o evangelho. Nós não fazemos proselitismo, mas olha que interessante, eu não preciso nem falar com as pessoas, uma ação dessa fala, não fala? As ações que nós fazemos aqui, elas não falam, elas gritam, né? Eu não preciso falar nada, eu não preciso falar no que a gente acredita, como é que é nosso conceito, as pessoas falam, “nossa”. Então, muitas pessoas elas se interessam por conhecer a Igreja exatamente por essas ações que têm sido feitas aqui, são muitas pessoas, não é uma e nem duas, são muitas, né? E a gente logicamente não vai fazer o trabalho

diretamente com eles, mas a gente passa para os missionários e os missionários fazem. (Joseph, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias –Mórmom, Boa Vista, em 04/10/2019)

Temos mais de seiscentos voluntários capacitados e uma equipe de quase cem funcionários de vários credos religiosos. Nós não fazemos aceitação, nós não fazemos aqui, por exemplo, proselitismo religioso. Eu trabalho muito a questão da fé com o grupo que está aqui. Pensamento positivo, a fé, a crença em Deus. Eu sempre digo, hoje mesmo eu disse pra eles, porque aqui eu tenho ateus, eu tenho adventistas, tenho católicos, tenho até uma, como é que fala? Uma religião lá do oriente. Amor e fraternidade todos podemos oferecer, num abraço, num sorriso, num minuto de atenção. Então é isso que eu trabalho com a minha equipe aqui e que nos mantém de pé, que nos motiva é a lição de Cristo, só que sem a questão do proselitismo, tira essa questão. “Ah, eu quero conhecer um pouco mais da Igreja Adventista”, aí eu tenho na minha casa um encontro semanal pra aqueles que querem ir lá conhecer, aqui é outra coisa, eu faço isso a noite na minha casa. Então lá nós temos um programa dentro das igrejas locais que chamamos de ASA, Ação Solidária Adventista, e é feito um trabalho pessoal lá da igreja, né? Aqui (ADRA) é o trabalho institucional e lá (*igreja*) é o trabalho pessoal (...) (John pastor Igreja Adventista do sétimo dia, Boa Vista em 04/10/2019).

Observa-se que as *Igrejas* cristãs não católicas negam o proselitismo por meio de uma clara separação entre o trabalho realizado pelos missionários da *igreja*, marcadamente proselitista, e a *Igreja* que oferece atendimento independente do vínculo e conversão religiosa, embora reconheçam que o protagonismo à frente desses serviços tem instigado o interesse das pessoas em conhecer a religião e despertado conversões.

As atividades inter-religiosas de acolhimento aos/às migrantes venezuelanos/as são constantemente ressaltadas pelos/as coordenadores/as de instituições e projetos de *Igrejas* cristãs não católicas:

O que tem até causado muita estranheza, né? Como a Igreja Evangélica trabalha com a Igreja Católica? A gente tem buscado essa parceria, essa dinâmica. Quando a gente tem um foco prioritário, o nosso foco principal são as pessoas. Humanitário, gente. Então quando você consegue unir o que eu tenho de bom com o que ela tem de bom, com o que o outro tem de bom em prol de um único objetivo. Tem muitas coisas que a gente diverge do ponto de vista religioso, do ponto de vista de vida, até do ponto de vista de filosofia de visão de mundo. Mas só que o que nos une é o beneficiado. É a ajuda humanitária. Então a gente hoje tem uma grande parceria com as igrejas com outras denominações e nos une nesse item: pessoas. (John, pastor da Igreja Adventista do sétimo dia, Boa Vista em 04/10/2019).

Aqui funciona maravilhosamente bem. Não existe distinção, as pessoas se apoiam. Essa ação foram três dias na Consolata que é católica. Três dias lá nas Nações que é evangélica, três dias no centro espírita a partir de segunda-feira que vem, depois três dias na igreja de Santo Agostinho com as mães da caridade que são aquelas do sári branco com azul da Madre Tereza de Calcutá. Então você vê que é multi e apoiado pela Igreja de Jesus Cristo. (Madalena, missionária Coordenadora da Frente de Socorro, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias –Mórmom, Boa Vista, em 04/10/2019).

O trabalho em parceria entre as diferentes denominações desloca o foco do prisma religioso para o *humanitário*. O que ganha importância não é mais a salvação para posterior entrada no plano divino, mas a ajuda ao próximo que opera como recurso de salvação e reciprocidade, independente de dogmas e doutrinas.

As *Igrejas* cristãs não católicas e a católica também se diferem aos olhos de gestores/as governamentais que atuam diretamente em ações de recepção e acolhimento aos/às migrantes. Essa distinção pode estar vinculada à pauta de atenção desenvolvida. As *Igrejas* cristãs não católicas tendem a reforçar a conversão e a fé como mecanismo de salvação e transformação das condições de vida. A responsabilidade é individual, portanto o migrante é o agente de mudança do seu próprio destino. Já a *Igreja* católica reivindica publicamente a necessidade de transformação das vulnerabilidades por meio da implementação de políticas governamentais que reduzam as desigualdades e cerceiem violações dos direitos humanos dos/as migrantes.

Nos espaços de debate sobre migração venezuelana, tais como audiências públicas, grupos de trabalhos temáticos coordenados por agências internacionais, comitês intersetoriais, entre outros, tanto em Boa Vista, quanto em Manaus, raramente presenciei críticas e denúncias de representantes de *Igrejas* cristãs não católicas publicamente. Embora indicassem demandas dos/as migrantes, dificilmente essas eram relacionadas diretamente ao trabalho desenvolvido ou não desenvolvido pelos/as gestores/as governamentais, funcionários/as de agências internacionais e militares. Os/as representantes vinculados/as à *Igreja* católica, por outro lado, não apenas verbalizavam sugestões e críticas nesses espaços, como também elaboravam e encaminhavam denúncias por meio de documentos a outros órgãos competentes.

Comparando a participação de diferentes *Igrejas* frente à problemática dos trabalhadores agrícolas na Florida/EUA, Cerdi (2007) também identificou o silenciamento das *Igrejas* não católicas em relação às denúncias públicas sobre as condições precárias de trabalho e formas de exploração da mão-de-obra migrante. Enquanto a *Igreja* católica, por meio da ordem dos scalabrinianos, fazia denúncias públicas e levantava questionamento sobre a atuação clerical, as organizações pentecostais restringiam-se a ações doutrinárias e assistências.

De acordo com a autora, isso ocorria porque parte dessas *Igrejas* eram proprietárias de alguns campos onde trabalhavam migrantes ou seus membros

constituíam a rede de exploração, por meio da oferta de serviços de transporte e recrutamento para o trabalho. Para ela, existem indícios de que “o compromisso que as congregações locais expressam como organização religiosa, também pode estar condicionado ao tipo de relacionamento estabelecido por seus líderes na cidade e às contribuições que recebem dos membros da congregação” (idem, p.119-120). Isso oferece pistas para refletir sobre o posicionamento acrítico das Igrejas cristãs não católicas em relação à gestão militarizada do acolhimento de migrantes venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus. Os condicionantes, neste caso, são atribuídos ao aporte logístico e, de certo modo, à indicação chancelada pelos militares de seus serviços humanitários.

No caso especificamente dos abrigos governamentais, pude perceber que as *igrejas* e *Igrejas* eram vistas com bons olhos pelos/as funcionários/as públicos ligados/as à assistência social, militares e organizações internacionais quando exerciam a função de apoio espiritual (desestressores sociais) e filantropia (doações de alimento, utensílios de higiene pessoal, passagens aéreas, entre outros). Tratando-se especificamente de ações de abrigo militarizadas, as *Igrejas* não católicas cristãs apresentavam-se como mecanismos amortizadores de conflitos, por outro lado, as críticas da *Igreja católica* às formas autoritárias de gestão eram recebidas com certo incômodo.

Para os militares, os cultos religiosos dentro dos abrigos funcionavam como “desestressores sociais”:

Temos também mecanismo de desestressores sociais, como a realização de cerimônias religiosas. Se o camarada tem uma crença é uma forma de controle dessas variações. (Major S. PETRIG, Pacaraima, 28/09/2018)

Pastor evangélico venezuelano faz culto às quintas-feiras aqui dentro do abrigo. Isso ajuda evitar conflitos e traz mais tranquilidades para as pessoas. (Tenente A. abrigo Latifé Salomão, Boa Vista-RR, 20/10/2018)

As religiosidades operam dentro dos abrigos, assim como no sistema carcerário, como constatou Vargas (2012, p.32), como “tecnologia e estratégia de poder e de controle institucional e administrativo sobre a massa”. Nomeadas como *desestressores social* pelos militares, tinham como objetivo conter tensões dos/das migrantes fruto do confinamento e dos mecanismos de controle da gestão militarizada. Por outro lado, migrantes assumiam ou reforçavam a religiosidade como mecanismos de “adaptação-resistência”. Para Vargas (2012, p.32), o conceito de adaptação-resistência revela “que

comportamentos e discursos aparentemente adaptativos aparecem simultaneamente como formas de resistência”. Assim, demonstrar ser *cristiana e cristiano*, ser *irmã e irmão* dentro do abrigo aumentava as possibilidades de livre circulação, sociabilidade e diminuía a desconfiança por parte dos militares. A vinculação religiosa amenizava a sensação de aprisionamento e garantia um conjunto de vantagens perante o controle militar.

Certa vez, enquanto conversava com um grupo de migrantes na frente do abrigo destinados aos homens no bairro Santa Tereza em Boa Vista em outubro de 2018, fomos surpreendidos com a chegada da viatura da polícia de exército que rapidamente ordenou que todos entrassem. Do outro lado da rua, porém, havia um grupo de migrantes aglomerados. Observando isso, rapidamente o soldado foi em direção daquelas pessoas, a fim de dispersá-las e exigir que permanecessem dentro do abrigo. Ao se deparar com a presença de um pastor que realizava a pregação, o soldado retornou e informou ao chefe imediato sobre o que se tratava a reunião de pessoas. Em seguida, a viatura partiu sem interromper o grupo coordenado pelo religioso.

Essa cena, como tantas outras presenciadas dentro e fora dos abrigos, demonstra como a religiosidade é vista como um mecanismo de controle e apaziguamento de conflitos. Na perspectiva dos militares que faziam a ronda na frente do abrigo, os/as migrantes que estavam envolvidos/as na atividade religiosa não representavam, naquele momento, uma suposta ameaça à sociedade roraimense. Enquanto que os migrantes que conversavam sobre banalidades, fugindo do calor extenuante dentro das barracas de camping enfileiradas no ginásio, na busca de um mínimo de sociabilidade, eram percebidos com desconfiança e necessitavam de vigilância constante.

Em Manaus, as regras que delimitavam a permanência e circulação de migrantes venezuelanos/as ao redor da rodoviária também eram flexibilizadas nos momentos que ocorriam cerimônias religiosas. Como dito anteriormente, no *overnight*<sup>118</sup>, a higienização do espaço era fortemente marcada pela delimitação de áreas de permanência no entorno da rodoviária. Em dezembro de 2019, quando assisti a um culto no local, fazia um pouco mais de quatro meses do funcionamento das instalações. Durante a noite houve um batizado organizado pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, núcleo Japiim. O pastor Flávio Davi, dirigente da cerimônia, informou que atuava na

---

<sup>118</sup> Termo utilizado pelos militares para se referir a área de pernoite oferecido aos/às migrantes venezuelanos/as em Manaus.

rodoviária há três meses. Durante o longo culto, que marcava o ritual de passagem, migrantes tinham a liberdade de permanecer nas calçadas e transitar livremente.

No final da cerimônia, enquanto o grupo religioso distribuía comida aos/às venezuelanos/as, uma das coordenadoras serviu bolo aos militares. Não posso afirmar que a igreja católica não realizava missas nos locais de abrigo e ocupação. Mas posso deduzir que, se realizavam, certamente não era com a mesma frequência. Durante o período que estive em campo, não precisei nenhuma vez a realização de missas nesses locais.

Por outro lado, quando a *Igreja* católica interferia criticamente nas ações de gestão desses espaços, era prontamente rechaçada e os membros tinham sua entrada restringida e/ou vigiada bem como perdiam o apoio logístico dos militares para realização de ações:

Por exemplo, se você quer fazer uma visita pra poder conhecer um pouco o trabalho no abrigo ou apresentar até mesmo pra os seus agentes financiadores do projeto, a gente tem que fazer uma agenda, tem que solicitar Coronel, tem que pedir autorização do ACNUR, pra poder ter essa liberdade. Já foi mais difícil, hoje já tem o protocolo do que tem que seguir, mas a gente consegue entrar. A dificuldade nossa às vezes é a gente ter informações. Uma coisa meio que blindado. E aí, a gente faz o protocolo, né? Solicita... a gente liga pro "Canãã", que é o chefe, e aí ele diz: "Fala com a OIM, abrigo tal, falar com tal coisa." E aí a gente manda uma carta solicitando, explicando a motivação da visita, essas coisas todas. E aí é uma visita guiada, né? Raras vezes a pessoa vai falar de alguma coisa, a gente atende casos de denúncia aqui. A escuta é feita fora do abrigo. (Tereza, Igreja Católica, Boa Vista-RR, entrevista 02/10/2019)

A Igreja em si assume o papel diplomático, a gente tem que tomar muito mais cuidado. Por exemplo, a gente não pode assumir um lado político por mais que a gente não concorde não podemos declarar nossas opções políticas. Por exemplo, a gente não concorda com o discurso do exército "braço forte, mão amiga", mas a gente sabe que nesse processo a gente precisa do exército. É um caráter estritamente diplomático. (...) Estou bastante preocupada, pois eu estou vendo que o povo é muito gado. As pessoas estão colocando toda esperança na Operação Acolhida e eu acredito que as instituições de Manaus tinham mais autonomia de como trabalhar e de lidar com os migrantes, mas agora com a operação acolhida nós vamos perceber que vai ter um monte de desmonte e o monte de imposições que vamos precisar nos adequar. Falei ontem com meu chefe: estou bastante preocupada porque aqui não estava precisando lidar diretamente com os militares. Alguns serviços com certeza vão mudar porque eles vão impor e se não obedecer pode gerar outras coisas, por exemplo, ano que vem ter o projeto cortado e não ter recurso para gerir tal coisa. (Nísia Floresta, Igreja Católica, experiência anterior de acolhimento em Boa Vista, em 01/07/2019, Manaus/AM).

Como mencionado brevemente no capítulo 3, em abril de 2018, a expulsão de três homens indígenas Warao do abrigo indígena do bairro Pintolândia, em Boa Vista,

resultando em lesão corporal de um deles, foi denunciada pela Igreja católica aos órgãos da justiça e instituições de proteção aos direitos humanos, revelando as diferentes formas de atuação das instituições religiosas. Após o episódio, sem conseguir interlocução com militares e gestores/as públicos/as do abrigo vinculados/as à assistência, a fim de mediar o retorno dos indígenas ao abrigo, um coletivo de entidades elaborou uma nota pública solicitando medidas de acolhimento e proteção aos direitos dos povos indígenas em situação de migração transfronteiriça no Estado de Roraima-Brasil:

Fatos acontecidos no dia 15 de abril ao lado das dependências do Ginásio de Pintolândia e na Delegacia do 5<sup>a</sup> Distrito Policial, envolvendo três indígenas Warao e membros do Exército, da Polícia Militar e da Polícia Civil, ainda não suficientemente apurados, deixaram lesões corporais em um dos indígenas e motivaram, paradoxalmente, a expulsão dos três indígenas do Abrigo. Esta decisão, que significa sua exclusão da condição de abrigados passando a ficar sem proteção na rua e a consequente separação de suas famílias, nos deixa gravemente preocupados. Entretanto, diversos relatos de outros indígenas Warao confirmam que o ambiente dentro do Abrigo e a relação entre representantes das entidades responsáveis e os Warao ficou tensionada os dias seguintes ao episódio. **Além disso, entidades sociais foram impedidas de entrar ao Abrigo em diversas ocasiões nos últimos dias.** (Nota sobre as medidas de acolhida e proteção aos direitos dos povos indígenas em situação de migração transfronteiriça (*op.cit*) no Estado de Roraima-Brasil, divulgada em: 11/05/2018<sup>119</sup>)

Essa nota foi assinada por quarenta e três instituições, deste total, dezesseis eram vinculadas à *Igreja* católica. No documento não havia a representação de nenhuma Igreja cristã não católica de qualquer denominação. O trecho acima, em destaque, revela não apenas a denúncia pública, mas também a restrição de entrada dessas entidades no abrigo após a denúncia. Em outubro de 2018, um representante do Conselho Indigenista Missionário- CIMI me confidenciou:

Após o ocorrido e a divulgação da Nota das entidades a coordenação do abrigo Pintolândia recebeu várias recomendações, a reação que tiveram diante disso, em lugar de acolher as recomendações, aceitando que nenhuma delas têm experiência, tem expertise na questão indígena, blábláblá, então “bem-vindas as recomendações tudo aí”, o que elas fizeram é, se fechar totalmente para o diálogo. Acirrar o ambiente interno, aprofundar o controle absoluto dos Warao e, assim, elas viraram no sentido contrário. Estou falando agora fora do abrigo com os warao, dentro do abrigo eu quase nunca tento falar com eles, porque, assim, falo com eles, mas sempre você vai acompanhado de alguém e não dá muito... (Yunna, entrevista realizada em 03/10/2018, Boa Vista-RR)

---

<sup>119</sup> <https://cimi.org.br/2018/05/organizacoes-reivindicam-respeito-aos-direitos-dos-povos-indigenas-em-situacao-de-migracao-no-estado-de-roraima/>. A nota foi amplamente divulgada nos sites das instituições que assinaram, listas de e-mails e redes sociais.



A posição da *Igreja Católica*, crítica à gestão militarizada dos abrigos, considerando-a arbitrária e, o suposto silenciamento desse aspecto pelas *Igrejas não católicas cristãs*, chama atenção para a realidade da SCO como espaço de “contestação social”. Ao passo que também demonstra que a Sociedade Religiosa Organizada, componente integrante desse conjunto, embora compartilhe de valores cristãos comuns, pode servir “tanto para manter a hegemonia cultural de grupos dominantes, seja para afirmar a contra-hegemonia de atores coletivos subalternos” (COHEN, 2003, p.425).

A falta de interlocução com gestores/as dos abrigos e o controle de acesso aos/às migrantes dentro desses locais modificou o foco de atuação das entidades católicas que passaram a realizar ações prioritariamente com migrantes fora dos abrigos, em situação de rua, ocupações espontâneas e em moradias precárias pela cidade. Por outro lado, parte dos grupos cristãos não católicos, que abdicavam à crítica, mantinham inclusive cerimônias religiosas agendadas no calendário de atividades dos abrigos.

A relação entre migrantes venezuelanos/as e religiosidades pode ser comparada à etnografia de Laura Ordóñez Vargas (2012) sobre a atuação de instituições religiosas entre pessoas encarceradas. Dadas as devidas diferenças, já que, no caso dos/as venezuelanos/as, a permanência dentro do abrigo não é compulsória, como em uma prisão, mas é condicionada pela falta de alternativa de moradia e subsistência nas cidades. É possível apontar semelhanças: (i) militares e gestores/as governamentais, assim como os agentes e a administração penitenciária, percebem os grupos religiosos que realizam ações de evangelização e apoio espiritual como mecanismo indireto, mas efetivo, de controle sobre os migrantes, tendo em vista que o comparecimento no cotidiano do abrigo suaviza e ameniza as tensões diárias, amortizando conflitos resultantes da condição de confinamento; (ii) assistir aos cultos e ter o acompanhamento da *igreja* para os/as abrigados/as, assim como, para as encarceradas, torna-se alternativa de sociabilidade no ambiente com poucos espaços de integração social; (iii) a adesão à religiosidade é acionada como mecanismo de “adaptação-resistência” adotada pelas internas e também pelos/as abrigados/as para driblar o controle do confinamento/aprisionamento resultante do estado de repressão e contenção em que se encontram submetida/os; e (iv) a diferença de atuação e preocupações entre católicos e cristãos não católicos também se assemelha. A *Igreja* católica expressa uma preocupação social que é mais condizente com a realidade e com o contexto que

envolve as internas, enquanto os cristãos não católicos manifestam uma preocupação de tendência mais individual, uma preocupação com a relação da pessoa com Deus.

Pode-se lançar mão, aqui, da metáfora do “exorcismo de demônios” para aludir ao vínculo religioso, sobretudo evangélico, como meio de fuga de estigmas e controle. Os demônios a serem combatidos, no caso, não são criaturas maléficas sobrenaturais, mas a condição de confinamento e repressão. Como vimos ao longo dessa seção, a conversão e declaração de filiação a uma denominação religiosa permite gozar de tratamento diferenciado por parte da comunidade local, dos gestores civis e pelo pessoal militar.

### ***5.5 Interiorização dos/las migrantes venezuelanos/as e a disputa do protagonismo entre instituições religiosas e governamentais***

Entre as diversas atividades desenvolvidas em relação ao acolhimento de venezuelanos/as, cabe destacar o papel das *Igrejas e igrejas* no processo de interiorização no Brasil. Elas são as principais responsáveis em receber os/as migrantes no local de destino durante os primeiros meses de adaptação, por meio da acolhida em abrigos, casas de passagens e aluguéis custeados pela comunidade religiosa, mobilizando ofertas de trabalhos, entre outros. O próprio General Eduardo Pazzuelo, então Coordenador Operacional da FT Log Hum no estado de Roraima, durante audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado, no final de maio de 2019, reconheceu a dificuldade das Forças Armadas em oferecer suporte de integração aos/às migrantes no local de chegada no processo de interiorização. Isso, de acordo com o coordenador, causou um decréscimo no número de interiorizações conduzidas pelo exército para outros estados da federação. Por outro lado, afirmou que vem ocorrendo um aumento das interiorizações organizadas pela SCO:

Processo de interiorização institucionais e civis, funcionam da seguinte forma: Os institucionais são conduzidos pelo exército com apoio dos aviões da FAB e a coordenação central em Brasília. Isso vem caindo drasticamente, por razões diversas. Já as interiorizações organizadas pela sociedade civil, que somos todos nós, vem crescendo rapidamente. O que vimos com isso? Que temos de nos dedicar em a buscar o apoio da sociedade civil. Que é quem vai abrir as portas para receber os venezuelanos nas suas empresas, em suas paróquias, em suas casas, em suas entidades no Brasil todo. Porque é isso que me falta. Não me falta logística, mas me falta quem receba, quem empregue, em Curitiba, Porto Alegre, São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, etc. Nós temos quase 6 mil municípios do Brasil. Então, imagina se cada um recebesse um pouquinho? Esse é o nosso objetivo. (General Eduardo

Pazzuelo, Coordenador Operacional da Força Logística Humanitária, Audiência pública “ Crise migratória venezuelana em Roraima, ALE de Roraima, Boa Vista, 31/05/2019).

Ao reconhecer o papel da SCO, o general cita as paróquias em uma clara alusão à participação da Igreja católica no processo de interiorização. Porém, dilui a SCO a todos os segmentos da sociedade brasileira “*Já as interiorizações organizadas pela sociedade civil, que somos todos nós*”. A categorização genérica obscurece o reconhecimento do protagonismo das organizações não governamentais que atuam diretamente no processo de interiorização e o notado predomínio de entidades religiosas. Ao mesmo tempo, ressalta o EB como peça chave na viabilização logística do deslocamento dos/as migrantes.

Nesse caso, a *sociedade civil* não pode ser confundida com a sociedade brasileira. De acordo com Bresser Pereira (1995, p. 92) “população ou o povo é um conjunto dos cidadãos detentores dos mesmos direitos; a sociedade civil é constituída pelos cidadãos organizados e classificados segundo o poder dos grupos ou associações que pertencem”. Para além dessa distinção, a concepção de sociedade civil se constitui fora das esferas estatais. Ora, como um ocupante “da cúpula administrativa do Estado” com lugar de fala de governo pode se apresentar enquanto Sociedade Civil? O que há por trás dessa estratégia retórica? Soa no mínimo contraditório.

Quando se reflete sobre a posição do general enquanto membro do EB, os paradoxos se aprofundam ainda mais. Celso Castro (2004) e Piero Leirner (1997) demonstram, por meio de suas etnografias, que existe no seio do militarismo uma clara distinção entre o mundo civil e o militar. Separam-se, no contexto da caserna, claramente atribuições e modos de vida “militar” distintos e, em geral, considerados superiores, aos modos de vida dos “paisanos”, ou seja, da população civil (CASTRO, 2004; LEIRNER, 1997). Sob esse prisma, me parece inusitada e até mesmo provocadora a autoidentificação de um General de Divisão do Exército Brasileiro com a “sociedade civil”.

É possível fazer um contraponto entre a autoidentificação das entidades religiosas dentro da força tarefa governamental com a estratégia retórica do comandante da Operação que considera a “sociedade civil” como “todos nós”, incluindo agentes do Estado. Entendo que tal retórica não somente confunde a separação entre Estado e Sociedade Civil, como também procura esvaziar a importância da chamada Sociedade

Civil Organizada. Ao mesmo tempo que justifica a manutenção do recurso público para permanência da Operação nessas cidades.

Ainda durante audiência pública, Pazzuelo reforçou o trabalho em conjunto por meio da *parceria com todos os atores*. Nesse momento, o general apontou para o slide, o qual apareciam nomes de instituições ligadas à ONU, prefeitura, governo do estado e uma lista com poucas entidades da sociedade civil organizada, que, inclusive, nem foram mencionadas por ele. A pouca importância dada ao papel da SCO na recepção e acolhimento de venezuelanos/as é alvo de crítica por parte da *Igreja Católica*:

O exército encapsula tudo como sociedade civil. Só que quem é essa sociedade civil? Por exemplo, a casa de acolhida na Paraíba que é do SPM de lá, também entrou na rota deles, então eles chamam abrigo-abrigo. A Missão Paz lá de São Paulo, também entra na rota deles. Então, são esses, né? Além dos abrigos militarizados, eles fazem essas parcerias, por isso que a gente fala que a gente tem que contabilizar esse nosso serviço, porque por exemplo, se entra daqui dos abrigos deles e vai pra Missão Paz é um serviço eclesial, se vai pra Paraíba, pra Casa do Migrante é um serviço eclesial. E aí a gente não consegue fazer esse número como sociedade civil pra impactar. Por que que a gente quer impactar? Porque a gente começou a perceber que são os mesmos desafios de todos da sociedade civil, é isso: diálogo com o pessoal, né? Da Operação Acolhida, parece que a gente tem que pedir esmola, alguma coisa assim, né? Pra poder ter um serviço básico, pra poder ajudar, pra poder fazer todo esse trabalho e aí a gente pensou: "Não, a gente precisa mostrar que eles precisam da gente, porque se a gente parar, né? Então, por exemplo, eles não têm mais pra onde mandar, vai mandar pra quem? Pra diocese que quer acolher. (Tereza, Boa Vista-RR, entrevista 02/10/2019)

Diante da percepção da falta do reconhecimento, pelo comandante militar, do trabalho desenvolvido, a SCO ligada à Igreja católica criou mecanismos de resistências e de visibilidade política própria. As entidades procuram se esquivar das recorrentes tentativas de transformá-las em agências implementadoras sob mando autoritário, alicerçado em metas que demonstrem resultados e justifiquem a manutenção da Operação.

E pessoas, tem muitas sendo assediada, ainda tem. Assediados pelo ACNUR, mais pelo ACNUR e pelo Exército mesmo. Por quê? Porque eles querem números. A Casa Civil me ligava, entrava aqui e dizia assim: "Pelo amor de Deus, você tem, quando que vocês vão mandar?" Até, tipo assim, entre vinte de março e trinta de março eles precisavam mandar um monte de gente pra fora. Eu falei: "Olha, a gente tem agenda pra onze de abril." "Ah, não pode mandar antes não?" Então assim, começa até a própria Casa Civil, por quê? Porque eles querem terminar o mês de março com um número "x". (...) Ter, tem, a tentativa que a gente fique a serviço deles, mas eu acho que aqui... as organizações, né? Jesuítas, por exemplo, acho que a gente já está bem consolidado mesmo assim, sabe? De marcar território, de falar, de dizer do nosso trabalho, as vezes quando a gente vê, por exemplo, a viagem

das meninas<sup>120</sup>, foi mais, eles interiorizaram mais de mil pessoas. De dezembro no ano passado, foi mais de trezentos. Aí gera um número, aparece: "Operação Acolhida integra mais de não sei quantas..." Aí a gente vai e retoma: "Não, mas aí foi o número da Cáritas, né?" Então a gente começa a falar um pouco, assim, sabe? Marcar território mesmo. Eu acho que hoje eles olham com um olhar diferenciado pra sociedade civil. De outubro do ano passado quando eu entrei, eu senti um olhar diferente. Como se a gente, "Ah, vocês têm que fazer isso!" Não é que a gente tem que fazer! É o nosso... (Tereza, Boa Vista – RR, entrevista 02/10/2019)

Como estratégia de tornar visíveis as ações que se somam aos resultados divulgados e apresentados pela Operação Acolhida, as *Igrejas* têm se posicionado enquanto integrantes da própria Operação Acolhida:

Então, a gente precisa entender, essa é uma clarificação que precisa ser feita, pra que todos entendam que a Acolhida é um grupo de instituições. Essa gestão ela funciona dentro de um programa aonde o Exército junto com as instituições montou a base de logística e de acolhimento e aí cada um entra com uma fatia. Então tem uma gestão e tem uma liderança, o Exército lidera isso aí. Uma pessoa, o Pazuello. (A.K, Diretor Fundador da ADRA/ igreja Adventista/ regional Roraima, em 04/10/2019).

Hoje a gente está fazendo uma releitura também que a gente tem reunião de serviços pra poder impactar dentro da Operação Acolhida, a gente estava, aí eu falei: "A gente tem que nos considerar também, já que nós entramos como sociedade civil, então a gente tem que bater o pé e dizer: Nós, Operação Acolhida." Então a gente vai, né? Pra poder fazer algumas incidências. (Tereza, Boa Vista– RR, entrevista 02/10/2019)

A identificação das *Igrejas* como parte da Operação Acolhida sugere uma tática de tornar visíveis as ações destas instituições no contexto que são diluídas como resultado do trabalho executado pelos militares. Importante chamar atenção que essa postura, geralmente, era proveniente de instituições vinculadas às *Igrejas* que tinham mais autonomia em relação ao aporte logístico governamental. Seja por meio de arrecadação de doações de fiéis, seja por meio da captação de recursos via agências internacionais e outras fontes de financiamento.

A título de exemplo, a Cáritas Diocesana de Roraima (Católica) financiou a execução do programa "caminhos de solidariedade"<sup>121</sup> por meio do Fundo Nacional de

---

<sup>120</sup> A interlocutora se referia ao número de interiorizações realizadas pelo Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados- SJMR, que de acordo com Sarmiento (2020, p. 28) até julho de 2019 havia realocado mil cento e quatorze (1.144) migrantes e solicitantes de refúgio venezuelanos/as para outras localidades do país.

<sup>121</sup> O Programa Nacional Caminhos de Solidariedade foi executado pela Cáritas Diocesana de Roraima em Boa Vista, fundada em 2018, mesmo ano do início das atividades. O programa é composto por diversas organizações da Igreja que trabalham no acolhimento direto e indireto de migrantes e refugiados no Brasil, sendo parte do Comitê Gestor: Cáritas Brasileira; Cáritas Diocesana de Roraima; Instituto Migrações e Direitos Humanos; Serviço Jesuíta para Migrante e Refugiados e Serviço Pastoral dos Migrantes, apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Campanha da Fraternidade.

Solidariedade (FNS) da CNBB, que destinou 40% da arrecadação da Campanha da Fraternidade (nacional) para a efetivação de ações voltadas à migração venezuelana em Roraima. Já a ADRA (Adventista) e também a Cáritas (católica) tinham projetos financiados pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development)-USAID<sup>122</sup>. A disputa pelo reconhecimento do protagonismo das ações indica a necessidade de comprovação da utilização de recursos e a manutenção do financiamento, tanto em âmbito governamental, em relação aos militares, quanto por parte da SCO.

Na trama dos vínculos institucionais que compõem a chamada SCO em âmbito internacional e nacional se configuram diferenças e disputas em torno de financiamentos e da atuação com o público beneficiário. Lançando mão de uma expressão cunhada pelo sociólogo peruano Mário Padrón (1982), “Hay pobres para todos”, em alusão a atuação de ONG’s na América Latina. Leilah Landim (1993, p. 10) chama atenção para essa concorrência eclipsada internamente no âmbito das ONG’s brasileiras, as quais têm um vasto campo de possibilidades de segmentos para realização de projetos de intervenção social. No entanto, “as possibilidades de parcerias internacionais têm certamente limites estreitos e estilos particularizados de atuação e funcionamento, ou nas controvérsias em torno das “*linhas de ação*”, dos “*grupos prioritários*”, dos métodos e formas” (*idem*).

Na esteira dessa linha de pensamento, arriscaria dizer que “hay venezolanos para todos”. Porém, existe um limite ao financiamento dessas ações que induz à competição, o enquadramento em modelos e métodos impostos por agentes financiadores e a segmentação das pessoas que serão beneficiadas. Não por acaso, com os obstáculos de atuação entre os/as migrantes abrigados/as em Roraima, com a chegada da Operação Acolhida, parte da SCO passou a priorizar migrantes que estavam fora desses espaços. Dentro desse coletivo, existe ainda uma subdivisão de atendimento entre essas instituições em relação à definição do público prioritário, tais como, crianças, mulheres, GLBTI, entre outros.

---

<sup>122</sup> A United States Agency for International Development (Usaid) surgiu em 1961 para dar continuidade, em escala ampliada, ao trabalho da ICA (International Cooperation Administration), que desde 1954 vinha financiando projetos de interesse do governo norte-americano em várias áreas do mundo, sempre com a justificativa de ajudar os países pobres (Mota, 2010, p.238).

Os agentes financiadores internacionais e o suporte logístico ofertado pela Operação Acolhida para o desenvolvimento de ações de acolhimento aos/as migrantes venezuelanos/as, determinam um certo grau de interdependência de parte da SCO, que evitam os questionamentos públicos. A própria origem da captação do recurso demonstra uma contradição. Causa espécie o financiamento de projetos e ações de “desenvolvimento” por parte de uma agência governamental dos Estados Unidos da América, direcionados ao acolhimento de migrantes venezuelanos/as no Brasil. Autores como Lieuwen (2016) e Fernández (2019) têm alertado para o histórico de sanções econômicas e financeiras implementadas por sucessivos governos estadunidenses em virtude da perda da hegemonia sobre a produção petroléira venezuelana. Tais embargos econômicos têm colaborado de forma significativa para o aprofundamento da crise econômica no país que, como já apresentado na primeira parte desta tese, provocam o deslocamento internacional de milhões de pessoas.

A SCO brasileira vem aceitando “ajuda” sem questionar a origem da colaboração. O que haveria por trás da dedicação norte-americana em financiar o bem-estar de venezuelanos/as no Brasil, se os próprios EUA são parcialmente responsáveis pelo mal-estar que assola o território venezuelano? Estariam interessados em reter a população venezuelana nos países fronteiriços, minimizando assim a procura desses migrantes por recomeçar suas vidas na “América”? O sociólogo Ernesto Castañeda oferece pistas interessantes para pensar sobre as diferentes barreiras físicas, legais e ideológicas que vêm sendo construídas contra imigrantes latino-americanos nos EUA, ao longo dos últimos anos (CASTAÑEDA, 2019).

Certas entidades da Igreja católica que exercem a sua condição de contrapoder e se posicionam criticamente à postura dos militares diante dos serviços de acolhimento, acabam sendo percebidas não mais como aliadas, senão como rivais na condução dos trabalhos. Em Manaus, em meados de 2019, quando iniciaram reuniões da coordenação da Operação Acolhida com a SCO para o processo de implementação da força tarefa na cidade, ocorreu uma reunião inter-religiosa com instituições parceiras. Curiosamente, não houve a presença das instituições católicas pioneiras no acolhimento dos/as migrantes venezuelanos/as na cidade. Majoritariamente, a reunião foi composta por representantes de instituições vinculadas às *Igrejas* cristãs não católicas. Ao entrar em contato com representantes católicos, me informaram que nem sequer foram informados sobre o evento.

É importante ressaltar que a crítica da forma com a qual os militares da Operação Acolhida conduzem os trabalhos não é realizada publicamente por todas as instituições vinculadas à *Igreja* católica. Existe, como já referido anteriormente, uma tendência de acontecerem as críticas por parte de entidades que têm mais autonomia financeira e que dependem menos do potencial logístico da Operação Acolhida para realização de suas ações. Por outro lado, existem entidades que evitam entrar em rota de colisão. Em 2018, quando entrevistei o coordenador local de uma instituição da SCO vinculada à *Igreja* católica, ele me confidenciou que a coordenadora nacional da instituição havia proibido a equipe técnica de proferir críticas públicas aos militares.

Os posicionamentos distintos definidos internamente entre as instituições ligadas à *Igreja* católica, no tocante à crítica pública da gestão militarizada do acolhimento, revela os limites da categorização dicotômica que separa a SCO da esfera institucional político-administrativo (MOURA e SILVA, 2008, p.46-47). Essa perspectiva camufla a compreensão da complexidade e heterogeneidade que constitui tanto o Estado, quanto a SCO, que embora atuem em campos diferente do ponto de vista do aparato institucional, não necessariamente estaria oposta ao Estado, mas possuindo vínculos e se influenciando mutuamente. À guisa desta questão, Marques (2004), chama atenção para necessidade de se compreender a *permeabilidade* inerente à sociedade civil e ao Estado, bem como, os vínculos entre agentes da SCO e agentes das instituições político-administrativas. Neste sentido, Landim (1993) adverte que não existe SCO plenamente boa ou má e nem Estado totalmente mal ou bom. Não há que se procurar demônios aqui.

O reconhecimento do protagonismo do acolhimento de venezuelanos/as também se distingue entre as *Igrejas*. Especificamente, ações realizadas em parceria com a Operação Acolhida, as *Igrejas* cristãs não católicas tendem a assumir a posição de *suporte* e *apoiadoras*, atribuindo a maior responsabilidade das ações aos militares. Quando perguntei ao casal de missionários da igreja dos Mórmons, durante uma ação de atendimento de saúde em outubro de 2019, que visivelmente coordenavam com o suporte dos militares em Boa Vista, responderam:

Na verdade, a ação não é nossa, a ação é do Exército. O Exército que está fazendo a ação. Não é a Igreja, nós estamos dando o suporte, nós entramos com medicamentos, nós entramos com as passagens, né? E logicamente com o trabalho aqui. (Rachel e Joseph, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias –Mórmon, Boa Vista, em 04/10/2019)



Quando prolongamos a conversa e o missionário começou a explicar com detalhes as *parcerias* efetivadas, contraditoriamente nomeia os militares como *apoio técnico*: *O Exército dá todo o apoio técnico*. O reconhecimento da condição de agente secundário sugere uma estratégia diplomática para não entrar em rota de colisão com o exército e continuar mantendo o apoio logístico e político para realização das ações.

Assim como a *Igreja* católica, as *Igrejas* cristãs não católicas são protagonistas no processo de interiorização. Algumas denominações financiam a interiorização com recursos próprios. A diferença entre o “modelo” de interiorização católico e não católico estaria na seleção dos/as candidatos/as a realizar a viagem e receber o apoio no local de destino. As entidades católicas manifestadamente não discriminam os/as potenciais candidatos/as por credo ou afiliação religiosa. Seu escopo, assim como suas pretensões de domínio, tende ao universalismo, dentro do que já foi chamado aqui de “neocristianismo” e preocupações mais amplas com justiça social. As *Igrejas* cristãs não católicas, por seu turno, embora reforcem o caráter não proselitista dos projetos sociais, tendem a priorizar os membros da denominação. Isto não significa dizer que atendam exclusivamente os seus fiéis, como explica a missionária mórmon em Boa Vista:

A gente atende pessoas membros da Igreja que vieram da Venezuela pra aqui. Olha, eventualmente a gente interioriza não membros, mas em que condição? Quando eu encontro um acolhedor lá ou quando eu encontro com uma vaga de emprego lá. Por exemplo, tem um cara que tem uma fazenda de seringueira. Geralmente a gente procura, porque a gente tem dois rumos. O Fundo de Jejum, ele é feito porque os membros da Igreja jejuam e doam o equivalente ao que eles não comeram em duas refeições para aqueles que tem fome. Mas o Fundo de Jejum ele é para membros da Igreja, é o sacrifício dos santos de Deus para outros santos de Deus. Então ele é um fundo muito sagrado, tá? Quando ele ajuda um membro da Igreja que tá aqui, que precisa de alguma coisa, ele tá fazendo isso com o Fundo de Jejum, só que o Fundo de Ajuda Humanitária é aquilo que eu doo pra mais, eu quero ajudar as pessoas que tem fome na África, que estão em Roraima sem ter onde dormir, então eu doo pro fundo de Ajuda Humanitária. Esse fundo, ele não é para os membros da Igreja é pra todo mundo. (Rachel, Boa Vista, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias –mórmons, Boa Vista, em 04/10/2019)

A motivação para investir em um programa de interiorização também é diferenciada entre católicos/as e cristãos não católicos/as. Por um lado, as pastorais sociais e outras entidades ligadas à Igreja católica procuram atender à demanda colocada pela parcela da população migrante que deseja se deslocar para outros lugares. Quando procurados, tentam levantar os recursos necessários para possibilitar as viagens, atendendo às solicitações específicas de cada migrante ou família. Por outro, a Igreja dos mórmons, principal igreja cristã não católica que financia interiorização

com recursos próprios, parece ter concebido um programa de interiorização que opera uma certa redistribuição de seus membros venezuelanos entre as diferentes sedes da Igreja espalhadas pelo país. Para isso, mobilizam toda uma estrutura eclesiástica conectada em rede tendo em vista viabilizar a descentralização das “ovelhas” desde Boa Vista para outras cidades.

A liderança local já não estava aguentando mais. Chegava numa reunião tinha lá trezentas pessoas, cento e vinte eram venezuelanas ou cento e cinquenta venezuelanos, ninguém conseguia saber mais quem era brasileiro quem era venezuelano, como que... O líder, né? A gente não chama de pastor, a gente chama de bispo, como que o bispo ia conhecer suas ovelhas? Então já estava ficando aqui ali um emaranhado, né? Então nós chegamos e começamos a perceber que a gente tinha que interiorizar esse pessoal, os M. já estavam aqui há mais tempo e estavam trabalhando com um modelo de interiorização muito interessante. A Igreja é uma única Igreja no mundo inteiro, a estrutura que você tem funciona aqui ou em Belo Horizonte, Rio Grande do Sul ou nos Estados Unidos, onde for. Tem bispos e tem alguém que vai cuidar, né? Numa hierarquia eclesiástica bem estruturada e o membro da Igreja ele reconhece isso, facilita muito. Então quando ele chegou, alguns venezuelanos começaram a comentar com ele, "Eu quero ir embora, eu quero ir embora." Então, nós começamos a contatar ele, começamos a contatar pessoas que estavam vivendo aquela situação precária e contatar pessoas que tavam em outros lugares do Brasil que queriam acolher uma família. Esse líder, ele organizava então uma casa, ele alugava uma casa de até quinhentos reais, mobiliava a casa com doações. (Rachel, Boa Vista, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias – mórmons, Boa Vista, em 04/10/2019).

Pode-se compreender que a colaboração no processo de interiorização, no primeiro momento, teve como objetivo principal auxiliar a liderança religiosa na gestão dos/as novos/as fieis. Vê-se que a transferência de “ovelhas” não está restrita ao deslocamento para sedes da *Igreja* em outros estados brasileiros, mas também diz respeito a um processo de triagem dos/as fiéis, doutrinação e disciplinamento das ovelhas desgarradas.

Na Igreja nós temos, vamos dizer assim, três tipos de pessoas. Tem o membro ativo que é facilmente reconhecido, você vai reconhecer muito facilmente, por quê? Eles têm os mesmos padrões no mundo inteiro, né? Se você fizer algumas perguntas pra ele bem simples eles vão saber te responder assim. Tem o membro que se batizou, mas por algum motivo não está frequentando a igreja, mas na hora do aperto ele fala, “sou membro da Igreja, me ajuda”, né? Também é facilmente reconhecido, quando chega aqui nós identificamos e nós estabelecemos algumas condições pra eles, pra que eles possam ser interiorizados, não é porque nós vamos dificultar a ajuda, não é isso. Mas é porque é o seguinte: quem vai recebê-los lá na outra ponta, em Belo Horizonte, São Paulo, Rio, não importa aonde, é um líder da Igreja. Se esse cara que tá aqui em Boa Vista ele tem dificuldades pra reconhecer a liderança da Igreja, como é que eu vou mandar pra esse líder? Ele não vai respeitar, ele vai ter problemas, entende? Então é muito mais no sentido dele entender como é que a coisa funciona e estar pronto pra receber o apoio lá do que qualquer outra coisa. Por exemplo, eu já mandei alguns que eu sabia que não estavam ativos na Igreja, dei um castiguiem neles aqui

de um mês, dois, pra eles se ambientarem, né? E entenderem algumas coisas, fiz eles participarem de algumas coisas, de umas palestras que nós damos e assim que eu julguei que eles estavam prontos, eu mandei. (...) Uma vez eu descobri um casal aqui que não era casado, né? Eles estavam aqui, frequentando a Igreja, membros da Igreja. Por quê? Porque eles tinham uma certidão de concubinato. E quando os missionários batizaram, achou que aquilo era uma certidão de casamento, né? Imaturidade deles, né? Aí eu casei os dois e mandei embora. Então, eles já saíram daqui casadinhos, bonitinhos com a situação regularizada. Porque senão, chega lá em alguma parte do Brasil, eles vão dar trabalho por líder, né? Ele é que vai ter que fazer. A gente prefere já resolver aqui, se pode, né? (John, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias –Mórmon, Boa Vista, em 04/10/2019)

A igreja cristã não católica tende a esperar do/da recém convertido/a e do fiel *desviado* que retorna à Igreja, o atendimento de determinados padrões considerados éticos na perspectiva cristã. O monitoramento de uma conduta dita cristã estabelece maior controle social e intervenção na vida cotidiana dos/as migrantes, feito por meio de visitas semanais nas residências, aconselhamentos, participação nas atividades da igreja e da Igreja, oficialização de matrimônios, pagamento de dízimos quando alcançada a desejada estabilidade financeira, entre outros.

Quando o/a migrante já era membro da igreja na Venezuela, sua conduta cristã era avaliada por lideranças religiosas. Dependendo do resultado da avaliação, podiam receber privilégios ou lhes seria recomendado um momento de *disciplina*<sup>123</sup>. Quando uma Igreja lida diretamente com o processo de interiorização e o acolhimento no local de chegada pertence às igrejas, como por exemplo, os mórmons, a comprovação de membro ativo determina prioridade no processo de interiorização. Diferente é encaminhamento para o membro não atuante, que vai precisar prorrogar a estadia em Roraima, encarada como castigo, para passar por um processo de atualização da doutrina e adequação do comportamento cristão.

Diferenças à parte, é necessário reconhecer a importância das instituições religiosas (de todos os credos) e de suas comunidades de fiéis na trajetória de acolhimento de venezuelanos/as no Brasil. Onde se lê “sociedade civil organizada”, leia-se “sociedade religiosa organizada”. As entidades religiosas se destacam no fornecimento de alimento, abrigo, assessoria jurídica e burocrática, chegando até mesmo ao projeto mais amplo de envio/recepção de pessoas e famílias migrantes para/em outras localidades do país. As Igrejas concorrem com os esforços

---

<sup>123</sup> Igrejas evangélicas praticam a chamada “disciplina” sobre seus membros que apresentam comportamento desviante. “Disciplinar” significa estabelecer alguma restrição de participação acompanhada de orientação quanto ao modo de conduta desejado (NASCIMENTO, 2020, p.52).

governamentais na gestão da questão migratória. Tanto cooperam com as políticas oficiais, quanto realizam ações independentes mobilizando recursos próprios à instituição e/ou mobilizando agentes e recursos no seio de suas comunidades de fiéis.

### **5.6 - Algumas considerações sobre os paradoxos do acolhimento**

A expressão “*las iglesias le dan continente al migrante*”, para o caso dos/as venezuelanos/as, faz alusão à religiosidade enquanto um campo de integração social e alternativa de fuga contra estigmas e preconceitos. A fé compartilhada, a comunhão, dá a impressão da retirada da condição marginal, ao mesmo tempo que também permite a inclusão em uma rede de colaboração e ajuda mútua. A solidariedade é movida tanto por posicionamentos políticos de defesa dos direitos humanos, quanto por ideais cristãos de ajuda a um/a irmão/a em cristo. Aqui não busco defender ou acusar qualquer denominação religiosa, apenas situar as múltiplas facetas da atuação religiosa dentro do contexto mais amplo dos paradoxos no acolhimento de venezuelanos e venezuelanas no norte do Brasil.

A atuação da *Igreja* católica no âmbito político, a partir da segunda guerra mundial, modificou o desenvolvimento de suas ações para além muros. No domínio público, transferiu o foco da elite para as classes subalternas, desempenhando ações de combate às desigualdades e injustiças sociais. Por outro lado, o engajamento dos/as católicos/as não acompanhou de forma massiva essa nova perspectiva. A fé, para grande parte dos indivíduos, manteve-se associada à dimensão individual e não às ações coletivas de benefício ao próximo. Isso ajuda a explicar a falta de sintonia entre o discurso de autoridades eclesiásticas que pregam o acolhimento aos/às migrantes e os recorrentes atos de xenofobia e resistências ao acolhimento por parte de uma parcela dos/as cristãos/ãs em Boa Vista e Manaus. A *Igreja* católica, sob a liderança do Papa Francisco, coloca o seu peso institucional para criticar as omissões das autoridades diante da promoção dos direitos humano e mantém múltiplas frentes de atuação por meio de suas pastorais e organizações não governamentais.

Com relação às *Igrejas* cristãs não católicas percebe-se um maior engajamento dos/as fiéis que emerge do reconhecimento do outro enquanto potencialmente um/a novo/a irmão/ã. As vulnerabilidades dos/as migrantes fazem deles/as “almas” que precisam ser salvas. Para os evangélicos e outros grupos cristãos não católicos, o

caminho da salvação passa pela conversão. A continuidade da ajuda está condicionada pela adesão a uma congregação. Evitam apresentar críticas ao direcionamento dado pelas autoridades, preferindo se posicionar por meio de um discurso de suposta isenção política. A missão tem como centralidade ajudar a *Igreja* e não necessariamente os/as venezuelanos/as. Nos casos de interiorização, o foco é a distribuição das “ovelhas” entre as diferentes administrações locais.

A Sociedade Civil Organizada que atua no acolhimento de venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus descortina a confluência com o processo histórico brasileiro, marcado pela constituição de entidades vinculadas a instituições religiosas. Isso nos permite pensar em uma certa “sociedade religiosa organizada”, chamando atenção para o protagonismo das *Igrejas* neste contexto. Ao passo que estas instituições compõem uma das faces daquilo que pode ser entendido como “indústria migratória”, um complexo de instituições voltadas para a oferta de serviços de acolhimento.

A complexidade da indústria migratória produz paradoxos e contradições. Tratando aqui especificamente da atuação das *Igrejas e igrejas*, foi possível perceber que as instituições e os coletivos religiosos foram e são fundamentais para fortalecimento e manutenção de iniciativas de acolhimento aos/às venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus. Por outro lado, a necessidade de atender às metas dos/as financiadores/as e às demandas imediatas dos/das migrantes faz com que essas instituições religiosas colaborem tanto na mobilização de novas formas de solidariedade aos/às migrantes, quanto também fortaleçam, de forma indireta, políticas de restrição e de controle das migrações. Uma lacuna do presente trabalho é a análise da captação e distribuição de recursos públicos e privados destinados a fomentar as iniciativas.

As agências religiosas ora reivindicam políticas migratórias, ora atuam nas brechas deixadas pelo estado, fortalecendo o consenso neoliberal e a não efetivação de políticas governamentais duradouras. Ora questionam publicamente embargos econômicos que desencadearam a crise econômica na Venezuela, ora têm projetos de acolhimento de migrantes venezuelanos/as financiados pelos países que contribuíram para aprofundamento da crise. Ora são percebidas como aliadas da gestão militarizada das migrações como mecanismo de apaziguamento de tensões sociais e apoio logístico, ora são vistas com incomodo à medida que fazem críticas públicas da gestão militarizada e denunciam formas de violação de direitos alicerçadas no autoritarismo.

Assim, a Sociedade Civil Organizada ou Sociedade Religiosa Organizada pode ser vista como um contrapoder capaz de se afirmar enquanto canal de interlocução dos/as migrantes na denúncia de violações e garantia dos direitos humanos, como também pode ser vista como concessionária do poder oficial, ao fortalecer acriticamente diretrizes oficiais de controle e restrições da migração.

## Considerações finais

A acentuação da migração venezuelana a partir de 2015 é fruto de um processo histórico consolidado por diferentes pontos de vista, múltiplos interesses, disputas e relações de poder. A mobilidade venezuelana, assim como outras correntes migratórias e deslocamentos, não pode ser analisada desassociada das formas de dominação, poder e da produção de desigualdades inerentes à estruturação do capitalismo global.

O transbordar de milhares de venezuelanos/as para além das fronteiras brasileiras, sul americanas e mundo afora pode ser pensado como predominantemente um produto da escassez de alimentos e da instabilidade político-econômica na Venezuela, decorrentes dos antagonismos entre o governo bolivariano e potências mundiais em torno do controle sobre o petróleo. A chegada venezuelana via terrestre na fronteira com o Brasil é apenas uma das faces de um contexto diverso movido pela urgência da satisfação das necessidades básicas, mencionada anedoticamente por grande parte dos/as venezuelanos/as como a fuga da *dieta de Maduro*.

O percurso terrestre descortina especificidades do deslocamento humano na Amazônia setentrional. Integradas no seu isolamento, Boa Vista e Manaus revelaram-se como extensão da faixa de fronteira Brasil e Venezuela. Não por acaso, a estrutura implementada pela OA em Pacaraima foi reproduzida, posteriormente, em ambas as cidades. A observação das iniciativas de acolhimento demonstra a existência de um continuum entre as cidades. As diferenças destacadas no decorrer da tese não implicam, necessariamente, em formas divergentes de acolhimento, mas em reconfigurações locais que reproduzem as mesmas contradições globais.

Em diferentes partes do planeta (América do Sul, Europa, América do Norte, Ásia), um expressivo número de despossuídos/as incita e justifica esforços coletivos e individuais de cunho material e imaterial que visam simultaneamente *aliviar o sofrimento humano* de quem se coloca em movimento e *defender* a sociedade nacional contra o estrangeiro que, por representar o desconhecido, pode ser percebido enquanto *ameaça*. Dicotomias como segurança/humanitarismo, problema/oportunidade se interseccionam e produzem paradoxos no acolhimento dos/as recém-chegados/as.

Os/as manauaras e boa-vistenses enxergam e nomeiam os cidadãos do país vizinho com um olhar bifurcado entre pares de oposição: são vítimas para uns e agressores para outros; vulneráveis para alguns e aproveitadores/as para os contrários. Os/As forasteiros/as venezuelanos/as, por sua vez, lançam mão de distintos

*agenciamentos* e se esforçam para modificar a percepção de *indesejáveis para desejáveis*. Melhor receber doações como vulnerável do que despertar desconfiança como aproveitador/a. Mais *desejável* enquanto vítima de um governo ou de uma conspiração internacional do que potencial transgressor de costumes e legislações.

Por certo que as condições de *desejável* ou *indesejável* são altamente intercambiáveis. Em larga medida, estão associadas a duas modalidades de agência do/a migrante: *ponerse arrecho/a* (fazer-se de bravo/a) ou *hacer ella pendejo/a* (fazer-se de manso/a). Que, por sua vez, são reações às reações dos outros, como diria Bateson (2008). Uma negociação cotidiana com instituições civis e militares, pessoas, interesses, documentos e afetos.

*Diferencialidades* são evidenciadas e obliteradas a todo instante. A condição de cristão/ã, por exemplo, elimina diferenças em relação aos/às nacionais pela vinculação de *parentesco divino*. Por outro lado, venezuelanos/as se diferenciam internamente numa clara tentativa de se afastarem daqueles e daquelas que são percebidos/as como *indesejáveis*. Não morar em abrigo, ter condições materiais de se deslocar por conta própria, recursos para investir, possuir educação formal, ser cristão/ã, obedecer às regras, não ter sido simpatizante do regime chavista na Venezuela, são alguns dos marcadores de diferença mais acionados.

O acolhimento, ato de hospitalidade, acontece enquanto uma relação assimétrica entre anfitrião e hóspede. Entre quem dá e quem recebe. Aquele que recebe dificilmente conseguirá retribuir da mesma maneira. A dádiva ofertada carrega consigo os interesses de quem doa e define uma relação de poder com quem recebe. Receber é uma das três obrigações da dádiva maussiana. A recusa em receber se assemelha a uma recusa em estabelecer a relação. No âmbito do acolhimento institucional, seja ele privado ou governamental, a recusa do/a migrante em receber alimento ou mesmo a recusa de ficar instalado/a no *abrigo* pode ser encarada pelos/as brasileiros/as de forma depreciativa, contribuindo para manter o/a migrante *indesejável*.

Na economia moral das dádivas, o abrigo é encarado como uma dádiva irrecusável. A *dádiva-abrigo*, sob a ótica da obrigação, deve ser recebida e retribuída com gratidão e sujeição ao controle social. Na percepção de quem oferta, nada poderia ser pior que a condição de vida precária no país de origem. Apesar das iniciativas de escuta em oficinas com pesquisadores/as e consultores/as sobre o tema, os/as migrantes não encontraram, ainda, espaços permanentes para interpor reclamações referentes ao que lhes é dado. No cotidiano do acolhimento institucional, o que prevalece é o



pragmatismo do cumprimento de metas, a despeito da necessidade de quem é atendido/a.

No campo da cooperação internacional, a disputa pelos recursos financeiros está diretamente ligada à capacidade de demonstrar resultados em conformidade com os interesses de quem financia. A captação de recursos obedece a lógicas de uma *governança global das vulnerabilidades*. Os embargos internacionais contra a economia venezuelana, parcialmente responsáveis pelo surgimento da *emergência humanitária*, não excluem a oferta de *ajuda humanitária*. De algozes a clementes, países como os EUA forjam *imparcialidade e solidariedade universal* que encobre a manutenção de poderes e interesses de pretensões hegemônicas. O recebimento da dívida não se limita ao território nacional, embora as expectativas de reciprocidades de quem doa estejam diretamente vinculados a ele por meio da nacionalidade de quem recebe.

Essa *ideologia transnacional* produz *vítimas e vulneráveis*, ao mesmo tempo em que oferece ajuda em nome do suposto *humanitarismo*. Pode-se perceber que, em alguma medida, as vidas precárias dos migrantes são *desejáveis* enquanto justificativa para mobilização de recursos. O potencial de arrecadação, para cada projeto, está diretamente relacionado à produção de estatísticas sobre as necessidades dos/as migrantes.

Essa *governança das vulnerabilidades* atravessa fronteiras e mobiliza uma rede de serviços especializados em *causas humanitárias* que disputam campos de atuação num mercado altamente competitivo, regido por padrões internacionais. Nesse nicho de atividade, foi possível perceber uma disputa pelo protagonismo nas ações de acolhimento interseccionada com o fenômeno religioso. Contrastantes ideologias e práticas cristãs competem pela oferta de uma “mão amiga” ao próximo bem como pela captação de recursos financeiros e almas. Como se trata de relações eminentemente políticas, as instituições religiosas se diferenciam pelo posicionamento de fazer-se *pendeja* ou *arrecha*, atendendo acriticamente todas as diretrizes dos financiadores ou manifestando-se de forma autônoma. Quanto mais *apendejeada*, mais *desejável* no contexto analisado.

A governança global das migrações ou das vulnerabilidades está sustentada em dois eixos: de um lado, uma ideologia transnacional do humanitarismo; de outro, preocupações com a pauta da segurança nacional e o alinhamento com uma crescente

militarização das iniciativas de cooperação internacional. Recuperando o lema do Exército Brasileiro – *braço forte, mão amiga* – é possível notar um duplo comprometimento do governo federal brasileiro e das agências do sistema ONU com o controle soberano sobre os corpos de migrantes e solicitantes de refúgio (triagem, vigilância, hierarquia em abrigos, higienização social), mas também com a acolhida desses/as estrangeiros/as (documentação, abrigo, interiorização). Instrumentos criados para proteger e assegurar os direitos humanos dos/as venezuelanos/as transformam-se constantemente em mecanismos de repressão contra os próprios migrantes. Medidas baseadas em princípios supostamente antagônicos, por vezes, se complementam e/ou podem estar justapostas.

A *interiorização* revela como as práticas de controle da mobilidade humana podem ser embaralhadas por intencionalidades humanitárias. Apesar de aparecer como um termo novo no vocabulário das iniciativas governamentais brasileiras destinadas à migração, a prática da interiorização é antiga. O deslocamento dos/as *indesejáveis* para outras cidades, em outras regiões do país, também foi acionado como resposta à migração haitiana, como bem recordam representantes de instituições de acolhimento em Manaus naquele período. A política de *interiorização* pode ser analisada na condição de uma *migração escoltada*. Demonstra-se como mais uma tentativa de controle da mobilidade humana. Embora a candidatura seja voluntária, o deslocamento tende a ser dirigido para localidades onde a presença dos/as migrantes seja *desejável* ou menos *indesejável*. Os parâmetros que definem a receptividade no novo lugar podem estar associados aos interesses econômicos de quem recebe ou simplesmente para despachar a presença migrante da fronteira. O controle migratório, nesta perspectiva, não produz apenas detenção e imobilidade dos/as migrantes, mas também circulação.

A transferência de venezuelanos/as para metrópoles brasileiras faz com que se somem às vidas precárias já existentes. O perigo demonstrado pelos corpos abjetos espalhados nos canteiros da pequena Boa Vista, tornam-se invisíveis e se incorporam à naturalização da miséria nas grandes cidades. A interiorização, para muitos casos que pude acompanhar em Manaus, apenas transferiu os/as migrantes de lugar, mas não modificou as dificuldades de subsistência. Generalização que não posso, no momento, estender a todas modalidades de interiorização e cidades destino. Nesta pesquisa foi possível observar essa *tecnologia de governo* apenas na cidade de Manaus, mas será

importante em trabalhos futuros compreender as reconfigurações locais do processo de acolhimento de venezuelanos/as em outras regiões do país.

Fazendo um contraponto à disseminação desse aparato ideológico e material implicado na governança global das migrações, vale destacar o fenômeno que minha interlocutora Crisco chamou de *autogestão das vulnerabilidades*. As ocupações de venezuelanos/as nos espaços públicos das cidades são um bom exemplo. O agenciamento comunitário desestabiliza os mecanismos de controle da indústria migratória e das tecnologias de governo. A imagem de condição de vítima operacionalizada pelos/as próprios/as venezuelanos/as permite chamar atenção para as suas próprias demandas em detrimento do que lhes é imposto pelas soluções institucionais. As contradições internas a esses ambientes de resistência e existência mereceriam um maior aprofundamento que não foi possível oferecer nesta tese.

Outra lacuna que consigo perceber ao concluir a escrita é a necessidade de aprofundamento da reflexão sobre o impacto das emoções na efetivação do acolhimento ao/à estrangeiro/a. Ações baseadas em relações pessoais, para além das diretrizes institucionais, apontam que posturas e princípios individuais fazem com que militares, ativistas e funcionários/as públicos/as conduzam suas ações influenciados pela compaixão e afetividade construída com os/as migrantes. De outro lado, o testemunho cotidiano dos dramas e agruras venezuelanas pode também provocar sentimentos contraditórios como amizade e alheamento, piedade e repugnância.

Ao longo desta tese, apresentei uma série de antagonismos que chamei de *paradoxos do acolhimento*. Desnecessário fazer uma lista. Cabe aqui, a título de uma última observação sobre os aspectos contraditórios do acolhimento a venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus, indagar sobre a intencionalidade e/ou não intencionalidade dos efeitos da securitização e do humanitarismo. A produção de *desejáveis* e *indesejáveis* passa pela mediação dos agentes que promovem políticas e realizam serviços de acolhimento. Tomemos, por exemplo, a prática da higienização dos espaços públicos e confinamento dos migrantes em abrigos. Por um lado, contribuem para que os mesmos sejam aceitos, com as devidas restrições, pela sociedade hospedeira. Por outro lado, tolhem a circulação dos/as venezuelanos/as e os/as mantêm sob a sensação de estar em uma prisão, sem haver cometido crime algum. A intenção era *acolher*, oferecer abrigo, mas produzem-se efeitos psicológicos não intencionados.

A oferta de políticas temporárias, amparadas na tutela, na restrição de agência do/a migrante, sem maiores preocupações com a permanência em longo prazo dessas pessoas no território nacional, opera o que eu chamei de *antipolítica migratória*. O interesse das Forças Armadas no tema da *acolhida* é conjuntural. A emergência da situação justificou a mobilização de recursos financeiros e tropas para atender à *missão humanitária*. Mas as tendas da área de pernoite nas rodoviárias de Manaus e Boa Vista ficarão montadas por tempo indeterminado, enquanto houver um/a venezuelano/a morador/a de rua? A estrutura para recepção e triagem dos/as migrantes na fronteira seguirá improvisada em tendas de lona? Aviões da força aérea continuarão dispersando venezuelanos/as e outros/as estrangeiros/as para diferentes cidades do Brasil?

Deixo aqui minha mensagem final de preocupação relativa à continuidade das vidas precárias de minhas amigas e amigos venezuelanos/as na Amazônia. Por mais que as entidades religiosas se esforcem para promover integração laboral e sociocultural de migrantes, por mais que os/as venezuelanos/as consigam empreender, estudar e sobreviver por conta própria, falta o comprometimento das autoridades locais, estaduais e federais em propiciar canais permanentes para garantir *vida plena* à população migrante diante de um país desconhecido com seus próprios dilemas sociais, políticos, econômicos e culturais.

## Referências bibliográficas

ACNUR. *Guia operacional para a Proteção de Refugiados(as) e Soluções em Áreas Urbanas Promovendo Meios de Subsistência e Autossuficiência*, 2011. Disponível: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Promovendo-Meios-de-Subsist%C3%A2ncia-e-Autossufici%C3%A2ncia\\_Guia-Operacional.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Promovendo-Meios-de-Subsist%C3%A2ncia-e-Autossufici%C3%A2ncia_Guia-Operacional.pdf), acessado em: 09/07/2020.

ACOSTA, Diego; BLOUIN, Cécile y FREIER, Luisa. La emigración venezolana: respuestas latinoamericanas. Documentos de Trabajo Fundación Carolina, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção, São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua. tradução de Henrique Burigo. - Bela Horizonte: Editora UFMG, 2002

AGIER, Michel. “Humanity as an identity and its political effects (a note on camps and humanitarian government).” *Humanity: An International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development*, 2010 1(1):29-45.

AGIER, Michel. L'étranger qui vient: repenser l'hospitalité, Paris, Seuil, 2018.

AGIER, Michel. Michel AGIER, Gérer les indésirables. Des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire. Paris, Flammarion, 2008.

AGIER, Michel. Migrações, descentramento e cosmopolitismo. Uma antropologia das fronteiras. São Paulo/Maceió : Unesp/Ufal. 2015

AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial - tempo social, revista de sociologia da USP, v.18, n.2, 2006, p.197-215.

ALBUQUERQUE, Janison Machado de; OLIVEIRA, Márcia Maria. Análises preliminares da “indústria das migrações” em Roraima. In: *Mobilidade Humana na Pan-Amazônia: implicações teóricas e experiências empíricas*. Cotinguiba, Marília Lima Pimentel, et.al, Boa Vista: Editora UFRR, 2020

ALDEN, C.; SOKO, M. South Africa's economic relations with Africa: hegemony and its discontents. *Journal of Modern African Studies*, v. 43, n. 3, p. 367-392, 2005

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de. Identidade e projeto de imigrantes brasileiros/as na França. Trabalho apresentado no XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Poços de Caldas/MG – Brasil, de 25 a 28 de setembro de 2018.

ALMEIDA, Ronaldo de. Traduções do fundamentalismo evangélico. In: WRIGHT, Robin (org.). *Transformando os deuses: Igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais entre os povos indígenas no Brasil*. Vol. 2. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2004.

ALVARADO, Sylvia Soto. *La inmigración internacional reciente em Chile: o proceso migratorio en la región de los lagos*. Tese de doutorado, Programa de Geografia,

planificação territorial e gestão ambiental. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2018.

ÁLVAREZ DE FLORES, Raquel Evolucion historica de las migraciones en Venezuela. Breve recuento. *Aldea Mundo*, vol. 11, núm. 22, noviembre-abril, 2007, pp. 89-93

ANGOSTO FERRÁNDEZ, Luis Fernando. Mundo perdido, paraíso encontrado: lugar, identidad y producción en la Gran Sabana, Venezuela, *Revista Colombiana de Antropología*, vol. 49, núm. 1, enero-junio, 2013,

APPADURAI, Arjun. *O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

ARÍS, Manuel; MEZA, María José; VALENZUELA, Pablo. *Estudio de análisis comparativo regional de las regulaciones migratorias en América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Ecuador y Peru*. Documento de referencia N°39. Santiago: Espacio Publico, 2018. Disponível em <https://www.espaciopublico.cl/wp-content/uploads/2019/01/Estudio-de-ana%CC%81lisis-comparativo-regional-de-las-regulaciones-migratorias-en-ame%CC%81rica-latina-.pdf>, acesso em: 06/02/2019

AUGUSTIN, Laura Maria. *Sex at the Margins: Migration, labour Markets and the Rescue Industry*. london: Zed Books, 2007

BARBIERI, Nicolás Gissi et al . Respuestas de los países del pacífico suramericano ante la migración venezolana: estudio comparado de políticas migratorias en Colombia, Ecuador y Perú. *Diálogo Andino*, Arica , n. 63, p. 219-233, dic. 2020

BARRERA, Paulo. Pentecostalismo, migração andina e periferia urbana no Peru. *Estudos de Religião*, v. 23, n. 37, 104-128, jul./dez. 2009

BARRETO, Tércia Milene de Almeida Costa. *Saúde Ambiental e migração: uma análise da migração venezuelana sobre os serviços de saúde pública na cidade de Boa Vista-RR*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais/Boa Vista: UFRR, 2021.

BATESON, Gregory. *Naven: um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas*. São Paulo: EDUSP, 2008

BAUMAN, Zygmunt. DONSKIS, L (2014). *Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.

BAUMAN, Zygmunt. Dream of Purity. *Theoria: A Journal of Social and Political Theory*, n. 86, p. 49-60, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas* (M. Penchel, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.1999

BELTRÁN, William Mauricio. *De microempresas religiosas a multinacionales de la fe: la diversificación del cristianismo en Bogotá*. Bogotá: Editorial Bonaventuriana. 2006.

BIGO, Didier. Security and Immigration: Toward a Critique of the Governmentality of Unease. *Alternatives* 27 (2002), Special Issue, 63–92

BINET-MONTANDON, C. Acolhida - uma construção do vínculo social. In A. Montandon (Org.), *O livro da hospitalidade*. São Paulo: Editora Senac, 2011.

BLOCH, Alice; e SCHUSTER, Liza. Asylum and Welfare: *Contemporary Debates. Critical Social Policy*, 22(3):393- 414, 2002

BLOUIN, C., FREIR, L. “Población venezolana en Lima: entre la regularización y la precariedad”. In: GANDINI, L.; LOZANO, F.; PRIETO, V. (Org’s) *Crisis y migración de población venezolana. Entre la desprotección y la seguridad jurídica en Latinoamérica*. Ciudad de México: UNAM, V. 2019

BOA VISTA, Prefeitura. *Mutirão de Escuta Acolhedora e Sistematizada: mapeamento dos impactos dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista-RR*. Junho de 2018.

BRACEY, Djuan. O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU: os casos do Timor Leste e Haiti. *Contexto int.*, Rio de Janeiro , v. 33, n. 2, p. 315-331, Dec. 2011

BRASIL. Decreto nº 7257 de 4 de agosto de 2010. Regulamenta a Medida Provisória nº 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências. Brasília, 2010. 9 p.

BRAVO, G. “Las Migraciones Internacionales y la seguridad multidimensional en tiempos de la Globalización”. *Diálogo Andino*, 2016.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. *Lua Nova*, São Paulo , n. 36, p. 85-104, 1995 .

BRONER, Tamara Taraciuck. La inmigración venezolana em território brasileiro. In: *Florescer Lejos de Casa: Testimonios de la Diáspora Venezolana*. Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer, 2018.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

BUTLER, Judith. *Precarious life: The powers of mourning and violence*. New York: Verso, 2006.

BUTLER, Judith. Vida precária. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, n.1, 2011. p. 13-33.

CADGE, Wendy and Elaine H. ECKLUND, “Immigration and Religion”, *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, United States, Social Sciences Citation Index, Vol. 33, 2007, pp. 359–379

CALDERON BONY, Frida; ODGERS ORTIZ, Olga. Prácticas devocionales y construcción del espacio en la movilidad. *Alteridades (México)*, v. 24, n. 48, 2014, p. 99-110.

CANALES, Alejandro I. *Vivir del Norte. Las remesas, desarrollo y pobreza em México*. México, D.F, Conpao, 2008.

CANALES, Alejandro I. “Vivir del norte: perfil sociodemográfico de los hogares perceptores de remesas en una región de alta emigración”, in: Marina Ariza y Orlandina de Oliveira (coords.) *Universo familiar y procesos demográficos contemporáneos*, Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, México, 2004.

CARDOSO, Maria Lúcia de Macedo; COSTA, Delaine Martins. O que a perspectiva antropológica tem a dizer sobre a avaliação de projetos sociais apoiados pela cooperação internacional?. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre , v. 20, n. 41, p. 117-140, jun. 2014 .

CARRÉ, Jacques. Asilos dos Pobres. Entre caridade e reclusão. In : In A. Montandon (Org.), *O livro da hospitalidade*. São Paulo: Editora Senac, 2011.

CARRILO, Eduardo Ignacio Gómez. Espiritualidad y desplazamiento: consideraciones para los estudios de migración. *Theologica Xaveriana*, vol. 62, no. 173 (61-84). enero-junio 2012.

CARVALHO, Maria Cláudia; LUZ, Madel; PRADO, Shirley. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(1), p. 155-163, 2011

CASA-NOVA, Maria José. (I)Migrantes, diversidades e desigualdades no sistema educativo português: balanço e perspectivas. Ensaio: *aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.13, n.47, p. 181-216, abr./jun. 2005

CASTAÑEDA, Ernesto. *Building Walls: Excluding Latin People in the United States*. Lanham, MD: Lexington, 2019.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.) A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Brasília: *Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais*, 2014.

CCOPAB – Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. *Operações de Paz: Visões, reflexões e lições aprendidas*. Rio de Janeiro: CCOPAB, 2015.

CEPAL, *Informe macroeconómico de América Latina y el Caribe*, junio, 2012.

CERDI, Elizabeth Juárez. Del discurso a la acción. La participación de las Iglesias ante la problemática de los migrantes en Florida. In: RODRÍGUEZ, Alain Basail, AGUILAR, María del Carmen García (Coord.). *Travesías de la fe: migración, religión y fronteras en Brasil/ México*. México: Colección Selva Negra/UNICACH, 2007, pp. 93-126



CNDH – Conselho Nacional de Direitos Humanos. *Relatório sobre as violações de direitos contra imigrantes venezuelanos no Brasil*. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br>, acesso junho de 2018.

COELHO, Maria Cláudia. Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 265-285, Oct. 2010

COHEN, J. & ARATO, A. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge, Mass.: Massachusetts Institute of Technology, 1994.

COHEN, Jean L. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 419-459, 2003.

COLLIER, P. *Inmigrantes, emigrantes y países*. Turner, Madrid. Comisión Económica para América Latina y el Caribe: CEPAL, 2013

CONSULTORES 21, *Diáspora: Servicio de análisis de entorno*, nº7, Cobertura urbana- rural, 2do trimestre 2019.

CONWAY, D. y J. H. Cohen. “Cosequences of migration and remittances for Mexican transnational communities”, en *Economic Geography*, vol. 74, núm. 1, 1998.

CORONIL, Fernando, *The Magical State. Nature, money and modernity in Venezuela*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

CORRALES, Javier; ALLEN, Avery; ARIAS, Lakeisha; RODRÍGUEZ, Manuel; SEYMOUR, Logan. *Welcoming Venezuelans: A Scorecard of Responses from Latin Americana and Caribbean Countries to the Venezuelan Migration Crisis*, 2019, [https://www.americasquarterly.org/sites/default/files/images/VenezuelanMigration\\_AmherstCaseStudies.pdf](https://www.americasquarterly.org/sites/default/files/images/VenezuelanMigration_AmherstCaseStudies.pdf)

CORTINA, Adela. *Aporofobia, el rechazo al pobre. Un desafío para la democracia*. Barcelona: Paidós, 2017.

CROVETTO, Gonzalo Díaz. Entre lugares y documentos: problematizando el desplazamiento y las condiciones transnacionales del viaje y del trabajo de tripulantes corralesños. Bogotá: *Antipoda - Revista de Antropología y Arqueología*. No. 23,. 2015.

CUEVAS-CALDERÓN, E. “Reconfiguración Social: entre la migración y la percepción de inseguridad en Lima, Perú”. *En Urvio* 23, 2018

CURCIO CURCIO, Pasqualina. La mano visible del Mercado. Guerra económica en Venezuela". *Nosotros Mismo*. Caracas: 2016.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil : limites e possibilidades. In : CURCIO CURCIO, Pasqualina. (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DE LA VEGA, Iván. *Mundos en Movimientos. El caso de la movilidad y emigración de los científicos y tecnólogos venezolanos*. CaracasVenezuela-Fundación Polar. 2005. 217 pp.

DE LA VEGA, Iván. Tráfico pesado de venezolanos cualificados hacia múltiples destinos. En Peralta, R, Lares, C y Vegas, K (Eds.). *Diáspora del talento migración y educación en Venezuela: análisis y propuestas*, 2014.

DE LA VEGA, Iván; VARGAS, Claudia (2014). Emigración intelectual y general en Venezuela: una mirada desde dos fuentes de información. *En Revista Bitácora*, Número 001, pp. 66-96. Recuperado de: <http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/38748> 57-88. Venezuela-FUNDACELAC.

DECOL, René. Mudança religiosa no Brasil: uma visão demográfica. *Revista brasileira de Estudos Populacionais*, Brasília, v.16, n.1, jan/dez, 1999.

DEKOCKER, Katrien. La comunidad venezolana en España. De una estrategia migratoria de reproducción social a una creciente pobreza emergente. In: KOECHLIN, José; EGUREN, Joaquín *El éxodo venezolano: entre el exilio y la emigración. Colección OBIMID, vol. N° 4, Peru, 2018*

DIAS, Guilherme Mansur. *Migração e crime: desconstrução das políticas de segurança e tráfico de pessoas*. Tese de Doutorado. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Campinas, SP, 2014.

DIAS, Guilherme Mansur; VIEIRA, Rosa. Os limites da apropriação de um léxico migratório internacional no Brasil. Dilemas, *Rev. Estud. Conflito Controle Soc.* – Rio de Janeiro – Edição Especial nº 3 –2019

DIAS, Guilherme Mansur; SPRANDEL, Marcia Anita. In CAVALCANTI, Leonardo et ali. *Dicionário Crítico de Migrações Internacionais*. Brasília: EdUnb, 2017. pp. 379-384

DOMENECH, Eduardo. La “política de la hostilidad” en Argentina: detención, expulsión y rechazo en frontera. *Estudios Fronterizos*, 21, e057, 2020

DOMENECH, Eduardo. O controle da imigração "indesejável": expulsão e expulsabilidade na América do Sul. *Cienc. Cult.* [online]. 2015, vol.67, n.2, pp.25-29.

DOOCY, S., Page, K. R., de la Hoz, F., Spiegel, P., & Beyrer, C. Venezuelan Migration and the Border Health Crisis in Colombia and Brazil. *Journal on Migration and Human Security*, 2019.

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DURKHEIM, Émile (1858-1917). *Formas elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.

DURKHEIM, Émile. *Lições de Sociologia: moral, o direito e o Estado*. São Paulo, Edusp, 1993.

DUROUX, Rose. Imigração: França/Europa. In MONTANDON, Alain (org.). *O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo: Editora Senac, 2011. pp. 1051-1078

- ELIAS, Nobert. *O processo civilizador*, v 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, Rio de Janeiro, Zahar 2000.
- ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, D. (Coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005
- FACUNDO, Angela. Una experiencia de interiorización: transformaciones y continuidades de las acciones humanitarias. *Vibrant, Virtual Braz. Anthr.* Brasília, v. 17, e17651, 2020.
- FARFÁN, Carolina Rivera. Abriendo brecha con la palabra de Dios: Cristianos no católicos en el sureste de México. In: RODRÍGUEZ, Alain Basail, AGUILAR, María del Carmen García (Coord.). *Travesías de la fe: migración, religión y fronteras en Brasil/ México*. México: Colección Selva Negra/UNICACH, 2007.
- FASSIN, Didier, Quand le corps fait loi: La raison humanitaire dans les procédures de régularisation des étrangers. *Sciences sociales et santé*, 19(4):5-34, 2001.
- FASSIN, Didier. “Humanitarianism as a Politics of Life”. *Public culture*, 19(3), 2007, p. 499-520.
- FASSIN, Didier. “Souffrir par le social, gouverner par l'écoute: une configuration sémantique de l'action publique” In *Politix*, Paris, 2006.
- FASSIN, Didier. Compaixão e Repressão: A Economia Moral das Políticas de Imigração na França, *Ponto Urbe* [Online], 15 | 2014, posto online no dia 30 dezembro 2014, consultado em 01 maio 2019. <http://journals.openedition.org/pontourbe/2467> ; DOI : 10.4000/pontourbe.2467
- FASSIN, Didier. Justice Principles and Judgment Practices in Allotting Emergency State Financial A. “Quand le corps fait la loi. La raison humanitaire dans les procédures de régularisation des étrangers” In *Sciences sociales et santé*, Toulouse, 2001.
- FAUSTO, Carlos; COSTA, Luiz. Feeding (and Eating): Reflections on Strathern’s ‘Eating (and Feeding)’. *Cambridge Anthropology*, v. 31, n. 1, p. 156-162, Spring 2013.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. “Apresentação: deslocamentos, desigualdades e violência do estado”. *Cienc. Cult.* 67(2): 20-24, 2015.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. Deslocamentos. In: In CAVALCANTI, Leonardo et ali. *Dicionário Crítico de Migrações Internacionais*. Brasília: EdUnb, 2017
- FERNÁNDEZ, Adrián J. Padilla. Venezuela entre la hegemonía y la contra-hegemonía (una lectura contextual para comprender una complejidad socio-histórica). *Textos & Debates*, Boa Vista, n.32, p. 175-198, jan./jun. 2019
- FERREIRA, Eduardo. *Relatório de linha de base: Pana (amigo) - Contribuindo para as condições de vida dignas para migrantes venezuelanos vulneráveis e solicitantes de*

*refúgio no Brasil*. Lucerna: Caritas Suíça, 2018. Disponível em <http://www.caritas.ch/programa-brasil>, acesso em; 20/05/2019

FERREIRA, Sylvio Mário Puga; BOTELHO, Lissandro. O emprego industrial na Região Norte: o caso do Polo Industrial de Manaus. *Estud. av.* vol.28 no.81 São Paulo May/Aug. 2014.

FGV- Fundação Getúlio Vargas. *A economia de Roraima e o fluxo venezuelano [recurso eletrônico]: evidências e subsídios para políticas públicas* / Fundação Getúlio Vargas, Diretoria de Análise de Políticas Públicas. - Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população: curso dado Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANKL, V. E. (1990). *Psicoterapia para todos: uma psicoterapia coletiva para contrapor-se à neurose coletiva* (A. Allgayer, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes

FREITEZ, Anitza. La emigración desde Venezuela durante la última década. *Temas de Coyuntura (Ve)*. Caracas, Venezuela, vol. 63, p.11-38, jul. 2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Editora Global, 2006.

GANDINI, L.; LOZANO, F.; PRIETO, V. *Crisis y migración de población venezolana. Entre la desprotección y la seguridad jurídica en Latinoamérica*. Ciudad de México: UNAM, V. 2019

GARLAND, David. *The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

GARCÍA-CASTRO, Álvaro. Los warao como desplazados urbanos en Venezuela y Brasil. *EntreRios*, v. 3, n. 2, 2020

GASSÓN, Rafael e HEINEN, Dieter. ¿Existe un Warao Genérico? Cuestiones clave en la etnografía y la ecología histórica del Delta del Orinoco y el Territorio Warao-Lokono-Paragoto. *Tipit: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, v. 10, n. 1, p. 37-64, 2012.

GILL, Lesley. Religious mobility and the many words of God in La Paz, Bolivia. In: BURNETT, Virginia Garrard y STOLL, David (eds), *Rethinking protestantism in Latina América*, Philadelphia, Temple University Press, 1993, pp 180-198.

GIMÉNEZ PARDO, C. Luces y sombras en la Acción Humanitaria. *RIECS*, 2, 1. 2017.

GLICK SCHILLER, Nina; Ayse CAGLAR and Thaddeus GULDBRANDSEN, "Beyond the Ethnic Lens: Locality, Globality, and Born-Again Incorporation", *American Ethnologist*, United States, *American Ethnological Society*, Vol. 33, No. 4, 2006, pp. 612-633

- GODI, Patrícia. Igreja: A casa da misericórdia. In: MONTANDON, Alain (org.). *O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo: Editora Senac, 2011. pp. 1051-1078
- GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, Petrópolis, Vozes, 1985.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, LTC, 2013.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- GOLDMAN, M. Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa. *Revista de Antropologia da USP*, 39(1), 1996.
- GRAHAM, Mark. Emotional Bureaucracies: Emotions, Civil Servants, and Immigrants in the Swedish Welfare State. *Ethos*, 30(3):199-226, 2003
- GRASSI, Marie-Claire. Hospitalidade: transpor a soleira. In MONTANDON, Alain (org.). *O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo: Editora Senac, 2011. pp. 45-54
- GUARDIA, Inés. Fuga de venezolanos durante la Revolución Bolivariana (1998-2007). *Investigaciones Geográficas*. Alicante, n. 44, p. 187-198, fev. /jun. 2008.
- GUGLIELMUCCI, Ana -. El concepto de víctima en el campo de los derechos humanos: una reflexión crítica a partir de su aplicación en Argentina y Colombia. *rev.estud.soc.*, Bogotá. n. 59, p. 83-97, Jan. 2017
- GUSTERSON, Hugh; BESTEMAN, Catherine. Cultures of Militarism An Introduction to Supplement 19. *Current Anthropology*. Volume 60, Supplement 19, February 2019.
- GUTIERREZ, G. *Líneas pastorales de la iglesia en América Latina. Analisis Teologico*. 8. ed. Lima: Centro de Estudios y Publicaciones, 1986.
- HAMANN, Eduarda Passarelli, TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (Orgs). A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): *percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Rio de Janeiro: Edição especial - Coletânea de artigos. Instituto Igarapé, 2017.
- HAMID, Sonia. *(Des)Integrando Refugiados: Os Processos do Reassentamento de Palestinos no Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2012.
- JOSEPH, Handerson. *Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2015.
- HIRATA, Daniel. "Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do 'Arco Norte'." *Cienc. Cult.* 67(2), 2015, p. 30-34 .
- HIRST, Monica. Conceitos e práticas da ação humanitária latino-americana no

contexto da securitização global. *Estud. int. (Santiago, en línea)*, Santiago, v. 49, n. spe, p. 143-178, oct. 2017

HIRST, Monica. Latin American armed humanitarianism in Haiti and beyond. *Relac. int.*, La Plata, v. 27, n. 55, p. 213-226, 2018.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e terra, 1990

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IBGE, 2018, disponível: <https://cidades.ibge.gov.br>, acesso: 15/07/2019

INGOLD, T. *Lines: a brief history*. London: Routledge, 2007

IPEA, – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)* / João Brígido Bezerra Lima ... [et al.]. – Brasília : Ipea, 2017.

IPEA, *Relatório da Imigração Venezuelana- Roraima: Evolução, Impactos e Perspectivas*/ Paula Moreira, Brasília: IPEA, 2021

JARDIM, Denise Fagundes. "As mulheres voam com seus maridos": a experiência da diáspora palestina e as relações de gênero. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre , v. 15, n. 31, p. 189-217, June 2009

JARDIM, Denise Fagundes. Imigrantes ou refugiados? As tecnologias de governamentalidade e o êxodo palestino rumo ao Brasil no século XX. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre , v. 22, n. 46, p. 243-271, Dec. 2016

JAROCHINSKI SILVA, J.C., BÓGUS, L.M.M. e JAROCHINSKI SILVA, S.A.G.. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, 2017. pp 1-16

KANAAN, Cel; TÁSSIO, Maj; SIDMAR, 2º Ten. As ações do exército brasileiro na ajuda humanitária aos imigrantes venezuelanos. In: *Migrações Venezuelanas*. BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (Coord.). Campinas- SP: Nepo/Unicamp, 2018.

KANT, Immanuel. (1784). Idéia de uma história universal com um propósito cosmopolita. In KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1995.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução, introdução e notas por Guido de Almeida. (Coleção philosophia). São Paulo: Discurso Editorial: Barcarola, 2009.

KOECHLIN, José; VEGA, Eduardo; SOLÓRZANO, Ximena Migración venezolana al Perú: proyectos migratorios y respuesta del Estado. In: *In: KOECHLIN, José; EGUREN, Joaquín El éxodo venezolano: entre el exilio y la emigración*. Colección OBIMID, vol. N° 4, Peru :2018

LANDIM, Leilah. *A Invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese de Doutorado Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1993.

LAVALLE, Adrián Gurza. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 47, p. 121-135, agosto 1999 .

LEIRNER, Piero C. *Meia Volta Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LEIRNER, Piero. O Estado como fazenda de domesticação. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v.4, n.2, jul.-dez., p.38-70, 2012.

LEÓN ROJAS, Alejandra. Governabilidade migratoria, ¿reforzando el modelo de securitización en Suramérica? El éxodo venezolano y sus retos para el Estado colombiano. *Estudios Políticos* (Universidad de Antioquia), 2020

LÉON, Rubén Hernández. La industria de la migración en el sistema migratorio México-Estados Unidos. *TRACE 61*, Centro de Estudios Mexicanos y Centroamericanos. México, 2012

LEVINÁS, Emmanuel. *Totalidade e infinito: ensaio sobre a exterioridade*. Lisboa: Edições 70, 1988.

LEVITT, Peggy. *The transnational villagers*. Los Angeles: University of California Press, 2001.

LIEUWEN, E. Petróleo en Venezuela, una historia. *Editorial El Perro y La Rana*. Caracas, 2016.

LIMA, Antonio Carlos de Souza; CASTRO, João Paulo Macedo e. Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Política(s) Pública(s). In: *revista ANTHROPOLÓGICAS Ano 19, 26(2):17-54, 2015*

LIMA, João Antônio dos Santos. Além do Haiti: a quem se destina a cooperação humanitária brasileira? *Boletim de Economia e Política Internacional. BEPI*, n. 23, Maio/Ago. 2017

LIMA, José Carlos Franco e FERNANDES, Gilmara. Migrantes em Roraima (Brasil): a massificação dos termos de acolher e acolhimento. In: JUSTO, José Sterza; OKAMOTO, Mary Yoko (Orgs). *Migrações contemporâneas: reflexos e práticas profissionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019.

LIMA, M. R. S. A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 1, p. 24-59, 2005.

LOCKE, John. The second Treatise of Government. In: *John Locke: Political Writings*. Edited and with an Introduction by David Wootton. London: Penguin Books, 1993, pp 261- 387.

LÓPEZ MAYA, Margarita Novedades y continuidades de la protesta popular en Venezuela”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, enero-abril, vol. 12, Caracas: UCV, 2006



LOUDOR, Wooldy Edson. La migración forzada venezolana a Colombia (2015-2018): de una revisión documental a los esbozos de un análisis coyuntural y estructural. In: KOECHLIN, José; EGUREN, Joaquín (Org's). *El éxodo venezolano: entre el exilio y la emigración*. Colección OBIMID, vol. N° 4, Peru :2018

LOZANO, Fernando. “Las remesas de los migrantes mexicanos en Estados Unidos: estimaciones para 1995”, en *Binational study. Migration between Mexico and the United States*. Secretaría de Relaciones Exteriores, U.S. Commission on Immigration Reform, México, 1998.

LUTZ, Catherine. Making war at home in the United States: militarization and the current crisis. *American Anthropologist* 104(3), 2002.

MA MUNG, E. Le point de vue de l'autonomie dans l'étude des migrations internationales: “penser de l'intérieur” les phénomènes de mobilité”. In: Dureau, F. & Hily, M. A. (dirs). *Les mondes de la mobilité*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2009, pp. 25-38.

MACHADO, I. J. R. Parentesco e diferencialidades: alternativas à identidade e às fronteiras étnicas no estudo das migrações. UNIFESP; Guarulhos; *Migrações: fluxos, controles e políticas públicas*; Universidade Federal de São Paulo, 2013.

MACHADO, I. J. R. Parentesco, migração e espaço: reflexões sobre o entrelaçamento entre movimento e família. UFRN; Natal; *29ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia*; ABA, 2014.

MADURO, O. Religión y exclusión/marginación. Pentecostalismo globalizado entre los hispanos en Newark, Nueva Jersey. *Revista Cultura y Religión*, v. 3, n. 1, p. 37-54, 2009

MALKKI, Liisa H. “Refugees and exile: From “refugee studies” to the national order of things.” *Annual review of anthropology*, 24(1), 1995, p. 495-523.

MANZI, Joachim. Emmanuel Lévinas: Rosto e epifania do outro. In MONTANDON, Alain (org.). *O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo: Editora Senac, 2011. pp. 1159-1169

MARCANO, E. E. J. *La construccion de espacios sociales transfronterizos entre Santa Elena de Uairén(Venezuela) y Villa Pacaraima (Brasil)*. Brasilia, 1996. Tese (Doutorado em Sociología) Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Flacso. Universidade de Brasília.

MARINUCCI, Roberto. A migração dos deuses: As migrações internacionais e a questão religiosa contemporânea. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum*, 2012.

MARINUCCI, Roberto. Reconfiguração da identidade religiosa em contexto migratório. *Estudos de Religião*, v. 25, n. 41, jul./dez. 2011

MARQUES, Adriana Aparecida. *Amazônia: pensamento e presença militar*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política/USP. São Paulo: USP, 2007.



MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais, poder e intermediação de interesses nas políticas públicas brasileiras. *XXVIII Encontro da Anpocs - Seminário Temático* Processo decisório e implementação de políticas públicas no Brasil: novos tempos, novas perspectivas de análise, 2004.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: MAUSS, Marcel. *Antropologia e Sociologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003a. pp. 367-397;

MAUSS, Marcel. Uma categoria o espírito humano: noção de pessoa, a de “eu”. In: *Antropologia e Sociologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003b. pp. 183-314;

MELO, Marina Félix de. Sociedade Civil, Terceiro Setor e Ongs: esboço de alguns termos. *Revista Café vom Sociologia*. Vol.3, Nº2. Maio de 2014.

MENDES, Aylle de Almeida; BRASIL, Deilton Ribeiro. A Nova Lei de Migração Brasileira e sua Regulamentação da Concessão de Vistos aos Migrantes. *Sequência* (Florianópolis), Florianópolis. n. 84, p. 64-88, Apr. 2020

MENDES, Flávio da Silva.. Do consenso ao dissenso: o Movimento Bolivariano e o ressurgimento da política na Venezuela. Dissertação de mestrado- Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2010

MENDIBLE, Alejandro Z. *Venezuela y sus verdaderas fronteras con el Brasil: Desde el Tratado de Tordesillas hasta la incursión de los garimpeiros*. Caracas: Fundación Bicentenario de Simón Bolívar, 1993.

MENDONÇA, A. G.; VELASQUEZ, P. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2002

MENDOZA, Walter; MIRANDA, J. Jaime. La inmigración venezolana en el Perú: desafíos y oportunidades desde la perspectiva de la salud. *Rev. perú. med. exp. salud publica*, Lima , v. 36, n. 3, p. 497-503, sept. 2019

MENJIVAR, Cecilia. Latino Immigrants and their Perceptions of Religious Institutions: Cubans, Salvadorans and Guatemalans in Phoenix, Arizona. *Migraciones Internacionales*, Tijuana , v. 1, n. 1, p. 65-88, dic. 2001.

MENZ, Georg. “The neoliberalized state and the growth of the migration industry.” In *The migration industry and the commercialization of international migration*, edited by Ninna Nyberg SØRENSEN and Thomas Gammeltoft-Hansen, 126-145. London and New York: Routledge, 2013.

MILANI, C. R. S.; SUYAMA, B.; LOPES, L. L. *Políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento no Norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil?* São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2013

MINTZ, Sidney. Comida e antropologia: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, outubro/2001.

MOCTEZUMA, Miguel. *Redes sociales, comunidades y familias de migrantes de San Alto, Zacatecas en Oakland, California*, Tesis de Doctorado, El Colegio de la Frontera Norte, México, 1999.fggjymul

MONTANDON, Alain. Prefácio: espelhos da hospitalidade. In MONTANDON, Alain. *O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo: Editora Senac, 2011. pp. 31-38

MONTÚFAR, César. *Hacia una teoría de la asistencia internacional para el desarrollo*. Quito: Corporación Editora Nacional, CAEI - Universidad Simón Bolívar, 2002.

MORAIS, Vângela Maria Isidoro de; LIMA, Damião Marques de. O Horizonte Comunicativo da Migração Venezuelana na Cidade de Boa Vista – Roraima. *Textos e Debates*, Boa Vista, n.32, p. 199-212, jan./jun. 2019

MOREIRA, Elaine; CAMARGO, Júlia. Pesquisa Qualitativa. In: *Perfl sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil*. In: SIMÕES, Gustavo da Frota (org.). – Curitiba: CRV, 2017

MOREIRA, J. B. “*Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)*.” Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 237-266, June 2010.

MOURA, Joana Tereza Vaz de; SILVA, Marcelo Kunrath. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 16, número suplementar, p. 43-54, ago. 2008

MPPRE – Ministerio del Poder Popular de Relaciones Exteriores, Gobierno Bolivariano de Venezuela. *Boletín Plan Vuelve a la Patria*. Disponível <http://mppre.gob.ve/temas/vuelta-a-la-patria/>, cifras atualizadas em 10/02/2020, acesso em 18/08/2020

MÜLLER, Frank ; STEINKE, Andrea. Criminalizando encontros: MINUSTAH como um laboratório de pacificação humanitária armada. *Global Crime*, 19:3-4, 2018.

MUNIZ, Jacqueline; ALMEIDA, Rosiane.). “Respondendo às balas: segurança pública sob intervenção das palavras entrevista com Jacqueline Muniz”. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 57, n. 2, 2018

MURILLO, Juan Carlos. Os legítimos interesses de segurança dos Estados e a proteção internacional de refugiados. *Sur, Rev. int. direitos human.* [online]. 2009, vol.6, n.10

NAÇÕES UNIDAS. A resolução nº 46/182/1991. *Fortalecimento da coordenação de assistência humanitária de emergência do sistema das Nações Unidas*. 19 dez. 1991. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/46/182>, acesso em 08/10/2020.

NAIM, MOISÉS, and RAMÓN, Piñango. (1985) *El caso Venezuela: una ilusión de armonía*. Caracas, Ediciones IESA.

NASCIMENTO, Germano. *O modelo missionário da Assembleia de Deus Tradicional no Amazonas e sua relação com os Baré em São Gabriel da Cachoeira – AM*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Manaus: PPGAS/UFAM, 2020.

OBMigra- Observatório das Migrações Internacionais. *Relatório Anual 2019: imigração e refúgio no Brasil*. Brasília, 2019

ODGERS ORTIZ, Olga. Migración e (in)tolerancia religiosa: aportes al estudio del impacto de la migración internacional en la percepción de la diversidad religiosa. *Estud. front*, Mexicali , v. 6, n. 12, p. 39-53, dic. 2005 .

ODGERS ORTIZ, Olga. RIVERA SANCHEZ, Liliana; HERNANDEZ, Alberto. Believe, Migrate, Circulate: A Methodological Proposal for Analyzing Migratory Experience and Religious Change from Localities of Origin. *Migraciones Internacionales*, Tijuana , v. 8, n. 2, p. 73-101, dic. 2015

OIM – Organização Internacional para as Migrações. *População Venezuelana Refugiada e Migrante desabrigada em Boa Vista*. Outubro 2020a.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. *População Venezuelana Refugiada e Migrante desabrigada em Pacaraima*. Outubro 2020b.

OLIVEIRA, M.V.M. A MINUSTAH como experiência para utilização do Exército em operações de Garantia da Lei e da Ordem no território nacional. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2009.

OLIVEIRA, Márcia Maria de Oliveira. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. *Estudos Avançados*, 20 (57), 2006.

OLIVEIRA, Márcia Maria de Oliveira. Refugiados e deslocados na amazônia: contribuições para a sociologia dos deslocamentos compulsórios. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. UFAM, 2008.

ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: Reflexões sobre a agência. In.: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornelia, FRY, Peter Henry (Org). **Reunião Brasileira de Antropologia**. Blumenau: Nova Letra, 2007

OSTOS, Elizabeth. O turismo cresce em todas partes...menos em Venezuela. Debates IESA, Vol. XX, nº4, 2015.

PAEZ, Tomas & VIVAS, Leonardo. *The Venezuelan Diaspora: Another Impending Crisis?* Freedom House Special Report. Abril, 2017.

PAIVA, V. A igreja moderna no Brasil. In PAIVA, V., *Igreja e questão agrária*. São Paulo, Edições Loyola. 1985.

PARDUE, Derek. Mentiras Sinceras. In: MACHADO, Igor José Renó (Org). *Etnografias do refúgio no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2020.

PAULA, Leornado Dias de. *Solidariedade e violência: um estudo da participação de militares brasileiros na Missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais- UNESP/UNICAMP/PUC-SP- Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2020.

PECEQUILO, C. S. A política externa do brasil no século xxi: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 2, p. 136-153, 2008.

PEDONE, Claudia; MALLIMACI, Ana. Trayectorias laborales de la población venezolana en la Ciudad autónoma de Buenos aire In: BLOUIN, Cécile. *Después de la Llegada. Realidades de la migración venezolana*. Lima (Perú): Themis-PUCP, 2019.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, 2014, p. 377-391.

PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006

PENCHASZADEH, A. y García, E. “Política migratoria y seguridad en Argentina hoy: ¿el paradigma de derechos humanos en jaque?”. *Urvio* 23, 2018.

PEREIRA, Alexandre Branco. O refúgio do trauma: notas etnográficas sobre trauma, racismo e temporalidades do sofrimento em um serviço de saúde mental para refugiados. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, v. 26, n. 53, ago. 2018, p. 79-97

PEREIRA, Ivo Studart. Espírito e liberdade na obra de Viktor Frankl. *Psicol. USP*, Dez 2015, vol.26.

PERIN, Vanessa. “Um campo de refugiados sem cercas”: etnografia de um aparato de governo de populações refugiadas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 303-330, jan./jun. 2014

PERROT, Danielle. Dádiva, Hospitalidade e reciprocidade. In MONTANDON, Alain (org.). *O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo: Editora Senac, 2011. pp. 45-54

PINHEIRO, Juliana Sandi. *A atuação militar brasileira na MINUSTAH: estratégias de enfrentamento das gangues no Haiti*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília. Brasília: 2015.

PION-BERLIN, David. Cumprimento de missões militares na América Latina. *Varia História* 28(48):627-643, 2012.

PISCITELLI, Adriana and Laura Lowenkron. Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil. *Cienc. Cult.*, 67(2), 2015, p.35-39.

PISCITELLI, Adriana. Entre as "máfias" e a "ajuda": a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 31, p. 29-63, Dec. 2008

POLÍCIA FEDERAL – MJSP, Coordenação-Geral de Polícia de Imigração. *Imigração Venezuela/Brasil. Sistema de Tráfego Internacional – STI*. Dados até julho/2019.

POLLAK-ELTZ, Angelina. *María Lionza. Mito y culto venezolano ayer y hoy*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2004.

PÓVOA NETO, Helion. Barreiras físicas como dispositivos de política migratória na atualidade. FERREIRA, Ademir Pacelli [et al.] (Orgs). *A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

R4V – Plataforma de Coordenação para Refugiados e Migrantes da Venezuela. “*Southern Cone Situation Report*”. *Portal Operacional* May 21, 2019. Disponível em <https://data2.unhcr.org/es/documents/details/69590> , acessado em junho de 2019.

RAMÍREZ, Jacques, LINARES, Yoharlis e USECHE, Emilio. (Geo)Políticas Migratorias, Inserción Laboral y Xenofobia: Migrantes Venezolanos en Ecuador. In: BLOUIN, Cécile. *Después de la Llegada. Realidades de la migración venezolana*. Lima (Perú): Themis-PUCP, 2019.

RAMOS, Érica Pires, DONDA; Eliza Odila Conceição Silva; SILVA, Rodrigo Cardoso. Ação Humanitária. In: CAVALCANTI, Leonardo et ali (org.). *Dicionário Crítico de Migrações Internacionais*. Brasília: Editora UnB, 2017

RAMOS, Morelia Morillo. *Fronteiras inflamáveis: migração e comercialização do combustível na cidade de Santa Elena do Uairén (Venezuela)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira- Boa Vista, 2019.

RAMSAY, Giorgina. Humanitarian exploits: Ordinary displacement and the political economy of the global refugee regime. *Critique of Anthropology*, 0 (0), 2019. pp. 1-25.

RANCIÈRE, Jacques. “*Who Is the Subject of the Rights of Man?*.” *South Atlantic Quarterly*, 103(2), 2004, p. 297-310.

REACH. *Perfil dos abrigos (Roraima), Boa Vista, Brasil*, novembro de 2018. Disponível em <https://www.reach-initiative.org/what-we-do/publications/>, consultado em 06/04/2021.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. *La frontera dorada: brasileiros em busca do ouro na fronteira Pan- Amazônica*. In: RODRIGUES, Francilene dos Santos; PEREIRA, Mariana Cunha (Orgs). *Estudos transdisciplinares na Amazônia Sententrional: Fronteiras, migração e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. *Migração transfronteiriça na Venezuela*. Brasília: *Estudos Avançados*, 2006.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. *Nacionalidade no pensamento social brasileiro e venezuelano e o lugar Guayana*. Manaus: EDUA, 2014.

RODRIGUES, Francilene dos Santos, PEREIRA, Mariana Cunha; REPETTO, Maxim; VASCONCELOS, Iana dos Santos. *Relatório Técnico “Migração e Relações de Trabalho na Fronteira Pan Amazônica*, encaminhado ao CNPq referente ao projeto aprovado pelo Edital do CNPq CHS/2009-2011. Boa Vista: UFRR, 2011

ROSA, Ronaldo Sathler. A nova cidadania do cristianismo: da tutela à imersão. Uma hermenêutica antropológico-pastoral. *Estudos de Religião*, Ano XXI, n. 32, 77-95, jan/jun 2007.

RUI, Taniele. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014, 400p.

RUSEISHVILI, Svetlana; CARVALHO, Rodrigo C. de; NOGUEIRA, Mariana F.S. Construção Social do estado de emergência e governança das migrações. O Decreto Estadual nº 24.469-E como divisor de águas. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinki (Coord.). *Migrações Venezuelanas*. Campinas- SP: Nepo/Unicamp, 2018.

SAHLINS, Marshall. *What kinship is - and is not*. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

SANTELIZ GRANADILLO, Andrés. 1999-2009, La economía en diez años de gobierno Revolucionario. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales* [online]. 2008,

SANTOS, Alessandra Rufino. *Interação Social e Estigma na Fronteira Brasil/Venezuela: Um olhar sociológico sobre a migração de brasileiros e venezuelanos*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul –UFRGS, 2018.

SANTOS, Sandro M. de Almeida. Hospitalidade. In CAVALCANTI, Leonardo et ali. *Dicionário Crítico de Migrações Internacionais*. Brasília: EdUnb, 2017. pp. 379-384

SANTOS, Sandro M. de Almeida. Médicas cubanas em um Brasil “que não está nas novelas”. *Mundo Amazônico*, 11(1): 57-79, 2020.

SARAIVA, M. G. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 50, n. 2, p. 42-59, 2007.

SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, 1998, 299 pp

SCHIOCCHET, Leonardo, Anthropologists and refugees between global hegemony and the subaltern ‘other’. *Anthropology of the Contemporary Middle East and Central Eurasia* 4(2):1–10, 2018.

SCHÜNEMANN, Haller Elinar Stach .O papel das imigrações no crescimento da Igreja Adventista do Sétimo Dia. *Estudos de Religião*, v. 23, n. 37, 146-170, jul./dez. 2009

SELEE, Andrew, Jessica Bolter, Betilde Munoz-Pogossian, and Miryam Hazan. 2019. “Creativity amid Crisis: Legal Pathways for Venezuelan Migrants In :*Latin America - Colombia*.” Migration Policy Institute. Acessado em maio de 2019. <https://reliefweb.int/report/colombia/creativityamid-crisis-legal-pathways-venezuelan-migrants-latinamerica>.

SERRANO, Javier. *La dimensión cultural de las remesas: los tapalpenses y su*

*comunidad transnacional*, Tesis de Maestría en Antropología Social, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Guadalajara, 2002.

SILVA, Cristina Rodrigues da. *O exército como família: etnografia sobre as vilas militares na fronteira*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. São Carlos: UFSCar, 2016

SILVA, Kelly Cristiane da. A cooperação internacional como dádiva: algumas aproximações. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 141-171, Apr. 2008.

SILVA, Kelly Cristiane da. *As nações desunidas: práticas da ONU e a estruturação do Estado em Timor-Leste*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SILVA, Sidney Antônio. Acolhida. In: CAVALCANTI, Leonardo et ali (org.). *Dicionário Crítico de Migrações Internacionais*. Brasília: Editora UnB, 2017. pp. 40-45

SILVA, Sidney Antônio. Aqui começa o Brasil: haitianos na Triplíce Fronteira e Manaus. In: SILVA, S. A. (Org.) *Migrações na Pan-Amazônia - fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: Hucitec/Fapeam, 2012. p.300-22.

SILVA, Sidney Antônio. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. *R. bras. Est. Pop., Belo Horizonte*, v.34, n.1, p.99-117, jan./abr. 2017

SILVA, Sidney Antônio e ASSIS, Gláucia. *Em busca do Eldorado: o Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais*. Manaus: EDUA, 2016.

SILVEIRA, Marina de Campos Pinheiro da. *Fronteiras e mobilidade indígena: o veto ao direito de livre circulação da nova lei de migração e o povo Warao*. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Direito – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2019.

SIMÕES, Gustavo da Frota (org). SILVA, Leonardo Cavalcanti; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de; MOREIRA, Elaine; CAMARGO, Júlia Faria; FURTADO, Ailton José Lima Martins. *Perfil Sociodemográfico e Laboral da Imigração venezuelana no Brasil*. – Curitiba: CRV, 2017

SIMON, Jonathan. *Governing Through Crime: How the War on Crime Transformed American Democracy and Created a Culture of Fear*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

SONEGHETTI, Pedro Moutinho Costa. Parecer Técnico no 10/2017 – SP/MANAU/SEAP de 30 de maio de 2017. Parecer Técnico acerca da situação dos indígenas da etnia Warao na cidade de Manaus, provenientes da região do delta do Orinoco, na Venezuela. Manaus: *Ministério Público Federal/Procuradoria Geral da República*, 2017.

SØRENSEN, Nina Nyberg. Indústria das Migrações. In CAVALCANTI, Leonardo et ali. *Dicionário Crítico de Migrações Internacionais*. Brasília: EdUnb, 2017. P. 404-407

SØRENSEN, Nina Nyberg; Gammeltoft-Hansen, Thomas, *The Migration Industry and Future Directions for Migration Policy*. DIIS· *Danish Institute for International Studie*, Copenhagen, 2012

STEFONI, Carolina; SILVA, Claudia. Migración venezolana hacia Chile: ¿se restringe o se facilita la migración de venezolanos hacia Chile?. In: KOECHLIN, José; EGUREN, Joaquín *El éxodo venezolano: entre el exilio y la emigración*. Colección OBIMID, vol. N° 4, Peru :2018

STEPHEN, Lynn. Creating Preemptive Suspects National Security, Border Defense, and Immigration Policy, 1980–Present. *Latin American Perspectives*, Issue 223, Vol. 45 No. 6, November 2018, 7–25

STRATHERN, Marilyn. *O Gênero da Dádiva*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

SUÁREZ, Sabrina; TREJO, Alma. La comunidad venezolana en México: perfil, motivaciones y experiencias. In: KOECHLIN, José; EGUREN, Joaquín *El éxodo venezolano: entre el exilio y la emigración*. Colección OBIMID, vol. N° 4, Peru :2018

SUBERO, Carlos. *Así há cambiado la emigración del venezolano desde 2013*. FUNINDESUSB, Caracas, jan. 2017. Disponível em: <<https://usboicias.info/post/49264>>. Acesso em: jan. 2018

THOMAZ, Omar Ribeiro. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou. *Novos Estudos*, nº 86, 2010

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, CORDEIRO, Ana Paula, HORTA, Ana Paula Beja (Org's), et.al. *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

UN Brazil. 2018. “ONU: número de refugiados e migrantes venezuelanos chega a 3 milhões.” Accessed August 11, 2018. <https://nacoesunidas.org/onu-numero-de-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-chega-a-3-milhoes/>.

USECHE, E. y LINÁREZ, Y. “La migración venezolana: el petróleo como agente movilizador”. *En Cuadernos de Formación CELAG*. Quito: CELAG, 2018.

VARGAS, Laura Ordóñez. Religiosidade: mecanismos de sobrevivência na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. In: QUIROGA, Ana Maria, et.al. *Religiões e prisões*. Comunicações do Iser. Rio de Janeiro, Iser, n.61, 2012.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. *Articulações familiares transnacionais: estratégias de cuidado e manutenção familiar na fronteira Brasil/Venezuela*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. PPGAS/UFPE, 2013.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. Entre acolher e manter a ordem: notas etnográficas sobre a gestão das forças armadas brasileiras nos abrigos para venezuelanos/as solicitantes de refúgio em Boa Vista-RR. In: *Etnografias do Refúgio no Brasil*, MACHADO, Igor José Renó (Org.). São Carlos-SP: EduFSCar, 2020. p.104-117

VASCONCELOS, Iana dos Santos. *Nem Rosas, nem espinhos: a construção da identidade de gênero das trabalhadoras transfronteiriças*. Especialização em História Regional/ Depart. História: UFRR, 2009.



VASCONCELOS, Iana dos Santos. Receber, enviar e compartilhar comida: aspectos da migração venezuelana em Boa Vista, Brasil. *REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, v.26, n.53, ago. 2018, pp. 135-152

VASCONCELOS, I.S. e MACHADO, I. J. R. Desejáveis e indesejáveis: controvérsias no acolhimento de venezuelanos/as em Boa Vista- RR. Texto apresentado na 31ª *Reunião de Associação Brasileira de Antropologia*; UNB, Brasília, 2018

VASCONCELOS, Iana e SANTOS, Sandro. A migração da fome: comida e deslocamento venezuelano na fronteira Brasil/Venezuela. In: *Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica* v. 2, OLIVEIRA, Márcia Maria de; DIAS, Maria das Graças Santos, (Org's)– Boa Vista: Editora da UFRR, 2020b

VASCONCELOS, Iana e SANTOS, Sandro. A oleada venezuelana: acolhimento de migrantes e pandemia em Manaus. *Cadernos de Campo* (São Paulo, online) | vol.29, (suplemento), p.94-104 | USP: 2020a.

VASCONCELOS, Iana e SANTOS, Sandro. Quem é da família? Reflexões sobre parentesco e mobilidade. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, v. 25, n. 49, apr. 2017, p. 249-265

VAZQUEZ, Gonzalo E., "An Evaluation of Brain Drain in the Case of the Venezuela's Petroleum Company, *Petroleos de Venezuela S. A. (PDVSA)*" (2012). Open Access Theses. 363. [http://scholarlyrepository.miami.edu/oa\\_theses/363](http://scholarlyrepository.miami.edu/oa_theses/363)

VELHO, Gilberto. Projetos, metamorfoses e campos de possibilidade. In VELHO, Gilberto. *Um antropólogo na cidade*. Petrópolis: Vozes, 2013.

VILAÇA, Aparecida. Chronically unstable bodies: reflections on amazonian corporalities. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 11, n. 3, p. 445- 464, 2005.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WARNER, R. Stephen. Religion and New (Post-1965) Immigrants: Some Principles Drawn from Field Research. *American Studies*, v. 41, n. 2/3,2000, p. 267-286

WHITE, S. Emerging Powers, Emerging Donors: teasing out developing patterns. Washington: Center for Strategic & International Studies, 2011

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Método comparativo, família e parentesco: Algumas discussões e perspectiva. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 9, vol. 16(1), 2005.

XAVIER, Fernando César Costa A interiorização como um direito social universalizável. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 17 n. 1, 2021.

XAVIER, Fernando César Costa. Os Direitos Humanos Trabalhistas dos Contratados de Agências Internacionais atuantes na Crise Migratória no Estado de Roraima. *Rev. Fac. Dir.*, Uberlândia, MG , v. 48, n. 1, pp. 156-194 | jan./jul. 2020